UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PRÁTICAS DE BEIRA DAS CIDADES ANTES NAVEGÁVEIS ÀS CIDADES TRANSPOSTAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Jurema Moreira Cavalcanti

Salvador
2015

Jurema Moreira Cavalcanti

PRÁTICAS DE BEIRA DAS CIDADES ANTES NAVEGÁVEIS ÀS CIDADES TRANSPOSTAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Prof.ª Dr.ª Thais de Bhanthumchinda Portela

Salvador
2015

C167p Cavalcanti, Jurema Moreira
Práticas de beira das cidades antes navegáveis às cidades transpostas pela barragem de Sobradinho / Jurema Moreira Cavalcanti - Salvador, 2015.
181f., il.

Orientadora: Thais de Bhanthumchinda Portela

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia.

1. Práticas de Beira 2. Discurso 3. Políticas de Desenvolvimento. 4. Memória 5. Fabulação I. Thais de Bhanthumchinda Portela (Orientadora). II Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD

TERMO DE APROVAÇÃO

PRÁTICAS DE BEIRA DAS CIDADES ANTES NAVEGÁVEIS ÀS CIDADES TRANSPOSTAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO

Jurema Moreira Cavalcanti

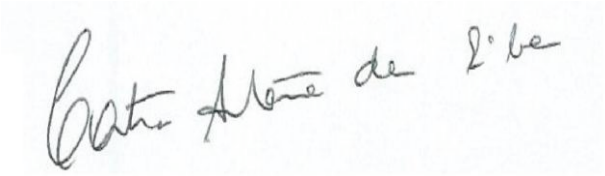
BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dra. Thais de Bhanthumchinda Portela (orientadora)
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ
PPGAU/ FAUFBA - Universidade Federal da Bahia

_____

Prof.ª Dra. Paola Berenstein Jacques (membro interno)
Doutorado em História da Arte e da Arquitetura pela Université de Paris I
PPGAU/ FAUFBA - Universidade Federal da Bahia



_____

Prof.ª Dra. Catia Antonia da Silva (membro externo)
Doutorado em Geografia pela UFRJ
DEGEO/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Às minhas avós, Hilda e Lôra,

mulheres fazedoras de *beiras*

AGRADECIMENTOS

Embora esteja escrito em primeira pessoa, este trabalho foi feito coletivamente. Tem muita gente aqui dentro. Não estive só nesta escrita, nunca. Ela é permeada por muitos amores.

Agradeço aos meus pais e irmãs, baluarte da vida, por tudo o que não cabe num só agradecimento.

à Lucas e Miguel por me permitir tanto amor.

à Franco pela presença e pelo amparo de sempre.

à Bruna pela vontade de andar junto.

à Tai, pelas idas e vindas sempre amparadas por delicadezas que atravessam não só o trabalho, mas a vida.

aos queridos amigos, companheiros deste percurso que parece [finalmente] querer se encerrar: Marininha, Lu, Priscilita, Jana, Oz: o meu muito obrigada pelo carinho, ajuda e afeto de sempre.

à minha querida banca amiga que tanto ajudou nos finalmentes desta escrita: Thai, Sananita, Igor, Jana, Marininha.

às professoras da banca, Paola e Cátia Antônia, pela leitura cuidadosa e pelos caminhos outros apontados.

aos ajudantes de última hora; aos amigos de pouca frequência, mas muita intensidade: Katinha, Thai, Carolzita, Carol Chilena, Joaquim, Maria, Rafa, Sanane, Dan e Má.

àqueles cuja presença e vibração sentimos nos menores feitos.

à todos com quem tive a felicidade de encontrar no caminho daquelas cidades refeitas, àqueles que se dispuseram a abrir suas casas e suas memórias, a eles todos, a minha imensa gratidão.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

RESUMO

Este trabalho parte de um incômodo disparado pelo confronto de diferentes narrativas acerca das cidades reconstruídas em consequência da implantação da hidrelétrica de Sobradinho (BA) e envolvem os variados discursos das políticas estatais voltadas para a promoção do desenvolvimento. Tais discursos foram sendo vinculados à região, ao longo do tempo, e se imbricam, de outros modos, nos enunciados discursivos de pessoas que viviam ou vivem atualmente nas cidades reconstruídas – enunciados esses que aparecem na forma de relatos históricos e memórias, fabuladas ou não, sobre a vida naquelas cidades. A partir do tensionamento entre os pontos de conflito e apoio mútuo que todos os discursos geram na ação dos sujeitos surge o que chamamos no trabalho de *práticas de beira.* Elas atuam como conceito que permite o entendimento das ações dos sujeitos que vivem em cada cidade e que ao longo do tempo interferem taticamente no espaço planejado, através de práticas micropolítcas (*práticas de beira*), e assim refazem os espaços das cidades projetadas, pelas estratégias macropolíticas, do Estado-Nação Brasil.

Palavras-chave: *Práticas de beira*; discurso; políticas de desenvolvimento; memória; fabulação

RESUMEN

Este trabajo surge a partir de una afección generada por las comparaciones entre diversas narrativas sobre las ciudades reconstruidas como consecuencia de la implantación de la hidroeléctrica de Sobradinho (BA), envolviendo los diversos discursos de las políticas estatales direccionadas a promocionar el desarrollo. Estos discursos han sido vinculados a la región, a través del tiempo y se relacionan de diferentes formas a las declaraciones discursivas de las personas que vivieron o viven actualmente en las ciudades reconstruidas – siendo mencionados aquellos que aparecen en forma de relatos históricos y memorias, moralejas o no sobre la vida en estas ciudades. Es a partir de esta tensión entre los puntos de conflicto y apoyo mutuo que los discursos generan una acción en los sujetos, surgiendo lo que se llama trabajo de *práticas de beira*. Estas actúan como un concepto que permite el entendimiento de las acciones de las personas que viven en cada ciudad y que a lo largo del tiempo interfieren tácticamente en el espacio planificado, a través de las practicas micro políticas (*práticas de beira*), y así se desarrollan los espacios de las ciudades proyectadas por las estrategias macro políticas, del Estado-Nación Brasil.

Palabras clave: Práticas de beira; discurso; políticas de desarrollo; memoria; moraleja.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Barragem de Sobradinho em relação ao estado da Bahia e identificação das cidades reconstruídas. Embora esta figura indique a localização da cidade de Sobradinho, ela não entra neste estudo, pois a criação deste município se deu após a construção da barragem.. 20
Figura 2. Percy Lau – Ilustração Mapa do Brasil. 26
Figura 3. Percy Lau – Ilustração "Ribeirinhos do São Francisco". 27
Figura 4. Imagem do trecho do Rio São Francisco antes da barragem. 40
Figura 5. Três escalas do São Francisco (da direita para a esquerda): o reservatório configurado pela implantação do complexo de Paulo Afonso, onde funcionam, em paralelo, cinco usinas; o Rio em seu curso normal; e a extrusão provocada pela barragem de Sobradinho, onde funciona apenas uma usina hidrelétrica, mas cujo impacto é perceptível até visto do alto, em escala 1:1.000.000.000. 40
Figura 6. Localização do PEC/Serra do Ramalho em relação à barragem de Sobradinho. 47
Figuras 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 . Barragem Sobradinho. 49
Figura 8.1. Nova Remanso atingida pelas águas com a cheia do lago em 1980. **Figura 8.2.** Vazante do lago de Sobradinho a partir de Remanso, em novembro de 2012. Os olhos custam a alcançar a linha d'água. 51
Figura 9. Localização do novo sitio de Casa Nova. 52
Figura 10. Localização do novo sitio de Sento Sé. 53
Figura 11. Projeto para a sede de Pilão Arcado indicando, nas Quadras 6 e 7, a modulação a ser reproduzida quando da necessidade de expansão da cidade. 54
Figura 12. Croquis das quadras para a cidade de Remanso, de autoria de Roberto Cortizo. 56
Figura 13. Croquis do projeto inicial elaborado para a nova Remanso, de autoria de Roberto Cortizo. 57
Figura 14. Mapa da cidade de Remanso 59
Figura 15. Informação sobre instalação de placas solares no povoado de Pilão Arcado Velho. 67
Figura 16. Foto de cartaz colado na parede da Secretaria de Urbanismo de Casa Nova. 71
Figuras 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4. Casas Tipo I, II, III e IV, definidas pela CHESF como tipologias-padrão, construídas para substituir as casas alagadas na velha cidade de Remanso. 74
Figura 18. Caminho percorrido entre o centro da cidade de Sento Sé o lago. 75
Figura 19. Sobreposição do lago de Sobradinho ao Rio São Francisco e identificação das cidades relocadas. 77
Figura 20. Pilão Arcado (velha) e sua proximidade com o Rio (antes da construção da Barragem). 78
Figura 21. Pilão Arcado (velha) 35 anos, após a construção da barragem. 78
Figura 22. Pilão Arcado (nova) e seu distanciamento da água. 78
Figura 23. Esquema de ocupação dos povoados da beira do rio 85
Figura 24. Esquema do movimento de retirada empreendido quando das cheias do rio. 85
Figura 25. Seção esquemática – antes da barragem. 88
Figura 26. Seção esquemática – Após enchimento do lago. 88

Figura 27. Enchimento do reservatório. (Fonte: CPT/ Juazeiro. In: Edcarlos Silva, 2010). 105
Figura 28. Trecho do lago localizado entre os municípios de Remanso e Sento Sé. 106
Figura 29: Pescadores avistados durante travessia de Remanso a Sento Sé. 106
Figuras 30.1 e 30.2. Seções esquemáticas – Transformações da caatinga após enchimento do lago 108
Figura 31. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beir*a, agenciados por Seu Manoel e Dona Diva..... 127
Figura 32. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Manoel e Dona Diva..... 128
Figura 33. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Manoel e Dona Diva..... 129
Figura 34. Tempo de *inverno*: *Beira*, agenciada por Seu Manoel e Dona Diva..... 130
Figura 35. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Renato. 134
Figura 36. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Renato. 135
Figura 37. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Renato. 136
Figura 38. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por Seu Renato. 137
Figura 39. Tempo de *seca*: Percursos e práticas de beira, agenciados por Dona Marieta. 140
Figura 40. Tempo de *seca: Beira*, agenciada por Dona Marieta. 141
Figura 41. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Dona Marieta. . 142
Figura 42. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por Dona Marieta. 143
Figura 43. Tempo de *seca:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Bruno..... 146
Figura 44. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Bruno..... 147
Figura 45. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Bruno..... 148
Figura 46. Tempo de *inverno*: *Beira*, agenciada por Seu Bruno..... 149
Figuras 47.1. e 41.2. Caixa d'água de Remanso velho: Desponta sempre que ocorrem as baixas do lago. 151
Figura 48. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Russo. 153
Figura 49. Tempo de *inverno: Beira,* agenciada por Russo. 154
Figura 50. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Russo. 155
Figura 51. Tempo de *seca: Beira*, agenciada por Russo. 156
Figura 52. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por D. Dalva. 160
Figura 53. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por D. Dalva. 161
Figura 54. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por D. Dalva. 162
Figura 55. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por D. Dalva. 163
Figura 56: Sobreposição das *práticas de beira* realizadas durante o tempo de *inverno*. 166
Figura 57. Sobreposição das *práticas de beira* realizadas durante o tempo de *seca*. 167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCAR – BA – Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural da Bahia

APL – Arranjo Produtivo Local

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DNAEE – Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras

EMBRAPA Semiárido – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Semiárido

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDEN – Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste

PND – Planos Nacionais de Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONEM – Programa de Apoio a Núcleos Emergentes

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

SAAE – Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto

SECTI – Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

TVA – Valley Tennessee Authority

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....11

POR ONDE COMEÇAR A LEITURA 13

ESPAÇO, TERRITÓRIO, LUGAR E TERRITORIALIDADES 15

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO ENQUANTO ACONTECIMENTO: o discurso *macropolítico* 17

PRIMEIRO MOVIMENTO: ERA VARGAS (1930-1945) 23

SEGUNDO MOVIMENTO: GOVERNOS JK (1956-1961) E JANGO (1961-1963) 31

TERCEIRO MOVIMENTO: DITADURA MILITAR (1964-1985)..... 37

Barragem como dispositivo do poder de Estado..... 39

Cidades como dispositivo do poder de Estado..... 50

QUARTO MOVIMENTO: GOVERNO COLLOR (1990-1992) 60

QUINTO MOVIMENTO: GOVERNO FHC (1995-2003) E, NA SEQUÊNCIA, LULA (2003-2011).. 61

***Macropolítica* em microescala** 64

Breve retorno à política urbana e uma inserção sobre o Estatuto da Cidade..... 70

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 2

DA VONTADE DE FICAR À OBRIGATORIEDADE DE PARTIR 79

DA VERSÃO QUE SE QUER CONTAR 79

PORQUE MOBILIZAR CATEGORIAS..... 80

MICROPOLÍTICA E SINGULARIDADE 90

“NAQUELE TEMPO LÁ... DO RIO VELHO, PRA LÁ” 95

“COISAS QUE PRÁ MODE VER, O CRISTÃO TEM QUE ANDAR A PÉ” 98

UMA OUTRA NOÇÃO DE *BEIRA* (OU QUANTAS SÃO AS CAATINGAS?)..... 103

CAPÍTULO 3

CARTOGRAFANDO PERCURSOS: vida que segue criando outras *beiras*. 115

MÉTODOS CARTOGRÁFICOS 119

MOVIMENTO: FAZER *BEIRA* 124

AS *BEIRAS* EM REMANSO 125

***Beira* 1**: 125

***Beira* 2** 132

***Beira* 3** 139
***Beira* 4** 144
***Beira* 5** 152
***Beira* 6** 158
O QUE FICA DESTA FABULAÇÃO?..... 165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:..... 170

APRESENTAÇÃO

Este trabalho parte de um incômodo; incômodo que dispara a construção de um percurso, iniciado ainda em 2010, quando do recebimento de solicitação feita por uma Comunidade Tradicional de Pescadores,[1] à Secretaria de Desenvolvimento Urbano[2] – local onde trabalhava à época. A solicitação demandava a construção de casas populares em cidades e povoados localizados à margem do lago de Sobradinho e, para que o processo fosse enquadrado numa das políticas de habitação (do Estado ou do Governo Federal), era necessária uma visita técnica à região.

Embora não tenha participado da equipe que realizou a viagem, seu retorno à Salvador veio acompanhado de uma narrativa que fez disparar a memória já construída sobre aqueles espaços. Tendo nascido em Juazeiro-BA e vivido ali boa parte da vida, as histórias e músicas que versavam sobre a construção da barragem de Sobradinho e as cidades alagadas, rio acima, reverberavam numa narrativa romantizada sobre o enchimento do lago e o consequente alagamento das cidades que margeavam o Rio São Francisco.

> Semana passada eu conheci pessoas que nasceram naquelas quatro cidades que ficaram sob o lago e que hoje moram nas quatro construídas pela CHESF.[3] Cidades novas que pegaram a rebarba do urbanismo modernista e que herdaram o nome das suas antecessoras e o ressentimento dos antigos moradores. Todos com quem conversei falaram da inundação com denso sentimento de perda e melancolia. Quase todos falaram de pessoas que, por se recusarem a sair, tiveram que ser retiradas de barco, que tomaram veneno ou que perderam tudo e que ainda não foram indenizadas pela CHESF. (SAMPAIO, 2010)
>
> [...]
>
> Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé,
> Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
> Debaixo d'água já se vai a vida inteira
> Por cima da cachoeira o gaiola vai subir
> Vai ter barragem no salto do Sobradinho
> O povo vai-se embora com medo de se afogar
> O sertão vai virar mar, dá no coração
> O medo que algum dia o mar também
> Vire sertão . (SÁ & GUARABIRA, 1977)

[1] O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, define os Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados que assim se reconhecem; "possuem formas próprias de organização social, [...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (BRASIL, 2007)

[2] SEDUR, Secretaria vinculada ao Governo do Estado da Bahia.

[3] CHESF, Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

No fim, o relato trazido e o pedido de construção de casas criavam narrativas que não coincidiam com as memórias romantizadas da infância.

O incômodo estava colocado e, no ano seguinte, desejando trabalhar aquela região no projeto de mestrado, parti para Casa Nova (uma das cidades reconstruídas após a formação do lago de Sobradinho) para contatar a associação de pescadores local. Era mês de novembro – mês que abre o período de defeso[4] na região – e os pescadores encontravam-se impossibilitados de praticarem suas atividades. Seus enunciados (FOUCAULT, 2008) eram sempre atravessados por esta interrupção da pesca; relatavam sobre as atividades desenvolvidas neste período, sobre o salário que recebiam do governo por causa do defeso; de como a água exercia um papel fundamental nas suas atividades diárias (a pesca, as travessias de barco, os plantios na beira do lago, etc.). Assim, entender as adaptações feitas pelos pescadores quando do surgimento do lago e sua relação com as cidades (transformadas em) navegáveis passou a ser o objetivo do trabalho.

Foi somente após o retorno à Casa Nova, um ano depois (nov.2012),[5] que novas percepções evidenciaram a necessidade de ultrapassar a categoria "pescador" para entender os processos que atingiam a todos: pescadores, agricultores, criadores de animais, moradores das cidades, etc. Havia sobre aqueles lugares a produção de um discurso de desenvolvimento que não coincidia com o que se via e com o que as pessoas diziam sobre suas vidas.

Via-se o descompasso existente, embora ainda não fosse possível identificá-lo com precisão. Com o retorno à Salvador e após inúmeras discussões feitas em grupo, o caminho deste desacerto pareceu tomar forma: Era evidente que as políticas públicas atravessavam aqueles lugares; evidente também que as pessoas e suas organizações (cooperativas, associações, etc.) conseguiam beneficiar-se por meio delas, no entanto, muitos eram os processos que iniciavam com a ajuda dos programas de governo (PAA,[6] PNAE,[7] etc.), mas não conseguiam manter-se sem o apoio deles; paralisando suas atividades tão logo encerrasse o tempo de concessão do benefício.

[4] O período do defeso é estabelecido como tempo necessário à reprodução dos peixes, por este motivo a pesca fica proibida entre os meses de novembro e fevereiro, na região.

[5] Esta segunda visita aconteceu durante a experiência realizada, em viagem pelo sertão, em novembro de 2012. Éramos oito no total: quatro orientandos da Profª Thais Portela – e ela própria –, além de duas crianças e uma avó.

[6] O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) foi instituído em 2003, e consiste numa "ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção". Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acesso em 07/08/2013.

[7] O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), por sua vez, é uma variação do PAA e estipula que pelo menos 30% dos recursos destinados à merenda escolar sejam "utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da

Neste sentido, a realização do trabalho de campo ao longo do ano seguinte (2013), foi fundamental na percepção e entendimento das questões que perpassavam as práticas dos sujeitos. Entender como as políticas públicas chegavam àqueles lugares e a maneira como as pessoas atualizavam suas práticas para permanecerem ali, passou a ser o foco do trabalho e o motivo pelo qual foi preciso situar as circunstâncias em que a hidrelétrica de Sobradinho foi planejada. Embora, as políticas que nortearam a construção da barragem, entre 1973 e 1979, já não sejam as mesmas aplicadas atualmente, o reservatório de Sobradinho continua a atuar na região enquanto dispositivo do Estado que, a partir de diretrizes de planejamento, agencia transformações espaciais, sociais e subjetivas. Espaciais, porque modificou todas as configurações espacial, territorial e de lugar[8] existentes e que, ainda hoje, são sentidas pelos que ali vivem; social, porque deslocou pessoas (cerca de 70 mil), além de transformar suas práticas e todo o seu modo de produção econômica; subjetivas, porque produziu, e produz, enunciados que dão sentido à vida, ultrapassando a reprodução do passado vivido para criar memórias com toda a sua capacidade de inventar, de fabular sentidos sobre o presente vivido nas cidades reconstruídas.

O que se quer considerar são os modos de apropriação desenvolvidos pelas pessoas que vivem hoje nas cidades reconstruídas no entorno do lago – Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado – que desenvolvem suas práticas imbricadas nas políticas públicas ali aplicadas. Entender o processo ocorrido a partir do momento em que a barragem tornou-se dispositivo de poder (FOUCAULT, 2009) do Estado brasileiro nos dá direções para entender as transformações da vida cotidiana e da memória que transparecem nos discursos dos moradores das novas cidades. É este percurso que pretendo evidenciar no trabalho.

POR ONDE COMEÇAR A LEITURA

Esta escrita está dividida em duas partes; a primeira corresponde ao Capítulo 1: "Desenvolvimento enquanto acontecimento: o discurso macropolítico" e concentra-se na análise das ações políticas organizadas pelo Estado brasileiro em torno de um discurso (FOUCAULT, 2009) de desenvolvimento, formulado com a tutoria de organismos internacionais. De Vargas à Lula, serão tratados os diversos movimentos de criação de políticas de desenvolvimento e de rupturas das mesmas que permeiam

agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações". Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/site2011wp/wp-content/uploads/2011/10/Caderno-de-Legisla%C3%A7%C3%A3o-Pnae-e-PAA.pdf>. Acesso em 07/08/2013.

[8] Farei a diferenciação entre estes termos um pouco mais a frente, mais precisamente na página 15.

este discurso *macropolítico* e a formação dos dispositivos de poder que o institui e o faz impor-se nos territórios e na vida cotidiana das cidades brasileiras, inclusive as aqui tratadas.

E se a barragem de Sobradinho desponta neste processo é porque a sua concepção não se desvincula das estratégias políticas produzidas. Do aparelhamento do Estado, passando pela criação do Nordeste, pela necessidade de produzir energia e, logo, pela lógica de produção do desenvolvimento, as tomadas de decisão vão sendo estabelecidas por uma ordem de poder que se impõe de modo duro. Esta é a parte do trabalho, onde as ações *macropolíticas* (DELEUZE; GUATARRI, vol.3, 1995) definem o tom das transformações processadas.

A segunda parte corresponde ao Capítulo 2: ”Da vontade de ficar à obrigatoriedade de partir” e ao Capítulo 3: "Cartografando percursos: vida que segue criando outras *beiras*”. Ambos evidenciam a maleabilidade das ações *micropolíticas* (DELEUZE; GUATARRI, vol.3, 1995) empreendidas pela população quando da necessidade de adaptar-se às novas configurações do lugar em que vive. É aí que estão tratadas as *práticas de beira*, definidas pela ação dos sujeitos no agenciamento de territorialidades que são constantemente atravessadas por políticas públicas. Estes capítulos captam a maleabilidade das táticas *micropolíticas* e tentam uma escrita mais aberta, mesmo que cristalizada neste texto dissertativo, porque as relações ali construídas podem transformar-se sempre que as cartografias considerarem novos cruzamentos ou que os enunciados (FOUCAULT, 2008) trazidos articulem outros elementos que não só as políticas de auxilio e as práticas... esta segunda parte se faz pela fabulação e pelo seu potencial de reinventar-se sempre.

As duas partes se complementam. A primeira delas é formulada pela História oficial do país, por enunciados já conhecidos e difundidos hegemonicamente, mas que servem para situar os desdobramentos seguintes; a segunda parte se constrói pela formulação das *práticas de beira*, por narrativas não tão difundidas, que seguem a invenção fabulada da memória. Por isso o leitor, já conhecedor desta História dada, pode pular o primeiro capítulo, destacá-lo da ordem estabelecida, tendo-se como ponto de partida a *micropolítica* das práticas No entanto, ela é fundamental para um leitor que ainda está se formando no debate sobre as políticas macro e, por isto, precisaria situar-se a partir da *macropolítica* do desenvolvimento. De todo modo, o que importa considerar, é que pode-se trocar a ordem das partes, ou simplesmente pular o que já se sabe...o leitor sabe qual é o melhor percurso.

ESPAÇO, TERRITÓRIO, LUGAR E TERRITORIALIDADES

Para diferenciar os termos aqui empregados, uma breve explanação sobre espaço, território, lugar e territorialidade. No decorrer do texto o conceito de espaço será usado para falar do ambiente tridimensional que ao longo da História vai sendo geometrizado por padrões de medidas, de direção e de posição; com a geometrização do espaço é possível definir os limites entre uns e outros. Esses limites, que os sujeitos impõem no espaço, criam o território. O território, assim, será empregado para tratar de espaços demarcados, pelo poder de Estado, através de alguma jurisdição; este é, por exemplo, o caso das cidades reconstruídas que tiveram seus territórios definidos por quadriláteros, delimitados por coordenadas geográficas. O lugar, por sua vez, diz respeito ao espaço apropriado pelo cotidiano, ao espaço praticado pelos sujeitos – ou *território usado,* segundo por Milton Santos (2005) –, que foge à demarcação precisa; seria o lugar do plantio, o lugar da pesca. O lugar, para ser constituído enquanto tal, precisa se fazer pelas territorialidades, isto é, o lugar se faz pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Assim, o lugar, a partir das territorialidades, são territórios em linhas de fuga (GUATTARRI; ROLNIK, 1996), ou movimentos empreendidos nas ações *micropolíticas* das práticas cotidianas.

Em algumas passagens poderá ser necessária a diferenciação entre os sentidos de território e dos movimentos de territorialização (ou territorialidades). Os termos são necessários para abordar a complexidade que a pesquisa de campo trouxe para a escrita – e não o contrário. Por este mesmo motivo o território aqui tratado não se limita à relação com o espaço físico; é importante dizer que ele ultrapassa esta analogia para se constituir de outros modos: as identidades criadas no âmbito da política pública de Estado também criam territórios. Além do mais, os autores trazidos para ajudar a pensar sobre isto, Guattarri e Rolnik (1996), utilizam estes conceitos de território e territorialização sem relacioná-los à materialidade do espaço – concentrando sua análise nas questões que envolvem psique e política. Mas, enquanto arquiteta e urbanista, a análise do componente físico/matérico do espaço, do território e das territorialiades me é necessário. É por isto que, para dar o sentido pretendido aos conceitos de território e territorialidade, são propostos os usos dos termos *fluxo* e *matéria*

O termo *matéria* serve para enfatizar o aspecto físico dos territórios e territorialidades – como exemplo, teríamos a demarcação das cidades relocadas (território-matéria) e as *retiradas*[9] empreendidas pelas pessoas durante as cheias do rio (territorialidade-matéria). Por outro lado, as

[9] As retiradas eram movimentos feitos em direção à caatinga, empreendidos pelas pessoas quando as cheias do rio atingiam as casas dos povoados.

associações com o *fluxo* podem ser feitas para exemplificar a subjetividade produzida pelo poder hegemônico (território-fluxo) ou quando do agenciamento das *práticas de beira* pelos sujeitos (territorialidade-fluxo).

Entretanto, apesar dessa distinção ser necessária para entender as diferentes formas de composições territoriais, para evitar uma insistente repetição dos termos, convencionamos explicitar apenas os territórios e territorialidades-matéria. Quando a referência a este componente espacial (matéria) não for feita, subentende-se que está se tratando das subjetividades presentes nos territórios e territorialidades-fluxo.

Tentarei esclarecer melhor tais conceitos, quando do seu emprego ao longo desta escrita – que busca trazer a complexidade das relações encontradas durante a pesquisa – deixando claro, de saída, que os termos se aproximam, formam camadas sobrepostas, uma vez que um mesmo espaço pode tornar-se lugar pra uns e território para outros.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO ENQUANTO ACONTECIMENTO: o discurso *macropolítico*

> [...] **Hoje, retorno para participar da inauguração de uma das maiores obras que a Revolução realizou no Nordeste**. Refiro-me à Barragem de Sobradinho. Empreendimento de um vulto extraordinário, não só pela regularização que traz ao São Francisco, permitindo **uma geração contínua, ininterrupta, de energia elétrica com alta potencialidade, mas, também, pelo beneficio que vai trazer aos programas de irrigação**. [...] (GEISEL, 1978, grifos nossos)
>
> Houve, sem dúvida, sérios e difíceis problemas sociais a resolver, foi necessário deslocar uma imensa população da ordem de 70 mil pessoas para outras áreas. Fizemos isso de acordo com a promessa que fiz, quando aqui estive em fins de 1973, com a maior preocupação de assegurar o mínimo de traumatismo para essa população. Criamos novas cidades, criamos núcleos de agrovilas, dêmos-lhes casas, abastecimento de água, esgotos e condições de trabalho e despendemos cerca de Cr$ 2 bilhões. **Esta assistência, entretanto, não se interrompeu, ela continuará através dos tempos, convictos de que necessidades maiores, interesses maiores de toda essa região nordestina nos impunham sacrifício. E o nosso esforço tem sido para que ele seja menor, seja mais suportável e, sobretudo, para que essas populações tenham, hoje, melhores condições de vida do que tinham ontem.** (GEISEL, 1978a, grifos nossos)

Introduzo esta escrita com dois enunciados proferidos pelo então presidente da República, para assinalar, a inauguração da barragem de Sobradinho; ditos carregados do positivismo[10] que, à época, projetava a imagem de um "Brasil Grande Potência"; como diria Foucault (2009) não se desvinculam de um discurso de poder, de uma "vontade de verdade" que se desdobra no mundo para estruturar uma realidade.

O discurso (FOUCAULT, 2009) não se apresenta na origem de algo, na verdade absoluta das coisas; ele é construído e produzido de acordo com os saberes que podem ser assimilados em determinado

[10] A doutrina desenvolvida por Auguste Comte era bem aceita entre os militares, uma vez que suas escolas de formação eram declaradamente positivistas. No Brasil, embora tais ideais remontem ao primeiro período republicano, que o estampou na bandeira nacional, a crença no progresso racionalizado e científico continuava a ser o lema sugerido durante a ditadura, que defendia a atuação de um Estado forte promotor do desenvolvimento.

momento histórico; de acordo com o pensamento político, social e econômico historicamente configurado. O discurso foge à ideia de uma verdade absoluta para ser constituído a partir da regularidade de sua aparição, numa sucessão de conceitos e paradigmas que serão repetidos à exaustão, até tornar-se uma verdade socialmente estabelecida; ele constitui, antes de tudo, uma prática; uma prática de poder e saber que se apodera do momento histórico vivido: "Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha 'ao compasso da verdade' – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos". (FOUCAULT, 2001, p.128)

Configurado por uma "sequência de signos", por um "conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação" (FOUCAULT, 2008, p.122), o discurso não se expressa por frases ou proposições feitas por um sujeito – Michel Foucault não faz distinções entre a fala e a escrita na formação discursiva, como propõem outros autores[11] –; para ele o discurso não está na forma do que se apresenta, mas na potência das verdades que cria: uma imagem ou um projeto constituem modos discursivos tanto quanto uma norma ou uma lei.

> "[...] pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que 'se dizem' no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, **os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer**" (FOUCAULT, 2009, p.21, grifos nossos).

A questão que se coloca ultrapassa a forma, para analisar as condições de possibilidade necessárias à existência de determinada formação discursiva. A análise a ser feita não deve passar "do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestaria nele; mas, **a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras**" (FOUCAULT, 2008, p.53, grifos nossos).

Importante também é introduzir o conceito de dispositivo definido como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (FOUCAULT, 2001, p.138). De natureza estratégica ele está inserido em relações de poder que o condicionam ao tempo em que são produzidas por ele.

[11] Como Jacques Derrida e John Austin, que fazem uma análise do discurso mais linguística que política, diferente da análise proposta por Foucault.

Os enunciados que abrem este capítulo trazem em si o agenciamento destes conceitos. A barragem de Sobradinho, ali elencada, constitui dispositivo de poder, articulado por ações estratégicas que o impõe e que, a partir de sua implantação, conserva e produz novas forças de poder: da produção de energia, à implantação de programas de irrigação, passando por toda a mudança física provocada na região, as transformações processadas se sustentam por formações discursivas que antecedem, e muito, o período militar brasileiro.

Aquilo que aparece no enunciado de Geisel como "obras da Revolução", nada mais é que a continuidade de um direcionamento político, instituído durante o pós-segunda Guerra, através de sucessivos acordos internacionais. São ações pensadas para promover a transformação e o crescimento do país que não se desvinculam do discurso de desenvolvimento – formulado sobre uma configuração de pensamento (política, social e econômica) que continua, ainda hoje, inserido no regime de verdade – regime que dá ao discurso a condição de se colocar como verdadeiro.

Constitui um dos propósitos deste trabalho fazer análise do discurso de desenvolvimento que estabelece, pelos enunciados de "verdade" que cria, a barragem de Sobradinho como dispositivo de poder, atuante na região do submédio São Francisco – localizado ao norte do estado da Bahia, Brasil. Esta análise perpassa a implantação do reservatório e o seu impacto nos quatro municípios que tiveram suas sedes reconstruídas (Remanso, Casa Nova Sento Sé e Pilão Arcado) e, claro, nas pessoas que ali vivem. Neste sentido, algumas inserções históricas (políticas e urbanísticas) são importantes para entender os processos que ressoaram nas cidades objeto deste estudo.

staFigura 1. Localização da Barragem de Sobradinho em relação ao estado da Bahia e identificação das cidades reconstruídas. Embora esta figura indique a localização da cidade de Sobradinho, ela não entra neste estudo, pois a criação deste município se deu após a construção da barragem. (Fonte: Google Maps, 2015. Edição: Joaquim Nunes, 2015).

...

Em *Arqueologia do Saber* (2008), Foucault defende que o problema das análises históricas já não está na busca pelo entendimento das continuidades ou no rastro de uma sequência de fatos análogos. O problema que se coloca está na identificação das rupturas, do momento em que uma sequência de eventos similares se modifica, que uma nova positividade se estabelece... “não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.” (FOUCAULT, 2008, p.6)

Pela positividade Foucault (2008) esclarece que a análise do discurso escapa às fronteiras impostas por uma disciplina, tomada em suas transformações históricas, para se colocar num circuito de comunicação conhecido, onde é possível localizar e estabelecer as condições de realidade para os enunciados ali produzidos. Assim, o *acontecimento* aqui mobilizado define-se pelo discurso de desenvolvimento que, positivado por ações políticas de governos nacionais e da Organização das

Nações Unidas (ONU), emerge no cenário mundial, durante o pós-segunda Guerra, como meio de garantir a "paz" entre os países capitalistas e a retomada de seu crescimento.

A necessidade de modernização para competir no mercado entre nações era imperiosa, e para que novos conflitos fossem evitados, a ONU, em 1945, tentava estabelecer critérios e acordos, para promover o crescimento conjunto, cooperativo,[12] dentro do sistema capitalista. Se o modelo de progresso, vinculado a um pensamento iluminista dos séculos XVII e XVIII[13] era ainda vigente, isso muda com o discurso de Desenvolvimento Econômico ali proposto – cujo debate havia sido iniciado, ainda em 1920, durante Reunião da Liga das Nações. (ONU, 2014)

Este ideal de crescimento colaborativo não se desvinculava da tensão que se impunha entre o capitalismo e um possível avanço comunista. O temor de um comunismo generalizado garantia as condições de possibilidade que permitiam dar foro de verdade à necessidade de um desenvolvimento conjunto – financiado por bancos internacionais – que garantiria a democracia, a liberdade e a paz entre as nações. Assim, a cooperação proposta pela ONU não tinha como pressuposto dar autonomia, mas inserir as nações em um projeto comum de desenvolvimento, para o qual ela fixava as regras.

E as regras de funcionamento destes grandes organismos – a ONU, os bancos internacionais, os Estados Nacionais, etc. – seguem a lógica das estratégias *macropolíticas*; a lógica das forças produzidas pelo poder hegemônico (FOUCAULT, 2009); das políticas duras, das leis, dos modelos... De todo procedimento elaborado por padronização, que insiste numa conservação e num enrijecimento de suas regras e modelos, como se fosse possível totalizar o controle sobre o que aplica; que não se preocupa com as singularidades,[14] mas com um modo de fazer que deverá atender a todos.

[12] Segundo Richard Sennet (2012), a cooperação se estabelece quando possibilita que as trocas feitas beneficiem as partes envolvidas. E, embora o ato de cooperar pareça livre da ação de competir, o que ocorre é que essas duas forças criam o tensionamento necessário para garantir benefícios aos envolvidos. Além do mais, à competição não deve ser sempre atribuída uma conotação negativa; esta ação não bloqueia a cooperação, mas se relaciona com ela.

[13] O Pensamento iluminista manifesta a crença no homem, nas suas leis e direitos; nele, a razão humana tende ao progresso e à ciência, como meio de promover a superação de seus problemas. Tais ideais pressupõem a formação de um homem universal – europeu –, cujo progresso estaria vinculado à noção de civilização.

[14] As singularidades resultam dos processos de subjetivação que desviam da produção capitalista hegemônica (de mídia, de Estado, etc.). Este modo de produção de subjetividade singularizada está melhor contextualizado na segunda parte do trabalho, mais precisamente na página 90. Entretanto, cabe adiantar e reforçar que estes processos emergem como "disrruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc. Guattari chama a atenção para a importância política de tais processos, entre os quais se situariam os movimentos sociais, as minorias – enfim, os desvios de toda espécie." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.45)

A ação *macropolítica* é da ordem da totalidade (ROLNIK, 2011), que se quer repartida em unidades, em dados engessados, cujos levantamentos demandam tempo, dinheiro e pessoal, a despeito de estarem em constante processo de desatualização. É um modo de pensar imposto por uma ordem de poder, por um sujeito de poder; que se caracteriza por relações de forças estratégicas.

> Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente". Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um "próprio" e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. **A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico**. (CERTEAU, 1998, p.46, grifos nossos)

A essa força estratégica que se impõe cabe fazer relação com as noções de *minoria* e *maioria* – que não se expressam enquanto dimensão, mas enquanto jogo de poder (FOUCAULT, 2001). Ainda que as *minorias* (os sujeitos e suas organizações) sejam maioria (em escala numérica) elas não produzem forças equivalentes às suscitadas pelo poder hegemônico. Do mesmo modo, o termo *macropolítica*, não faz referência à escala ou tamanho, não se trata disso; ele evidencia um jogo de forças apropriado pelo poder dominante que impõe o seu pensamento, passando por cima de todos – até daqueles que trabalham na operacionalização deste processo e que muitas vezes tentam, inutilmente, mudar a lógica do seu funcionamento.

As estratégias *macropolíticas* trazem, em si, a "lógica específica de totalidade, identidade, oposição, contradição, etc." (ROLNIK, 2011) que se caracteriza por oposições binárias, pelo "dentro da lei" e pelo fora dela; pela forma rígida de fazer política, que deve sempre prever como todo o processo irá acontecer: da sua implantação ao resultado final.

Não digo com isso, que esse sistema não funcione. Funciona. E talvez na estrutura política do Estado e das grandes organizações só assim seja viável – uma vez que seria impossível atender às singularidades produzidas por toda uma população. Mas o que gostaria de pontuar aqui é que, apesar da lógica binária que permeia os sistemas de poder, o jogo de forças *macropolítico* (DELEUZE E GUATARRI, vol.3, 1995), ali produzido, é constantemente atravessado e tensionado por ações difusas – ações *micropolíticas*[15] –, que escapam dos territórios cristalizados (das leis, dos decretos, das políticas formatadas): "Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*. [uma vez que] A segmentaridade dura não impede todo um mundo de segmentações finas que operam de outro modo." (DELEUZE; GUATARRI, vol.3, 1995, p. 90, grifos nossos).

[15] As ações *micropolíticas* não se opõem às forças *macropolíticas* de poder; elas, antes, complementam-se, tensionam-se e podem sempre mudar de configuração, passando de uma à outra. Tratarei delas mais a frente, mais precisamente na página 90.

Como forma de evidenciar os vários discursos produzidos sob a lógica do Desenvolvimento, proponho, como exercício de escrita, trazer algumas rupturas que perpassam os diversos movimentos da conjuntura política brasileira e que dão realidade, ou nos termos foucaultianos, condições de possibilidade para a implantação da barragem de Sobradinho. Reforço que tal escolha explicita apenas a forma de organização das ideias, uma vez que os processos, como se sabe, acontecem de modos simultâneo e sobreposto.

PRIMEIRO MOVIMENTO: ERA VARGAS (1930-1945)

Primeiramente, para tratar da configuração política brasileira, há que se diferenciar o discurso de desenvolvimento, encabeçado pela ONU, do modelo desenvolvimentista, aqui aplicado, uma vez que "a adição do sufixo *ismo* ao termo desenvolvimento indica o aspecto de processo, de movimento com dimensão social, gerando paradigmas, correntes e, especialmente, configurações históricas." (CEPÊDA, 2012, p.79). O desenvolvimentismo, segundo Vera Cêpeda (2012), configura-se como um "projeto de transformação social profunda", promovido pelo Estado que objetiva articular "economia e avanço social. Se essa definição estiver correta, o desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. Portanto, **é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente**" (p.79, grifos nossos).

Tem-se aí a primeira ruptura aparente: Nos países estigmatizados pelo carimbo do subdesenvolvimento, o discurso de desenvolvimento não consegue ser operacionalizado sem que o Estado tome para si a tarefa de empreendê-lo. O desenvolvimentismo surge assim como instrumento capaz de superar a condição de atraso que caracteriza boa parte das sociedades capitalistas (CEPÊDA, 2012). "O projeto desenvolvimentista apoia-se em uma expectativa de mudança de trajetória, *path dependency*, em uma perspectiva de alteração do passado (atraso) e construção de futuro (progresso, autonomia, soberania e nação)." (CEPÊDA, 2012, p.81, grifos da autora). No Brasil a sua aplicação corresponde a um período histórico definido, que tem início durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).

É a partir deste momento, que o planejamento nacional começa a ser operacionalizado; empreendido, através de mudanças feitas no aparelho de Estado e da formação de quadros técnicos especializados que começam a ocupar os cargos públicos (FELDMAN, 2009). O marco deste processo é a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934 – considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento – com o objetivo de elaborar políticas econômicas que diminuíssem a

dependência externa do país. “Sua composição reunia funcionários públicos, empresários e técnicos que, **familiarizados com as técnicas de planejamento aplicadas durante a guerra, contribuíam para introduzir um novo caráter às decisões governamentais.**” (REZENDE, 2010, p.7, grifos nossos).

Tais técnicas de planejamento, presentes na citação, fazem referência às técnicas militares mobilizadas nas ações de governo que não se desvinculam das estratégias definidas por Certeau (1998). Além do mais, elas fazem parte de ações *macropolíticas*, impostas pelo Estado que resultam da necessidade de trabalhar segundo planos de guerra (ROLNIK, 2011); de trabalhar com base no discurso e no planejamento.

Nos idos dos anos 40 e 50, dando prosseguimento à formação de quadros técnicos, as administrações municipais vão também formando os seus, com vistas a intervir no processo acelerado de urbanização que se impunha – intensificado pela industrialização e pelas migrações urbanas. Neste momento, “planos diretores começam a ser elaborados por escritórios de arquitetura e por instituições de urbanismo que atuam no campo da assistência técnica, equipes multidisciplinares começam a ser constituídas para elaboração de planos e a prática do zoneamento se difunde”. (FELDMAN, 2009, p. 4)

Os planos diretores aí aplicados remetem ao modelo americano – desenvolvido no início do século XX – utilizado como instrumento de planejamento e ação para intervir nos processos acelerados de urbanização e necessidade de expansão física das cidades (MONTE MÓR, 2007). Tomando este modelo como correlato para dar conta dos problemas urbanos das grandes cidades brasileiras, as prefeituras municipais começam a implantá-los.

É importante dizer que toda esta movimentação relativa ao campo do urbanismo, só chega às cidades deslocadas pela construção de Sobradinho, por imposição da implantação da barragem (em meados da década de 70). Não fosse a necessidade de reconstruir as sedes municiais que foram submersas, a elaboração de planos diretores e toda a prática de zoneamento, provavelmente, só seriam ali aplicadas quando da obrigatoriedade estabelecida pelo Estatuto da Cidade, em 2001.

De volta aos anos 1940, o zoneamento proposto, embora remetesse aos princípios estabelecidos na Carta de Atenas – redigida durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura (CIAM IV), em 1933, – se desloca nas administrações municipais para a concepção de “aglomeração urbana” (MONTE-MÓR, 2007, p.79). Assim, se a lógica do urbanismo idealizado na Carta indicava um zoneamento propositivo,[16] definidor do desenho urbano da cidade, naquele momento, a sua aplicação

[16] O tema do Congresso era a “cidade funcional” e o documento ali redigido se apresenta como reflexo do pensamento urbanístico moderno que define os espaços das cidades a partir de quatro funções básicas: habitar, trabalhar, recrear e

transforma-se em instrumento de ação para atender os problemas de expansão urbana que precisavam ser resolvidos através de "investimentos viários ou equipamentos de função principal". (p.79)

> A cidade passa a ser vista principalmente como um problema técnico, resultante da somatória dos sistemas de produção dos serviços de infra-estrutura requeridos, e conseqüentemente, afetos ao processo da administração urbana. É neste sentido que representa uma ruptura com o modelo anterior [do urbanismo progressista da Carta de Atenas], por incorporar, assim a idéia de processo contínuo de planejamento, inserido no contexto político-administrativo como atividade normativa perene [...]. (MONTE-MÓR, 2007, p.80)

É importante assinalar estes processos de composição de quadro técnico institucional, porque são eles que possibilitam a operacionalização do planejamento político e territorial. E se nos municípios, este planejamento fica evidente quando da elaboração dos planos diretores, em escala nacional, ele transparece nas intenções de Getulio Vargas de criar uma unidade nacional que implicará, dentre outras coisas, na criação do Nordeste – Região em que está inserida boa parte do Rio São Francisco[17] e onde foi implantada a barragem de Sobradinho.

Tendo isto em vista, percebe-se que "o Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre [...]. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença" (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.66). O Nordeste é uma invenção, como sugere o título do trabalho de Albuquerque Jr. (2011),[18] que poderia não existir, caso não se compusessem as condições de possibilidade necessárias para tal.

E se, é com a ascensão de Vargas ao poder, que todo um trabalho de organização técnico-institucional começa a ser feito; é também, com a intenção de promover a unidade nacional que o Estado investe esforços na construção de um planejamento calcado no fortalecimento das regiões brasileiras. Assim, em 1941, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realiza a primeira Divisão Regional do Brasil, que reparte o país em cinco regiões: Norte, Leste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste. (OLIVEIRA, 2012; IBGE, n.d.)

Vasconcelos (2012) defende que é "no momento efervescente de construção discursiva sobre a unidade nacional que afloram os costumes, as manifestações culturais e as práticas sociais de cada região em ícones e imagens que representem o nacional" (p.51). Tal ideia é sustentada pela

---

circular. Assim, o zoneamento proposto, atuaria no ordenamento do território urbano tendo como referência estas "funções-chave". (CURY, 2000)

[17] O Rio São Francisco nasce em Minas Gerais (Sudeste) e atravessa os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (Nordeste).

[18] "A invenção do Nordeste e outras artes", de Albuquerque Júnior (2011).

produção dos estereótipos, cristalizados na construção das identidades regionais; "*identidades territorializadas* [que] se transformam em emblemas autorizados ou ícones nacionais". (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p.26, grifos do autor).

Neste sentido, os desenhos elaborados por Percy Lau para o IBGE, na década de 1940, servem muito bem para representar a diversidade das paisagens e dos tipos (habitantes) brasileiros. Com a posterior publicação destes desenhos na série "Tipos e aspectos do Brasil", da Revista Brasileira de Geografia, a difusão desses estereótipos nacionais ganha força e institucionaliza as figuras do vaqueiro, do gaúcho, da baiana, do trabalhador ribeirinho, etc. – tipos característicos de diferentes regiões do Brasil – que vão se tornando identidades regionais ao serem associados às paisagens que lhes são correspondentes (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005).

Figura 2. Percy Lau – Ilustração Mapa do Brasil. (Fonte: ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005).

Figura 3. Percy Lau – Ilustração "Ribeirinhos do São Francisco". (Fonte: ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005).

Herança do paradigma naturalista que justificava o comportamento pela combinação do meio e da raça (VASCONCELOS, 2012), estas identidades vão se firmando enquanto discurso, na medida em que são reforçadas pelas polarizações entre regiões. Neste sentido, desde o início do século, intelectuais da Escola Paulista[19] já discutiam as diferenças entre a "civilização branca, moderna" – habitante da região Sul (atual Sudeste) – e a população "mestiça e negra que atravancava o processo de desenvolvimento do país" (VASCONCELOS, 2012, p.49) – que vivia no Norte (hoje, Nordeste). Este pensamento ganha força e acaba por legitimar a subordinação do Norte/Nordeste – associado à figura do sertanejo pobre – às demandas modernizadoras do Sul/Sudeste (VASCONCELOS, 2012), vinculadas à figura do homem urbano moderno, que irão permear o imaginário coletivo até os dias de hoje.

É importante fazer uma pausa para articular esta noção de imaginário coletivo com o processo de produção de subjetividade que vai desembocar, entre outras coisas, na formação de identidades territorializadas.

Segundo Guattari e Rolnik (1996), a produção de subjetividade está ligada à "maneira de perceber o mundo" (p. 67). Cada período histórico produz subjetividades vinculadas aos interesses econômicos,

[19] O discurso do "homem cordial", de Sérgio Buarque de Holanda, emerge nas discussões levantadas pela Escola Paulista. Há ali a preocupação de entender o que é ser brasileiro.

políticos, ou de mídia vigentes para que sejam consumidas e assimiladas pelos indivíduos; para impor modos de vida que estejam de acordo com o sistema aplicado.

> **O que é produzido pela subjetividade capitalística, o que nos chega através da mídia, da família, enfim, de todos os equipamentos que nos rodeiam**, não são apenas idéias, não são as significações através de enunciados significantes; nem são modelos de identidade ou identificações com polos maternos, paternos, etc. **São, mais essencialmente, sistemas de conexão direta, entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas** [...]" (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p.67, grifos nossos).

Portanto, a subjetividade aqui trazida, não significa aquilo que é interno a um sujeito; não tem a ver com a noção desenvolvida pelo ideário romântico que defendia a existência de uma essência individual (RODRIGUES, 2006); de um suposto íntimo resguardado; de um "eu" que desvela seu mistério, sempre apartado do que lhe é exterior... O Estado, a mídia, o capitalismo em si, produzem subjetividades para incorporar o mundo na sua lógica de funcionamento – cada um com seus interesses próprios. E enquanto a mídia se empenha em produzir consumidores que possam desejar (e consumir) as mais variadas ofertas produzidas pelo capitalismo, o Estado, embora também reforce este processo – uma vez que está inserido no mesmo sistema – produz leis e programas que pretendem inscrever os cidadãos na sua lógica de organização política.

> A **subjetividade** está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela **é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares**. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete a subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33, grifos dos autores)

De acordo com a citação acima, os processos de subjetividade, podem ter desdobramentos distintos. Eles podem se impor pelo agenciamento[20] de ações *macropolíticas* (de mídia, de governo, de tecnologia, etc.) e serem assimilados pelos grupos sociais, tal qual o recebem; ou de modo contrário, os grupos podem resistir às subjetividades que chegam prontas, decodificadas, e "produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.45) que lhes deem novas referências e a "liberdade de viver seus processos" (p.46). Neste momento da escrita, me deterei no primeiro caso: a subjetividade produzida pelo pensamento hegemônico – ainda que para situá-la, haja sempre a necessidade de colocá-la em tensionamento com os processos de singularização.

[20] Os agenciamentos possibilitam estabelecer relações (ao invés de comparações) entre elementos de diferentes categorias; eles reúnem multiplicidades, quaisquer que sejam as suas origens, num mesmo agrupamento. "Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16).

Tal modo de produção pressupõe a modelização, a individuação, a padronização dos desejos, a separação de pessoas em grupos de iguais – com os quais elas possam identificar-se (por meio das classes econômicas, dos grupos étnicos, identitários, etc.). Este modo de produção se insere através de uma demanda totalizante que se impõe e estabelece os parâmetros de sua assimilação.

> Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e os individualizam. Esvazia-se o caráter processual (para não dizer vital) de suas existências: pouco a pouco, eles vão se insensibilizando. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. **É, portanto, num só movimento, que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização**. Tudo isso constitui uma imensa fábrica de subjetividade, que funciona como indústria de base de nossas sociedades." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.38, grifos dos autores)

É sobre estes processos de individuação que os procedimentos de criação de identidades são colocados; eles operam segundo uma lógica de personificação que, normalmente, está vinculada à ideia de reconhecimento. (GUATTARI; ROLNIK, 1996)

> Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. **A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciação,** de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. **Essa referenciação vai desembocar** tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação, quanto **nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira, de identidade, sua impressão digital, etc**. Em outras palavras**, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável**. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.68-9, grifos nossos)

Assim, a criação das identidades regionais – articulada pelo Estado nacional – configura uma forma de produção de subjetividade que propõe o reconhecimento, a identificação do sujeito comum, com as imagens produzidas sobre uma suposta caracterização do povo brasileiro. É uma forma de fazer o trabalhador rural, se ver representado na figura dos "Ribeirinhos do São Francisco" (Figura 3), uma forma de promover esta identificação, de se ver reconhecido naquela imagem, naquela figura cristalizada que identifica os tipos nacionais.

Digo cristalizada, porque as identidades constituem territórios que não se atualizam com muita frequência. Para perceber esta característica que lhe perpassa, basta pensar em como a construção do discurso do Nordeste – estabelecido com/e sobre a identidade do nordestino e reforçado pela imagem da seca e pelos desenhos de Percy Lau – cria estereótipos, que continuam a ser assimilados e reproduzidos, nas regiões Sul e Sudeste, sob a ideia do atraso e da pobreza.

Aí entra a relação com a noção de imaginário coletivo, igualmente fabricado sobre a produção subjetiva do poder hegemônico, que consolida as disparidades existentes entre as diferentes regiões do país que permanecem como fato dado até os dias de hoje.

Finda a pausa, é neste contexto que o discurso de Nordeste vai se constituindo, sendo continuamente reforçado na cristalização identitária e no atraso agravado pela seca, evocada "como uma tragédia: sabe-se que ela vai chegar, mas não há nada a fazer diante do destino inexorável..." (OLIVEIRA, 2012). Seu discurso é reafirmado pela necessidade de uma contínua intervenção estatal, como forma de mitigar os problemas ali existentes; como forma de promover um desenvolvimento que seja capaz de dar suporte ao crescimento industrial do Sul. Tal discurso, portanto, não se descola do discurso de desenvolvimento encabeçado pela ONU ou do modelo desenvolvimentista delineado pelo Estado que ambicionava tirar o Nordeste do atraso que lhe caracterizava.

> O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que esse dispositivo da nacionalidade e essa formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais. [...] **Unem-se forças em torno de um novo recorte do espaço nacional, surgido com as grandes obras contra as secas**. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p.67, grifos nossos)

Neste sentido, para além das obras de açudes implantadas em todo o sertão desde o início do século,[21] a partir de 1946, iniciam-se estudos para o aproveitamento econômico do Rio São Francisco – considerado o "rio da unidade nacional". Tais estudos tinham como objetivo, reproduzir no Nordeste, a experiência norte-americana aplicada no Vale do Tenessi,[22] ao desenvolver um "plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco" para "regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, **utilização de seu potencial hidro-elétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação** [...], assistência à exploração de suas riquezas" (BRASIL, 1948, grifos nossos). Para Ligia Sigaud (1988, apud WERNER, 2011), "a recuperação do Vale significava o fortalecimento da integração nacional, pensada num plano de desenvolvimento regional". (p.54)

É importante dizer ainda que a seca, já nesta época, constituía o dispositivo necessário – juntamente com o discurso de unidade nacional – para criar as condições de possibilidade à invenção do Nordeste. Posteriormente, esta região, ainda vinculada à "tragédia da seca", constituirá a condição necessária à aplicação de outros dispositivos operadores do discurso de desenvolvimento nacional – como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante o governo JK; a construção de novas barragens, a exemplo de Sobradinho, durante a ditadura militar, etc..

[21] Desde 1909, o IFCOS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) – que, em 1945, passou a chamar-se DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) – atuou na região semiárida brasileira. No sítio do Departamento, a sua ação é defendida pela construção de "açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, [...] redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas" e por ter sido, "até a criação da SUDENE, o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região." (DNOCS, 2010). Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br>. Acesso em 19 dez. 2014.

[22] O projeto intitulado Tennessee Valley Authority (TVA), foi implantado em 1929, como forma de promover o desenvolvimento da região do Tenessi – considerada uma das mais pobres dos Estados Unidos – a partir de programas energéticos e da implantação da agricultura irrigada. (KASPI, 2004, apud ESTELA, 2012)

É preciso esclarecer ainda que a inserção do discurso de formação do Nordeste faz-se importante, para situar as cidades deste trabalho, uma vez que é nesta região e, mais precisamente, no "rio da unidade nacional" que a barragem de Sobradinho está localizada. E embora este momento anteceda o período de sua construção, alguns dispositivos *macropolíticos,* que criaram as bases para sua posterior implantação, começavam a surgir. Datam de 1945, por exemplo, os Decretos-lei que instituíram a criação da CHESF e a concessão para aproveitamento energético do Rio São Francisco. (BRASIL, 1945)

Fato é que nada disso se desvincula do discurso de desenvolvimento aplicado internacionalmente. Tanto assim que, no ano em 1948, a ONU institui a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para avaliar os problemas de desenvolvimento existentes. Constatado que o subdesenvolvimento dos países latino americanos era causado pela economia baseada no setor primário, o governo brasileiro decide concentrar esforços para promover o crescimento das indústrias de base, como medida para superação do problema. Com isso, a produção de energia passa a ser uma das grandes vias de apoio ao processo de desenvolvimento promovido ao custo de uma intensa intervenção estatal.

> O Estado nascido no pós-1930 é reconhecidamente intervencionista e promotor do desenvolvimento econômico, articulando-se em favor da indústria e admitindo sua coexistência com os interesses dos grupos econômicos tradicionais. Como é sabido, ao exercer a liderança desse processo e tornar-se um ator central na ordem econômica, o Estado brasileiro teve de lançar mão de todos os recursos necessários à implementação da ambicionada industrialização, a começar pelo engendramento de uma burocracia qualificada para enfrentar tal desafio. (OLIVEIRA, 2001, apud SILVA, 2010, p.163)

SEGUNDO MOVIMENTO: GOVERNOS JK (1956-1961) E JANGO (1961-1963)

O ponto de ruptura que encerra o primeiro movimento e abre este segundo, não é tanto a mudança de gestão – de Vargas para Kubistchek – quanto à entrada definitiva do capital internacional na condução da política econômica brasileira. Embora a continuidade da política desenvolvimentista tenha sido adotada por JK como forma de dar prosseguimento ao crescimento econômico nacional, há diferenças importantes em relação ao período anterior: primeiro, aqui, o "corpo institucional" já se encontra montado (CPDOC, 2012), depois, as diretrizes de desenvolvimento introduzidas pelas políticas da CEPAL e, consequentemente, da ONU, tornam-se ainda mais evidentes com a participação direta do capital internacional.

> Um novo impulso à industrialização foi dado com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder e o Plano de Metas por ele adotado. Aprofunda-se a intervenção do Estado na economia, com duas

> diferenças importantes em relação às experiências anteriores: a motivação principal já não é o combate à dependência externa e a defesa da intervenção não se apoia no nacionalismo. Ao contrário, a importância do capital estrangeiro para o financiamento da industrialização brasileira é explicitamente reconhecida. (REZENDE, 2010, p.9)

É neste momento que são estabelecidas as parcerias com os Estados Unidos através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que financiavam as ações necessárias à continuidade do crescimento e diversificação da indústria (SILVA, 2010; REZENDE, 2010). Com o apoio de recursos estrangeiros e a centralização do Estado nas tomadas de decisões podia-se, enfim, promover a almejada modernização do país, expressa no Plano de Metas.[23] "Vivia-se um clima de 'futuro', de modernidade, de identificação por parte da população com o Estado Nacional, que surgia disposto a tomar as rédeas do país e conduzi-lo à condição de potência industrial moderna". (MONTE-MÓR, 2007, p. 77)

Este ideal de modernização se estabelecia por duas vias principais: a do crescimento industrial – como condição para deixar para trás o atributo de país agrário que, por tantos anos, o caracterizou – e a da urbanização que "passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade de transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor), com aprofundamento da divisão do trabalho, libertação das amarras da vida rural, sua complexificação e integração à vida citadina." (MONTE-MÓR, 2006, p.7)

Estes dois pontos explicam o desejo de Kubistchek de intensificar a expansão territorial em direção ao interior do país. Remetendo aos desbravamentos bandeirantes de séculos passados, tal iniciativa dava continuidade aos discursos de "desenvolvimento, nacionalidade, civilização, sociedade, que se repetiram ao longo da história" (ERTHAL, 2014, p.29) e que agora teriam sua aplicação prática exaltada na construção de Brasília (1960).

Brasília, assim, constitui uma invenção, tal qual o Nordeste o foi, décadas antes. Ambas as invenções, tornam-se dispositivos de poder que vão ressoar, anos depois, na construção das cidades relocadas pela barragem de Sobradinho. O dispositivo Brasília, por atuar no imaginário dos arquitetos envolvidos nos projetos das cidades, que vislumbravam, no processo de transferência, a possibilidade de concretização dos ideais modernos em meio ao sertão baiano;[24] o dispositivo

[23] O plano contava com 31 objetivos que deveriam ser cumpridos durante os cinco anos subsequentes; o mais importante deles foi a construção da nova capital federal.

[24] Esta aproximação de Brasília com as cidades relocadas será evidenciada mais a frente (página 55), quando de sua articulação com a fala de Roberto Cortizo – arquiteto que participou do processo de elaboração do projeto para a cidade de Remanso.

Nordeste, por trazer em si, uma formação discursiva produzida sobre registros de carência e estagnação que irão permanecer, ainda hoje, refletidos nas políticas públicas ali aplicadas.

A construção da nova capital, embora inicialmente não constasse nas metas almejadas por JK para integrar o jargão "50 anos em 5", sintetizava toda a vontade de mudança impressa nas ações do Estado (OLIVEIRA, 2012a). Se por um lado, Brasília representava a capacidade da indústria brasileira de produzir uma cidade sobre *tabula rasa*, por outro, ela reforçava a lógica do urbanismo funcional da Carta de Atenas,[25] que ecoava na Europa desde o fim de uma distante primeira guerra. Por isto, não foi à toa que esta foi considerada a "meta-síntese" do Plano de Juscelino, uma vez que entrava em acordo com o discurso de desenvolvimento e os ideais de modernização que vinham sendo discutidos mundo afora.

Embora inúmeros estudos para construção de uma nova capital já tivessem sido elaborados anteriormente,[26] a concretização de Brasília só se torna viável, pelas condições de possibilidade existentes naquele momento. É necessária toda uma configuração de ideias e discursos (modernidade, desenvolvimentismo, civilidade, urbanidade) para torná-la possível.[27] É desta forma que o discurso produz uma prática, como dito lá no início, e é com este gancho que retomo as discussões de planejamento e de desenvolvimento trabalhadas ainda durante o período JK.

Se a década de 1940 foi marcada pela inserção das administrações municipais no planejamento urbano, a década de 1950 introduziu a prática do planejamento regional pensado em outra escala de atuação: a de "rede de cidades" – pretendida enquanto articuladora das questões urbanas e regionais (MONTE-MÓR, 2006). Tal modo de planejamento partia "do reconhecimento das disparidades regionais como questão a ser superada [...] em estreita relação com a escala urbana. Nessa perspectiva de articulação entre o urbano e o regional para a superação de desigualdades, o ideário do planejamento se torna indissociável das estratégias de desenvolvimento." (FELDMAN, 2009, p. 6)

[25] Sobre a Carta de Atenas (1933) é importante dizer ainda que sua redação, feita num momento entre guerras, não se desvincula do discurso de desenvolvimento moldado, anos depois, com a criação da ONU, uma vez que ela apontava soluções que foram amplamente utilizadas no redesenho das cidades afetadas pela guerra.

[26] José Bonifácio (1823) não foi o primeiro a aventar a possibilidade de construir uma nova capital no interior do país, mas grande entusiasta e defensor desta ideia, será citado, um século depois, no relatório do plano piloto de Lúcio Costa (1956). (ERTHAL, 2014)

[27] "A idéia de mudar a capital e construir uma nova cidade já fazia parte do 'inconsciente coletivo', devido não só à construção de Belo Horizonte no fim do século XIX (projeto de Aarão Reis), mas também à construção de Goiânia, inaugurada em 1940 (projeto de Atílio Corrêa Lima). [...] São cidades que podem ser consideradas parte da interiorização do Brasil, da civilização de seus sertões decorrente da conquista do oeste." (OLIVEIRA, 2012a)

Esta forma de pensar o planejamento e, claro, o desenvolvimento, não foge aos interesses articulados pelos organismos internacionais (ONU/CEPAL) – e operacionalizados pelo Estado – que defendiam a efetivação de um crescimento econômico nacional com redução das desigualdades entre regiões. Estas relações estão tão imbricadas que, com vistas a promover "o desenvolvimento conjunto e equilibrado" (ONU, 2014), dois novos dispositivos *macropolíticos de* planejamento são criados com o intuito de nivelar o crescimento das regiões Norte e Nordeste com o restante do país: A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),[28] em 1953, e a SUDENE, em 1959.

Para articular as questões que permeiam esta escrita, me deterei apenas aos aspectos de planejamento regional que deram potência às políticas aplicadas na Região Nordeste, logo, articuladas pela SUDENE.

Assim, a criação da SUDENE – feita através do documento: "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" (PDEN) – não se desvincula do discurso produzido sobre o Nordeste e sua relação com a seca. Ora, se a principal via para promoção do desenvolvimento era a industrialização e a região continuava a caracterizar-se pela economia agrária constantemente assolada pela falta de chuvas, era preciso lançar mão de um dispositivo Estatal (uma vez que o desenvolvimentismo continuava a ser a política de governo adotada) que promovesse ali, as bases para dar suporte à crescente modernização do Sul. No texto do PDEN, fica claro o entrave que a região representava para o desenvolvimento do país, principalmente se colocada em comparação ao Sul.

A afirmativa apoia-se naquele mesmo discurso de seca; segundo o qual, a região, até fins da década de 50, não podia "se manter" sem que quantias vultosas provenientes do Governo Federal fossem usadas em programas (obras e gastos) assistencialistas, quase sempre justificados pela falta de chuvas. Assim, a proposta de geração de energia elétrica – apresentada como maneira de possibilitar o crescimento do setor industrial – surgia em estreita relação com os planos de desenvolvimento, enquanto promotora da superação dos problemas nordestinos.

Além disso, tanto o Plano Inaugural quanto os planos que se seguiram à criação da SUDENE defendiam que a economia de subsistência configurava um entrave ao crescimento da faixa monetária da população. Sendo assim, as terras produtivas deveriam ser destinadas àqueles que podiam gerar emprego e renda e, por conseguinte, dar aos pequenos produtores o poder de compra. Com isso, não seria mais necessária a produção de itens primários de consumo, mas a implantação

[28] Em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é criada em substituição à SPVEA.

de grandes fazendas que fornecessem matéria prima para a indústria, como algodão, a cana, etc. (SUDENE, 1967)

Deste modo, não é à toa que o economista brasileiro Celso Furtado – que integrou a equipe da CEPAL durante o governo Vargas – foi chamado, à convite de Kubitscheck, para coordenar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.[29] Ora, familiarizado com as políticas da CEPAL, Celso Furtado faria a devida articulação com os projetos de barragens, estradas e aeroportos, constantes nas metas de planejamento da Superintendência e financiados pelos bancos internacionais. Assim, o Estado brasileiro se ajustava às demandas de desenvolvimento dos organismos internacionais, na medida em que os recursos para financiamento, via Banco Mundial, iam sendo facilitados.

Desta forma, se no recorte feito pelo governo Kubistchek a barragem de Sobradinho não constitui ainda um dispositivo de poder, é tão somente porque os esforços políticos neste momento estavam voltados para a construção de algo ainda maior: a SUDENE. Por outro lado, se é ela que legitima a condução do desenvolvimento no NE, e se é a produção de barragens, que garante o fornecimento de energia para a indústria, mais cedo ou mais tarde, Sobradinho acabará implicada neste processo. No entanto, neste momento, como ao longo do governo Vargas, as condições de possibilidade para sua efetuação ainda não tinham sido dadas.

Para finalizar este movimento, resta tratar de nova ruptura estabelecida a partir dos dispositivos de resistência que emergiram na política brasileira entre o final do mandato de JK e o breve governo de João Goulart.

A decisão política voltada para promoção do desenvolvimento fez render, ao fim do governo Kubistchek, problemas sociais que se somavam desde o governo Vargas. Assim, quando, em 1961, João Goulart chega à presidência – pressionado pelas demandas das camadas populares e dos movimentos sociais – são iniciadas as discussões para a formulação das reformas de base, que incluía: “reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária” (FERREIRA, 2012), além de propor a regulamentação para a entrada dos investimentos estrangeiros no país e uma maior intervenção do Estado na economia.

As reformas de base tentavam responder a uma insatisfação generalizada que acabava, naquele momento, por constituir um dispositivo de resistência, mas, “Uma coisa é resistir ao poder; outra é dele escapar. A resistência é o que dá à fuga condição de possibilidade” (MACHADO, 2000, apud MARCELLO, 2004, p. 209).

[29] É a discussão resultante deste grupo que, posteriormente, fornece as bases para criação da SUDENE.

Assim, para estabelecer relações com os dispositivos *macropolíticos* de poder que foram elencados até então, é importante dizer que ambos fazem parte da mesma estrutura política, pois "a resistência não existe como o outro do poder, como algo externo ou fora dele. [...] 'qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder'." (MACHADO, 2000, apud MARCELLO, 2004, p. 209). As ações de resistência, até para que possam ser notadas, precisam funcionar dentro do sistema de poder ao qual pretendem se opor. Elas não se expressam pela ruptura total com as formas de coerção aplicadas; atritam-se com elas; criam neste atrito (num âmbito molar) possibilidades de enfrentamentos, ao passo em que, num nível molecular, podem sempre produzir desvios, rotas de fuga, escapes.

Molar e molecular[30] são modos de referência utilizados por Deleuze e Guattari (vol.3, 1995) para pensar como as ações políticas atuam em diferentes níveis de organização, não por oposição, mas por complementação: o molar (duro) se estabelece por imposição, enquanto o molecular se infiltra, se insinua. Este duplo estado de coisas reforça que a coexistência de ações de naturezas distintas, molares e moleculares; *macro* e *micropolíticas,*[31] num mesmo corpo social não é contraditória e sim necessária para a viabilização das ações.

> Opor uma política molar das grandes organizações, presentes em qualquer nível da sociedade (micro ou macro), a uma função molecular que considera as problemáticas da economia, do desejo, igualmente presentes em qualquer nível da sociedade, não implica uma valoração na qual o molecular seria o bom e o molar, o mau. Os problemas se colocam sempre e, ao mesmo tempo, nos dois níveis. (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p.133)

Por isto, é que, se por um lado, era o próprio Estado (durante o governo de João Goulart) que tentava promover a operacionalização das reformas de base, por outro, elas representavam os desejos emancipadores de toda uma população – encabeçada por movimentos sociais, articulados com trabalhadores urbanos e rurais (FERREIRA, 2012) – que pressionava o governo pela sua implementação. Assim, a ação molar, dura, organizada de Estado, dava vazão às ações molares de resistência – ações ligadas às estratégias *macropolíticas* de poder, mas que não são produzidas por elas –; neste embate, ou melhor seria, nesta soma de esforços, certamente surgiriam forças moleculares de dispersão.

Tomando o ensejo das reformas de base, ao longo da década de 1960, é a vez da Igreja se organizar para apoiar as classes populares. Através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)[32] são levantadas

[30] Na dissertação esses conceitos não são apropriados, mas a eles se remete quando se escreve sobre o duro e o maleável.

[31] Outras articulações entre molar e molecular; entre *macro e micropolíticas* são feitas mais adiante (ver página 90)

[32] "As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paroquias de periferia, as comunidades podem

as demandas das populações urbanas e rurais que reivindicam condições básicas de moradia, infraestrutura, terras para plantio, etc. O papel dessas comunidades era fortalecer as organizações sociais autônomas, a despeito de ter sua origem organizacional centrada na Igreja (BETTO, 1981).

Deste modo, a formação das CEB's não se desvinculava dos ideais difundidos pela Teologia da Libertação que propunha uma aproximação da Igreja aos problemas sociais enfrentados pela população, defendendo que esta aproximação deveria tornar-se prioridade entre as atividades desenvolvidas pela Instituição. O papel desempenhado pelas CEB's, em todo o país, reforçava ainda, os diferentes níveis de atuação assumidos pelas forças políticas envolvidas. A Igreja, instituição que num nível molar, apresenta-se conservadora, cheia de regras e hierarquias e que por seu poder de articulação com a população sempre esteve ligada às forças políticas de Estado, desempenha, num nível molecular – principalmente durante a ditadura militar – um trabalho junto à população, que faz emergir, neste processo, seus desejos de expressão e criação "que não conduzem, de maneira alguma, a uma política reacionária e de conformismo" (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p.133), evidenciando, uma vez mais, este duplo estado de coisas que permeiam as ações produzidas no âmbito do poder ou da resistência.

É importante dizer, que no processo de deslocamento causado por Sobradinho, a população, principalmente rural, receberá forte apoio da Igreja Católica – reflexo das CEB's na região do vale do São Francisco. Isto se torna evidente no momento em que os padres das paróquias locais assumem defender a população contra as arbitrariedades praticadas pelo Estado, ali representado pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

TERCEIRO MOVIMENTO: DITADURA MILITAR (1964-1985)

O golpe militar, de 1964, inviabiliza as articulações do Estado com os movimentos sociais e encerra as discussões sobre as reformas de base. A ruptura se estabelece em torno das restrições impostas pelo regime. O novo período desenvolvimentista aí iniciado, ao contrário dos modelos exercidos durante os governos anteriores, é implementado a partir de uma organização estatal já estruturada, com quadro técnico formado e uma série de propostas de planejamento em curso. Neste momento, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) já podem contar com a casa arrumada, pronta para cumprir a proposta de colocar o Brasil entre os países desenvolvidos.

---

estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem" (BETTO, 1981, p. 7).

Deste modo, os esforços de governo se concentram na retomada dos projetos de integração nacional (iniciado por Vargas) e do crescimento industrial, impulsionado pelas políticas energéticas e de infraestrutura. É através da realização de obras de grande porte, financiadas com recursos internacionais, que se espera atingir a proposta do lema "Brasil grande Potência".

> [...] os primeiros anos do Governo Militar buscaram conciliar a estabilização macroeconômica com a preservação do crescimento [...].
>
> As reformas promovidas logo no inicio da nova administração tinham esses objetivos em mente. Além da reforma monetária, [...] **o governo deu especial atenção à recuperação da capacidade de o setor público mobilizar recursos para financiar o desenvolvimento**. Assim, a reforma tributária cumpria o papel de gerar os recursos necessários ao financiamento das ações a cargo do Estado, ao passo que a adoção de novos mecanismos de poupança compulsória, materializados na criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), abria espaço para o financiamento de investimentos na infraestrutura urbana (habitação e saneamento), que contribuíam para melhorar a competitividade das cidades e reduzir as carências sociais. (REZENDE, 2010, p.3-4, grifos nossos)

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento abrem, assim, uma temporada de articulação entre os processos de urbanização e o crescimento industrial, que tem nas obras do BNH (Banco Nacional de Habitação) a legitimação desta integração. Assim, a produção em escala, dos grandes conjuntos habitacionais desponta, em cada canto do país, representando, a um só tempo, a ação do governo na redução do déficit habitacional e a dinamização da economia brasileira, agenciada com o capital imobiliário nacional – estratégia que será retomada durante o governo Lula na implantação do Programa Minha Casa Minha Vida.

O impulso dado ao setor energético neste período atende ao mesmo propósito: o de servir como via de mão dupla ao desenvolvimento nacional, uma vez que a produção energética servia à indústria brasileira (através do fornecimento de energia) e à dinamização da economia (através da construção de barragens). Isto faz tanto sentido, que é neste período que o Ministério de Minas e Energia é reestruturado; que são criados o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS); e que mais de 30 usinas hidrelétricas são construídas, entre elas, a barragem de Sobradinho. (SCALABRIN, 2014)

Edcarlos Silva (2010) relata o quanto a criação da Eletrobrás, nos anos 1960, fortalece o poder de ação da CHESF, aumentando o seu capital e interferindo na sua organização técnica e logística. De sua fundação, em 1945, até aquele momento, a Companhia construiu e passou a administrar um complexo de usinas hidrelétricas – formado por Paulo Afonso I, II, III e IV, e Sobradinho – e começava a incorporar outras barragens existentes, "numa expansão que contava com o favorecimento de financiamento público, no embalo do desenvolvimentismo que, originário dos Governos Vargas e Kubitschek, cresceria muito após a ascensão dos militares ao poder" (p.161). Além do mais, segundo o autor, a atuação da CHESF na construção de barragens caía muito bem, como instrumento de

propaganda de governo, uma vez que simbolizava a "transformação de um espaço estéril em algo produtivo" (p.161), argumento, que encontrava nos discursos da seca e nas políticas da SUDENE as suas bases de sustentação.

> A tônica, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. **Como se tudo começasse - o processo, a vida história - com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição**. (GERMANI, 1993, apud SILVA, 2010, p.118, grifos nossos)

Barragem como dispositivo do poder de Estado

Se todos os discursos produzidos, desde Vargas, foram necessários para colocar a barragem no regime *macropolítico* de uma vontade de verdade, o Decreto-Lei nº 1.207 de 1972,[33] é o que legitima a implantação de Sobradinho enquanto dispositivo; um dispositivo de poder que se transforma a cada movimento do discurso desenvolvimentista: No governo Vargas se estabelece como projeto distante; no JK começa a ganhar corpo através do planejamento da SUDENE; com Jango é deixado de lado para dar conta de emergências sociais; com os militares torna-se enfim, dispositivo, mas continua transformando-se nas gestões seguintes.

E se as transformações operadas pela barragem quando da sua implantação não podem ser percebidas no contexto dos discursos nacionais – uma vez que nesta escala eles aparecem formatados sob o argumento do benefício trazido pela produção energética – em escala local, e até regional, a sua presença é percebida de maneira impactante ainda hoje, através da memória dos que residem nas cidades reconstruídas; através dos projetos dessas mesmas cidades e da dureza de sua implantação; através mesmo de um rápido olhar direcionado ao mapa do Rio São Francisco – o mapa também como produtor de discurso –, onde a presença da barragem marca a diferença no seu curso. Como pode ser visto abaixo:

[33] Este Decreto cria o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e destina recursos para a construção de eclusas e urbanização das cidades, que serão construídas em função da implantação do reservatório de Sobradinho. (BRASIL, 1972)

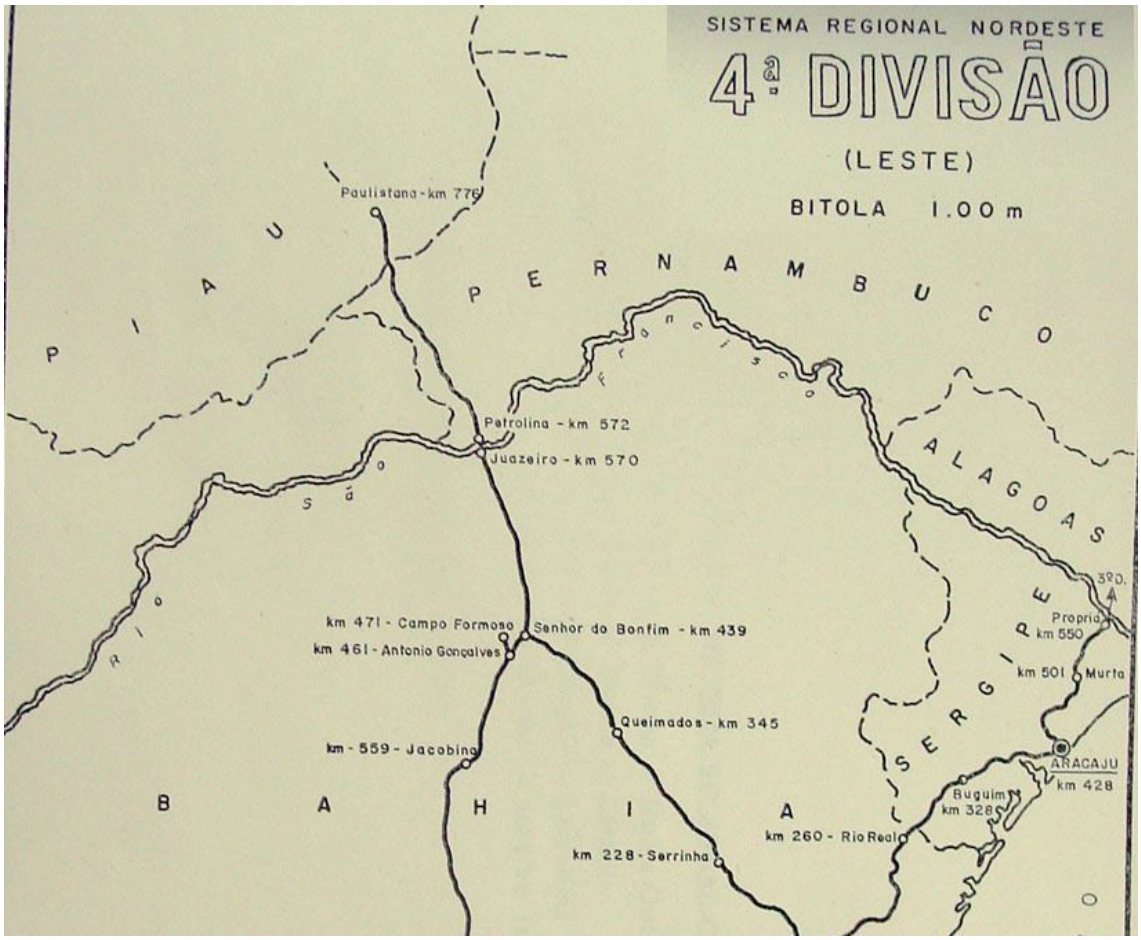


Figura 4. Imagem do trecho do Rio São Francisco antes da barragem. (Fonte: Ferrovias do Brasil, 1970).

Figura 5. Três escalas do São Francisco (da direita para a esquerda): o reservatório configurado pela implantação do complexo de Paulo Afonso, onde funcionam, em paralelo, **cinco** usinas; o Rio em seu curso normal; e a extrusão provocada pela barragem de Sobradinho, onde funciona apenas **uma** usina hidrelétrica, mas cujo impacto é perceptível até visto do alto, em escala 1:1.000.000.000. (Fonte: Google Maps, 2015. Edição: Joaquim Nunes, 2015).

É importante esclarecer que até a publicação do Decreto, o projeto de Sobradinho se limitava à construção de um reservatório que faria o controle das águas do rio durante os períodos de cheia e estiagem, como forma de dar suporte ao sistema de usinas de Paulo Afonso[34] (PEREIRA, 2009). Além disto, era parte do seu escopo, a retomada da navegação do Rio São Francisco e a implantação de projetos de irrigação, no entorno do lago. Foi somente no decorrer do processo de seu planejamento – com a crise do petróleo,[35] no início dos anos 1970 – que a produção de energia foi inserida nas metas do projeto. A alteração foi tão bem sucedida, que esta passou a ser o mote da obra e motivo de orgulho e propaganda para o governo. (CEEIVASF, 1987)

Assim, em 1973, a CHESF – empresa subsidiária ELETROBRAS – dava início à construção da hidrelétrica, implantada 40 Km a montante (rio acima) das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), na atual divisa dos municípios de Sobradinho e Casa Nova. A obra causou o represamento de parte do Rio São Francisco e a formação de um lago artificial que, em sua cota máxima, chega a atingir 300km de extensão e larguras variáveis de 5 a 40 Km. (CEEIVASF, 1987)

A partir deste momento, uma série de ações vão sendo articuladas para dar sustentação à concretização da barragem. Em janeiro de 1974, as terras destinadas ao reservatório, são declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação (BRASIL, 1974). Em março do mesmo ano, um novo Decreto declarava como área de interesse da Segurança Nacional os municípios de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, que durante os dez anos subsequentes teriam os seus prefeitos nomeados pelo presidente da República. (BRASIL, 1974a)

No ano de 1979 a usina entrava em operação e o reservatório alcançava os municípios de Juazeiro, Xique Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, inundando 26 povoados rurais e as sedes municipais das últimas quatro cidades (CEEIVASF, 1987), causando o deslocamento de 70 mil pessoas que, além de terem que deixar os lugares em que viviam, precisaram reformular toda a sua lógica de produção e organização social. (MARTINS COSTA, 2013; ESTRELA, 2004; PEREIRA, 2009)

Deste contingente populacional, uma pequena parte habitava as áreas urbanas, configuradas pelas sedes dos municípios; a outra parte (cerca de 80% das famílias atingidas) ocupava as extensas áreas rurais – beiras do rio, ilhas, áreas de caatinga e povoados. Para cada uma delas, deveria ser dada uma

[34] O complexo de Paulo Afonso é formado por cinco usinas hidrelétricas: Paulo Afonso I II, III e IV (localizadas no município de Paulo Afonso) e Moxotó (situada no município de Delmiro Golveia). As usinas de Moxotó e Paulo Afonso IV foram construídas em paralelo com a barragem de Sobradinho, sendo concluídas em 1977 e 1979, respectivamente. (CHESF, n.d.)

[35] A crise do petróleo causou a elevação dos custos para instalação e manutenção de termoelétricas. Com isto, a implantação de hidrelétricas tornou-se ação prioritária de governo, fazendo com que a finalidade do projeto Sobradinho fosse alterada no decorrer do processo. (CEEIVASF, 1987; PEREIRA, 2009)

alternativa que “compensasse” as perdas sofridas, entretanto, o decreto de 1972, garantia recursos para a construção da barragem e para a “Reurbanização ou relocação de cidades e vilas” (BRASIL, 1972), mas nada constava a respeito dos custos que envolvia o trabalho a ser realizado com a população rural.

Havia neste momento, uma evidente mobilização do Estado para atender às cobranças dos organismos internacionais. Como condição para a liberação dos recursos financeiros, a ONU, através do Banco Mundial, exigia dos governos militares a elaboração de planos sociais participativos que deveriam prever o envolvimento da população na sua concepção, implementação e avaliação (ESTRELA, 2004). Tal exigência foi motivada por avaliações feitas por equipes técnicas sociais, vinculadas ao Banco, que detectaram problemas graves na implantação dos programas destinados aos pequenos produtores da região.

Assim, foi somente em 1975, que o Estado brasileiro firmou um convênio entre a CHESF, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a ANCAR-BA (Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural da Bahia) para tratar das questões sociais. À CHESF caberia o pagamento de indenizações das terras e das benfeitorias (casas, cercas, etc.) que, por ventura, tivessem sido construídas por seus ocupantes, além de transferir a população urbana para as novas sedes dos municípios que seriam construídas; as desapropriações e o reassentamento nas áreas rurais seriam mediadas pelo INCRA; por fim, a ANCAR-BA se encarregaria do cadastramento das famílias e da disponibilização de material necessário à transferência. (ESTRELA, 2004)

Se nas áreas urbanas a casa deixada poderia ser trocada[36] por outra na nova cidade, o mesmo não acontecia nas áreas rurais. Primeiro, porque a Companhia só indenizava aqueles que tinham título de propriedade, e isto, só alguns dos grandes fazendeiros possuíam – a maior parte das famílias ocupava e produzia nos lugares denominados terras de trabalho[37] –, depois, mesmo que as pequenas porções de terra fossem indenizadas, os recursos pagos referentes a elas, não resolveriam o problema dos pequenos produtores. (ESTRELA, 2004)

Parry Scott (2012) defende que toda grande obra envolve esforços técnicos que, do planejamento à execução, passam por “objetivos hierarquizados bastante claros” (p.125). Nesta escala hierárquica as forças produzidas não se equivalem: o Estado, por mais resistência que encontre para a execução dos seus projetos de desenvolvimento acaba por conseguir implantá-los; as populações, por outro lado,

[36] É muito comum entre os moradores das cidades reconstruídas (Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado) o uso do termo “casa de troca” para referir-se à casa recebida em troca da que foi deixada na cidade inundada.

[37] Essas terras podiam ser parte de uma grande fazenda (e nesse caso era o seu proprietário quem seria indenizado, não o trabalhador comum), ou terras de ilhas e da vazante do rio (cujo proprietário era o próprio Estado).

por mais condicionantes que coloquem à sua execução, acabam, por fazer muitas concessões; "o que sobra [...] são, como dizem os planejadores, medidas para 'mitigar' os impactos" (p.125). E aquilo que se depreende dessas grandes obras é que os procedimentos adotados para promoção do desenvolvimento considera a padronização dos modos de fazer que pouco, ou nada, tem em comum com os aspectos cotidianos do lugar que se propõe intervir, mas que causam um impacto social, muitas vezes ocultado sob a propaganda dos benefícios produzidos.

> Invariavelmente há duas ordens de objetivos de grandes obras. A primeira está calcada em termos de objetivos de ordem maior que favorecem o alcance de metas mensuráveis em índices de produção associadas à ideia de desenvolvimento, costumeiramente justificada com referências gerais a grandes contingentes de populações beneficiadas. A segunda ordem de objetivos, citada obliquamente, diz respeito à população que será atingida diretamente pelas obras propostas e que precisa de "medidas mitigadoras" para amenizar as suas perdas. Por mais que haja esforços de retraduzir os objetivos de segunda ordem em um linguajar de benefícios diretos, essas medidas terminam por entrar nos balancetes das obras como custos, e não como benefícios, do projeto. (SCOTT, 2012, p. 122-3)

Disto depreendem-se as relações de saber e poder (FOUCAULT, 2001), organizadas por forças hegemônicas, que no caso de Sobradinho, são produzidas pelo Estado e pelos organismos internacionais. Ora, as estratégias de desenvolvimento lançadas por estas estruturas são sempre respaldadas por um saber técnico que as sustenta: os cálculos feitos sobre área e população a ser atingida, a previsão do impacto causado, as soluções de reassentamento de populações, a definição dos projetos a serem executados, etc. Tudo isso junto estabelece um discurso de poder, amparado pelo discurso de saber – o saber técnico – que pela sua linguagem própria estabelece a distância necessária entre a ação fixada e a população impactada. E aqui novamente, minoria e maioria, não geram forças equivalentes; por mais condicionantes que sejam colocados, os projetos protegidos pelo guarda-chuva do desenvolvimento dificilmente batem em retirada.

Assim, se os parâmetros utilizados pela CHESF para os pagamentos das indenizações já haviam causado desgastes, a indefinição quanto ao local de reassentamento das famílias rurais gerou grande impasse entre a Companhia, a população – que não aceitava sair de suas terras, ainda mais sem qualquer previsão de receber outra em troca – e a Igreja, que entrou em defesa das famílias atingidas. Assim, como eco da discussão política assumida pelas Comunidades Eclesiais de Base, no resto do país, o apoio da Igreja chega à região de Sobradinho, inicialmente através dos padres das paróquias locais, e na sequência, com maior força, quando o Bispo Dom José Rodrigues assume a Diocese de Juazeiro, em 1975.

A participação do Bispo no enfrentamento com o Estado é relatada em vários trabalhos relacionados à questão de Sobradinho. E se num primeiro momento, quando do anúncio da realização da obra, a Igreja se colocou ao lado do desenvolvimento nacional, no decorrer do processo, ela assume posição

favorável à população. A figura de Dom José Rodrigues é fundamental neste processo, não só por apoiar a população, mas por colocar-se como seu interlocutor com o Estado. (PEREIRA, 2009)

Fato é que com a realização do convênio com o INCRA, a CHESF – que chegou a oferecer a opção de reassentar as famílias rurais na borda do lago – voltou atrás na decisão, amparada por parecer do Instituto que alegava que a área não poderia ser ocupada devido à "problemas de segurança, indisponibilidade de terras para todos e a má qualidade do solo" (ESTRELA, 2004, p. 98). Entretanto, sabe-se que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) tinha outros planos para aquela área, qual seja: desenvolver a agricultura irrigada voltada para a exportação com colonos[38] provenientes de outras áreas – e a população local era considerada desqualificada para assumir tal empreitada. (MACHADO, 1987, apud ESTRELA, 2004)

Um parêntese precisa ser aberto:

Em 1969 a SUDENE completava dez anos de fundação e o governo vigente continuava a apropriar-se deste instrumento para aplicação das políticas de promoção do desenvolvimento.

> **Encerrada esta década em que tanto se ouviu falar da SUDENE, mede-se o acerto de sua criação,** muito menos pela elevação dos índices econômicos e pelos sinais do surto de progresso, e **muito mais no despertar do espírito empresarial e de uma mentalidade nova, voltada para o desenvolvimento**, confiante no futuro.
>
> É oportuno declarar que o meu governo se identifica com a obra de seus antecessores no Nordeste, dando tudo de si para aperfeiçoá-la e acelerar-lhe a impulsão. (MÉDICE, 1969, p.68-9, grifos nossos)

A evidência de que o projeto da barragem articulava as Políticas Nacionais de Desenvolvimento com a Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (PDEN), lançada pela SUDENE, se mostra na declaração do então presidente e na execução das ações propostas ainda nas primeiras diretrizes da Superintendência. A necessidade de impulsionar o crescimento industrial da Região sugeria a produção energética, associada às ações de produção agrícola em grande escala, ou seja, a implantação da agricultura irrigada. Isto fica evidente em duas passagens do PDEN:

> Ao considerar as possibilidades de desenvolvimento da região úmida litorânea chegamos à conclusão de que **sòmente a industrialização poderá permitir uma efetiva elevação de produtividade e dos níveis de vida nessa importante faixa do território nordestino.** [...] Por outro lado, ao considerarmos o problema das zonas semi-áridas, fomos levados a concluir que **o ponto mais débil dessa economia é sua faixa de subsistência, isto é, a forma como ela se auto-abastece de gêneros alimentícios**. (SUDENE, 1967, p.76, grifos nossos)
>
> O que é indispensável é fundar a economia em bases principalmente monetárias. Desde que se retenha uma área para produção de alimentos, também esta deverá ser organizada em bases

[38] O termo colono é utilizado para fazer referência a pequenos produtores rurais. Entretanto, seu uso por agentes governamentais, está normalmente associado aos ocupantes ou "beneficiários" dos Projetos de Colonização implantados pelo INCRA entre os anos de 1964 a 1985. (ESTRELA, 2004; INCRA, n.d.)

> monetárias. **É de tôda conveniência tornar o abastecimento de alimentos independente, no âmbito da fazenda, do regime irregular de chuvas**. (SUDENE, 1967, p.75, grifos nossos)

Estas passagens explicitam o porquê da irrigação estar situada entre os planos iniciais da construção da barragem de Sobradinho e como isto ressoa na decisão de negar a distribuição dos lotes aos produtores locais, cuja economia sempre esteve relacionada à agricultura de subsistência.[39] Assim, o propósito era antes tornar esta população empregada das empresas que se instalariam ali[40] (para incluí-la na economia monetária), que dar prosseguimento ao seu "arcaico" regime de produção.

Além do mais, não só o modo de produção era considerado atrasado; o adjetivo servia também para qualificar as pessoas que ali viviam. Esta percepção pode ser considerada reflexo da construção de identidade do nordestino, reforçada pelos desenhos de Percy Lau e assimilada pelo pensamento hegemônico, da qual o engenheiro responsável da CHESF se apropria. Em carta à ELETROBRAS, datada de 1972, Eunápio Peltier de Queiroz afirma:

> […] é o homem altamente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e auto-suficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício das comunicações de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido. Assim, agarra-se ao rio, que lhe assegura a sobrevivência e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com seu rio, por afeição – O VELHO CHICO. **Socialmente, é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente do resto do país**. (CHESF, 2004, p.16, grifos nossos)

Fica claro neste relato que o antigo modo de vida deveria ser substituído, o quanto antes, por uma relação de mercado, onde fosse possível fazer correr o dinheiro e transformar aquelas pessoas em consumidoras. A escassez verificada pós-mudança acelerou esse processo e antes mesmo do que se pensava, a barragem, alinhada com as propostas de desenvolvimento da SUDENE, estabelecia o tempo da compra. "Os mantimentos 'trazidos de casa' [...] já haviam acabado, e as roças não estavam prontas ou não conseguiram suprir o consumo doméstico" (MARTINS COSTA, 2013, p.213); pela primeira vez seria preciso comprar aquilo que sempre fora produzido.

Fecha parêntese.

Ainda em 1975, com o avanço das obras, as agências de financiamento pressionavam a CHESF para a elaboração dos planos participativos. Entretanto, os critérios de participação exigidos eram

[39] A agricultura de subsistência constitui um modo de produção que tem como fim suprir as necessidades alimentares do agricultor e sua família.

[40] Na década de 1980 empresas nacionais e estrangeiras, incentivadas pelo Estado, se instalam na região para a produção de fruticultura irrigada, principalmente nos municípios de Sento Sé e Casa Nova. Tal incentivo não se desvincula das propostas de desenvolvimento do BID e BIRD, que na década de 1970, financiaram Projetos Públicos de Irrigação na Região do Sub Médio São Francisco (SECTI, 2008). Aliás, ainda hoje, estas empresas são responsáveis por boa parte das ofertas de emprego por temporada nestes municípios.

abrangentes demais para ser avaliada a sua efetividade, tanto assim, que no fim, o processo de indenização executado pela CHESF causou perdas e ressentimentos entre a população atingida, pela maneira arbitrária com que foi conduzido. De todo modo, foi somente neste ano, que ficou definido o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/ Serra do Ramalho), implantado em Bom Jesus da Lapa, como solução para o reassentamento das famílias rurais (ESTRELA, 2004). A partir de então, as equipes sociais se deslocaram para a área do reservatório com o objetivo de cadastrar e convencer as famílias a empreenderem a mudança.

Entretanto, a Lapa[41] (como é popularmente conhecida), apesar se estar situada à beira do Rio São Francisco, está distante das cidades atingidas, cerca de 700Km, por isso, não fica difícil supor o quanto as famílias resistiram em partir para lá. "O Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho surge assim, por imposição do Banco Mundial, como medida de impacto para resolver entraves, adiantar a agenda, acalmar os ânimos, abrandar os já impacientes caatingueiros, que, na iminência da expulsão, não viam destino satisfatório adiante". (SILVA, 2010, p. 223)

A demora na definição da área de relocação, quase coincide com o enchimento do reservatório, fazendo com que o tempo disponível para que a população avaliasse a alternativa que lhe era ofertada fosse muito reduzido. Além do mais, o Banco Mundial, que havia financiado o PEC, pressionava para que a população fosse transferida e assentada ali. Ainda assim, entre o enchimento do lago e a data estabelecida para realização das mudanças, ações de resistência foram empreendias quando da negativa de muitas famílias em aceitar a transferência para o Projeto de Colonização. Este fato pressionou a CHESF a criar, de última hora, um número limitado de lotes na borda do lago, aumentando as opções dadas à população rural.

Entre o final de 1976 e o início de 1977, parte do rio foi represada e, diante das águas que começavam a subir "inundando cidades e povoados ribeirinhos, em movimento contínuo" (MARTINS COSTA, 2013, p. 180), a retomada da opção Borda do Lago, pela CHESF, precisou ser feita em caráter de emergência. Assim o "enchimento do lago, a construção dos 'núcleos de reassentamento' (os novos povoados da borda do lago) e a relocação da população foram 'quase simultâneos'" (p. 180).

[41] É importante destacar aqui, que o fato do INCRA e da CHESF terem tratado as agrovilas como "terra prometida", fez com que muitos agricultores, confiantes nisto e na devoção religiosa que envolvia a cidade de Bom Jesus da Lapa, partissem em direção a esses assentamentos. Lá chegando, presenciaram a precariedade nas infraestruturas, na qualidade construtiva das casas, na ausência de gestão pública e enfrentaram as grandes distâncias percorridas entre seus lotes e a margem do rio (ESTRELA, 2004). A soma desses fatores acarretou no retorno de parte desta população que, sem recursos, terra ou moradia, uniu-se aos demais grupos que chegavam diariamente nas cidades recém construídas, impactando no cotidiano das suas relações sociais.

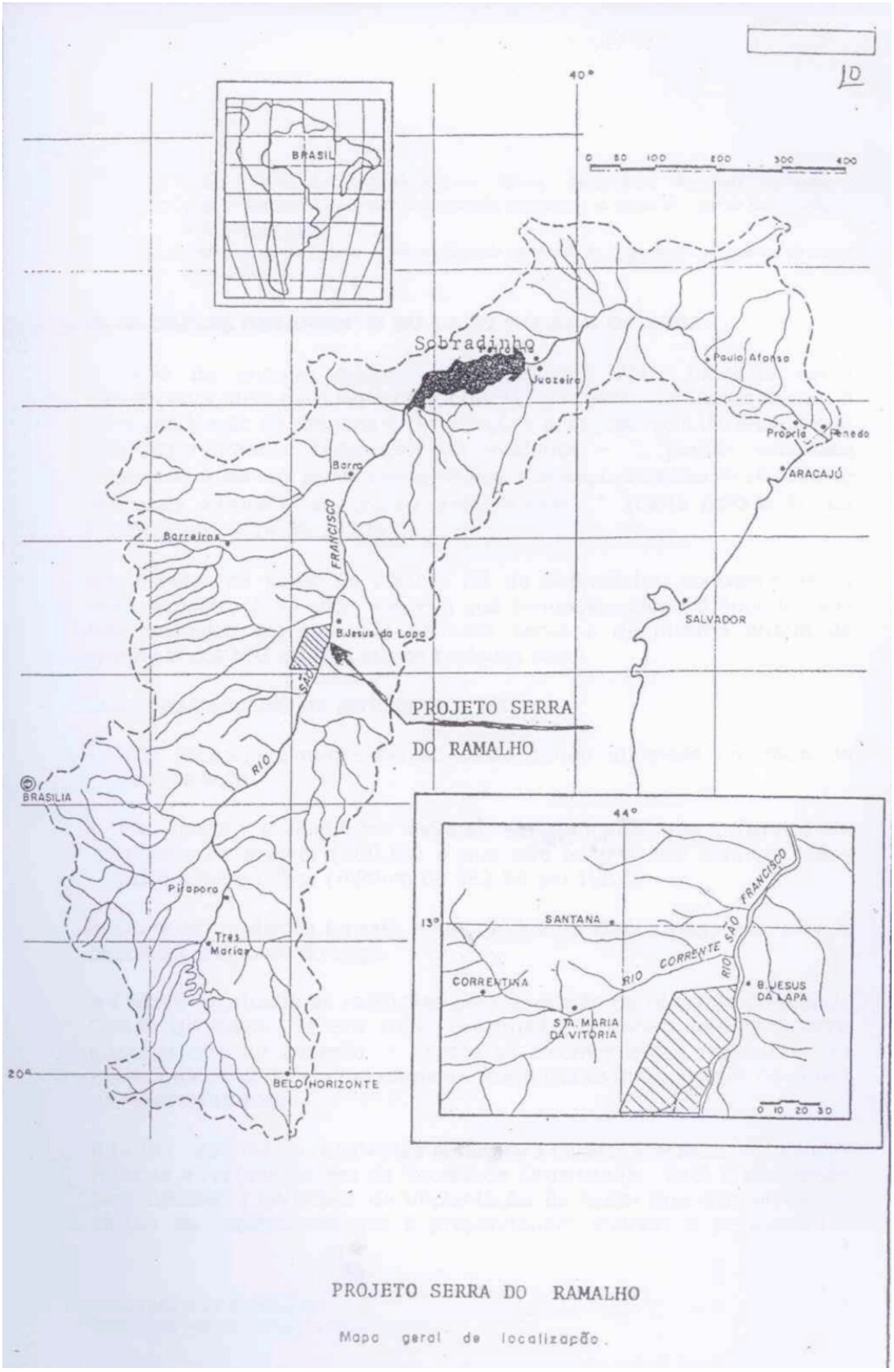


Figura 6. Localização do PEC/Serra do Ramalho em relação à barragem de Sobradinho. (Fonte: CHESF, 2004).

A Tabela I mostra bem as relações de escolha feita pelas famílias, frente às opções dadas pela CHESF. Embora se saiba que depois das escolhas feitas, muitos voltaram atrás e empreenderam, por conta própria, a mudança pretendida, é importante comentar sobre dois aspectos presentes na tabela montada pela Companhia. O primeiro refere-se ao número de famílias que optou pela relocação para os núcleos rurais localizados na borda do lago (2.653) frente à quantidade das que escolheram partir para Serra do Ramalho (1.013) – mesmo que esta tenha sido a opção mais enfatizada pelas instituições envolvidas no processo e defendias como a "melhor" solução. O segundo ponto deriva deste: Casa Nova foi o município onde maior número de famílias optou pela partida para o PEC/ Serra do Ramalho (652, contra 296 provenientes de Sento Sé, 21 de Remanso e 35 de Pilão Arcado). Tais números não podem ser tratados como casualidade, pois foi ali, naquele município, que a equipe social instalou-se para realização do trabalho que pretendia convencer as famílias rurais a aceitarem a transferência para as agrovilas.

		BORDA DO LAGO				SOLUÇÃO PRÓPRIA			PEC/	FALECIDO E	TOTAL
LOCAL DE ORIGEM		NOVAS CIDADES	NÚCLEOS RURAIS	CAATINGA	SUB TOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUB TOTAL	SR	DESTINO IGNORADO	GERAL
ÁREA URBANA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	24	1	-	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	39	2	9	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	PILÃO ARCADO	284	-	-	284	22	16	38	3	3	328
	SUB TOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0	0,8	89,8	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	PILÃO ARCADO	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	SUB TOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
	%	11,3	30,78	20,31	62,4	14,99	8,76	23,8	11,8	2,1	100
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	1.853
%		32,49	22,4	14,99	69,9	11,68	7,56	19,3	8,65	2,21	100

Tabela 1. Destino das famílias atingidas pelo reservatório de Sobradinho e reassentadas pela CHESF.
(Fonte: CHESF, 2004)

Figuras 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 . Barragem Sobradinho. (Fonte: Viagem pelo sertão, 2012).

Cidades como dispositivo do poder de Estado

> CNs [Cidades Novas] tão distantes; CNs tão próximas. Distantes no espaço; próximas pelas circunstâncias – uma segunda fundação. Cidades surgidas para ocupar o espaço (funcional, e não físico) de suas homônimas inundadas permanentemente por águas fluviais represadas. Cidades que precisam do tempo e das relações sociais para readquirir uma identidade, presente apenas na memória dos moradores e relacionadas a um espaço, agora, inabitável. Cidades afogadas, cidades mortas que deram origem a CNs, em sítios estrategicamente escolhidos para se adequar às novas realidades. (TREVISAN, 2009, p.157)

Ricardo Trevisan (2009), em seu trabalho intitulado "Cidades Novas", apresenta seis pontos norteadores para a construção de uma nova cidade: O desejo – enquanto vontade de uma pessoa ou grupo, de interesse público ou privado; a função, que estaria relacionada às razões política, econômica, social e/ou cultural para implantar esta cidade; a escolha do espaço – sítio – onde ela será fixada; os profissionais – técnicos envolvidos neste processo; o projeto; e por fim, o tempo – que marca a "presença de um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso" (p.88). A junção destes fatores garantiria, por fim, a formação de uma nova cidade qualquer.

Tal caracterização cabe bem ao período em que as cidades deslocadas por Sobradinho foram pensadas. Naquele momento, elas constituíam um dispositivo de poder tanto quanto a barragem em si, uma vez que a construção das cidades simbolizava o ideal de modernidade e desenvolvimento que se vinculava à produção de energia e ao progresso do país. A retórica de governo utilizada no trato com a população, segundo Siqueira (1992, apud SILVA 2010), apresenta o ideal de "uma nova cidade e novas terras numa era de desenvolvimento, empregos, modernidade, sem precedentes, marcados pela fartura de peixe, de eletricidade, em casas confortáveis, ruas espaçosas e planas." (p.204)

Fazendo então, uma aproximação com a cadeia genérica sugerida por Trevisan (2009), poder-se-ia construir a seguinte relação: O desejo estaria evidenciado na aplicação do discurso desenvolvimentista pelo Estado; a função, na implantação dos projetos de irrigação e na geração de energia elétrica para apoiar o crescimento industrial; a escolha dos sítios, pela maior proximidade do lago formado (desde que se mantivessem a salvo de novas inundações); os profissionais envolvidos variavam de técnicos do setor energético a assistentes sociais; a qualidade dos projetos mudava em função da empresa ou escritório responsável pela sua proposição e por fim o tempo, que era guiado por um calendário de obras que passava por cima de tudo para ser efetivado.

Assim, como marco dos trabalhos a serem desenvolvidos nas áreas urbanas, a Hidroservice – empresa consultora contratada pela CHESF – elaborou um levantamento contendo informações sobre a infraestrutura existente nas cidades e povoados que seriam alagados, além de "apresentar

recomendações quanto à localização das novas sedes municipais." (DUQUÈ, 1980 apud MARTINS COSTA, 2013, p. 178).

Feito isso, as cidades foram projetadas para ficarem completamente a salvo das cheias, dessa forma, mesmo naquelas onde se planejou uma proximidade com a beira do lago, o intento acabou fracassando, pois as variações no nível d'água, durante os períodos de seca, são tão grandes que, na maioria dos casos se torna inviável acessá-la a pé. Das cidades reconstruídas, apenas Sento Sé mantém uma proximidade maior, mesmo assim se anda muito até chegar ao lago. Pilão Arcado, por sua vez, ficou distante da linha d'água cerca de 20 km.

Assim, a despeito de novos povoados e núcleos urbanos terem sido projetados e construídos em área, supostamente, a salvo de enchentes, é importante dizer que nos anos seguintes à inauguração da barragem, duas grandes cheias (1979 e 1980)[42] atingiram não só as áreas de plantio situadas na borda do lago, mas cidades como a recém construída, Remanso. (SILVA, 2010, ESTRELA, 2004)

Figura 8.1. Nova Remanso atingida pelas águas com a cheia do lago em 1980 (Fonte: Cândido Coelho. In: Edcarlos Silva, 2010). Figura 8.2. Vazante do lago de Sobradinho a partir de Remanso, em novembro de 2012. Os olhos custam a alcançar a linha d'água. (Fonte: Viagem pelo Sertão, 2012)

[42] As enchentes ocorridas após o represamento do Rio pela barragem de Sobradinho ocasionou grande repercussão na mídia. Os questionamentos sobre a obra saiam assim, do âmbito local para serem discutidos nacionalmente, terminando com a formação da CPI das Enchentes, em 1983. (SILVA, 2010)

É interessante perceber como a preocupação com as cotas máximas do reservatório e consequentemente, a escolha de áreas "seguras" (ainda que depois prove-se o contrário), são tão determinantes na definição das coordenadas de localização das novas sedes. Apesar de publicação posterior da CHESF afirmar que questões como "os aspectos de acesso, a possibilidade de manter área agriculturável em torno das cidades, [...] proximidade da antiga sede [...] e proximidade do lago" (CEEIVASF, 1987) foram levadas em consideração para a demarcação dos novos sítios, é difícil visualizar esses aspectos a partir dos quadriláteros[43] inseridos sobre os mapas locais, como uma poligonal aleatória justaposta a um plano qualquer.

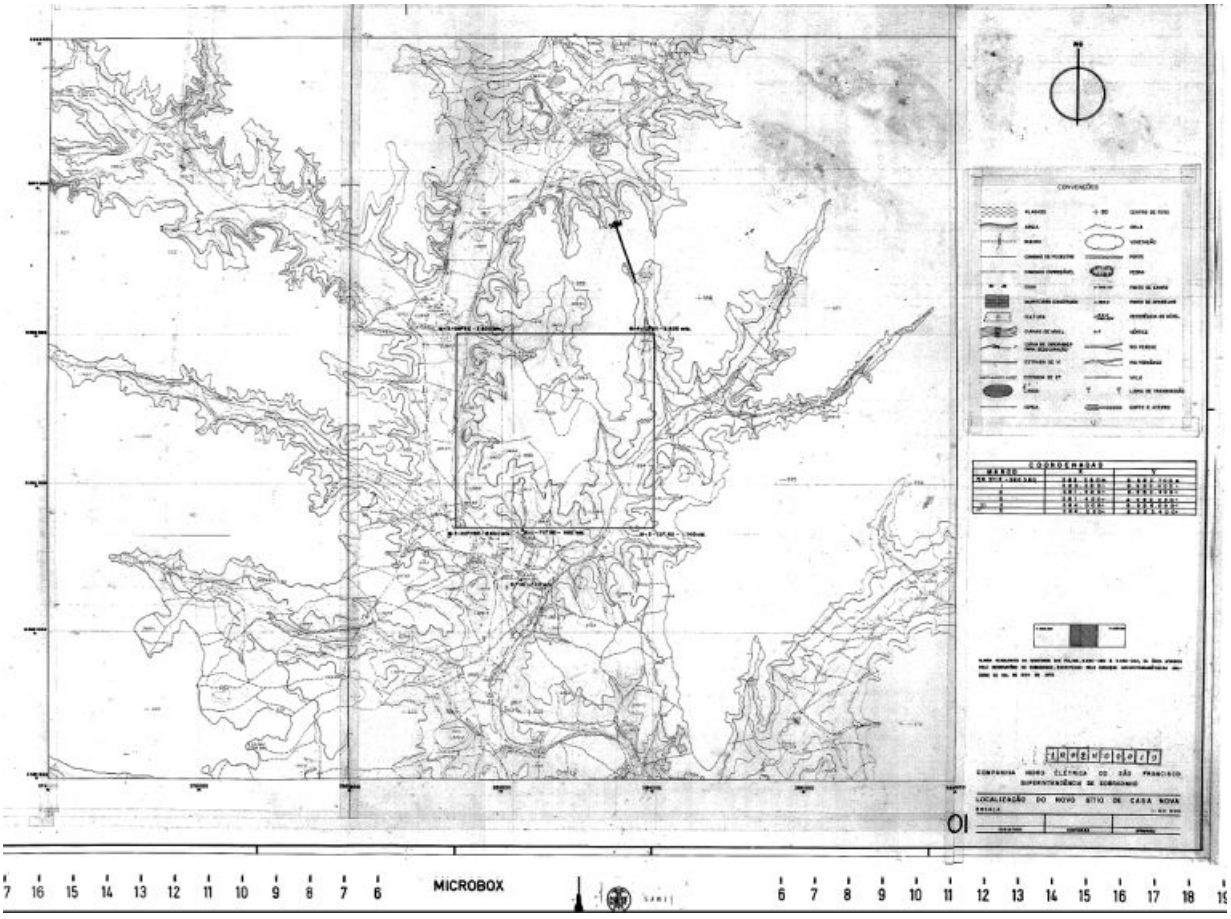


Figura 9. Localização do novo sitio de Casa Nova. (Fonte: CHESF/CPDOC, 1972)

[43] A demarcação dos quadriláteros de cada cidade foi definida pela Lei Federal nº 3.347 de 23 de dezembro de 1974, conforme exemplifica o trecho seguinte: "O município de Casa Nova terá como sede a cidade que, com esse mesmo nome, será construída na área situada na margem esquerda do riacho Cruz das Almas, a 15 (quinze) quilômetros do montante de sua interseção pela rodovia BR-235, até onde se estenderá o represamento do reservatório de Sobradinho, com a forma de um quadrilátero retângulo, demarcado pelas coordenadas geográficas dos seus vértices [...]." (BRASIL, 1974, grifos nossos)

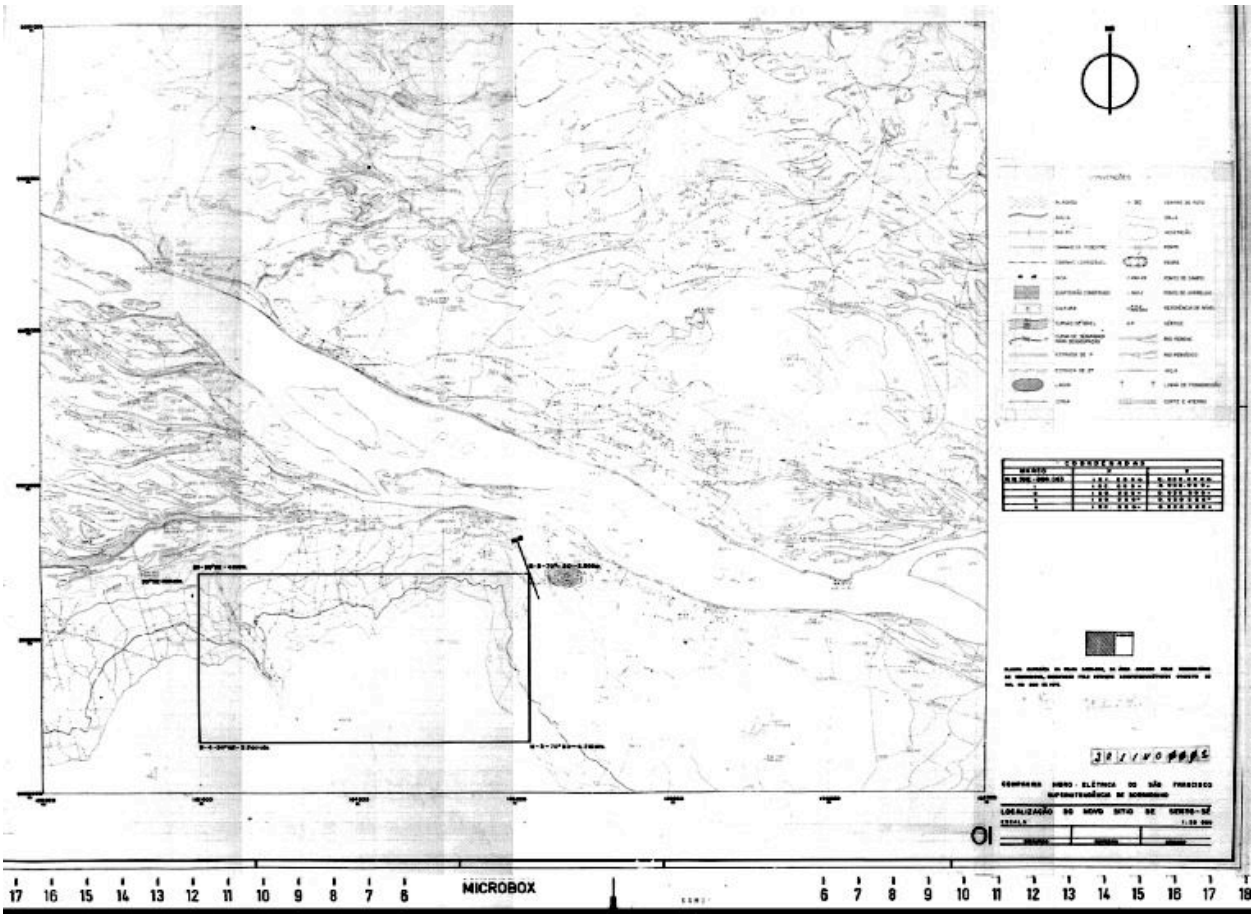


Figura 10. Localização do novo sitio de Sento Sé. (Fonte: CHESF/CPDOC, 1972)

Do mesmo modo como foi feito com a população – quando tudo o que se tinha foi inventariado para ser "ressarcido" em forma de indenizações –, com os territórios (matéria) urbanos relocados aconteceu o mesmo. A partir do levantamento feito pela Hidroservice, cada nova cidade recebeu o mesmo nome de sua antecessora e contou com os mesmos equipamentos públicos e institucionais existentes nela. Se havia uma escola e um posto de saúde em Casa Nova, era uma escola e um posto que seriam construídos (e não dois ou três). E assim foi feito com cada novo núcleo urbano reconstruído, a despeito de seus planos diretores preverem a expansão do município e consequentemente o aumento da população.

> [...] Agora veja você, o centro de cultura, o cinema, tinha duzentos lugares, eles só queriam fazer um cinema pra duzentos lugares... [...] Outra coisa é o seguinte: a cidade só tinha 70% de água,

> eles só queriam botar na nova Remanso 70% de água, a cidade velha de Remanso só tinha fossa, e eles não queriam fazer rede de esgoto, então tudo isso. [...] a igreja, cabia 150 pessoas, eles queriam fazer uma igreja pra 150 pessoas, a Prefeitura tinha 150 metros quadrados e eles queriam fazer uma prefeitura de 150 metros quadrados...[44] (CORTIZO, 2009, apud SILVA, 2010, p. 276-7)

Tal ideia de replicar os equipamentos nas novas cidades, com dimensões correspondentes aos preexistentes, era tão caricata quanto contraditória, uma vez que os planos diretores elaborados para cada uma delas reservava em seu entorno áreas de expansão que deveriam suprir as futuras demandas de crescimento urbano. Além do mais, os projetos elaborados propunham que tais expansões obedecessem a uma modulação predefinida que, nos casos de Sento Sé e Pilão Arcado, apareciam como carimbo a ser replicado em toda a poligonal.

Figura 11. Projeto para a sede de Pilão Arcado indicando, nas Quadras 6 e 7, a modulação a ser reproduzida quando da necessidade de expansão da cidade. (Fonte: CHESF/CPDOC, 1976)

[44] Embora Roberto Cortizo se refira ao processo que envolveu o projeto de Remanso, durante o trabalho de campo, alguns enunciados mostram que foi atitude recorrente da CHESF reproduzir nas cidades que seriam construídas, os mesmos equipamentos e serviços existentes nas velhas cidades.

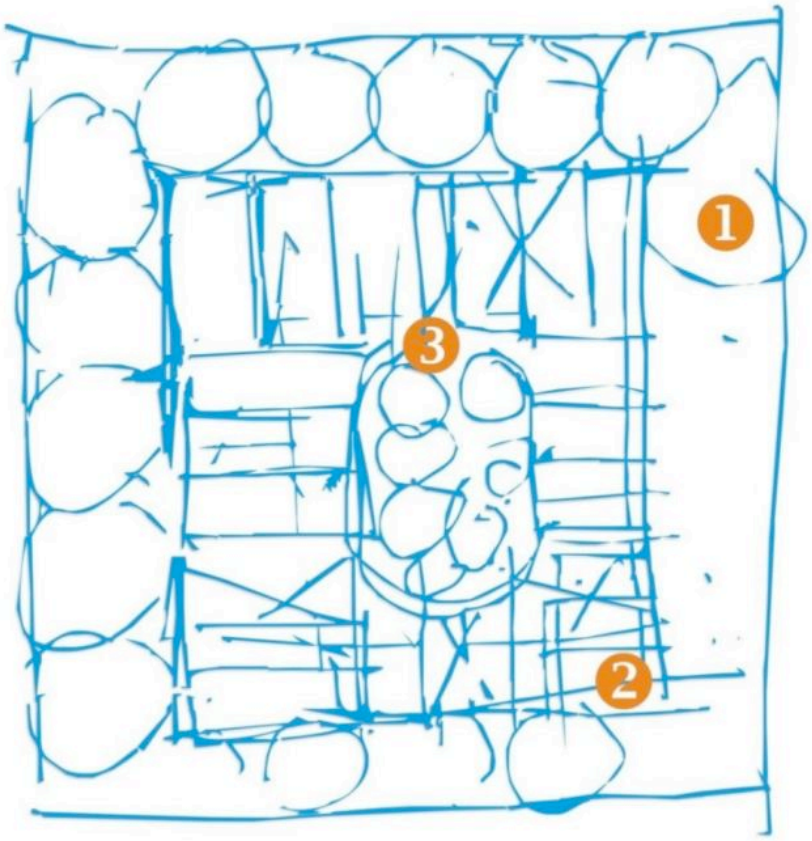
Das quatro cidades encobertas – Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado –, as duas primeiras teriam seus projetos de reconstrução elaborados pelo escritório de arquitetura e urbanismo PRO.urb, enquanto a Hidroservice, assumiria o planejamento das "novas" Sento Sé e Pilão Arcado. Assim, foi durante o processo de planejamento das novas sedes, que os primeiros planos diretores de desenvolvimento – que vinham sendo implantados nos grandes centros urbanos desde os anos 40 e 50 – foram elaborados para aquelas cidades, 30 anos depois. A construção da usina tornara-se um símbolo de modernidade e de desenvolvimento e a região de seu entorno precisava ser inserida nesta lógica através de ações de planejamento territorial.

Brasília ainda completava a sua primeira década e seus ideais urbanísticos pulsavam entre os arquitetos. Embora, desde a década de 1970, as discussões no campo do urbanismo, tivessem mudado,[45] as referências que chegavam à região de Sobradinho ainda estavam presas aos ideais modernos de Brasília – reforçados pelos arquitetos que participavam do projeto de Remanso e difundidos entre a população como referência de modernidade e progresso. Brasília era a nova promessa de futuro – e talvez este entendimento se justifique na partida de tantas pessoas das cidades reconstruídas para a nova capital do país –, isto pode ser percebido no relato de Roberto Cortizo (apud SILVA, 2010), um dos arLquitetos do PRO.urb que participava da elaboração do projeto urbanístico da nova cidade.

> [...] eu comecei a desenvolver um projeto muito influenciado pelo urbanismo modernista, moderno, Le Corbusier tava no auge, Brasília tava pipocando na cabeça de nós arquitetos, daí eu comecei a fazer um sonho – um sonho mesmo – que era uma quadra assim (desenhando) [...] assim...
>
> Era uma quadra que tinha mais ou menos esse desenho, isso eram lotes de casas, só que no terceiro ou quarto lote, era vazio, era uma entrada, e esse modelo se repetia por todo o entorno...
>
> [...] repare, esses lotes vazios, em torno de 250 metros de largura, então a ideia era que isso aqui fosse um pátio interno, todo arborizado, e que a largura dos passeios, fosse dez metros, pra você arborizar com árvores frondosas... (p. 205)
>
> [...]
>
> ... tudo isso aqui foi uma evolução gradativa, eu não cheguei a esse desenho gratuito, fomos discutindo e eles foram aprovando tudo isso... e o desenho da cidade ficou mais ou menos assim (desenhando), aqui tava a rodovia, aqui tava uma faixa de área verde, separando da cidade, porque aqui [entre a rodovia e a cidade] ficava gasolina, posto, oficina, etc, prostituição... e ai saíam duas ruas, mais ou menos assim, várias quadrinhas desse tipo que afinavam e iam dar no porto, e isso aqui, a área central, várias quadras desse tipo... e essa área central seria a área central da cidade, seria o centro cívico da cidade, teatro, igreja... (p. 208)

[45] Em 1961, Jane Jacobs publicava "The Death and Life of Great American Cities" questionando os preceitos modernistas da Carta de Atenas, principalmente o zoneamento por função. Na década seguinte, no Brasil, Carlos Nelson iniciava os trabalhos de planejamento participativo nas favelas cariocas, questionando o modo impositivo de pensar o planejamento urbano. Outras discussões surgiram no campo do urbanismo como críticas ao pensamento moderno que se impunha desde décadas anteriores, entretanto, tais discussões não alcançam aquelas cidades.

CROQUI DO PROJETO INICIAL PARA AS QUADRAS DA NOVA REMANSO-BA, POR ROBERTO CORTIZO.



1. Numa área em volta da quadra seriam plantadas árvores frondosas da flora local.

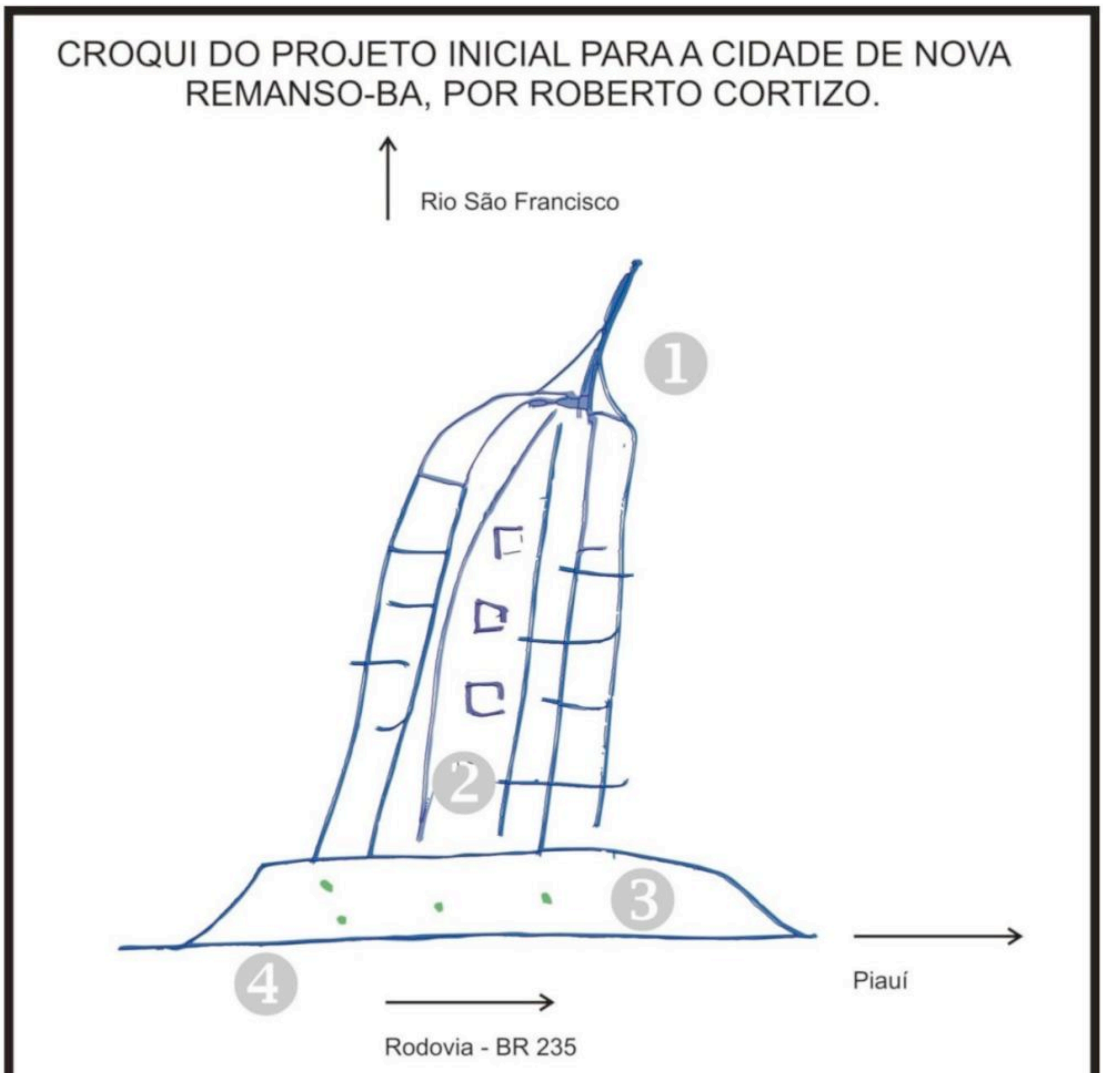
2. Os lotes seriam largos, com entradas para o interior;

3. O pátio interno comportaria mais árvores, provocando variação de microclima.

4. O modelo se repetia por toda a área da cidade.

Digitalização, tratamento e legendas: Edcarlos Mendes, 2009

Figura 12. Croquis das quadras para a cidade de Remanso, de autoria de Roberto Cortizo. (Fonte: Edcarlos Silva, 2010)



1. Vias principais saíam da área da rodovia e seguiam ao longo da cidade, convergindo para o porto.

2. Uma grande ala central gramada comportaria os prédios, cívicos e a igreja Católica.

3. Uma área de bosque com árvores nativas entre a rodovia e a cidade amortecia o barulho e isolaria a cidade das atividades ligadas ao rodoviarismo.

4. A Rodovia passaria por fora da área urbana.

Digitalização, tratamento e legendas: Edcarlos Mendes, 2009

Figura 13. Croquis do projeto inicial elaborado para a nova Remanso, de autoria de Roberto Cortizo. (Fonte: Edcarlos Silva, 2010)

Entretanto, é importante frisar que o ideal de modernidade era diferente para cada participante do processo. Para os arquitetos que discutiam o projeto ela estava vinculada ao urbanismo modernista "corbusiano", mas para o engenheiro da CHESF, responsável pela obra, Eunápio Peltier, este ideal estaria presente na relação cidade-rodovia que se colocava em oposição à anterior: cidade-porto. Aliás, é a partir de então que o transporte rodoviário começa a ganhar impulso na região, antes feito, majoritariamente, através do rio.

> Então quando ele viu o projetão [de toda a cidade] que levava até o porto, ele disse que a cidade não ia ter porto, aí eu disse, porque que não vai ter porto? Ele disse: porque a cidade não vive de porto. A cidade vive...
>
> Tem um estudo encomendado pela CHESF, que mostra estatisticamente, que Remanso é um entreposto comercial, antes de construir a Barragem de Sobradinho...
>
> [...], ela é um centro de redistribuição de mercadorias que vem desde Minas Gerais, nas gaiolas,[46] até chegar ao porto de Remanso [...]. Aí ele já começou a ficar puto da vida comigo, ele começou a dizer que não era dessa forma, e que ele queria que a rodovia passasse dentro da cidade, porque ele achava que a rodovia era a vida da cidade... (CORTIZO, 2010, apud SILVA, 2010, p. 210)

Com as discordâncias sobre o encaminhamento do projeto, o PRO.urb deixou que a CHESF assumisse a elaboração do plano urbanístico, que acabou reproduzindo o pensamento de Eunápio (SILVA, 2010): uma cidade estruturada a partir da sua principal via de acesso, de nome Eunápio Peltier de Queiroz. Esta Avenida corta toda a cidade e concentra a maior parte das atividades comerciais de Remanso.

A implantação do lago rompia toda a lógica preestabelecida. Mato adentro abriam-se clarões onde seriam implantadas as novas cidades. Pedaços de caatinga tornavam-se áreas urbanas, "subiam" de categoria na escala do desenvolvimento. O rio/lago seria administrado pela CHESF; as cidades continuavam dirigidas pelas prefeituras municipais, mas tornavam-se setorizadas e ordenadas por construções que se agrupavam em níveis sociais semelhantes, além de terem sido rompidas as relações imediatas com o rio; a caatinga deveria continuar a ser território (matéria) rural, só não mais destinado aos pequenos agricultores de subsistência (SUDENE, 1967) e sim, de onde se esperava que nascessem os projetos de irrigação e fossem implantadas as empresas de fruticultura.[47] Assim seriam

[46] Gaiolas eram os nomes dados aos vapores que levavam passageiros e mercadorias entre as cidades do Rio São Francisco antes da construção da barragem.

[47] Os municípios aqui trabalhados fazem parte da região identificada, pelo governo do Estado da Bahia, como APL de fruticultura e caprinovinocultura (SECTI, 2008). Segundo definição do Ministério do Desenvolvimento os APLs (Arranjos Produtivos Locais) "são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa". Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2& menu=300>. Acesso em: 10/06/2013.

criados os limites institucionais onde cada coisa seria definida a partir da demarcação dos novos territórios.

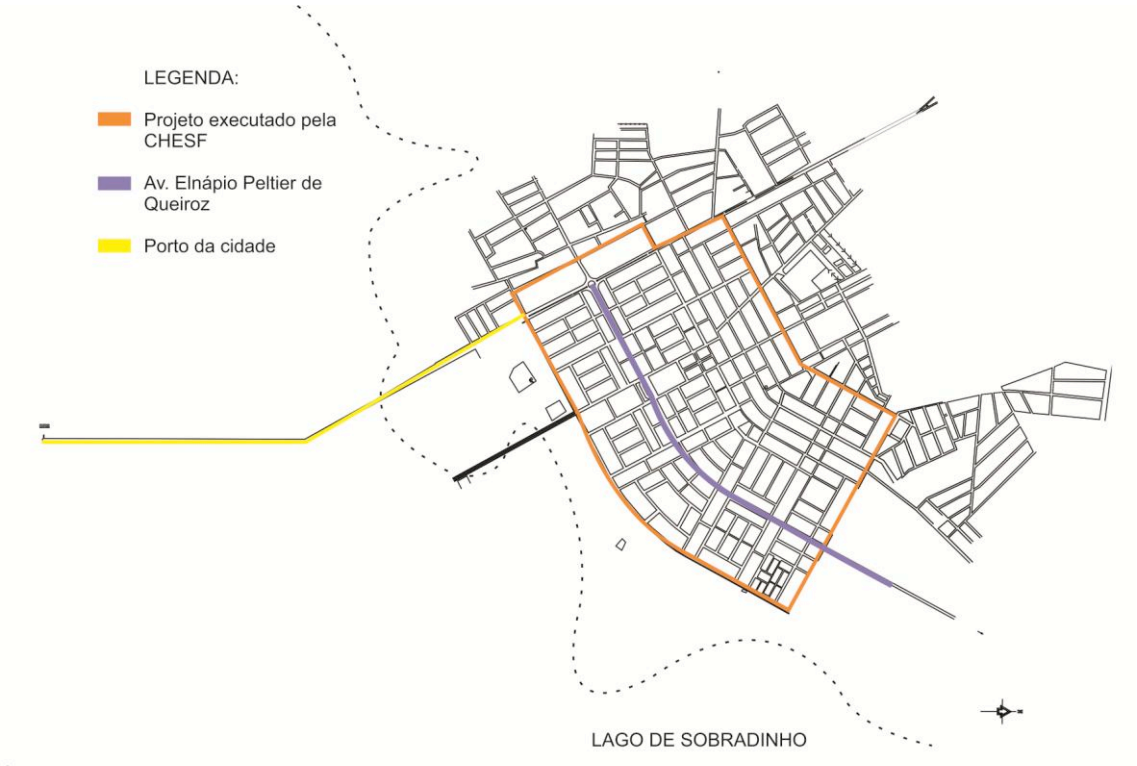


Figura 14. Mapa da cidade de Remanso
(Fonte: Prefeitura de Remanso, 2013. Edição: Jurema Cavalcanti, 2015)

Por último, é preciso dizer que a implantação da barragem alterou a relação das quatro cidades com o Rio. Primeiro, porque todas elas foram relocadas para as imediações do reservatório, logo, não mais rio corrente e sim lago; depois, devido à ampla variação do nível d'água e da necessidade de locar as cidades a salvo da cota de alagamento, todas elas resguardam uma distância muito grande até a sua margem. Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e a própria Remanso, como dito acima, se tornaram cidades cuja relação com a água foi completamente alterada.

QUARTO MOVIMENTO: GOVERNO COLLOR (1990-1992)

O quarto movimento, aqui trazido marca uma dupla ruptura na operacionalização do discurso do desenvolvimento. Primeiro porque ele se estabelece no momento da retomada da democracia na política brasileira, que faz despontar os diversos movimentos sociais reprimidos durante o regime militar, com seus desejos de mudança e propostas de reformas urbanas, agrárias, sociais, ambientais, etc. “A alta mobilização dos atores sociais e partidos encaminhou mudanças institucionais do Estado de direito, que se consolidaram na Constituição Brasileira de 1988, especialmente na universalidade de direitos sociais e de participação da cidadania.” (IVO, 2012, p. 196)

Segundo porque a partir a gestão Collor (1990-1992), a matriz desenvolvimentista – que guiou o planejamento nacional desde a era Vargas – sai de cena e abre caminho para a implantação de uma política neoliberal, almejada pela ideia de um desenvolvimento organizado via mercado. Assim, é com a extinção das autarquias, a privatização das Estatais e o consequente desmonte do Estado, que o neoliberalismo entra na política brasileira como novo dispositivo para promoção do desenvolvimento. (REZENDE, 2010)

Tal escolha fica evidente na decisão de reduzir o número de Ministérios e na consequente fusão de alguns deles: a junção dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da **Indústria** e Comércio, colocando-os sob o mesmo abrigo do Ministério da Economia; e a fusão dos Transportes, da **Energia** e de Comunicações, criando o Ministério da Infraestrutura. Estas medidas evidenciam o segundo plano a que foi relegada a dupla Indústria e Energia que sustentou toda a cadeia de planejamento nos governos anteriores e “como sucede em fusões e aquisições de empresas privadas com culturas distintas, a fusão ministerial trouxe prejuízo para todas as atividades que até então viviam em universos distintos”. (REZENDE, 2010, p.21)

Outra medida que evidenciou a mudança na forma de conceber a política no novo governo foi a distribuição das atividades de planejamento nas correspondentes secretarias de administração setoriais, que segmentou e burocratizou o processo de planejamento, destituindo-o de sua importância enquanto instrumento definidor de ações políticas (REZENDE, 2010). A não elaboração do Plano Plurianual (PPA) – estabelecido na constituição como substituto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) – só reforçou a falta de vontade em pensar a articulação das políticas públicas daquele governo.

Assim, apesar da brevidade desta gestão, as tomadas de decisão feitas neste período alteraram, sobremaneira, a estrutura de Estado que havia sido montada até então.

> Em menos de dois anos, as mudanças administrativas empreendidas no alvorecer dos anos 1990 destruíram uma estrutura de planejamento que embora já estivesse fragilizada em face de uma espúria associação entre autoritarismo e planejamento, que vicejou na transição do regime militar para a democracia, ainda preservava elementos básicos que poderiam permitir uma mais fácil recuperação. (REZENDE, 2010, p. 13)

E se a administração pública, na capital do país sofria com tais medidas, o que dizer das pessoas que haviam sido transferidas para novas cidades, em meio ao sertão baiano? Sem planejamento de Estado, sem intenção de governo e políticas de auxílio (que só viriam aparecer no movimento seguinte), foram esquecidas e abandonadas à própria sorte.

QUINTO MOVIMENTO: GOVERNO FHC (1995-2003) E, NA SEQUÊNCIA, LULA (2003-2011)

A entrada no governo de Fernando Henrique, apesar de reforçar a continuidade da política neoliberal – intensificando as privatizações e terceirizações ao passo em que ampliava a inserção do mercado na política –, estabelece a retomada das ações de planejamento, abandonadas durante a gestão de Collor. Com esta finalidade, FHC propõe a "construção de um Estado moderno e eficiente; [com] redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; e inserção competitiva e modernização produtiva" (REZENDE, 2010, p.26), que traz na tentativa de alargar a atuação dos programas sociais a ruptura necessária para entrar no quinto movimento.

As ações promovidas neste sentido constituem um marco na política brasileira, principalmente pela estratégia de transferência de renda usada pelo governo em duas escalas de atuação: a primeira incide na modificação dos parâmetros utilizados para alocação de recursos destinados aos estados e municípios – ao conjugar a utilização dos índices *per capita* com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na definição dos valores de repasse; a segunda concentra-se na política de enfrentamento da pobreza que prevê a "transferência direta de renda para famílias pobres". (DRAIBE, 2003)

Assim, foi criada, durante o governo FHC, a Rede Brasileira de Proteção Social (DRAIBE, 2003) que organizava os projetos sociais num grupo heterogêneo que articulava ações ligadas aos setores de educação e saúde à programas de combate à pobreza. A Rede foi "concebida como um conjunto de transferências monetárias a pessoas ou famílias de mais baixa renda, destinado a protegê-las nas distintas circunstâncias de risco e vulnerabilidade social" (DRAIBE, 2003), entretanto, pela necessidade de chegar à escala do indivíduo, demandava do governo um acompanhamento

detalhado dos beneficiários a serem atendidos – condição que vislumbrou no Cadastro Único[48] a possibilidade de sua efetivação. Embora a implementação do Castrado não tenha sido concluída e o programa da Rede Social não tenha sido aplicado conforme o seu projeto inicial – restringindo-se à transferência de recursos – ela inaugura a decisão do governo de tomar para si as demandas sociais que durante muito tempo estiveram relegadas a planos secundários.

Findo o período FHC (1995-1998; 1999-2002), os governos Lula (2003-2006; 2007-2010) enfatizam a continuidade e ampliam o atendimento à população através dos programas sociais iniciados na gestão anterior. O Bolsa Família torna-se o símbolo da efetivação deste atendimento ao articular transferência direta de renda, frequência escolar, atendimento de saúde e assistência social, vinculados à comprovação de situação de pobreza. E o que parece ser o grande diferencial deste instrumento em relação ao anterior é o seu grau de atuação; ele atende a um número de famílias muito maior e não se restringe ao repasse do valor mensal à população, mas amplia a sua ação ao vincular o recebimento do benefício ao acompanhamento dos serviços sociais. (BRASIL, 2014)

Assim, o que parece ser o marco desta política é a ênfase dada às políticas que anseiam chegar às ações de microescala – à escala do indivíduo e suas organizações. Mas esta noção de microescala não pode ser confundida com a de *micropolítica*, proposta por Deleuze e Guattari, uma vez que, o formato de sua aplicação, suas regras e objetivos ainda são da ordem do binarismo, do planejamento, da verificação, da comprovação e, portanto, da ordem *macropolítica* (ROLNIK, 2011). A rigidez dos programas, através de suas regras, só consegue planejar uma mudança de escala; falta-lhes o vacilo para uma mudança de natureza... e é aí que está a ação *micropolítica*: no que foge às normatizações, no que escapa ao pré-estabelecido – como um advogado que procura os furos na lei.

De tudo isto, é importante frisar aqui que a microescala, presente nos programas de governo atuais, como o Bolsa Família, a Economia Criativa, etc., não era sequer cogitada sob a lógica desenvolvimentista dos governos anteriores – seja ela do período militar ou do democrático. E que para empreendê-la, o Estado se esforça em produzir uma organização cadenciada que seja capaz de "criar condições para articular as ações a cargo dos distintos entes federados" (REZENDE, 2010, p. 30) e fazê-la chegar à escala do indivíduo.

[48] "O Cadastro Único é um instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade de todos os municípios brasileiros. Este cadastro possibilita aos Governos federal, estadual e municipal nortear a formulação e a implementação das políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda, ao mesmo tempo que facilita o acesso das famílias cadastradas a essas ações governamentais." (BRASIL, n.d.)

Essa estratégia de ação social é alimentada pela tese de Amartya Sen[49] que defende a "capacitação dos pobres" como forma de tirá-los da "condição de 'sujeito passivo' [deslocando-o] para a de 'sujeito ativo'" (IVO, 2012, p. 203). E se o Bolsa Família cumpre a tentativa de fazer chegar, a política de governo, à microescala do indivíduo, as ações que objetivam alcançar a macroescala do planejamento não diferem tanto assim das estratégias adotadas por administrações anteriores.

Rezende (2010), afirma que tanto os programas elaborados durante o governo Fernando Henrique (Brasil em Ação e Avança Brasil) quanto o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento[50] –, (instaurado no governo Lula), não diferem dos primeiros planos de desenvolvimento da era Vargas, no sentido que ambos "não passavam de um rearranjo orçamentário, com o reforço de verbas e de controles sobre a execução dos projetos ali incluídos" (p. 8). Do mesmo modo, o Minha Casa Minha Vida tão enfatizado desde a segunda gestão Lula, encontra correlato nas obras do BNH que promoviam, a um só tempo, a movimentação da economia e o atendimento ao déficit habitacional nacional.

Mas se o desenvolvimentismo, aplicado desde o governo Vargas até o período militar, previa uma forte intervenção do Estado e, se o período seguinte (neoliberalismo iniciado com Collor e desfechado por FHC) era declaradamente privatista, a posição política adotada nos últimos 12 anos deixa margem para uma dubiedade. É uma política que funciona no vacilo, entre o público e o privado, entre uma vontade política de retomar o aparelho de Estado e expandir o desenvolvimento via mercado. Está entre o que alguns autores chamam de neodesenvolvimentismo[51] (IVO, 2012; CEPÊDA, 2012) e outros que defendem a transformação de um desenvolvimento neoliberal. (PAULANI, 2003)

E embora se saiba que os Planos e Programas de governo vigentes, muitas vezes, dão continuidade aos seus antecessores, ao proporem uma atualização de seus discursos, não se pode deixar de observar que ao longo de todo esse processo de planejamento e organização da política nacional, as condições de possibilidade foram sendo alteradas na medida em que o aparelho de Estado se constituía.

[49] Economista indiano que desenvolveu a teoria do bem estar social – *welfare state.*

[50] Segundo site do Ministério do Planejamento o propósito do programa é estimular "a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável." (BRASIL, n.d.)

[51] Segundo Cepêda (2012) o que diferencia este novo-desenvolvimentismo de sua versão anterior é que ele estabelece como prioridade a questão da inclusão social, enquanto o outro se sustentava na operacionalização das indústrias de base, relegando os aspectos sociais a planos secundários.

Ao longo do processo de planejamento, as dinâmicas políticas geradas para atender às novas demandas sociais vão sendo complexificadas; mudam os dispositivos e o discurso se transforma para continuar a mover-se a partir da vontade de poder (FOUCAULT, 2009). A necessidade de traçar este percurso dos diversos movimentos em que o desenvolvimento vai sendo incorporado na política brasileira é importante para pensar como a barragem de Sobradinho se articula com o discurso implementado e como este dispositivo atua hoje nas cidades reconstruídas. Sob que formatos ele aparece? E o que implica na vida das pessoas que ali permaneceram?

Macropolítica em microescala

Quando da passagem pelas quatro cidades, não foram poucas as contradições explicitadas nos relatos[52] das pessoas, que negavam o sentido de desenvolvimento trazido à região, após a construção da barragem. É interessante perceber como não só os relatos trazidos, mas observações feitas em campo conflitam com este discurso corroborado por dados de planilhas que demonstram como o crescimento das exportações e o aumento no PIB regional são capazes de expressar uma realidade calcada no desenvolvimento.

Segundo o "Plano de desenvolvimento do APL de fruticultura do Vale do São Francisco – Bahia", elaborado pela SECTI (Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação), em 2008, entre os anos de 1999 e 2002 a taxa de crescimento do PIB correspondente ao APL de fruticultura – do qual fazem parte dois dos municípios aqui trabalhados: Casa Nova e Sento Sé – teve um crescimento de 48%. O relatório enfatiza ainda que neste mesmo período a taxa de crescimento do PIB nacional foi de apenas 7,76% e que aquela expansão coincide com o aumento da fruticultura na região e com a especialização da produção, principalmente de manga e uva, voltada para o mercado internacional. (SECTI, 2008)

Para se ter a dimensão da produção destas culturas na região, um quadro demonstrativo (Tabela 2) apresenta a relação da produção local comparada com a nacional, evidenciando que a manga e a uva produzidas, em 2005, representava "92% e 95%, respectivamente, das exportações destas frutas do país. [...] Estima-se em torno de 8.000 unidades produtivas no arranjo produtivo local, compostas por empresas formais, informais e propriedades da agricultura familiar" (SECTI, 2008, p.8)

[52] Para Foucault (2008): enunciados discursivos, ditos, discursos; para Certeau (1998), relatos.

Culturas	APL (US$)	Brasil (US$)
Uva	101.912.000,00	107.276.000,00
Manga	66.724.000,00	72.526.000,00
Total	**168.636.000,00**	**182.802.000,00**

Tabela 2. Receita em US$ das exportações de uva e manga do APL em 2005.
(Fonte: VALEXPORT / IBRAF, 2005. In: SECTI, 2008)

A despeito destes dados demonstrativos do crescimento e de toda a propaganda de desenvolvimento promovido pela inserção da agricultura irrigada na região e a geração de energia, relacionada à construção de barragens no Brasil, é importante considerar alguns aspectos que contradizem este discurso. E se não são capazes de negá-lo na macroescala dos dados estatísticos, pelo menos interferem no seu funcionamento quando analisados na microescala de sua operacionalização. Explico:

A implementação dos programas, planos e projetos desenvolvidos em nível federal, dependem, no mais das vezes, do funcionamento cadenciado de toda uma gestão do desenvolvimento, que tem seu fim nas administrações municipais. Não quero dizer com isto, que são estas as únicas responsáveis pelos entraves gerados na operacionalização das políticas, mas não há como desconsiderar o que se perde no meio desta cadeia – que vai do federal ao municipal – por deficiência de quadros técnicos, por corrupção ou simplesmente por incompetência. Assim, o desenvolvimento continua a ser produzido através das formas *macropolíticas* de planejamento, quais sejam, os planos e políticas de governo; a gestão dele é que não funciona.

E se a burocracia administrativa já se faz suficiente para interromper processos – qualquer que seja a escala da gestão –, acredito que a "tradição" clientelista da política nas pequenas cidades do interior do Brasil intensifique ainda mais estes entraves. As nomeações dos cargos administrativos feitas em troca de favores e apadrinhamentos intensificam a deficiência técnica existente nestas instâncias, e não há dúvidas que elas atravancam a fluidez dos organogramas institucionais planejados para funcionarem de maneira articulada.

Por exemplo, durante as visitas às cidades de Sobradinho, procurava conversar com representantes das Secretarias de Obras, Infraestrutura ou Urbanismo dos quatro municípios. Embora, em alguns

casos, as conversas tenham sido muito esclarecedoras, devido à apropriação dos técnicos e/ou secretários sobre o que estava sendo desenvolvido, em outros, a falta de informações era evidenciada na sequência de declarações do tipo "não sou o responsável por isso". Em Pilão Arcado, a tentativa de estabelecer uma conversa com um dos secretários da prefeitura, enfatiza esta transferência de responsabilidades. Neste sentido, segue trecho retirado das anotações feitas no caderno de campo.

> Passei na prefeitura pra perguntar se havia alguma secretaria de urbanismo, obras, ou qualquer outra onde pudesse perguntar sobre os projetos pensados para a cidade. Me indicaram procurar o Secretário de [...] – que ficava lotado no prédio da Secretaria de Agricultura. Chegando lá, soube que não tinha mais uma sala ali e que o encontraria no supermercado da esquina que levava o seu sobrenome. Ao perguntar sobre os projetos, me respondeu dizendo que não sabia nada a respeito, uma vez que "o prefeito só dá autonomia a quem ele confia" (o que não era o caso dele) e a única ação de sua responsabilidade era a assinatura dos papéis que lhes chegavam. Em resumo: o secretário é um funcionário municipal, pago com salário de secretário, cuja função é passar os dias no supermercado à espera de papéis para serem assinados. Pediu pra que eu procurasse o Secretário de Finanças para saber das informações que procurava.[53]

Além disso, outro entrave que desaparece dos balanços numéricos – porque costuma perder-se no limbo dos ganhos de uma *maioria* hegemônica – é aquilo que falta às *minorias.* Embora já tenha sido dito, a quem interessava a barragem de Sobradinho (à ONU, ao Estado, às indústrias, à promoção do desenvolvimento, etc.), não é demais reforçar quem teve, no fim, que arcar com os maiores custos de sua implantação: a população deslocada que, ainda hoje, continua adaptando suas práticas à falta de energia e à deficiência no abastecimento de água.

Exemplo de como o discurso construído sobre este território (matéria) é contraditório com o que se vê, mesmo quando de uma rápida passagem às cidades reconstruídas, trago a seguir, o trecho que trata do fornecimento de energia, no relatório da SECTI (2008) e, na sequência, anotações pessoais feitas em caderno de campo.

> No APL está localizada a hidroelétrica de Sobradinho, pertencente à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que fornece a energia elétrica a partir de subestações localizadas no APL. As empresas mantedoras de energia elétrica são a COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e CELPE – Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco respectivamente, nos municípios do APL do estado da Bahia e Pernambuco**. Portanto, não existe deficiência com relação ao suprimento de energia elétrica à médio prazo** (SECTI, 2008, p.17, grifos nossos)

> Na cidade velha de Pilão Arcado (única que não foi submersa), placas de obra informavam sobre a implantação de energia solar nas casas habitadas. Energia solar sendo implantada (literalmente) no meio do lago de Sobradinho, e mesmo assim, tal implantação só aconteceu no ano de 2010![54]

> Em conversa com o Secretário de Infraestrutura de Remanso fui informada que 50% do município não era abastecido por rede elétrica. Segundo ele, toda esta área se concentrava na zona rural.

[53] Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Pilão Arcado, em 24 set. 2013.

[54] Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Pilão Arcado, em 23 nov. 2013.

Entretanto, durante estadia na cidade soube que dois bairros urbanos ainda não possuíam energia, e num terceiro, a rede havia sido implantada recentemente.[55]

Quando, em novembro do ano passado, estivemos em Casa Nova, soubemos que a água que abastecia a cidade estava apodrecendo. Quem podia, comprava água mineral – não só para beber, mas também para o banho das crianças – quem não, arriscava o seu uso, tendo, vez ou outra, que recorrer aos postos de saúde com problemas de estômago ou infecção de pele.[56]

A falta de água na área urbana [de Remanso] é constante, em alguns bairros como Vila Santana. O sistema de captação na cidade funciona da seguinte maneira: a captação primária é feita no cais (porto) através de bomba elétrica – mas devido ao elevado valor das contas de energia, pagas pelo SAAE, [57] o funcionamento deste sistema é interrompido das 6:00h às 9:00h (horário de pico no preço da energia). Neste ínterim é a bomba móvel da beira do lago que faz a captação (captação secundária) já que esta, é movida à diesel.[58]

Figura 15. Informação sobre instalação de placas solares no povoado de Pilão Arcado Velho.
(Fonte: Jurema Cavalcanti, 2013)

[55] Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Remanso, em 28 nov. 2013.

[56] Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Casa Nova, em 02 dez. 2013.

[57] SAAE (Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto)

[58] Anotação feita em caderno de campo, em 28 nov. 2013, a partir da conversa tida com Paulo - Secretaria de Obras.

Tais relatos parecem absurdos a um olhar vindo de fora, mas faz-se habitual, àqueles que os vivenciam cotidianamente – embora muitos desses dizeres evidenciem a constante insatisfação da vida atual quando colocada em relação à fartura da vida pregressa. De todo modo, ainda que estes contrassensos não sejam contabilizados no saldo do desenvolvimento proporcionado pela barragem, eles não passam despercebidos às estratégias *macropolíticas* que os institui. Tanto assim, que desde 1993 a CHESF vem celebrando parcerias com empresas públicas e de economia mista, como forma de assumir o "compromisso social" devido ao "povo dos reservatórios". (CHESF, 2004, p.94)

Por compromisso social, a Instituição entende as ações duradouras que devem incidir na "concretização de avanços estruturais que melhorem de modo permanente a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico e social nas microrregiões dos reservatórios" (CHESF, 2004, p.99). Com esta finalidade, em 2005, foi celebrado um novo convênio, desta vez, com a Embrapa Semiárido, parceria que instituiu o Projeto Lago de Sobradinho.[59]

O Projeto tem como finalidade a realização de "ações de desenvolvimento" para os pequenos produtores e pescadores que vivem nos municípios de Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, como forma de "reparar" (CHESF, 2004) os danos causados à população deslocada pela barragem. Em sua concepção, foi dividido em 14 planos de ação e tem, entre seus objetivos, vincular novas técnicas às formas de produção tradicionais (PROJETO LAGO DE SOBRADINHO, 2014), de forma a *fixar* as pessoas no lugar em que produzem; tanto assim, que para participar do projeto, o produtor precisa morar e trabalhar na propriedade rural, o que, de antemão, exclui do processo aqueles que moram nas cidades e trabalham nas roças.

Embora este projeto tenha um caráter mitigador dos danos causados pela CHESF, ele não é o único desenvolvido na região como forma de promover essa *fixação* do sujeito no lugar em que vive. De Igreja e ONGs a Associações e Cooperativas, muitas são as organizações que trabalham objetivando esta permanência. E se antes da barragem, o que prendia as pessoas ao lugar eram as práticas ali desenvolvidas, hoje essa permanência, parece estar associada às "ajudas" que chegam de fora. E é por isso que a implantação da barragem não altera somente a relação das pessoas com seus lugares de referência e os modos de produção, ela inaugura, na sequência, *o tempo dos auxílios*.

Foi após a mudança daqueles que optaram partir para o PEC – como forma de compensação pelas safras perdidas – que a CHESF instituiu o pagamento de salários-auxílios até que as novas roças

[59] Disponível em: <http://projetolagodesobradinho.blogspot.com.br/p/acoes.html>. Acesso em 03 jan. 2015.

começassem a produzir.[60] Em novembro de 1977, a Companhia proibiu a pesca no lago pelos quatro meses seguintes, correspondentes ao período da desova – até então ninguém ouvira dizer que a prática, feita livremente no rio, representava ameaça à reprodução dos peixes (MARTINS COSTA, 2013). Pela primeira vez, aqueles que pescavam, se viam periodicamente proibidos de realizar a atividade que sempre lhes foi cara, justamente por ser fonte perene de alimentos, mesmo em anos difíceis para a agricultura. De todo modo, a suspensão da atividade seria compensada com o pagamento do defeso[61] durante os meses correspondentes à sua interrupção.

> Aos lavradores que concomitantemente exerciam a pesca, foi-lhes dito que não poderiam pescar [no rio] nos meses de nov./dez/jan. A justificativa foi que a produção de peixe não deveria ser abalada. Os pescadores estavam ouvindo essa conversa pela primeira vez na vida: "Anos a fio nós pescamos aqui, nossos pais e avós também pescaram anos a fio, nunca os peixes diminuíram. Como é que agora, de repente, vão diminuir?" Para não pescarem, foi-lhes prometido um salário compensação. Como me disseram, não tinham certeza de que iriam realmente recebê-lo. [...]" (TALLOWITZ, 1979, apud MARTINS COSTA, 2013, p.225)

Não poderia precisar se o defeso inaugura, naquela região, o tempo dos auxílios, mas sem dúvida representa um ponto de inflexão na forma como tal prática havia sido conduzida até então.

Do Bolsa Família e seguro-defeso a programas de distribuição de alimentos e garantia-safra,[62] todos se propõem a ajudar e dar suporte às famílias que necessitam de renda complementar e/ou que vem sofrendo com a seca dos últimos anos. De outro lado, quando se pergunta às pessoas se poderiam viver só do que ganham pelo trabalho que desenvolvem, a resposta geral é negativa. Em Remanso, pessoas com quem conversei dizem que só há dois tipos de emprego no município: nos órgãos públicos e no comércio. Quem não se encaixa em uma dessas formas de emprego precisa, necessariamente, estar enquadrado nas políticas e programas disponíveis.

[60] Estrela (2004) afirma em seu trabalho, que apesar de ter sido oficializado o pagamento destes salários-auxílios, pela CHESF, muitos são os que negam terem recebido esta verba, ou dizem que só a receberam por poucos meses.

[61] Este seguro "é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies". Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/defeso/download.asp>. Acesso em 07/08/2013.

[62] Segundo site da Caixa Econômica este "benefício" está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seu pagamento é feito aos agricultores que vivem em locais atingidos por seca prolongada ou seu contrário: chuvas em excesso, transbordamento de lagos, rios, etc. "Os recursos para o pagamento do benefício são constituídos das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União. Essas contribuições formam o Fundo Garantia Safra, administrado pela CAIXA desde 2003." (http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Transferencia/garantia_safra/index.asp)

Breve retorno à política urbana e uma inserção sobre o Estatuto da Cidade

É importante voltar, mesmo que rapidamente, à questão dos planos diretores, porque penso que o modo como foram elaborados, acabam por refletir na forma como a questão urbana vai ser pensada (ou somente reproduzida) atualmente nas cidades reconstruídas. Se num primeiro momento, a elaboração dos planos para as "cidades de Sobradinho" se deu a partir da necessidade de construir as novas sedes – e não porque elas estavam inseridas na discussão nacional que pensava o desenvolvimento regional articulado com as administrações municipais –, depois, a atualização destes planos deu-se, tão somente, pela obrigatoriedade estabelecida pelo Estatuto da Cidade[63] que retoma a colocação deste instrumento como norteador no modo de pensar a política urbana.

Embora a utilização de planos diretores como instrumento de planejamento seja feita, como dito anteriormente, desde a década de 40, o que diferencia os novos Planos Diretores – previstos no Estatuto da Cidade – de seu formato anterior, "mais burocrático e tecnocrático", é o intento de torná-lo uma "prática com ampla participação da população". (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p.14)

A despeito de saber que na prática a proposta de participação se resume a umas poucas audiências com número reduzido de representantes da sociedade civil, e que pouco altera a redação do documento posto, o intento *macropolítico* de pensar o planejamento da cidade a partir de uma discussão aberta é inovador. Se não funciona como planejado, pelo menos se abre ao propósito de fazer ouvir o outro.

> O Estatuto exige a participação popular na elaboração do Plano Diretor e, pelo menos, a realização de audiências públicas para sua discussão. Tais garantias – ainda que possam ter sido apropriadas de modo inadequado ou insuficiente em muitos dos planos elaborados após o Estatuto da Cidade – não existem, no campo federal, para a regulamentação do plano em leis ou decretos municipais. (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p.78)

E se o Estatuto da Cidade possibilita abrir a discussão das questões urbanas com os movimentos sociais – e a sociedade em geral – principalmente nos grandes centros, o que ocorre na cidade de Casa Nova, e acredito, em outras cidades pequenas do interior do Brasil é uma inserção dos instrumentos de planejamento urbano feito sem qualquer crítica sobre o seu entendimento e a sua aplicação, ou seja, uma apropriação do discurso técnico para o discurso do cotidiano implicando,

[63] A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que institui o Estatuto da Cidade, torna obrigatória a elaboração de plano diretor para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. No caso das cidades aqui trabalhadas, a exigência é ainda reforçada por estarem inseridas em área "de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional." (BRASIL, 2001)

nesta transferência de saberes, algumas distorções de sentidos. Isto pode ser evidenciado na foto tirada de um cartaz (Figura 16) colado na parede da Secretaria de Urbanismo da cidade e em algumas entrevistas com os Secretários de Urbanismo, Obras ou Infraestrutura dos quatro municípios.

Figura 16. Foto de cartaz colado na parede da Secretaria de Urbanismo de Casa Nova.

(Fonte: Viagem ao sertão, 2012)

Nas conversas tidas com os secretários, quando perguntado o que vinha sendo pensado, em termos urbanísticos, para o município, as respostas giravam sempre em torno das ampliações de redes de água, energia e esgoto; da implantação de algum projeto do Minha Casa Minha Vida; da pavimentação de ruas e/ou estradas vicinais... mas em termos de desenho urbano, ou discussões sobre a questão urbana, nada é colocado. Daí depreende-se que, o que se tem nestas pequenas cidades é uma adequação ao que o Governo Federal/Estadual estipula como parâmetros de urbanidade e uma espera pelo que os programas têm a oferecer. Espera, não em termos de passividade absoluta, mas de uma deficiência técnica propositiva.

Aliás, a própria descentralização administrativa da gestão publica – assegurada pela Constituição de 1988, como forma de garantir maior autonomia aos estados e municípios – por não ter sido acompanhada de reforma tributária, só consegue viabilizar, em parte, essa descentralização; a pequena arrecadação obtida pelos municípios, por si só, limita o nível de atuação destas administrações que permanecem, no mais das vezes, dependentes dos repasses federais e/ou estaduais. No fim, o que parece haver ali é uma adequação aos programas que chegam prontos: Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos, etc.; os projetos vão sendo assim, implantados de forma carimbada, tais como os seus planos diretores.

Mas de tudo isso, o que parece ser o maior contrassenso é a falta de água e luz, em alguns bairros das áreas urbanas e, principalmente, nas áreas rurais, como pode ser percebido no relato do Secretário de Obras de um dos municípios:[64]

> Eu: E energia, como é que é isso?
>
> Paulo: Energia aqui é tudo via Luz para Todos.
>
> Eu: Ainda tá sendo implantado?
>
> Paulo: Implantado é... num processo... lento. Nós aqui temos no interior, talvez, eu não sei, posso até tá falando... aleatoriamente, mas... talvez a gente não tenha ainda 50% do município ainda atendido por rede elétrica.
>
> Eu: É mesmo?
>
> Paulo: É.
>
> Eu: Mas na área urbana é...
>
> Paulo: Não, na área urbana é 100%. [...] parece que tem duas áreas, só, aqui que são feitas de gambiarra. [...]
>
> [Na zona rural] Nós temos uma região como Xique-Xique que tem uma usina de beneficiamento de frutas e não tem energia!
>
> Eu: E funciona como?
>
> Paulo: Só de dia, tudo na mão! Entendeu? Tudo artesanal. Construído... prédio construído, tudo direitinho [...] e não tem energia.

Parece contraditório pensar que o desenvolvimento proposto para a região, não foi suficiente para fazer chegar energia em todo o município. Ainda são muitas as casas sem luz – ou abastecidas com placas solares – nas áreas rurais; ou se a luz chega, a potência não é suficiente para fazer funcionar um motor elétrico que puxaria a água para irrigar a propriedade (as pequenas, que fique claro!). O fato é que o desenvolvimento proposto nunca esteve direcionado para os pequenos produtores, mas para uma nova dinâmica a ser implantada através de grandes produções irrigadas (não é à toa que desde a fundação das novas sedes, todas tiveram aeroportos implantados nas imediações dos seus perímetros urbanos).

[64] Não é intenção deste trabalho expor as pessoas que se dispuseram a falar, por isto a imprecisão do município visitado.

Além da contraditória ausência de energia, a água, que no extremo de sua abundância inundou as cidades localizadas na beira do rio também teve sua relação alterada com as novas cidades construídas. Embora a configuração espacial dos novos centros urbanos não seja o foco deste trabalho, a relação que passou a ser estabelecida com o lago diz muito sobre o que pretendo tratar mais adiante: as práticas desenvolvidas pelas pessoas. Tentando entender estas ações, quando da realização do trabalho de campo, em que visitei as quatro sedes urbanas, cada vez que chegava a uma cidade, procurava me situar a partir do lago de Sobradinho, e a pergunta "onde fica o rio?",[65] era sempre respondida com outra "você está de carro?". Se num primeiro momento é a distância que entrega a separação entre o lago e a cidade, a permanência nestes espaços vai dando outros indícios para entender este afastamento.

Ainda sobre Remanso é preciso dizer que o porto foi executado, mas se distancia do centro da cidade cerca de 3 km nas épocas de cheia e 8 km, quando da baixa do lago – Edcarlos Silva (2010) defende, inclusive, que a perda da centralidade da pesca na nova cidade se deve à periferização do porto. A Avenida Beira Rio, onde foram localizadas as casas de padrão superior,[66] dista da água, nos períodos de seca, os mesmos 8 km; por último, a Prainha – praia de rio, urbanizada pela prefeitura municipal – só se torna praia de fato quando o lago está cheio, de resto, é necessário andar muito até tocar a água.

[65] Nascida em Juazeiro e morando ali durante muitos anos, a relação com o lago inexistia para mim, uma vez que a cidade, estando à jusante (abaixo) da barragem, é banhada pelo Rio São Francisco, não mais pelo lago de Sobradinho. Assim, para mim foi difícil assimilar e reproduzir esta diferença quando me referia às águas represadas que faziam limite com aquelas cidades, referindo-me a elas sempre como *rio* e não *lago*. Ao longo do trabalho de campo percebi que para as pessoas que ali vivem a assimilação é semelhante à minha e só diferenciam os termos "rio" e "lago" quando perguntadas a respeito, ademais, usa-se sempre o termo "rio" para referir-se às águas de Sobradinho.

[66] Edcarlos Silva (2010) apresenta quatro padrões de casas, utilizados pela CHESF para qualificar as moradias da cidade velha e construir outras de padrão equivalente, na cidade nova. Assim, a casa Tipo I era a de padrão mais inferior e as de Tipo IV eram as maiores e melhores localizadas na cidade.

Figuras 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4. Casas Tipo I, II, III e IV, definidas pela CHESF como tipologias-padrão, construídas para substituir as casas alagadas na velha cidade de Remanso. (Fonte: CHESF. In: Edcarlos Silva, 2010)

A sede de Casa Nova tem poucos acessos ao lago e os que possui, não são fáceis de chegar à pé. O mais conhecido consiste numa praia de rio urbanizada pela prefeitura e que se localiza distante do centro; outros dois partem de bairros onde hoje moram muitas famílias pescadoras e que, justamente por isso, se concentraram ali, mas onde não fui aconselhada a ir sozinha, por serem considerados perigosos; por último, o porto, situado fora da área urbana e avistado apenas quando de saída pela estrada que vai dar em Remanso. Casa Nova vive assim, de costas para o lago.

Sento Sé não difere muito da situação anterior. Apesar da rua que está voltada para o lago ser popularmente chamada “Rua da frente”, a cidade se organiza a partir da sua praça central e começa, nos últimos anos, a se expandir a partir da rodovia de acesso que vem de Juazeiro. Todos os dias, pela manhã, dois barcos saem de Sento Sé para Remanso e retornam no fim da tarde. Carros e moto taxis aguardam os que chegam. Ninguém a pé, somente eu.

Figura 18. Caminho percorrido entre o centro da cidade de Sento Sé o lago.
(Fonte: Jurema Cavalcanti, 2013)

Pilão Arcado é dos casos mais interessantes, pois a cidade velha[67] não foi inundada, mas ilhada, (ainda hoje moram ali 20 famílias – sem qualquer infraestrutura além das placas solares implantadas em 2010), a nova sede, por sua vez, foi construída à 20 km do lago. Durante os períodos de seca, quando o nível das águas do reservatório fica muito baixo, dá para acessar a velha cidade pela estrada, mas em geral, isto só se torna possível de barco, saindo "da Passagem" – localidade mais próxima do lago, onde hoje está localizado o porto e de onde, todos os dias, saem carros que transportam passageiros até a nova cidade de Pilão Arcado.

Destes breves relatos, é possível perceber como as novas cidades tiveram suas relações com a água, senão rompidas, muito modificadas, a despeito de terem mantido certa proximidade (com exceção da nova Pilão Arcado) com os seus locais originais. Entretanto, não importava o quanto se quisesse preservar a proximidade com a água, ela já não era a mesma: as vazantes já não eram reguladas pelos ciclos de chuva, mas pelas comportas da barragem que tinham feito desaparecer o sentido da correnteza do rio.

[67] Segundo Secretário da prefeitura há um projeto para transformar as ruínas da cidade velha em ponto turístico – como um "centro histórico" para visitação. São os princípios da Carta de Atenas, com seus ideias de preservação, reverberando quase 100 anos depois. (Entrevista concedida em Pilão arcado, em 25 nov. 2013)

> [...] Quando o rio enchia ficava a vazante toda cheiona, quando o rio vazava... ficava seca, ficava as plantas tudo no seco... é diferente! Não tem mais água corrente... de primeiro a água corria, pra baixo, né?... agora a água é parada! [...] Botasse um paquete[68] aí no rio solto, ele descia sozinho... ia ter em Petrolina... aí agora não, se soltar a canoa aí ele fica aí, ó, boiando no meio do rio... só o vento levando de um canto pra outro. Não tem mais água correndo![69]

O rio transformara-se em lago; as velhas cidades ficaram debaixo d'água; as novas, longe dela; as terras de plantio foram perdidas. As decisões tomadas não se pautavam pelas demandas da população, mas pelo discurso de desenvolvimento, tantas vezes enfatizado nesta escrita. Resta entender, como as pessoas atualizaram suas práticas em função das mudanças processadas nos seus lugares de referência. O que significava partir para um novo espaço que, se por um lado, foi pensado para se desenvolver no bojo dos processos de modernização da região, por outro, rompia com toda a lógica de produção praticada pelas pessoas ao longo dos anos?

[68] "Os paquetes, ou traquetes, eram embarcações menores [...] onde predominava o uso da vela para propulsão e um leme que a direcionava. Eram embarcações leves e rápidas, utilizados para pesca e transporte de pequenas cargas, sendo mais acessível a beradeiros mais pobres, e utilizado ainda hoje." (SILVA, 2010, p. 142)

[69] Fala de D. Marieta. Retirada de gravação concedida em Remanso, em 17 jul. 2013.

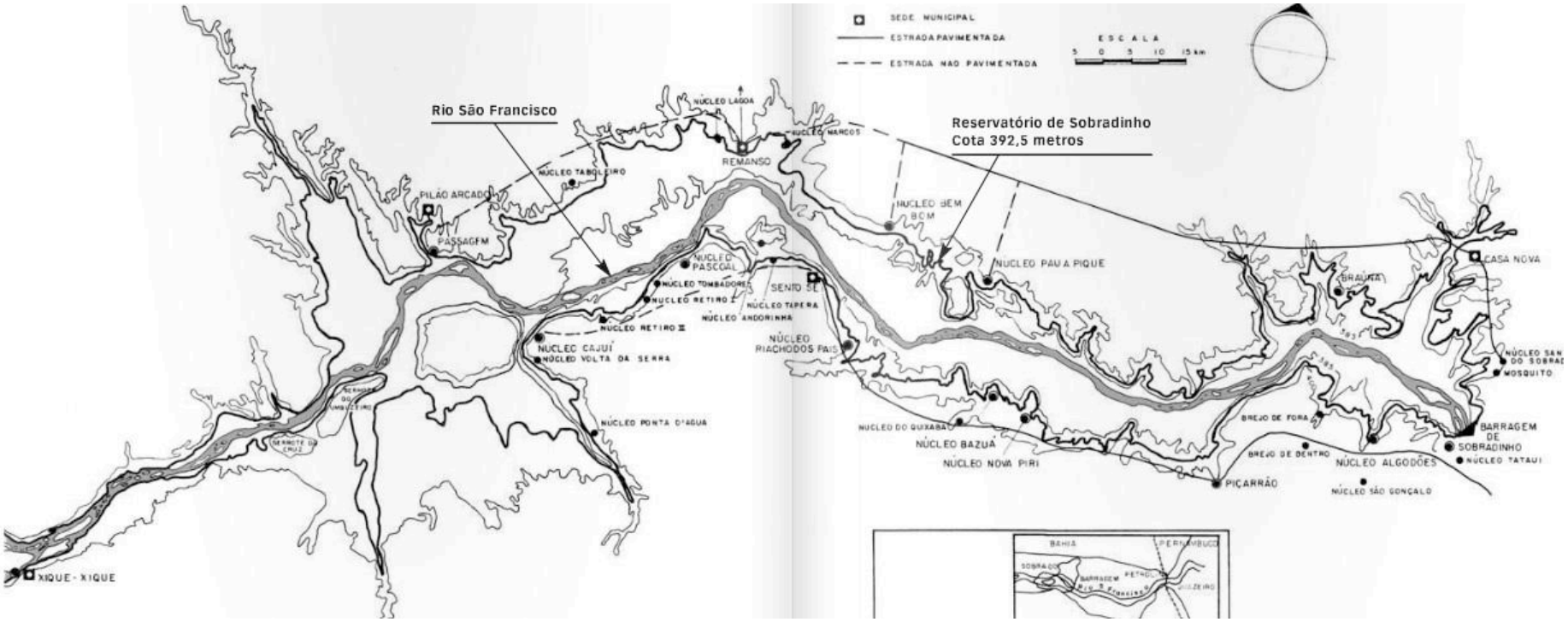


Figura 19. Sobreposição do lago de Sobradinho ao Rio São Francisco e identificação das cidades relocadas. (Fonte: Martins Costa, 2013).

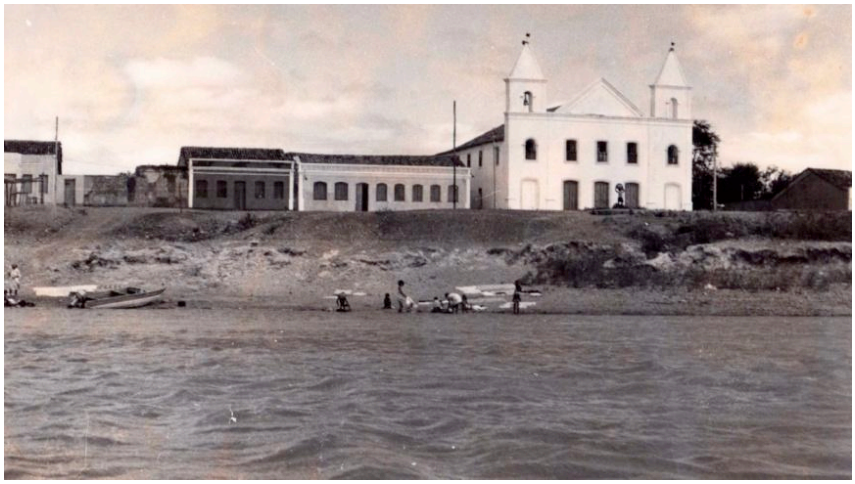


Figura 20. Pilão Arcado (velha) e sua proximidade com o Rio (antes da construção da Barragem).
(Fonte: Frame do filme “Em busca de Pilão Arcado”, 2013)

Figura 21. Pilão Arcado (velha) 35 anos, após a construção da barragem.
(Fonte: Frame do filme “Em busca de Pilão Arcado”, 2013)

Figura 22. Pilão Arcado (nova) e seu distanciamento da água.
(Fonte: Prefeitura de Pilão Arcado, 2013)

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 2

DA VONTADE DE FICAR À OBRIGATORIEDADE DE PARTIR

> [...] Tava só os topógrafos fazendo as picadas num sabe? Pra lá e pra cá. Ele chamava Doutor Juvenal. Aí nós viemos. Viemos. Saí mais ele. Quando nós chegamos bem ali adiante, onde é aquela banca ali, eu digo: "Aqui é uma picada". E ele parou. Aí ele me pediu um facão, bem desses assim [...]. Parou, chegou num pé de favela [uma árvore da caatinga]: "Olha, Nelito" – era um pé de favela alto! – "A água vem mais ou menos aqui nesse pé de favela". Dá três léguas daqui pro rio! [18 Km.] Bem aqui assim [...] Eu fiquei assim, olhando pra ele, fiquei olhando pra distância do rio, e pra altura – eu não disse a ele mesmo, não. Eu digo: "Esse homem tá é mentindo!" [risos] Mas eu não disse a ele mesmo, não, eu fiquei só comigo: "Esse homem tá é mentido! Qual é essa água que vai vim aqui?" (MARTINS COSTA, 2013, p. 169)

DA VERSÃO QUE SE QUER CONTAR

Entre os tantos dados oficiais utilizados para se contar uma história há sempre múltiplos enunciados discursivos não considerados, não ouvidos ou nem sequer articulados. Aqui não pretendo construir um discurso[70] sobre a pouca voz dada àqueles que vivenciaram a experiência de deslocamento provocada por Sobradinho, mas articular estas vozes aos dados apresentados nas publicações oficiais.

Neste sentido é importante abrir passagem para alguns pontos considerados durante o desenvolvimento do trabalho, cuja origem está na história oral, mas que acabam por extrapolar, e muito, o seu campo disciplinar. E se a opção por adentrar este método se faz necessária, é antes, por duas razões: a primeira, pelo desejo de trocar com o outro, com o sujeito praticante do lugar em

[70] Embora o propósito não seja produzir um discurso polarizado, mas mostrar os atravessamentos que permeiam as distintas forças de poder, de resistência, de subversão, etc. – estabelecidas a partir da imposição da barragem – seguindo o pensamento foucaultiano, por estar inserida no campo da ciência, esta escrita – enquanto um trabalho de dissertação acadêmica – acaba por produzir um discurso disciplinar. (FOUCAULT, 2009)

questão, respeitando-o na sua percepção de sujeito ativo, que assim como eu (e não menos que) desenvolve a sua própria história; a segunda, pela generosidade com que ele, o método, considera estas vozes ignoradas, sem transformá-las em vítimas ou "objetos de pesquisa" (MEIHY, 1996, p.28), mas enfatizando uma relação de respeito entre pesquisador e entrevistado – não impondo uma relação de hierarquia, mas entendendo as diferenças estabelecidas por cada envolvido neste encontro.

Tal atitude é ressaltada pela historiadora Silvia Cusicanqui (2008, apud SOUZA, 2012) como um "processo de produção de conhecimento [...] compartilhado entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, e não uma relação em que aquele se apresenta como o 'salvador da pátria' da condição subalterna deste." (p. 6)

> La história oral en neste contexto es, por eso, mucho más que uma metodologia 'participativa' e de 'acción' es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor. Si en este proceso se conjugan esfuerzos de interacción consciente entre distintos sectores, y se la base del ejercicio es mutuo reconocimiento y la honestidad en cuanto al lugar que se ocupa en la 'cadena colonial', los resultados seran tanto más ricos [...] Por ello, **al recuperar o estatuto cognoscitivo de la experiencia humana, o processo de sistematização asume la forma de una sintesis dialética entre dos (o más) polos ativos de reflexión y conceptualización, ya no entre un 'ego cognoscente' y un 'otro pasivo', sino entre dos sujetos que reflexionan juntos sobre su experiencia y sobre la visión que cada un tiene del outro**. (RIVERA CUSICANQUI, 2008 apud SOUZA, 2012, p. 6-7, grifos nossos)

São por estas razões que aciono a história oral, antes como forma de articulação política – ao considerar os atravessamentos das ações *macropolíticas* nas táticas empreendidas pelos diversos sujeitos – que como método. E são os enunciados levantados a partir dos trabalhos pesquisados e das entrevistas, e conversas, tidas quando da imersão em campo, que se quer relacionar aos dados oficiais. O intuito é ainda, trazer este embate para as relações que se processam hoje naquelas cidades reconstruídas em torno do lago de Sobradinho. E como forma de tensionar estas versões, trago para cá algumas considerações que não foram feitas na primeira parte do trabalho.

PORQUE MOBILIZAR CATEGORIAS

Desde a publicação do decreto que autorizava a liberação de recursos para execução das obras da barragem, toda uma movimentação foi percebida na região que seria inundada: eram topógrafos que andavam pelas caatingas, técnicos que demarcavam terras para serem desapropriadas, empresas que faziam levantamentos da população... era a "Dona CHESF e seus cabras" (MARTINS COSTA, 2013) que começavam a se fazer vistos.

Entretanto, a despeito desta movimentação e do andamento da obra, as informações oficiais sobre o que aconteceria com a população não andavam em conformidade com o calendário de engenharia. Ely Estrela (2004) relata em seu trabalho o "diz-que-diz" que envolveu a notícia de transferência das pessoas, percebido através de diversas entrevistas colhidas. Ao invés da CHESF e das administrações municipais se posicionarem junto à população para informar sobre o que aconteceria, foram as visitas dos técnicos e os boatos corridos "à boca pequena" que começaram a espalhar informações sobre o que viria adiante, como afirma Alice, moradora de Casa Nova, em entrevista concedida à autora: "Nunca ninguém... nenhum representante chegou assim pra falá a sério com a gente, não. **A notiça foi chegando assim... de ouvi dizê. Era um boate. Uns não creditava, outros ficaro com medo.** Eu merma dei risada. Creditei nisso, não." (ESTRELA, 2004, p. 86, grifos nossos)

Apesar da notícia que corria, os boatos não eram suficientes para fazer crer no que de fato aconteceria. Entre a população era difícil conceber que as águas do rio inundariam não só as suas terras, mas também os altos da caatinga, onde elas nunca haviam chegado. O fato é que uma mudança como a que provocou o "afogamento do rio pelo lago", (ESTRELA, 2004, p.95) não era concebida no imaginário daquelas pessoas. A construção da barragem e o alagamento dos núcleos urbanos conhecidos por elas iam de encontro ao que acreditavam. (ESTRELA, 2004; MARTINS COSTA, 2013; SILVA, 2010)

Martins Costa (2013) afirma ainda, que a notícia de que o rio encheria para não mais vazar e que suas águas encobririam até os espaços de caatinga, era vista pela população como "Duas proposições contrárias à ordem da natureza tal como a percebiam" (p. 167). Para a autora, a percepção das pessoas sobre o enchimento do lago, entendida como uma "enchente de baixo" – que vinha em movimento contrário ao da correnteza – era impossível de se fazer crer.

O fato é que ao longo de 1975, com a obra da barragem avançada e com os planos de reassentamento que começavam a ser elaborados, as populações, principalmente rurais, ainda não sabiam sobre o que lhes aconteceria ao certo. E se a inundação definitiva de suas terras parecia algo inimaginável, tampouco sabiam sobre os processos de indenização que começavam a se desenrolar naquele momento (ESTRELA, 2004). Neste processo de indefinição sobre o que viria a seguir, duas organizações tiveram papel essencial: os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região e a Igreja.

Os primeiros, em vista da procura intensa dos trabalhadores rurais em busca de esclarecimentos enviaram, em junho de 1975, ofício à CHESF com uma série de questionamentos sobre o destino que teriam as famílias atingidas pela barragem. As respostas chegaram um mês depois, apresentando soluções que, quando descritas, pareciam simples, mas que na prática se mostraram bastante

complexas e desastrosas – como puderam ser percebidas tempos depois nos critérios e valores arbitrários das indenizações pagas às famílias ou na suposta liberdade de escolha para decidir entre permanecer na borda do lago ou partir para as agrovilas (PEC/Serra do Ramalho). Na carta-resposta enviada aos Sindicatos (CHESF, 2004), os trabalhos a serem desenvolvidos com a população pareciam meros detalhes diante da grandiosidade e perspectiva de desenvolvimento que a obra representava para a região e para o país.

O apoio da Igreja, por sua vez, aconteceu em distintos níveis de articulação: no enfrentamento direto com a CHESF e o Estado, em favor da população rural (PEREIRA, 2009) – principalmente, a partir da chegada do Bispo Dom José Rodrigues à Diocese de Juazeiro – e em nível local, através dos trabalhos comunitários feitos pelas paróquias com a população. Esta articulação com as famílias é claramente percebida na carta, de 1973, do padre de Pilão Arcado, João Meyers (PEREIRA, 2009), direcionada à população da cidade que, na tentativa de mobilizá-la, evidencia o seu modo de produção e as práticas por ela desenvolvidas – questões com as quais trabalharei mais adiante.

> [...] Então, meus Amigos, meus Compadres e Afilhados, minha gente que eu amo: é a Vocês que quero falar. Tenho um recado pra Vocês. Eles querem botar Vocês pra fora. Por que? Dizem que será em benefício de Vocês. [...] Tem deles que dizem que vocês não valem nada, que são gentinha do chão que não produz. **Pois eles se esquecem, que vocês produzem filhos para tripularem as fábricas de São Paulo, e policiarem as ruas de Belo Horizonte**. E vocês têm uma coragem que eles não teriam: de labutarem no pesado com barriga seca, ou meio cheia de pirão, de **lutarem de sol a sol nos lameiros, na rede, no campo pegando boi bravo para mandar para Recife**, para eles comerem carne de boi enquanto vocês enganam a fome com farinha ruim que azedou porque o velho Chico chegou ligeiro demais e molhou a mandioca...
>
> Bem, minha gente: a nossa principal peleja é com a Chesf
>
> [...]
>
> Se eu tivesse a possibilidade de falar com a Chesf, eu falava assim: senhora dona Chesf, deixe de ser ruim. Troque seu coração de pedra por um de carne. Sinta o imenso prazer de ajudar gente humilde. [...]
>
> Então, minha gente, se a Chesf fosse humana, – e não feita daquele mesmo material de que os tratores que ela usa são feitos, – ela faria o seguinte:
>
> (a) Dar a cada **beiradeiro** uma casa igual, ou melhor, do que a dele, – na sede nova.
>
> (b) Dar a cada **beiradeiro** uma roça igual, ou melhor, do que a dele, – nos arredores da sede nova.
>
> (c) Indenizar, a cada um, as despesas de mudança.
>
> (d) Sustentar a cada família pelo prazo de um ano, visto que **vai perder uma safra, por causa da mudança**. (MEYERS, 1973, apud PEREIRA, 2009, p. 251-2, grifos nossos)

Cada organização mobilizava, no trato com o Estado, uma categoria distinta para reivindicar as demandas das famílias: os sindicatos apropriavam-se dos “trabalhadores rurais”, enquanto a Igreja

ativava[71] os *beradeiros*.[72] As organizações trabalhavam com a denominação que lhes convinha, enquanto se aproximavam daqueles que se reconheciam nas subjetividades acionadas. E se "trabalhadores rurais" acolhia todos aqueles que trabalhavam com o manejo da terra, a categoria *beradeiro* estreitava um pouco mais a sua abrangência.

Sobre este último grupo, é preciso ainda esclarecer três questões: a primeira se refere aos lugares de ocupação e produção (que foram desfeitos com a barragem); a segunda diz respeito ao seu modo de subjetivação singularizado[73] e a terceira trata da contraposição com outro grupo ocupante dos lugares sanfranciscanos: os caatingueiros. Comecemos pelas relações de lugar.

Distribuída ao longo das margens do rio, a população rural desenvolvia ali, além de suas atividades produtivas (pesca, plantio nos lameiros[74] e ilhas), toda a organização social que permeava a vida das beiradas sanfranciscanas (ESTRELA, 2004), abrigando desde as moradias permanentes e temporárias,[75] aos festejos e eventos religiosos (MARTINS COSTA, 2013). É importante salientar que, embora, a diferenciação entre população urbana e rural seja uma constante nos documentos institucionais da época, o cotidiano nas velhas cidades era completamente atravessado pelas práticas consideradas rurais.

O trabalho de Silva (2010) sinaliza que na velha cidade de Remanso, não havia uma delimitação rígida que separasse as zonas urbana e rural no uso do solo. A presença de animais de criação nos vilarejos era constante, assim como era comum o plantio nos seus terrenos baldios. O mesmo pode ser observado nos enunciados de pessoas que vieram das outras cidades que relatam a conciliação da moradia "urbana" com a prática da pesca no rio, o plantio e a criação de animais em roças de sequeiro e vazante. A relação entre aqueles lugares acontecia de modo contínuo, sem que fossem

[71] O papel político assumido pela Igreja, em defesa das famílias que seriam desalojadas, entrava em acordo com os trabalhos desenvolvidos pelas CEB's no restante do país, cuja articulação com os movimentos sociais populares derivava das ideias desenvolvidas pela Teologia da Libertação.

[72] Beradeiros, beiradeiros ou beraderos são as grafias comumente utilizadas para referir-se à população que ocupava as beiras do rio São Francisco. Ao longo do texto, utilizo sempre o termo *beradeiro*, salvo quando feita alguma transcrição de outro autor.

[73] É importante pontuar que estes modos de subjetivação singularizados são empreendidos pelos sujeitos a partir das relações estabelecidas entre os lugares ocupados e as práticas desenvolvidas por eles. O seu contraponto são os modos de subjetivação dominante produzidos pelas relações de poder hegemônicas. Tais diferenciações serão melhor esclarecidas adiante (Ver página 90).

[74] Terras localizadas na beira do rio, constantemente molhadas e férteis, devido ao acúmulo de matéria orgânica.

[75] Martins Costa (2013) relata aspectos das moradias existentes no povoado de Itapera antes da construção da barragem. Embora o foco daquele trabalho seja esta localidade, muitas características ali verificadas, permeiam outros povoados e cidades da região – como pude observar durante a realização do trabalho de campo. Assim, as moradias permanentes eram caracterizadas pelos abrigos fixos, mais resistentes, localizados nos povoados; os chamados "lugar das casas". A elas, se opunham as barracas, de caráter provisório, que ocupavam o "lugar do retiro" – local para onde as famílias partiam durante os períodos de cheias do rio.

necessárias as distinções entre o que estava dentro e fora dos limites citadinos. Com a construção das novas cidades, que tiveram seus espaços separados por funções, as quadras separadas por ruas e avenidas e as habitações por tipos sociais, esta relação de continuidade, se não foi rompida, ao menos modificou-se.

A formação do lago alterou significativamente a relação estabelecida entre os espaços de rio, vazante e caatinga. Originalmente a vazante era o entreposto dos outros dois; área constantemente inundada, onde se desenvolvia a agricultura – beneficiada pela proximidade da água e pelo movimento do rio. A caatinga, por sua vez, era o espaço aonde o rio não chegava, o lugar não inundável, da criação de animais e do plantio de sequeiro – que depende diretamente da incidência de chuvas – e que pelo tipo de vegetação existente marcava, com a vazante, uma delimitação fronteiriça.[76]

Em épocas de cheias do rio, a população da vazante recuava para a caatinga – num movimento denominado *retirada* (MARTINS COSTA, 2013) – assim como, em anos de seca os catingueiros levavam os animais para pastarem nas vazantes, estabelecendo aí territorialidades-matéria de que falava inicialmente. Com a construção da barragem as vazantes naturais foram encobertas pelas águas, que avançaram até os espaços de caatinga, dando início a uma nova atividade de produção: a agricultura irrigada. Com isso, as margens do lago passam a ser a própria caatinga, uma vez que o ambiente intermediário (vazante) foi encoberto.

[76] Diferente do limite, as fronteiras caracterizam-se por zonas de trocas. Elas abrigam a diferença e possibilitam o acontecer de um duplo estado de coisas: evita que uma "mistura indiscriminada" aconteça, mas possibilita as trocas através de sua porosidade. (SENNETT, 2012)

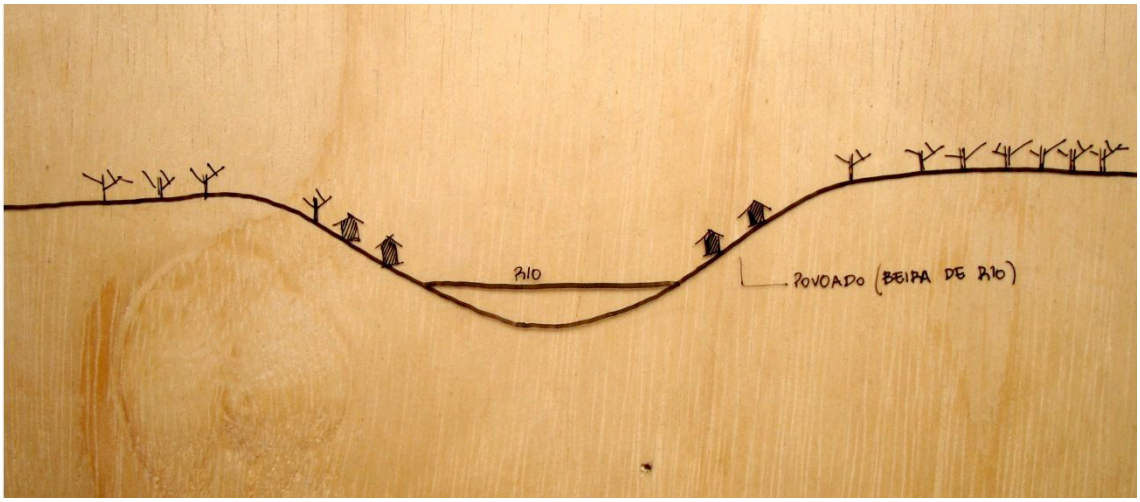


Figura 23. Esquema de ocupação dos povoados da beira do rio. (Fonte: Jurema Cavalcanti, 2015).

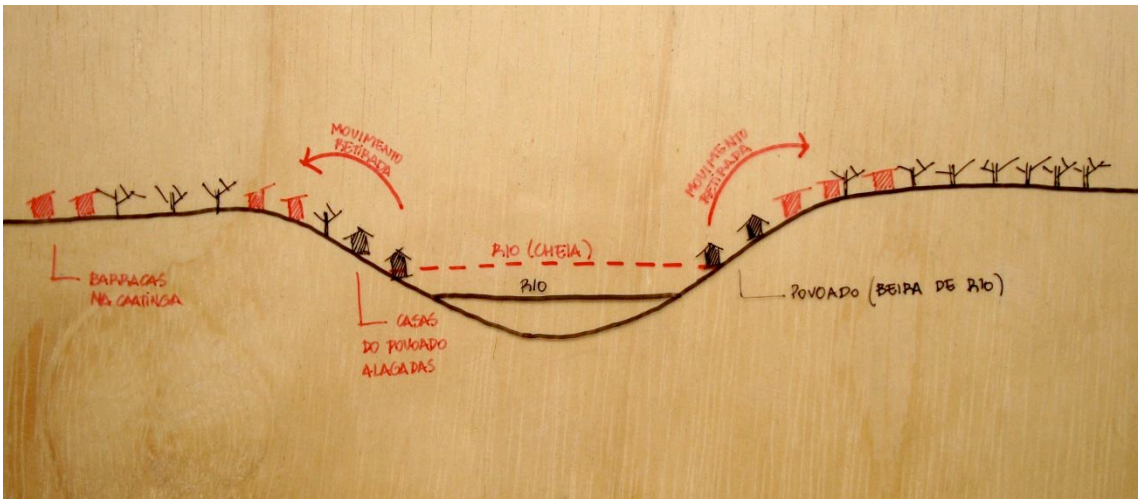


Figura 24. Esquema do movimento de retirada empreendido quando das cheias do rio.[77]
(Fonte: Jurema Cavalcanti, 2015).

> Eu: Mas **como é que dava pra reconhecer que já era a caatinga** que não estava mais na vazante?
> Mano: **A caatinga era diferente, era área de pedreira, e que o rio não cobria nunca**.
> Seu Domingos: **Até os paus [as árvores] é diferente**.
> Mano: É, os paus é diferente.
> Seu Domingos: **Os paus lá da vazante é um, e da caatinga é outro**." (MARTINS COSTA, 2013, p. 170, grifos nossos).

[77] Estes esquemas se inserem naquilo que denominei, no terceiro capítulo, de fabulações.

A possibilidade do rio desaparecer e ser engolido por um grande lago artificial, como visto anteriormente, não era concebida no imaginário da população local. A dificuldade de entendimento dos termos técnicos utilizados pelos funcionários da CHESF acentuava ainda mais o descompasso existente.

Neste sentido Foucault (2001) defende que a linguagem técnica estabelece, uma relação de poder organizada pela vontade de saber; um saber técnico que não é acessível a todos, pois é formulado por termos específicos que o distancia do sujeito comum, ordinário. O diálogo trazido na citação que abre este capítulo evidencia este fato – ao narrar a descrença do agricultor, Nelito, nas afirmativas do topógrafo, Juvenal, que demarcava, em plena caatinga, as cotas a serem alcançadas pelo lago. A narrativa expõe a diferença dos saberes que, naquele momento, impossibilitava um entendimento comum entre os dois homens; o primeiro trazia consigo o conhecimento formulado sobre suas práticas cotidianas (guiadas pelas cheias do rio), ao passo em que o outro estabelecia suas afirmativas sobre cálculos matemáticos (assegurados pelo saber científico) que iam de encontro com a concepção de mundo compreendida por Nelito.

E mais: desde a primeira cidade visitava, os enunciados das pessoas que viveram nas cidades alagadas eram sempre atravessados pelos artifícios dos técnicos da CHESF para convencê-las a partir para o PEC/Serra do Ramalho. Diziam que tinham-lhes prometido, nas agrovilas, a distribuição de terras férteis o suficiente para colherem melancias, abóboras e milhos gigantes. De Remanso a Pilão Arcado, estes ditos me seguiam, sem que pudesse entender as circunstâncias em que foram colocados. Foi somente, no final do trabalho de campo, quando da leitura do livro de Martins Costa (2013), pude entender a persistência deles.

Durante as reuniões promovidas pelas equipes técnicas com a população, eram feitas explanações utilizando retroprojetores que estampavam na parede da sala, imagens das agrovilas e dos produtos ali colhidos. Foi quando, num destes encontros, realizado em Sobradinho e relatado pela Divisão de Relocação de populações da CHESF, ocorreu o seguinte episódio:

> Reuniram camponeses de um povoado no salão da escola local para projetar *slides* da última safra em Serra do Ramalho, com imagens de sacos de feijão, abóboras e melancias ali produzidas. No meio da exposição, ergueu-se um camponês, indignado: - "Quero ver qual é o lugar que produz uma melancia desse tamanho!" A responsável pelas equipes sociais da CHESF, desconcertada, findou achando muita graça na reação do "caboclo": projetadas na parede, a uma certa distância, as abóboras e melancias pareciam imensas, como o tamanho de uma mesa. (MARTINS COSTA, 2013, p.215)

Tal relato evidencia, uma vez mais, o descompasso existente entre os saberes técnico e tradicional e o pouco traquejo dos funcionários da CHESF em tratar com a população, resultando numa troca de

acusações que colocavam de um lado a "'ignorância' do camponês" e do outro a "'má-fé' do técnico". (MARTINS COSTA, 2013, p.215)

De volta ao tempo das cidades velhas, como já mencionado, havia nos povoados ribeirinhos um movimento recorrente, que ocorria durante as cheias do rio, denominado *retirada*, que consistia basicamente na saída temporária da população em direção à caatinga, deixando para trás os lugares inundáveis da vazante – para aonde sempre poderiam retornar após o recuo das águas. Segundo Martins Costa (2013), "A retirada e os movimentos do rio remetem a uma determinada organização do espaço [...] baseada na oposição alto x baixo [que] deve ser entendida a partir da distinção entre 'área de caatinga' e a 'área de vazante'". (p.45)

> A linha de demarcação entre caatinga e vazante pode ser vista como uma fronteira ritual, que põe em contato e deixa fluir o trânsito entre dois espaços sociais. Reunião de contrários, o limiar é o lugar dos avessos. [...] Na retirada, igualmente, invertem-se as oposições fundamentais que definem vazante e caatinga: a beira do rio desloca-se para a beira da caatinga. Provisoriamente, a vida só é possível no alto e no seco: no lugar do retiro. O excesso de água inviabiliza a vida na vazante, assim como o seco em excesso inviabiliza a vida na caatinga. O espaço e seus limites são coletivamente concebidos e ritualmente estabelecidos" (MARTINS COSTA, 2013, p.99).

O espaço da caatinga era conhecido por nunca ser atingido pelo rio (espaço do *seco* e do *alto*), enquanto a vazante estaria sujeita às suas inundações periódicas (lugar do *molhado* e do *baixo*). "Pode-se dizer que tanto a vazante quanto a caatinga eram dotados de uma dupla significação, num sistema em que o valor maior estava condensado na **noção de beira**. Era este o valor que impunha uma ordenação hierárquica na classificação dos espaços sociais." (MARTINS COSTA, 2013, p.50-1, grifos nossos). Se o *alto e seco* se opunha ao *baixo e molhado* ou, se a caatinga se opunha à vazante, com a construção da barragem essa relação de contraposição desaparece, pois a caatinga passa à *baixo* e *molhado*. A nova vazante (agora regulamentada pelas comportas da hidrelétrica) é também parte da caatinga, da caatinga mais baixa. E o que ocorria como uma atividade eventual, a retirada, passa a ser definitiva, uma vez que o rio já não retornará ao seu curso normal.

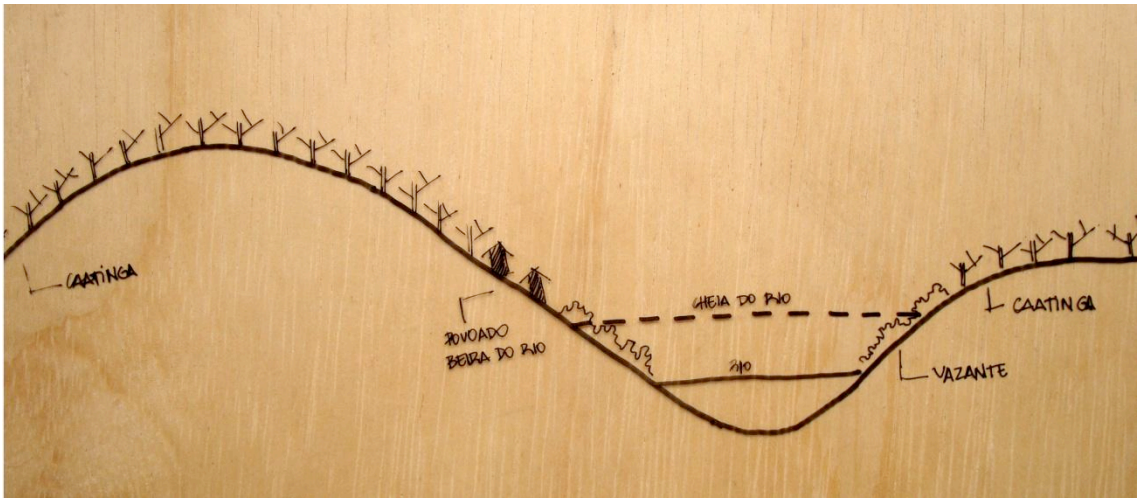


Figura 25. Seção esquemática – antes da barragem. (Fonte: Jurema Cavalcanti, 2015).

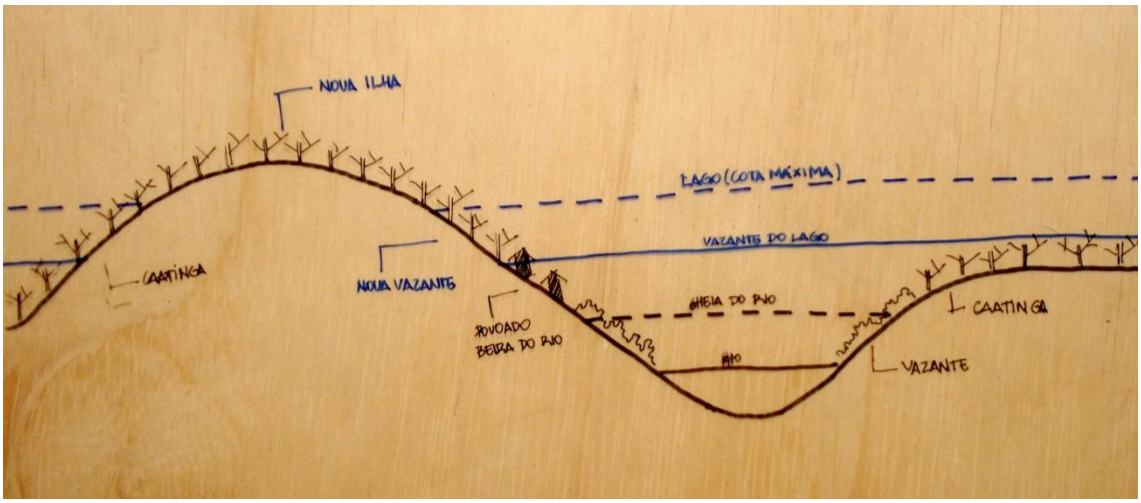


Figura 26. Seção esquemática – Após enchimento do lago. (Fonte: Jurema Cavalcanti, 2015).

Para relacionar os movimentos acima narrados com os conceitos espaciais trabalhados cabe uma breve análise, reforçando que o emprego dos termos está mais relacionado ao modo de referência utilizado do que a uma demarcação cristalizada e precisa. Explico: Para os moradores da beira do rio, a caatinga constituía o espaço árido, onde só frequentavam em períodos específicos – durante a retirada por exemplo. Neste processo, o povoado perdia a sua configuração de lugar, uma vez que o cotidiano era deslocado temporariamente para o retiro: o lugar do retiro. Com a implantação da barragem, mudava-se também as acepções dos espaços: o espaço da vazante do rio dava lugar à

vazante do lago – antes espaço da caatinga, onde a população fazia os retiros e que agora seria esquadrinhada num território-matéria demarcado pelo Estado para a implantação da agricultura irrigada. Aí fica claro que as configurações espaciais podem adquirir distintos sentidos, que variam de acordo com o uso feito pelos sujeitos ou pelas forças de poder de Estado que se impõem.

A relação observada entre os ambientes: caatinga/vazante ocorria de forma homóloga no interior dos povoados ribeirinhos, como pôde observar Martins Costa (2013) em Itapera (município de Sento Sé). A partir do movimento de retirada narrado pelos antigos moradores do povoado, a autora desenvolveu o que convencionou chamar por *principio da beira,* noção que se baseava na oposição entre permanecer o mais próximo do rio e o mais alto possível, de modo que ficasse a salvo de suas enchentes.[78] E essa relação era válida tanto para o lugar das casas, no povoado, quanto para os abrigos construídos nos lugares do retiro.

> "[...] os povoados ficavam junto ao rio e em locais altos (somente atingidos pelas águas numa enchente alta). Os retiros ficavam na beira durante uma enchente alta, no local mais próximo do rio que estava fora do alcance das suas águas (no alto).
>
> **Mais do que o limite da terra com o rio, a beira consistia no encontro do alto com a proximidade da água**. Esta era a posição cobiçada pelos camponeses. **Mas a beira não era um local estável: ela migrava junto com os ciclos do rio. A área de vazante poderia ser descrita como o conjunto de todas as beiras possíveis, e todo o ponto da vazante é uma beira virtual**. [...] A área da vazante e a área da caatinga não são espaços intercambiáveis; estão hierarquizados: a vazante era mais valorizada que a caatinga. Eram qualificadas diferencialmente em função do valor social do rio. **A orientação do espaço era definida pelo rio e pelo interesse em permanecer na beira".** (MARTINS COSTA, 2013, p.49, grifos nossos)

Claro que toda a lógica descrita acima só pode ser definida desta maneira, por se tratar de um povoado situado à beira do rio. Fosse uma localidade estabelecida no meio da caatinga, a leitura certamente seria outra. Entretanto, como parto de cidades ribeirinhas que estabeleciam, com o rio, relações diretas de troca, estas observações são válidas, para se pensar na transformação ocorrida a partir da construção da barragem. E se, como exposto na citação, era a vazante que possibilitava a mobilidade da beira, ou mesmo a sua existência, o que vem a ser esta beira atualmente, uma vez que a vazante do rio desapareceu, dando lugar à borda do lago? Seria um espaço físico delimitado pela cidade de um lado e pela linha d'água (sempre variável), do outro? Seria ainda um movimento (fluxo) definido pelos sujeitos? O que seria? Para tentar chegar a esta nova configuração de beira, é preciso, primeiramente, tratar das pessoas. Entro assim, no segundo e terceiro pontos que tratam das categorias*: beradeiro* e *caatingueiro.*

[78] É interessante perceber como a localização das novas cidades acabou seguindo – ainda que sem intenção de fazê-lo – o *princípio da beira,* uma vez que seus projetistas queriam mantê-las a salvo da invasão das águas e o mais perto possível do "rio" (haja vista a Avenida de Remanso, mais próxima do lago, chamar-se Beira Rio), mas durante os períodos de seca, muitos quilômetros a separam da linha d'água e, seria forçoso considerar beira, certas distâncias.

Das diferenciações existentes entre os ambientes configurados pela vazante e pela caatinga, depreendem-se nomenclaturas próprias para os ocupantes dos distintos lugares sanfranciscanos: *camponeses, beradeiros, ribeirinhos, barranqueiros, caatingueiros* são apenas alguns deles. Aqui, farei uma breve distinção a partir dos autores com quem trabalhei.

Corriqueiramente, os sujeitos que habitam as margens do Rio São Francisco se autodenominam *ribeirinhos.* O que os diferencia dos *barranqueiros e beiradeiros,* segundo Ely Estrela (2004), é que estes últimos, além de ocuparem as margens, se sustentam com o que produzem a partir do rio e desenvolvem, com este, relações de afeto. Para Lopes (2004) o *beradeiro* se assume enquanto sujeito que pratica a agricultura ligada ao ciclo das águas (plantio de vazante) e a pesca, e que o termo, inicialmente, era utilizado para distingui-lo do *caatingueiro* e do morador da cidade. O termo *caatingueiro (ou catingueiro),* por sua vez, serve para definir o habitante da caatinga, que desenvolve aí práticas associadas à criação de animais e ao plantio de sequeiro (LOPES, 2004). Para finalizar, Martins Costa (2013), define *camponês* como todo indivíduo, que tem relação direta com a terra e que trabalha em regime de economia familiar. Entretanto, se consideradas as práticas desempenhadas por cada categoria, todos seriam, além de tudo, *camponeses*, mas se utilizam das outras denominações para marcarem a diferença a partir do lugar que ocupam.

Para além de todas essas diferenciações, o que define, de fato, a relação entre o sujeito e a categoria a que pertence é a afirmação que faz de si mesmo. Assim, quando na carta do padre de Pilão Arcado a subjetividade do *beradeiro* é acionada, ela se faz importante, tanto por mobilizar a população que se reconhece nela, como por se fazer visível, à *macropolítica* estatal, enquanto grupo que reivindica seus direitos. É uma forma de agir permeada por duas lógicas distintas de articulação; é acionar uma categoria autoreferenciada nas práticas desenvolvidas pelos sujeitos, para articulá-la às estratégias *macropolíticas* de produção de identidade. É permitir que a singularidade produzida seja cristalizada e apropriada pelo poder hegemônico para atingir o objetivo pretendido: reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais ou *beradeiros* deslocados.

Faz-se necessário, esclarecer o que seria esta singularidade, entretanto, antes é importante introduzir algumas definições sobre *micropolítica*.

MICROPOLÍTICA E SINGULARIDADE

Quando, na primeira parte do trabalho, são citadas as estratégias *macropolíticas* de fazer chegar os projetos e programas públicos aos indivíduos, e suas organizações, foi dito também que estas

tentativas não funcionam enquanto ação *micropolítica*, e sim de microescala. É importante fazer esta diferenciação porque entre estes dois termos não há nada em comum além do adjetivo que os antecede. A microescala se diferencia da macroescala por uma questão de dimensão; as ações *micropolíticas*, por sua vez, se distinguem das ações *macropolíticas* por diferenças de natureza (e não só), elas trazem em si os modos de fazer, as práticas, os gestos dos sujeitos (RIBEIRO; BIASE, 2012), que escapam, por exemplo, ao saber técnico *macropolítico* – abstraído da vida praticada e evidenciado no diálogo estabelecido entre o topógrafo e o *beradeiro.*

Entretanto, apesar de diferentes, as ações *macro e micropolíticas* não se opõem, antes, coexistem. "Toda sociedade, [...] todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular, [...] sempre uma pressupondo a outra. [...] tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica." (DELEUZE; GUATTARI, vol.3, 1995, p.83) E se as estratégias *macropolíticas* do Estado não conseguem planejar ações *micropolíticas* no âmbito dos programas públicos implementados, é tão somente porque estas não se criam a partir de normatizações ou fórmulas engessadas. A tentativa de controle sobre o que se aplica, os inúmeros levantamentos feitos, as constantes atualizações de dados... tudo isto constitui ação *macropolítica*, aquela que gera uma subjetividade do paranóico, que a tudo quer controlar.

As ações *micropolíticas* não se definem enquanto passo a passo, não podem ser levantadas em dados, elas são simplesmente executadas; são fluidas, agem de acordo com o momento, e não através da aplicação de um termo de referência; são da ordem da subversão, do não programado, das táticas; elas constituem "engenhosidades do fraco para tirar proveito do forte, [que] vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas". (CERTEAU, 1998, p.45),

Do mesmo modo, *molar* e *molecular* são noções que se relacionam – por vezes ao se contrapor, outras vezes, por reforçar o estado um do outro. O nível molar opera por oposições binárias, duras, segmentarizadas, onde a lógica é a do sedentarismo. O molecular por sua vez, age no fluxo, nas linhas de fuga, na desestabilização e no "que escapa às organizações binárias" (DELEUZE; GUATTARI, vol.3, 1995, p. 86). Molar e molecular encontram seus pares na *macro e micropolíticas*; sempre tensionando-se, sobrepondo-se, e, por vezes até, confundindo-se.

Entre *macro* e *micropolíticas* cabem ainda algumas caracterizações: além de não se distinguirem por suas dimensões, à maleabilidade e fluidez *micropolíticas* não podem ser designados atributos positivos e, à dureza *macropolítica* o seu contrário, uma vez que "o fascismo é tanto mais perigoso por seus microfascismos" (DELEUZE; GUATTARI, vol.3, 1995, p.85). Uma terceira questão é que, além

de coexistirem, há entre elas uma relação de proporcionalidade e, neste sentido, Certeau (1998) faz uma observação interessante:

> Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: **que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?)** dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1998, p.41, grifos nossos)

Assim, as ações *micropolíticas* estão na fluidez e finitude dos territórios criados, estão no que foge ao planejado, na ação molecular dispersa. Entretanto, diferente do que pode parecer, elas não se opõem às estratégias *macropolíticas*, andam juntas e podem, inclusive, coexistir nas ações produzidas pelo poder hegemônico de Estado. Poder este, que se por um lado, promove a cristalização dos territórios (normatizando-os) para produzir ações *macropolíticas* – sejam elas em macro ou microescalas – por outro, deixa brechas que permitem as desterritorializações, os furos às regras, os usos *micropolíticos* efetuados pelos sujeitos.

E sobre estes usos que subvertem a ordem posta, cabem ser feitas algumas colocações: As ações produzidas pelo poder hegemônico funcionam sob a lógica das estratégias *macropolíticas* de planejamento e controle. Entretanto, quando estas ações são colocadas à população na forma de políticas públicas, por exemplo, e o uso empreendido subverte a ordem posta, tem-se aí uma mudança de enfoque: a *ação* produzida pelo Estado perde a sua centralidade para ceder lugar ao *uso* tático, disperso que permeia as práticas cotidianas, criando territorialidades. Como sugere Certeau (1998):

> A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde **outra** produção, qualificada de "consumo": essa é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas **maneiras de empregar** os produtos impostos por uma ordem econômica dominante." (CERTEAU, 1998, p.39, grifos do autor)

Com base na relação que aí se estabelece, gostaria de reforçar a associação das *estratégias* às ações *macropolíticas* e das *táticas* às práticas *micropolíticas, pois:*

> Dispositivos semelhantes, jogando com relações de forças desiguais, não geram efeitos idênticos. Dai a necessidade de diferenciar as "ações" [estratégias] (no sentido militar do termo) que se efetuam no interior da rede dos consumidores pelo sistema dos produtos, e estabelecer distinções entre as margens de manobra [táticas] permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua "arte". (CERTEAU, 1998, p.44)

Embora se saiba que os alcances produzidos por cada uma destas forças de poder sejam muito diferentes, é importante reforçar os atravessamentos que permeiam cada uma delas e como estes cruzamentos são capazes de provocar e estabelecer aquele duplo estado de coisas sugerido inicialmente.

> **Para mim, o problema de uma analítica micropolítica é, justamente, o de nunca usar um só modo de referência**. Eu posso, por exemplo, ficar nesta tribuna pronunciando grandes discursos emancipadores e libertadores e, ao mesmo tempo, ter um investimento de poder paranóico para me apoderar do auditório, estabelecer uma relação de sedução falocrática, racista e sei lá o que mais. Suponhamos que eu até me torne o líder desse grupo na luta por uma causa justa, e todo mundo me aclame dizendo "Felix vai nos representar para tal coisa", e, paralelamente, não haja um dispositivo para tentar analisar o que são os outros tipos de investimento, necessariamente em jogo na situação, a nível molecular. **Nesse caso, o que acontecerá, infalivelmente, é que as melhores intenções, as relações de força mais favoráveis, vão ter, mais cedo ou mais tarde, um encontro marcado com uma experiência de burocratização, com uma experiência de poder. E, inversamente, se os processos de revolução molecular, não forem retomados a nível das relações de força reais (relações de forças sociais, econômicas, materiais) pode acontecer de eles começarem a girar em torno de si mesmos como processos de subjetivação em implosão [...]** (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.132)

Quando as organizações (Igreja e sindicatos) utilizam-se das categorias *beradeiro* e *trabalhador rural* para mobilizar aquelas famílias, abrem dois caminhos de ação que dialogam com as estruturas *macropolíticas*. Uma vez acionadas, as categorias servem para se fazer visíveis ao governo, quanto às reivindicações daqueles grupos, mas em paralelo, podem ser transformadas em identidades burocratizadas e engessadas, caso sejam apropriadas pelos sistemas de poder hegemônico. Exemplo disto é a caracterização do trabalhador rural pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabelece e regulamenta as suas condições de trabalho; e se por um lado, isto representa um ganho para a categoria, por outro enquadra o sujeito nos parâmetros estabelecidos para que seja atendido em suas necessidades, pelo Estado.

Em sentido inverso, o Estado pode criar identidades – necessárias para delimitar os grupos que poderão participar dos programas e políticas públicas implantados – e aqueles que aí se reconhecem acabam por apropriá-las e incluí-las nas suas demandas de reivindicação. Isto se verifica, hoje em dia, nos programas voltados para os agricultores familiares, por exemplo, onde este termo ganhou caracterizações normatizadas para as quais os pequenos produtores precisam se adequar se quiserem ser "beneficiados" com os programas públicos,[79] ou para as Comunidades Tradicionais[80] que vendo-se reconhecidas enquanto grupo identitário pelo Estado, utilizam-se deste meio para levantar demandas e reivindicar direitos.

[79] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) concede crédito rural aos produtores que atendem aos seguintes requisitos: sejam "posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário da Reforma Agrária"; residam na propriedade ou em local próximo; detenham até quatro módulos fiscais, "contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor"; contem com pelo menos "50% da renda bruta familiar [proveniente] da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento"; "tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento [...], podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família." Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2>. Acesso em: 25 jan. 2015.

[80] Os pescadores que demandavam a construção de casas populares ao governo do Estado da Bahia, em 2010, reconheciam-se enquanto Comunidade Tradicional e utilizavam-se deste instrumento como ferramenta de articulação com o Estado.

A mobilização destas categorias pede um retorno aos processos de produção de subjetividade e seus desdobramentos – que vão de construções identitárias a processos de singularização. Ora, se subjetividade é produção, e produção social, ela está suscetível a apropriar-se daquilo que o pensamento hegemônico produz, se apropriar até mesmo das identidades criadas no âmbito deste pensamento totalizante. Quando reivindicamos, por exemplo, nossos direitos enquanto cidadãos ou quando os produtores rurais reivindicam os benefícios garantidos pelo governo, são aí acionadas subjetividades referenciadas na lógica identitária *macropolítica,* seja ela liberal, desenvolvimentista, seja o que for. Uma vez que a subjetividade é ativada a partir do momento político, social, econômico em que se vive.

> A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16)

E, embora este processo esteja vinculado às estratégias *macropolíticas* de produção, a forma como ela "se espalha" e atinge a todos – fazendo com que nossos desejos reproduzam aquilo que nos é imposto – caracteriza uma ação *micropolítica.* Tal modo de ação desfaz qualquer tentativa de qualificar as ações *macropolíticas* como "más" e as *micropolíticas* o seu contrário.

Em sentido inverso, a partir desta *produção* de subjetividade hegemônica pode-se desviar para a *criação*[81] de uma subjetividade singularizada que consiste numa recusa daquilo que chega pronto e decodificado "para construir de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver; com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.17)

Assim, enquanto as identidades se caracterizam por um território duro, modelado por subjetividades produzidas num nível *macropolítico*, os processos de singularização resultam dos desvios, da capacidade dos grupos se desvincularem e entenderem seus processos, descolados da modelização imposta por aquele poder.

> A **subjetividade** está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela **é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares**. O modo pelo qual os indivíduos que vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da

[81] Os termos *produção* e *criação* aparecem em itálico para enfatizar as diferenças existentes entre os processos de reprodução das subjetividades fabricadas pelo poder hegemônico e os processos de criação de subjetividades singularizadas.

> subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33, grifos dos autores)

Mas se, como dito inicialmente, toda política é macro e micro, os distintos processos de produção de subjetividades não mantém uma separação paralela; eles se provocam, causam tensionamento, atritam-se, apesar de terem formações distintas. Por esta razão, as singularizações podem ser apropriadas e serializadas por estratégias *macropolíticas*, que as transforma na lógica identitária das políticas de Estado; como de outro modo, as identidades podem entrar em processos moleculares de dispersão e acabar articulando-se com táticas *micropolíticas* que aí se estabelecem.

Assim, quando os *beradeiros* se definem enquanto grupo ocupante das beiras e barrancas do São Francisco, o fazem a partir de uma produção de subjetividade agenciada ao longo dos anos, em função do lugar que ocupam e das atividades (práticas) que desempenham – trata-se neste caso de uma produção subjetiva singularizada. Uma vez que este termo é utilizado para reivindicar direitos ao poder hegemônico, e passa a ser reproduzido e normatizado pela ação *macropolítica* estatal, torna-se criação de identidade, podendo ser novamente assimilada pelos grupos que lhe deram origem e por outros tantos que passam a reivindicar seu reconhecimento como tal. É antes a sutileza que permeia e tensiona esses processos, e não sua aparente oposição, que interessa considerar.

"NAQUELE TEMPO LÁ... DO RIO VELHO, PRA LÁ"[82]

Ely Estrela (2004), em seu trabalho intitulado *Três Felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA* defende que, para a população da região atingida, o momento anterior à implantação da barragem era preenchido por três felicidades, como relata D. Avelina:

> "- Era três ...a gente tinha três felicidade".
> - Como assim? Quais as felicidades?
> - A gente tinha **três modo de cultivo. Cultivava nas ilhas, nos lameiro, e nas catinga**. Quondo acabava uma, tinha outra. Nunca faltava comida. Fartura era muita." (ESTRELA, 2004, p.49)

Outros depoimentos, como o de João Paulo reforçam a relação com o rio:

> "A gente, quando morava aqui, a gente tinha **treis movimento de trabaio** na vida da gente. Olhe, porque a gente **quando era na seca, a gente tinha a roça da vazante e tinha a pesca na lagoa**. Esse tempo a gente não tava sentindo sede, porque, **quando caía mesmo a seca, a gente puxava pra vazante de lá, tinha água, ou pra beira do rio, aonde tinha água** [...]" (SIQUEIRA, 1992, apud ESTRELA, 2004, p.49, grifos nossos)

[82] Fala de Sr. Renato se referindo ao período anterior à construção da barragem. Retirada de gravação concedida em Remanso, em 17 jul. 2013.

Mesmo considerando a existência de possíveis fabulações nestes relatos, a autora relaciona as felicidades vividas com a fartura de alimentos e com os modos de cultivo da terra, seja ela de sequeiro ou vazante. A prática da pesca também aparece para reforçar este saudosismo que revela distintas trocas com o rio. Embora Siqueira (1992, apud SILVA, 2010) considere que depoimentos como estes costumam supervalorizar a "qualidade do antigo modo de vida, para sublinhar o contraste com o atual" (p.149), o que se pode depreender deles é que as felicidades estavam diretamente relacionadas com as práticas desenvolvidas naqueles lugares.

As instituições governamentais (CEPAL, SUDENE, CHESF) já haviam se dado conta desta relação "afetiva" das pessoas com a terra. No entanto, isto era sempre associado a um modo de vida atrasado (como mostrado no relato do engenheiro chefe da CHESF) que deveria ser substituído, o quanto antes, por uma relação de mercado, onde fosse possível fazer correr o dinheiro e transformar aquelas pessoas em consumidoras. O que esses órgãos não contavam é que seria difícil convencê-las a aceitar valores tão pequenos pelas terras que significavam o seu modo de vida, de produção e de organização social.

> Osvaldo — Itapera-Sento Sé: Eu pru mode indenizá uma casa e duas roça ou três que eu tinha lá (um lameiro, casa, roça na ilha, roça no ilhote, qué dizê, cinco roça), eles me botaro sete mil. Não salvô nadinha. Se fosse fazê, não fazia nem a metade do que eu tinha. Prá incluir já esses trem eu recebi carta de dotô Canuto,[83] de Sobradinho. Eu ia, chegava lá, nóis ia negociá, não dava certo, desistia, vinha embora. Recebi três cartas. Quando da derradeira veiz que eu fui, ele pego dinheiro, disse 'oi, num diga mais nada', pegô o dinheiro e jogô no bolso de minha camisa, eu achei feio tirá o dinheiro e jogá lá em riba dele, né. Num fiz porque achei feio fazê, né. Mas, tinha o direito de fazê. Aí o Z. A. (acompanhante) disse 'vá, pegue, leve seu dinheiro'. Mas não gostei, não. (SIQUEIRA, 1992, apud ESTRELA, 2004, p.106)

Além das indenizações não serem suficientes para recuperar as benfeitorias perdidas durante a enchente, as avaliações feitas pela CHESF e a oferta de pagamento eram consideradas ofensivas (ESTRELA, 2004). Por isto é que não são poucos os relatos daqueles que dizem ter resistido até o último momento, sem aceitar abandonar suas terras em troca de tão baixas indenizações. E se, por um lado, esta resistência acabava sendo um problema para a CHESF, que se via às voltas na tentativa de convencer as famílias a sair, antes que as águas chegassem, para os próprios resistentes o prejuízo era muito maior, uma vez que, de última hora, teriam que aceitar qualquer pequena oferta para não sair de mãos abanando e, na maioria das vezes, perdiam parte de seus pertences e animais de criação, devido ao tempo exíguo para empreender a mudança.

Entretanto, outro lado desta resistência é levantado como ação positiva que rendeu aos resistentes algumas concessões da estatal. Estrela (2004) toma de empréstimo a *resistência cotidiana*

[83] Dr. Canuto era um advogado contratado pela CHESF para gerenciar o pagamento das indenizações às famílias. (ESTRELA, 2004)

camponesa, de James Scott (2002) para colocá-la como referência ao que aconteceu de forma pontual, mas intensa, nas áreas rurais da região. Esta resistência é defendida como

> [...]a arma dos fracos, daqueles destituídos de meios e instrumentos capazes de fazer valer, em termos formais, seus interesses e demandas, caracterizando-se como 'a luta prosaica, mas constante, entre camponeses e aqueles que querem extrair deles trabalho e alimentos, os impostos, os alugueis e os lucros'. **Ela assume um caráter passivo, miúdo, dissimulado, sorrateiro, 'um jogo de gato e rato'**. Em outros termos: 'um sem querer querendo', lembrando verso de famoso poeta. Embate surdo e raramente explicitado entre forças, em geral, antagônicas e assimétricas, **o camponês, para auferir pequenos ganhos políticos, para expressar ressentimento e ou vingar-se de seus opressores, resiste, fazendo-se de desentendido, de ingênuo, de ignorante.** (SCOTT, 1994, apud ESTRELA, 2004, p. 99, grifos nossos)

Para Estrela (2004), "o que parecia aos olhos dos agentes governamentais ignorância e atraso nada mais era que uma forma original de resistir" (p.95). Eram as táticas (CERTEAU, 1998) se fazendo operar; as ações *micropolíticas* sendo instauradas, como forma de conseguir uma margem de negociação (por menor que ela fosse). O fato é que, graças a estas ações, a CHESF, de última hora, providenciou a demarcação de lotes na borda do lago para serem distribuídos entre as famílias reassentadas. Estes seriam em número limitado, mas de toda sorte, foram mais de mil famílias que conseguiram fixar-se ali, ao invés de partirem para o projeto de Colonização.

As histórias trazidas sobre a construção da barragem, a descrição sobre o modo de vida das famílias, os destinos ofertados pela CHESF como solução de reassentamento e as escolhas feitas pela população... tudo isto permeia os enunciados das pessoas que vivem hoje nas cidades reconstruídas. E se esses recortes precisam estar aqui, é tão somente para relacioná-los às questões que se processam atualmente nestes territórios-matéria.

Proponho a partir de agora uma mudança temporal. Já não importa distinguir quem optou por permanecer nas cidades reconstruídas, quem escolheu partir para o PEC ou quem decidiu retornar das agrovilas. O que importa considerar são os modos de apropriação desenvolvidos pelas pessoas que vivem hoje nas cidades reconstruídas no entorno do lago – que desenvolvem suas práticas, por vezes associadas, por vezes independentes, das políticas públicas ali aplicadas. Entender um pouco do processo ocorrido a partir do momento em que a barragem tornou-se dispositivo de poder (FOUCAULT, 2008), nos dá direções sobre as relações que transparecem nos enunciados dos moradores, nas novas cidades.

Assim, proponho esta mudança temporal, como forma de trazer para o texto os processos atuais vividos naquelas cidades; sabendo que eles são sempre atravessados pela memória da vida pregressa e, claro, por tudo o que esta memória é capaz de criar, de fabular, passados mais de 30 anos desde a implantação da barragem.

“COISAS QUE PRÁ MODE VER, O CRISTÃO TEM QUE ANDAR A PÉ” [84]

A primeira partida, com o propósito de iniciar os trabalhos de campo, aconteceu em julho de 2013 e a cidade de destino era Remanso. De saída, não tinha regras postas ou uma proposta metodológica que deveria ser fielmente seguida. Tinha sim, o desejo de experienciar os espaços, os lugares, os territórios e as territorialidades daquelas cidades – todas as espacialidades e fluxos colocados, pois a multiplicidade de sentidos que lhes atravessava demandava um olhar atento à sua capacidade de sobreposição. E experienciar cidade tem muito disso; tem a ver com um modo de acionar o corpo para o que acontece no espaço em volta; é o vivenciar o espaço, sem pretender analisá-lo de antemão; é um se deixar afetar, deixar o corpo aberto aos afetos; é também ativar um “estado de espírito errante [...] que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações gráficas, planificações ou projeções” (JACQUES, 2006, p. 118).

Tinha ainda o desejo de estar com o outro, de conversar com as pessoas, entender os seus processos e descobrir o porquê de continuarem ali. Porque não partiam para outro espaço, outras cidades? Porque insistiam em permanecer naqueles lugares que lhes remetem, todo instante, ao processo de remoção sofrido anos antes?

Entender estas e outras questões me movia até aqueles lugares que, até então, me pareciam os mesmos. Sem me dar conta, acabava por igualá-los – como se os processos de inundação, transferência e elaboração de novos projetos os afetassem da mesma maneira, como se quaisquer táticas *micropolíticas* tivessem sequer existido – tal como havia feito a CHESF anos antes. Me propunha ir às quatro cidades,[85] percorrer as sedes dos municípios e os povoados dispersos ao longo da zona rural, encontrar pessoas que poderiam dividir comigo suas memórias, mas sempre partindo do pressuposto que as relações espaciais ali desenhadas seriam muito semelhantes. De todo modo, precisava ir ao seu encontro, começar, afinal, era preciso!

Ao iniciar o trajeto, dois impasses se fizeram presentes: a inexistência de transportes públicos – que me permitiria movimentar entre as sedes dos municípios e os povoados, cujas distâncias variavam de 38 Km (distância entre a sede de Pilão Arcado e o povoado do Saco Redondo) a 100km (distância entre a sede de Sento Sé e o povoado de Ponta D’água) – e um estado de gravidez inicial que não comportava aventuras em mototáxis ou traseiras de caminhonetes. Desta forma, todo o deslocamento deveria ser feito a pé e, consequentemente, limitado às áreas urbanas.

[84] (GONZAGA; TEIXEIRA, 1950 apud MOURA, 2012, p.14)

[85] Após ida à Remanso (jul. 2013) seguiram-se as estadias em Sento Sé (set. 2013), Pilão Arcado (set./nov. 2013) e por último, Casa Nova (nov./dez 2013).

Se por um lado esta forma de apreensão parecia limitadora, por seus trajetos reduzidos, por outro, ela abria passagem para uma percepção em outro ritmo, num outro tempo, mais lento certamente, só não menos interessante. Ou como bem pontuou Milton Moura (2012), para percorrer os "caminhos [do sertão], trilhas e veredas, o viajante tem que saber também largar as linhas geométricas das BRs, das rotas dos aeroportos, e levantar poeira." (p.14)

A caminhada a ser iniciada não previa seguir a rigidez de um método científico, mas se fazer a partir dos afetos constituídos ao longo de sua passagem. O desejo era por "um fazer" sem muitas regras, sem muitos limitadores, apenas prevendo o ponto de partida, mas sem querer antecipar o seu "durante" ou o seu desfecho. Assim, é que duas metodologias, dois modos de *experienciar cidade* foram acionados para que se pudesse começar: o *seguir pistas e* a *Insistência Urbana* – ambos, ativados em momentos anteriores; o primeiro nas cidades objeto desta pesquisa, o outro, em Salvador.

Uma pausa para os métodos usados, antes como inspiração que como regra:

O *seguir pistas*, na verdade, não se configura enquanto metodologia propriamente dita, mas acabou se conformando, enquanto tal, durante a experiência realizada na viagem pelo sertão, em novembro de 2012. Nesta ocasião, fomos até as cidades de Juazeiro, Sobradinho, Remanso, Sento Sé e Casa Nova, com o apoio da EMBRAPA Semiárido[86] e o propósito inicial de entender como os modos de produção dos pequenos produtores rurais foram sendo alterados após a construção da barragem.

Embora este tenha sido o nosso ponto de partida, ao longo do percurso, ele foi se transformando em outras demandas, tais como, o desejo de *experienciar* aquelas cidades transpostas (as três últimas) ou de entender como elas ativavam os referenciais de sertão que cada um levava consigo. "Nos propusemos à uma experiência de viagem que abandonasse um racionalismo, [...] que potencializasse uma constituição de sujeitos que buscam percursos deflagrados pela receptividade afetiva, desses lugares. Ir, estar em movimento – pela produção de observação." (ANDRADE; CAVALCANTI; CHAVIER; CARMELLO; RISI, 2013)

> Éramos oito errantes, em uma van da Embrapa, numa combinação de desejos, devires e atravessamentos múltiplos. Naturalmente, essa multiplicidade foi tomando forma inconfundível. **Através dela, no espaço da viagem sempre abriam-se outros espaços para questões da agenda natural da vida, que aparentemente não passam pelo conteúdo de uma pesquisa** (ou no caso da viagem de pesquisa), mas que para a experiência de errância, de experiência não planejada e desviatória denunciaram ainda mais nosso estado de corpo errante. De certa forma tornou nossa viagem ainda mais "lisa", no sentido lançado por Deleuze&Guattari em Mil Platôs – o espaço que "ocupamos sem medir".
> Nos lançamos a essa viagem com esse propósito: coexistência de um coletivo heterogêneo, numa

[86] EMBRAPA Semiárido (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Semiárido).

> lógica de se sentir afetado, para inventar uma cartografia a partir de sua itinerância. Uma viagem sem mapas. Uma viagem de memórias, sobre o esquecimento. Uma viagem de invenções. (ANDRADE; CAVALCANTI; CHAVIER; CARMELLO; RISI, 2013)

Voltando ao *seguir pistas*, partimos sem estabelecer contatos prévios, sem saber quem iríamos encontrar, sem definir critérios de escolha. Como regra velada tínhamos apenas o desejo de trocar com o outro e, a partir deste encontro, seguir as "pistas" deixadas por ele.

Estas "pistas" iam surgindo na medida em que as conversas se estabeleciam. Era a indicação de um senhor vindo da cidade velha, da presidente de uma cooperativa ou de uma região da cidade onde poderíamos encontrar muitos pescadores e fazedoras de redes. "A partir dessas informações, saíamos à procura destas pessoas e lugares, sem saber o que encontraríamos, mas indo mesmo assim, por entender que a importância não estava nas informações conseguidas, mas no encontro em si. As descobertas, entretanto, eram sempre reveladoras de sentidos". (ANDRADE; CAVALCANTI; CHAVIER; CARMELLO; RISI, 2013)

O *seguir pistas* remetia, de certa forma, ao que defende a profª Alessia de Biase[87] sobre "uma certa postura antropológica" (BIASE; JACQUES, 2012, p.14) que permite abrir-se ao que surge no momento; ao que nos indicam as pessoas; é poder considerar qualquer detalhe como pista a ser seguida. "[...] Não se tem nunca uma só maneira de ver, por isso eu falo de uma postura antropológica, que é mais uma maneira de estar aberto [...] ao fazer um trabalho de campo, é estar aberto para compreender como funciona o mundo e compreender todas as relações que os outros estão contando pra nós. [...]" (BIASE; JACQUES, 2012,p.14)

A *Insistência Urbana,* por sua vez, nos foi apresentada durante a oficina coordenada pela mesma professora, realizada em abril de 2013, em Salvador. A proposta partia da ação de *Insistir* como forma de praticar a permanência, fixando-se num lugar e observando o que ali acontecia, criando um "ritmo", praticando a insistência num dia e retornando no outro para perceber o que se repetia, o que se modificava, se este retorno estabelecia uma relação de reconhecimento por parte do outro (BIASE, 2013)... Tratava-se de "colocar em teste durante a insistência o interesse por uma situação urbana [...]. [e] Uma situação só existe se ela acontecer em um lugar, em um período de tempo e com pessoas que ali interagem, mas também se ela for percebida e reconhecida por outros como tal." (BIASE, 2013, p.82)

A oficina, assim, se colocava como uma prática etnográfica e corpográfica de experimentação – de insistência – sobre um espaço escolhido da cidade de Salvador. Escolhido o espaço, a insistência era

[87] Arquiteta urbanista e antropóloga, coordenadora do Laboratoire Architecture Anthropologie (LAA-LAVUE/CNRS).

feita em duplas, que se posicionavam, utilizando suas próprias cadeiras (uma para cada participante e outra sobressalente para quem quisesse dela se apropriar, com o objetivo de sugerir a aproximação do outro). Ali as duplas permaneciam durante o período de dois turnos (manhã e tarde), por dois dias consecutivos, como forma de marcar presença, de estar ali, ser reconhecido pelo outro e trocar com ele.

Mas apesar de tomar de empréstimo os dois processos propostos por Biase (2012; 2013), acabei por fazer uma pequena modificação neles. Tanto a *postura antropológica,* quanto a *Insistência Urbana,* põem o foco da ação no observador, nas percepções feitas por ele... No entanto, ao relacionar estes processos com o *seguir pistas* – com a ação de ir onde apontam sem questionar o porquê – acontece aí uma transferência de foco, que passa a ser o outro, o sujeito praticante, com o qual estabeleço uma conversa, uma troca.

Além do mais, o que mais me interessava da *Insistência Urbana* era a própria ação de insistir. Era partir de uma *insistência* que ocorresse nas cidades visitadas, sim, mas ao invés de exercitar a permanência num espaço dado, esta ação deveria acontecer com o outro, com os muitos outros que me guiaram e me apontaram caminhos e memórias. Seria o sentar-se com eles para ouvir seus relatos; entender seus processos e suas práticas; bater em suas portas uma vez e outra, e quantas fossem necessárias, na tentativa de estabelecer uma conversa – entender que, num momento, esta conversa seria dada por encerrada, mas que, em outro, poderia ser retomada; seria por fim, dar a eles o tempo necessário para que se sentissem à vontade com a minha presença, que se sentissem, também, à vontade para falar.

Neste processo, retomava também aquele desejo inicial de trabalhar com alguns princípios da história oral; esforçando-me por respeitar o silêncio do outro se a sua escolha fosse esta; lembrando, repetidas vezes, de não atropelá-lo com a ansiedade de quem faz pesquisa – que precisa cumprir prazos e aproveitar o curto tempo disponível para estar em campo –, mas apesar do esforço, o intento falhara algumas vezes.[88]

Neste meio tempo, entraria o outro ponto: o *seguir pistas.* Era através dele que iria traçar os caminhos... seguindo as pistas apontadas durante o encontro, indo atrás destes rastros, sem questionar o porquê, apenas para descobrir em que podiam se revelar importantes para a pesquisa. E importante era o se propor a abrir passagem para conversas. O princípio partia de uma "vontade

[88] Apesar de ter em mente que este processo de troca pudesse acontecer de forma lenta e cadenciada, muitas vezes, estive em situações onde os encontros acabaram por se limitar a uma rápida entrevista. Isto se deu pelas mais diversas razões: ou porque a pessoa com quem estava tinha pressa para ir tocar sua vida; ou em ocasiões em que o encontro aconteceu por intermédio de um acompanhante, que acabava apressando um pouco as coisas; ou porque eu mesma me coloquei fora do tempo lento que me propus estar.

de simplesmente estar, pois acreditamos (metodologicamente) que é o tempo, e só ele, que pode fazer emergir do campo nossas desejadas pistas, que nos permitirão seguir em frente." (CUNHA, 2014, p.27)

Mas para *seguir pistas* era preciso ter um ponto de partida. E como é que se chega ao outro (o primeiro)? Como se faz uma abordagem, assim, sem mais nem menos? Como encontrar uma brecha por onde começar a se mover? Uma nova imersão nos trabalhos desenvolvidos sobre a construção da barragem mostrou o caminho para encontrar a *desculpa.* D*esculpa* esta, que cabia na categoria tantas vezes mobilizada nos textos e enunciados registrados: os *beradeiros.*

Assim, a *desculpa* surgia no percurso, não como método, mas como uma tática (CUNHA, 2014) – no sentido defendido por Certeau (1998) –, uma forma de fazer, de "jogar com os acontecimentos para transformá-los em 'ocasiões'" (p.47). A desculpa se fazia tática para entrar no "campo"; uma tática usada pela pesquisadora para abrir caminhos, para ser reconhecida enquanto um sujeito de interlocução, de modo que pudesse puxar assunto e poder se aproximar do outro.

Este entendimento foi construído durante as discussões feitas com o grupo participante dos trabalhos de campo do PRONEM,[89] em 2012, em que ficou claro que o pesquisador precisa criar um "papel", uma "identidade" para poder ser aceito e, a partir daí, poder estabelecer uma relação de proximidade com o interlocutor. Quando se conquista isto, é possível estabelecer relativa confiança; pode-se, enfim, colocar-se mais abertamente e tirar da conversa aquele ar de entrevista; neste estado de coisas, já não se espera por respostas, mas por provocações.

Retomando a caminhada:

De volta às "cidades de Sobradinho", quando da primeira visita a Remanso,[90] a *desculpa* mobilizada para chegar às pessoas se deu através das perguntas: "Onde encontro os *beradeiros*?"; "Onde eles estão na cidade?". Ao que seguiu a resposta vinda de um senhor: "Tem muita gente que morava naquelas beiradas de rio por ai". Continuei: "E onde eles estão?". "Nas casa!" (sic.)[91]

Deu-se aí o primeiro entendimento: para aquele senhor, como para muitos outros que encontrei em seguida, *beradeiro* era quem vivia do rio. Entretanto, ao longo de muitas conversas estabelecidas entre pessoas que lidavam diretamente com a água e outras que nada tinham com ela, a resposta à pergunta: "Você se considera *beradeiro*?" era quase sempre: "sim". Ou seja, muitas se reconheciam

[89] Pesquisa desenvolvida pelo Laboratório Urbano em parceria com o CNPq e FAPESB.

[90] Retornei à cidade em novembro de 2013 quando, então, finalizava os trabalhos de campo.

[91] Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Remanso, em 16 jul. 2013.

nesta subjetividade independente de manterem ativas as suas relações com o rio. Por isso, concluí que este reconhecimento vem, por vezes, através da memória, do modo de vida desenvolvido ainda nas cidades alagadas ou apenas por morar numa cidade que, mesmo de modo insipiente, estabelece relações com o rio, ou melhor, com o lago.

A partir desta compreensão ficou claro que mais importante do que categorizar aquelas pessoas, para mim, era entendê-las como sujeitos construídos historicamente, que fazem suas autoafirmações a partir dos dois processos de subjetivação trabalhados anteriormente – a identidade e a singularidade – e que, independente do processo constituído, continuam, a desenvolver e atualizar suas práticas – inclusive no momento da pesquisa, quando se colocam e seus fazem questionamentos.

Assim, a categoria escolhida por mim como *desculpa* para chegar às pessoas, foi se desfazendo, se decompondo, se desterritorializando... (DELEUZE; GUATTARI, 1985; ROLNIK, 2011) e se cheguei a Remanso certa de que eram os *beradeiros* quem procurava – e que poderiam me ajudar no entendimento das práticas ali desenvolvidas – isto já estava desfeito quando aportei em Casa Nova (última cidade visitada). Ali, já não importava identificar quem se considerava *beradeiro*, mas entender as práticas desenvolvidas pelos sujeitos e as *beiras* configuradas por sua ação.

Estou certa de que foi o acionamento desta categoria que permitiu o entendimento do que são as *práticas de beira* (conceito que explicarei a seguir); foi isto também que fez chegar à elaboração de muitas questões que permeiam este trabalho, mas da mesma forma que ocorreu em campo, já não faz sentido continuar com ela. É por isso, que a partir daqui, os *beradeiros* deixam esta escrita... se desfazem – assim como todo processo de singularização – prontos pra virar outra coisa, prontos para abrir passagem a novos agenciamentos.

UMA OUTRA NOÇÃO DE *BEIRA* (OU QUANTAS SÃO AS CAATINGAS?)

As atividades desenvolvidas nos velhos povoados localizados nas margens do rio eram feitas, como explicitou Martins Costa (2013), a partir do movimento de *retirada:* se o rio estivesse em seu curso habitual as práticas (sociais e de trabalho) eram realizadas naquela beira/vazante imediata, nos momentos das cheias, em que suas águas avançavam, esta beira se deslocava para um ponto mais alto, mais próximo da área de caatinga; era neste outro espaço que as pessoas se abrigavam e desenvolviam as atividades de sequeiro, até que a água retornasse ao seu curso normal. Assim, a beira não estava situada num ponto fixo e, sim, nos lugares que variavam em função do tempo – dos ciclos do rio.

> Os camponeses realizavam os plantios e colheitas apoiados num conhecimento preciso dos movimentos do São Francisco. Seu calendário agrícola estava organizado em função do tempo do rio, de seu ritmo anual de cheias e secas. O rio era seu mestre. A oposição entre locais altos e baixos, baseada no alcance das águas, também diferenciava as roças. [...] são 'baixas' as roças anualmente cobertas pelo rio; 'altas' só nas grandes enchentes. [...] Nas terras baixas (roças de lameiro), 'plantavam de vazante'; nas altas, só de chuva (roças de chuva). (MARTINS COSTA, 2013, p. 110)

As práticas ali desenvolvidas acompanhavam este movimento da beira, moviam-se com ela; a beira era, por excelência, o lugar das práticas. Se a cheia era habitual, elas aconteciam nos espaços imediatos da ilha, da roça mais próxima... mas se fosse excepcional,[92] eram elaboradas a partir do deslocamento feito em direção aos retiros. E ainda que as enchentes altas estivessem associadas à saída do povoado, elas eram reconhecidas como um período de fartura, na colheita e na pesca, que compensava o aumento da demanda de trabalho provocado pela mudança. (MARTINS COSTA, 2013)

As práticas eram, assim, atualizadas em função da localização da beira, que por seu turno, se movia de acordo com o alcance da vazante. Práticas, beira e vazante, estiveram, durante todo aquele tempo, ancoradas umas nas outras; inseridas numa lógica reconhecida e assimilada por todos. Mas no momento em que a barragem se impõe, não mais como vontade de poder, mas como dispositivo de poder (FOUCAULT, 2009), as transformações podem, enfim, ser concretizadas. Por isto, a lógica de elaboração das práticas se modifica; a beira deixa de existir naquela antiga configuração e a vazante já não se faz pelo avançar das águas (numa *micropolítica* configurada pelo tempo), mas pelo seu recuo, regulado pelas comportas da barragem, pela necessidade de gerar mais ou menos energia (por uma *macropolítica* do desenvolvimento).

Há entre as pessoas com quem estive a percepção de que a chegada às cidades e povoados reconstruídos, se associava a um estado de desorientação que não remetia apenas ao sentido espacial, mas também, a uma percepção de não saber por onde começar. O "rio" havia ficado distante, as roças trocadas já não estavam localizadas na beira (mas no meio da caatinga) e, se antes, tudo podia ser produzido, as coisas agora precisavam ser compradas.

> Dulce: "Lá tinha terra pra plantar, tinha criação, pescava...". Mas desde que veio com a família para a cidade nova,[93] tudo tem que ser comprado. Damiana diz que as propagandas que a CHESF fazia para convencê-los, mostravam fartura na colheita, casas bem construídas nas cidades e na agrovila, e ela pensava: "Oxe, como é que [a CHESF] vai trocar uma casinha dessa por uma nova na

[92] As cheias excepcionais além de inundarem as áreas de vazante, como era esperado, elas alcançavam também os povoados ribeirinhos, de onde seus moradores empreendiam os movimentos de retirada. (MARTINS COSTA, 2013)

[93] Na tentativa de constituir uma referência temporal com as cidades alagadas, a população adotou o adjetivo "nova" para designar todas aquelas sedes municipais que estavam sendo construídas, como que para marcar que elas sempre fariam um contraponto com as anteriores, nunca se confundindo com as primeiras. Assim, passariam a ser informalmente chamadas de Nova Casa Nova, Nova Remanso, e assim por diante.

> cidade e o povo ainda fica chorando?". E em seguida: "A casa é bonitinha, nova, com água e luz, mas ia pagar com o quê? Era tudo na compra!"[94]
>
> Sr. Bruno: "Agora lá porque a gente tinha tudo, as coisas tudo era mais fácil... né!? Certo que num tinha era valor, como tem aqui agora, mas lá as coisas tudo era mais fácil... na cidade velha [...] e tudo lá era de fartura. Era, lá tudo era de fartura! [95]

Não há dúvidas de que a mudança que se processou, causou uma alteração profunda no modo de organização vigente, mas enquanto as estratégias *macropolíticas* do Estado tentavam estabelecer a nova ordem, colocando cada coisa em seu devido lugar, as táticas *micropolíticas* do cotidiano, apesar da paralisação inicial, em algum momento começam a processar novas ações, começam a empreender outros agenciamentos... resta entender o que acontece a partir disso. Como as práticas vão sendo alteradas após a mudança provocada? Elas ainda se relacionam com a beira? E o que é, afinal, esta nova beira? Para tentar chegar a estas questões é preciso entender o que muda e como muda.

Figura 27. Enchimento do reservatório. (Fonte: CPT/ Juazeiro. In: Edcarlos Silva, 2010).

[94] Trecho retirado das anotações do caderno de campo. Remanso, em 22 jul. 2013

[95] Retirada de gravação concedida em Remanso, em 23 jul. 2013

Figura 28. Trecho do lago localizado entre os municípios de Remanso e Sento Sé. (Fonte: Viagem ao sertão, 2012)

Figura 29: Pescadores avistados durante travessia de Remanso a Sento Sé. (Fonte: Viagem ao sertão, 2012).

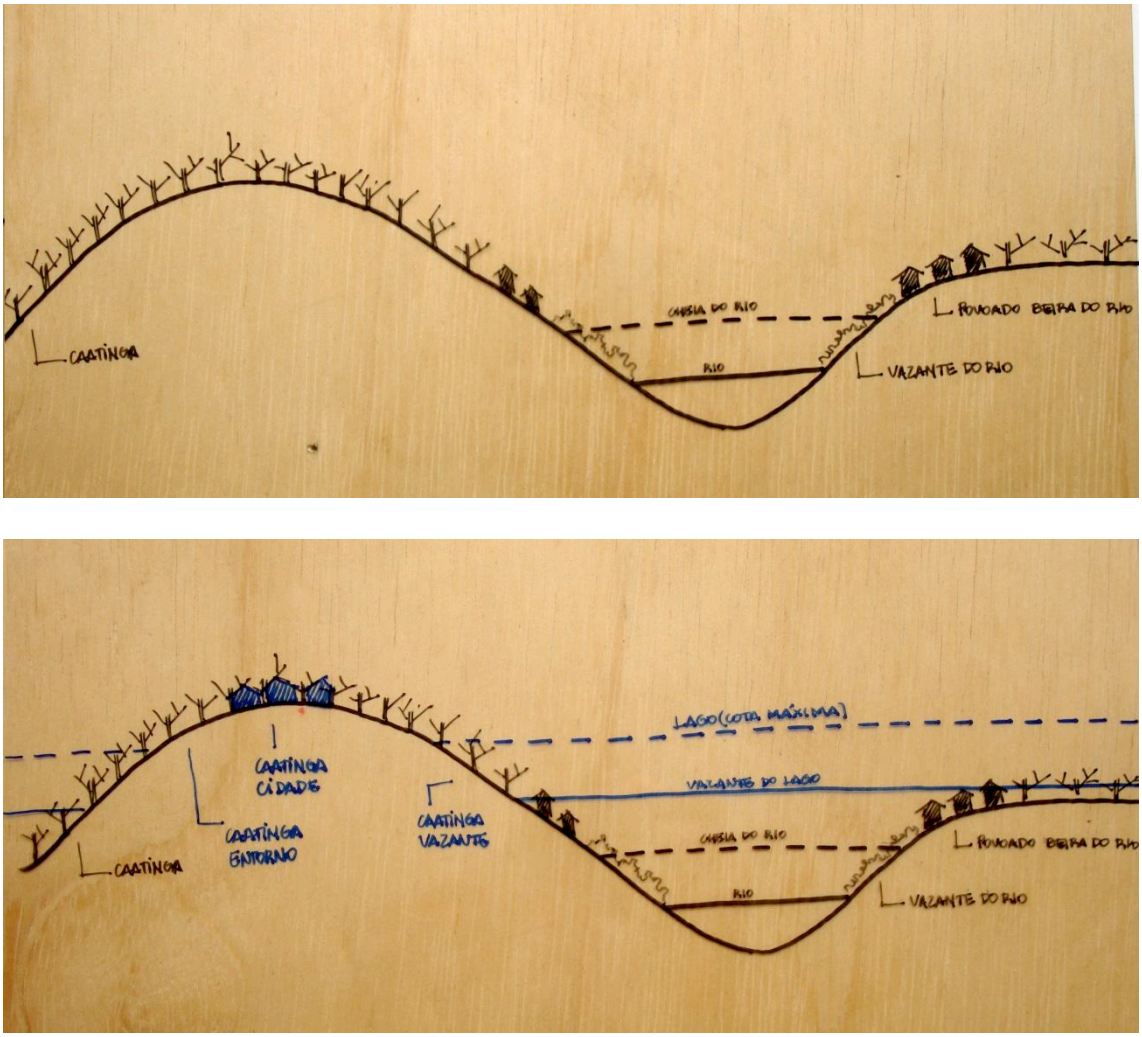
É certo que os espaços físicos foram modificados. A beira – aquela configurada pelos pontos de vazante, que migrava a partir dos ciclos do São Francisco (MARTINS COSTA, 2013) – deixou de existir, uma vez que o rio foi encoberto pelo lago. Assim como ele, a vazante desapareceu e, em seu lugar, grandes extensões de caatinga foram encobertas (*caatinga baixa*[96]), ao passo em que as novas cidades iam sendo construídas no lugar do não inundável (*caatinga alta*).

> As profecias evocadas falam de uma inversão da ordem normal das coisas. O rio correr ao contrário significa que o mundo está às avessas. A caatinga, que só conheciam como limite, tornou-se residência permanente. [...] **A beira, ao invés de se deslocar para o alto, rumo à caatinga, estancando junto ao retiro, apenas recua, mansa, em direção ao antigo leito do rio. Ao invés das enchentes grandes do São Francisco, agora há grandes vazantes do lago,** como a de 1987. **Se os camponeses ainda saem de seus povoados seguindo o mover do rio, não é mais em busca do alto e do seco, mas do baixo e do molhado.** Abandonam as casas no pico da seca e montam barracas na beira incerta do lago, **fugidia vazante de caatinga abissal.** [...] **A caatinga, aberta e sem limites, ignota, incomensurável, foi cercada e esquadrinhada, repartida entre loteamento e fazendas**. [...] **Não há mais rio, nem lameiros, nem caatinga solta, sem dono, mundo afora." (**MARTINS COSTA, 2013, p. 231, grifos nossos)

Pedaços de caatinga iam sendo ressignificados, ganhando múltiplas versões: caatinga-vazante, caatinga-cidade, caatinga-entorno... e na medida em que as providências relativas à obra, iam sendo tomadas, cada uma delas era modificada e devolvida numa nova configuração espacial. A caatinga-vazante, *caatinga baixa,* foi encoberta pelo lago, mas se mostra sempre que ocorrem as baixas no nível do reservatório; as caatingas-cidades são os espaços de caatinga que foram desapropriados, loteados e, por fim, urbanizados;[97] por último, a *caatinga-entorno*, é aquela que nem foi tomada pelas águas, nem transformada em território (matéria) urbano, é o espaço que manteve sua configuração inicial de caatinga, mas foi repartida em lotes rurais.

[96] Fazendo referência à relação estabelecida através do *princípio da beira,* por Martins Costa (2013): seco/ alto; molhado/ baixo.

[97] Como bem relatou S. Chiquinho, que nasceu e viveu na fazenda que era de seu pai e que depois foi "engolida pela cidade [de Pilão Arcado]". Anotação feita em caderno de campo, na cidade de Pilão Arcado, em 24 nov. 2013.



Figuras 30.1 e 30.2. Seções esquemáticas – Transformações da caatinga após enchimento do lago (Fonte: Jurema Cavalcanti, 2015).

Com tantas mudanças físicas, as práticas acabaram se modificando; transformam-se e continuam sendo atualizadas a partir das novas configurações espaciais, sociais e subjetivas existentes – ainda que de modo muito relacional com as práticas anteriores à chegada da barragem. Elas fluem entre os espaços do lago, da caatinga-entorno e das cidades refeitas; vão se estabelecendo aí, entre eles, sempre articulando-os.

É importante dizer que, embora o intuito da CHESF/Estado fosse produzir territórios urbanos modernos e desenvolvidos, muito daquele atravessamento de atividades urbanas e rurais existentes nas velhas cidades, se faz perceber ainda nas novas. Há nos lugares visitados uma linha tênue existente entre aquilo que é considerado urbano e sua contraposição ao rural. Ali, nada é totalmente

urbano a não ser pela convenção feita pelo IBGE de assim definir as sedes dos municípios, as vilas (sedes dos distritos) e as áreas urbanas isoladas,[98] ou pelo senso comum de considerar urbanos espaços cuja existência de alguma infraestrutura se faz presente: pavimentação, rede elétrica, de água e esgoto. A despeito destas questões, nada se assemelha à noção de urbanidade que caracteriza uma grande cidade contemporânea. Naqueles territórios-matéria, urbano e rural tensionam-se o tempo inteiro, se provocam e coexistem; as contiguidades entre eles são muito mais evidentes que suas possíveis rupturas.

Em função disso, os sujeitos vão agenciando suas práticas: aquele que pesca, também arrenda um pedaço de terra na borda do lago para plantar; o outro que cria animais os leva até a caatinga-vazante para pastar; aquela que tece rede[99] também planta e pesca. Os sujeitos vão, assim, reestabelecendo suas práticas, agenciando-as neste movimento continuado entre as territorialidades criadas... pescam se o momento é propício, mas abandonam a atividade quando começam os períodos de chuva (e precisam iniciar o plantio); se a seca se instala, permanecem nas cidades fazendo um bico aqui outro ali, até que seja tempo de desenvolver outra atividade.

E o que estas práticas, criam afinal? É certo que a beira física do rio desapareceu, mas não seria *beira*[100] também, os percursos ou movimentos, criados através das práticas? Que lugar é este, do entre lago, cidade, caatinga? E quando o sujeito praticante da ação atravessa estes lugares, em movimentos contínuos, saindo de um para atravessar o próximo, não cria novas *beiras*?

Para esclarecer estas questões penso ser importante abandonar, temporariamente, os territórios-matéria e abrir passagem aos territórios e territorialidades-fluxo, cujo entendimento extrapola o processo de delimitação espacial e se estabelece através dos agenciamentos produzidos nas suas ilimitadas possibilidades de criação. O território aqui trazido

> **pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma**. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323)

O território, assim, pode ser a categoria que ativamos para nos sentir reconhecidos ou a tática usada para encaixar-se num grupo identitário legitimado pelo Estado; as territorialidades, por sua vez, podem ser uma brecha criada, um respiro encontrado para começar a se movimentar; elas são

[98] Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2014

[99] Em famílias de pescadores normalmente cabe às mulheres a função de tecer redes.

[100] Aqui o termo aparece em itálico, para diferir da beira que se formava a partir do movimento do rio.

territórios em linhas de fuga. Mas toda territorialidade tem uma duração, um fim, um limite... e inúmeras possibilidades de refazer-se (sempre de outro jeito).

Disto depreendem-se os movimentos de territorialiazação, desterritorialização e reterritorialização. É através desses movimentos que o território "pode se desterritorializar, isto é abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. [...] A reterritorialização [por sua vez] consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323, grifos nossos). As territorialidades apresentam-se assim, como possibilidade de seguir fazendo agenciamentos, de seguir criando novos territórios uma vez e outra... e outra, sempre.

> Simplificadamente podemos afirmar que a **desterritorialização** é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga" e a **reterritorialização** é o movimento de construção do território [...]; no primeiro movimento, os agenciamentos se **desterritorializam** e no segundo eles se **reterritorializam** como novos agenciamentos [...]. (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p.8, grifos nossos)

A todo o momento, os sujeitos territorializam suas práticas. E isso não é atributo exclusivo deles, não ocorre somente com a população atingida por Sobradinho, mas com outros tantos grupos que saíram de suas "condições normais" reconhecidas para adaptarem-se às novas configurações oferecidas – incluindo aqui, pessoas que optaram partir dos lugares em que nasceram para as grandes cidades, como São Paulo e Brasília.[101] Assim, as terrritorialidades atravessam todos esses grupos, atravessam seus desejos e possibilidades de territorializar-se continuamente.

As *práticas de beira* também criam territórios e territorialidades quando associadas às subjetividades. A prática da pesca vinculada à identidade do "pescador" – subjetividade produzida pelo poder hegemônico – cria, no âmbito *macropolítico*, um território reconhecido que garante àquele sujeito o recebimento do seguro-defeso durante a piracema. Por outro lado, a subjetividade singular produzida pelo sujeito cria no âmbito *micropolítico* territorialidades, múltiplas, que promovem uma constante invenção do pescar, do territorializar, do fazer *beira* – por mais que ela possa estar associada às identidades e aos programas de governo. Não importa se o sujeito de fato pesca ou não, não importa se é legítimo que ele receba o benefício do governo durante o período do defeso, mesmo que não pratique a atividade – não se trata de fazer julgamento de valor –, importa apenas considerar que esta configuração de fatores cria territorialidades nas quais ele consegue estabelecer relações, agenciar suas práticas, ou apenas manter-se financeiramente.

[101] Muitas pessoas que vieram das cidades alagadas insistem em permanecer naquelas reconstruídas. Entretanto, seus filhos e netos, há muito, partiram para viver nas capitais, principalmente Brasília.

Se o momento não favorece a elaboração de uma prática e o sujeito decide mudar a ação, dá-se início a um movimento de desterritorialização que só vai reterritorializar numa outra configuração que envolve subjetivação e prática.

> Quando falo em "processo de subjetivição", de "singularização", isso não tem nada a ver com o indivíduo. A meu ver, não existe unidade evidente da pessoa: o indivíduo, o ego, ou, poderíamos dizer, a política do ego, a política da individuação da subjetividade, é correlativa de sistemas de identificação que são modelizantes. (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p.38)

É comum, entre as pessoas com quem conversei o exercício de distintas práticas autoreferenciadas numa única categoria; suas ações podem transitar entre as de pescador, comerciante, pedreiro, agricultor, mas a subjetividade consumida, assimilada, acionada continua ativando a identidade do "pescador", criando nesta superposição de coisas, territorialidade*s* diversas.

Assim é que as práticas criam movimentos de territorialização; elas se fazem com o que parece oportuno no momento, e se desfazem se as condições já não são favoráveis; explicitam a condição finita ilimitada dos territórios (ROLNIK, 2011) – condição que estabelece para cada território uma duração *finita*, mas *ilimitada*s possibilidades de refazer-se através dos movimentos criados.

E se as práticas acontecem no "entre lugares"*, a beira* é justamente este lugar do entre, o campo fronteiriço onde estas práticas se efetuam. E a qualidade deste lugar foge ao binarismo imposto pelos limites institucionais que separam o território-matéria em urbano e rural, cidade e caatinga, rio e lago... ela não é da ordem da delimitação geográfica e sim da sobreposição das ações, da elaboração das práticas, da efetivação dos percursos. O lugar do entre é a nova *beira* – entendida como construção contínua e não demarcação definida. Ela só se configura a partir da aplicação das ações dos sujeitos – nas ilimitadas possibilidades de criar seus percursos – e se desfaz na sequência, assim que a ação é modificada ou interrompida.

Aqui cabe trazer a pergunta colocada ao longo do trabalho de Priscila Erthal (2014): "O território urbano pode ser infiltrado por áreas de fronteira, em diálogos que transbordam a dicotomia entre urbano e rural, espaços outros – que ao mesmo tempo expressam e escapam a essas categorias binárias?" (p.16). Se para a autora o que poderia romper esta dicotomia, institucionalmente estabelecida, era o conceito da terceira margem – que se colocava no lugar fronteiriço entre cidade e sertão –, para esta pesquisa, o que elabora as pontes entre esta dicotomia são justo as *práticas de beira* que acontecem no lugar do entre, entre urbano e rural; entre cidade, lago e caatinga; nas inúmeras territorialidades criadas pelos agenciamentos feitos.

A *beira* torna-se, assim, o lugar do fluxo, do movimento continuado que só toma forma a partir da aplicação das *práticas de beira* – e praticar a *beira* é poder tensionar as relações que se estabelecem

entre os espaços (do lago, da nova vazante, da cidade e da caatinga), é fazer agenciamento entre eles, é criar territorialidades – que ultrapassam a delimitação física ao articular-se às identidades assimiladas e às singularidades produzidas –; fazer *beira* é, por fim, abrir-se para os movimentos de desterritorialização e reterritorialização.

A questão que aqui se coloca é que *beira* não é só espaço físico, ela não se configura pelo território delimitado geograficamente, pois traz em si a noção de territorialidade (aqui mostrada). A *beira* só existe por agenciamento; pela junção de fatores que configuram a sua condição de existência; ela se constitui pela articulação das ações (práticas), com os processos de subjetivação e, claro, com o espaço físico. Ela se desenha na própria ação, pelos percursos produzidos – que atravessam os movimentos da vazante em direção ao lago, da cidade em direção à caatinga, das rotas de fuga em direção às grandes cidades... a *beira* é tudo isso... ela é ainda atravessada pelo tempo, que modifica os espaços e sinaliza o momento de acionar as estratégias *macropolíticas,* apresentadas sob a forma de políticas de auxílio. Assim, as *práticas de beira* já não se configuram somente pelas ações dos sujeitos no lugar que ocupam, elas agora, incorporam estes atravessamentos das políticas de auxílio para se constituírem.

E foi durante o trabalho de campo que tais atravessamentos tornaram-se evidentes. Em uma das cidades visitadas, por exemplo, conheci um senhor que vendia uvas e que se reconhecia na categoria "pescador", embora não desenvolvesse a atividade há quase 30 anos; todos os anos ele aguarda sair o seguro-defeso para investir o dinheiro em alguma coisa: no ano anterior tinha usado para terminar de construir a casa de um filho, mas em 2013, quando saísse, compraria "todo de roupa pra vender na praça".[102]

Em Remanso, conheci um técnico da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)[103] que estava na cidade coordenando o Programa Milho Estiagem. A proposta do programa consistia em comercializar, diretamente com o produtor cadastrado, sacas de milho a preços abaixo do mercado, como forma de "auxiliar a alimentação dos rebanhos nas regiões atingidas pela seca".[104] Entretanto, os cadastros, feitos anualmente, servem para estabelecer quantas sacas o produtor poderá comprar por mês,[105] mas a seca dos últimos anos os obrigou a vender parte da criação, ou simplesmente a perderam. O que aconteceu na sequência foi que, não tendo mais a quem alimentar, muitos

[102] Relato de Damião. Anotação feita em cardo de campo, na cidade de Sento Sé, em 19 set. 2013.

[103] Uma das principais ações promovidas pela Conab é a regulação do preço de mercado dos produtos agrícolas. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 06/05/2013.

[104] Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/venda-de-milho.html>. Acesso em 7 dez. 2014.

[105] O número de sacas disponibilizadas pelo programa varia em função do tamanho do rebanho ou da criação.

produtores passaram a revender o milho comprado à CONAB, enquanto o técnico responsável pelo programa tentava, inutilmente, rastrear o milho vendido ilegalmente.

Estes exemplos evidenciam a atualização das práticas desenvolvidas pelas pessoas e mostram como as políticas de auxílio são apropriadas por elas de modos distintos aos pressupostos pelas regras e definições *macropolíticas* que as institui. Eles evidenciam ainda como as estratégias, caracterizadas por ações *macropolíticas* são constantemente atravessadas pelas táticas, pelo uso *micropolítico* empreendido pelos seus beneficiários, ao subverterem a ordem posta. O segundo exemplo evidencia ainda, aquilo que já tinha sido apontado anteriormente: as políticas implantadas não conseguem acompanhar a constante desatualização dos dados compilados. E justamente por isso, os processos *macropolíticos* geram uma necessidade de verificação constante, de comprovações que possam afirmar se o beneficiário está mesmo apto a receber tal benefício.

E se antes da barragem as práticas explicavam os processos de ocupação dos espaços e as relações estabelecidas entre sujeito, rio, vazante, cidade e caatinga, parto do entendimento das *práticas de beira* para tentar entender justo as transformações processadas hoje nas cidades reconstruídas. Entender como eram desenvolvidas num primeiro momento e como são aplicadas atualmente – a partir de que táticas e agenciamentos – pelos sujeitos, me parece o caminho para pensar as apropriações dos novos lugares criados. Lugares que não se descolam das cidades encobertas, cujo tempo presente é sempre colocado em relação ao antes da barragem, num processo que envolve fabulação, necessidade de sobrevivência e memória.

As *práticas de beira* tomam de empréstimo as maneiras de fazer, definidas por Certeau (1998) como as inúmeras formas pelas quais o homem comum se apropria do espaço e desenvolve "minúsculos" e "cotidianos" processos que alteram os mecanismos da ordem e da disciplina estabelecidos. São antes de tudo táticas, que nascem da necessidade de criação e, porque não, subversão das circunstâncias postas pelo pensamento hegemônico; se desenvolvem por *ações* ao invés de *discursos*; opera através dos usos, dos agenciamentos *micropolítcos* que faz. Ela é antes de tudo

> um cálculo que não pode contar com um [lugar] próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente **[...]. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em 'ocasiões'**. (CERTEAU, 1998, p.46-7, grifos nossos).

Os praticantes, por sua vez, são sujeitos que agregam aspectos difusos. São pescadores e pedreiros e agricultores, ou donas de casa e pescadoras, ou vendedor de cafezinho e... e... e..., são eles mesmos agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1995) que não se encerram em si mesmos, continuam negociando nestes lugares do entre, nestas *beiras* que só existem através das práticas por eles

desenvolvidas; onde não há necessidade de desempenhar uma função definida, só de fazer agenciamentos.

E eles agenciam o que tem disponível... Se num momento só conseguem acionar as atividades ligadas ao trabalho que desenvolvem, tudo bem, é com elas que se resolvem; se em outro, aparece um programa de governo em que possam inscrever-se, acionam a identidade correspondente (pescador, agricultor rural, criador, etc.) e articulam o benefício recebido às atividades cotidianas, para assim, ir constituindo suas *práticas de beira*. No fim, o que fazem é acionar suas táticas – mesmo que estas coadunem com as estratégias *macropolíticas*, pois, "Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião." (CERTEAU, 1998, p.47)

São eles que rompem a rigidez dos limites institucionais impostos quando da formação das novas cidades; que, apesar de toda a mudança forçada, não partem para outro lugar, pelo contrário, insistem ali, recriam suas *beiras* para poderem continuar – muitos, quando perguntados se pensam em ir embora, respondem negativamente; D. Damiana (moradora de Remanso) responde que ir embora significa viver de lembranças e perder os vínculos. Ali, naquelas cidades reconstruídas, eles continuam a desenvolver suas *práticas de beira*, nos lugares do entre: entre lago-vazante-cidades-caatinga, ao estar em todos eles ao mesmo tempo, indo e vindo, flutuando nestes espaços, criando ali, seus percursos e suas *beiras*.

CAPÍTULO 3

CARTOGRAFANDO PERCURSOS: vida que segue criando outras *beiras*.

Seu moço eu sou um coitado
Nascido em beira de rie
Onde criei muitos fie
Viveno do meu roçado
Lá no Pilão Arcado
Bem na beira do Chicão
Eu e mais onze irmão
Nascemo, crescemo e vivemo
Prantano tudo e cuieno
Cibola, abroba e fejão

Sempre nos mês de março
Por lá o Chicão inchia
E quando passava uns dia
Secava deixano um bagaço
Que era bom como o diacho
Pro mode as pranta crescê
Nem precisava chuvê
Que a terra tava moiada
Já prontinha e adubada
Coisa bunita de vê

Mais seu moço um belo dia
Uns ome chegaram por lá
Falano bem divagar
Cum muita sabedoria
E falava cum uma alegria
Que dava gosto de vê
Que o governo ia fazê
Cum disposição e corage
Uma imensa barrage
E pra nois oferecê

Falou umas palavra istranha
Turbina, eletrificação rurá
E eu me pus a pensá
Esses ome tá cum manha
Mais pra quem num acompanha
A tá civilização
Pensei cá cum meus butão
Tudo isso que ouvi
É para o bem do Brasi
E eu num posso dizer não

E cum muita educação
Umas trinta promessa ele fez
Eu pensei - é dessa vez
Que nois miora a nação
Se vão incher o Chicão
Pra nossas terra moiá
E ainda indenizá
O povo da redondeza
Vai ser mesmo uma beleza
Vamo todos miorá

Seu moço o tempo passou
E os ome dero um sumisso
Já aprontava o serviço
E ninguém via os doutor
O povo trabaiador
Fizero uma reunião
Pra pidí expricação
Caminhamo pra cidade
Sabê das otoridade
Sobre aquela situação

Mal nois tinha chegado
Já fumo mal recebido
Os tale omes referido
Tavam numa sala trancado
Cara feia, inzambuados
Mitidos que só o cão
Já não tinha a educação
Daqueles tempos atrás
Chamaram uns três capataz
E tirou nois aos impurrão

A resposta que tivemo
Foi que podia escolhê
Quem quisesse recebê
Um dinheirim bem piqueno
Podia ir recebendo
Bastava umas folha assiná
E quem quisesse ficá
No ramo da prantação
Ia pra outra região
Lá dos inferno pra lá

E seu moço nessa istóra
Perdi a minha terrinha
Peguei aquela ismolinha
E dali eu fui me imbora
Eu e minha sinhora
Nove fie e um irmão
Dizendo adeus ao Chicão
Lembrando das suas água
Tangeno uma grande mágoa
Desgosto, raiva e aflição

E hoje velho e cansado
Eu trabalho no alheio
Para uns ome vermeio
E outros do zoi rasgado
E quando lembro o roçado
A lavoura, a criação
O meu pedaço de chão
As coisa que eu tinha ali
E que o progresso do Brasi
Roubou desse cidadão
(MOREIRA, 1984)

Inicio este capítulo com uma narrativa poética construída há 30 anos, pouco depois dos acontecimentos processados pós-barragem. Não foi feita por alguém que vivenciou aquele processo de deslocamento, mas por quem se sentiu afetado por ele, pelas notícias que corriam soltas, levadas pelo vento, pela mídia e pelo "ouvir dizer".

É narrativa construída em cima de um suposto enunciado, em relato de um suposto sujeito; é uma fabulação como outras tantas ouvidas em cada uma das cidades percorridas. Uma fabulação que não difere dos causos contados sertão afora, onde não importa saber o que é mentira ou o que é verdade, mas perceber a qualidade do que se conta; o que importa é a inventividade da narrativa – ou do ato de narrar – que cria possibilidades de enunciados que agenciam territorialidades-fluxo, múltiplas, como as fábulas.

Não as fábulas-mito já cristalizadas, institucionalizadas, que carregam uma moral estabelecida por uma vontade de verdade; mas a ação de fabular, de ficcionar, de inventar outros modos de dizer da

vida, de criar "uma verdade complexa e movediça, misteriosa e evasiva, que não se opõe à mentira ou ao falso, e que colocaria a noção mesma de verdade em questão." (OLIVIERI, 2011, p.78)[106]

> O que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade, que sempre é a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro. [...] e assim contribui para a invenção de seu povo. (DELEUZE, 2005, p.183)

A fabulação, portanto, se coloca além da dicotomia entre real e fictício, para emergir nos ditos das minorias na sua produção de memórias. Há, então, que se abandonar a busca por uma suposta veracidade das coisas para cair naquilo que Deleuze (2005, apud OLIVIERI, 2011, p.79) chamou de pseudo-narrativa.

> A narrativa não se refere mais a um ideal de verdade a constituir sua veracidade, mas torna-se uma "pseudo-narrativa", um poema, uma narrativa que simula ou antes uma simulação de narrativa. As imagens objetivas e subjetivas perdem sua distinção, mas também sua identidade, em proveito de um novo circuito aonde se substituem em bloco, ou se contaminam, ou se decompõem e recompõem. (DELEUZE, 2005, apud OLIVIERI, 2011, p.79)

É esta pseudo-narrativa, ou narrativa falsificante, que possibilita o atravessamento no tempo. O tempo cronológico deixa de ter importância para colocar-se em sobreposição: passado, presente e (possibilidade de) futuro atravessam o ato de fabular (DELEUZE, 2005 apud, FERREIRA, 2009) – e a oralidade está cheia destes atravessamentos. Não é à toa que quando no encontro com pessoas nas cidades visitadas, muitas vezes, as ações relatadas não coincidem com o tempo cronológico usado como referência, pois "Na narrativa que libera o tempo, diferentes estratos temporais adensam a narrativa, e coabitam o espaço; findo o tempo cronológico, entra em cena o tempo puro." (p.7)

É, portanto, no trabalho de campo que esta outra condição de tempo fica evidente. E se a opção por obedecer a uma linha cronológica foi feita na primeira parte desta escrita, foi tão somente por uma necessidade de organização das ideias, uma vez que o encontro com as pessoas já tinha mostrado como as narrativas (fossem elas orais ou escritas) atravessam o tempo cronológico e o organizam segundo a sua lógica própria de evidenciar fatos e camuflar outros.

Para Eduardo Coutinho (1998, apud OLIVIERI, 2011), cineasta brasileiro, real e imaginário andam juntos; não há um real – ou verdade – absolutos, o que há são múltiplas verdades que se constroem a partir daquele que narra. Sobre isto, afirma ele: "[...] Não estou preocupado se o cara que eu entrevisto está dizendo a verdade – ele conta a sua experiência, que é a memória que tem hoje de

[106] O trabalho de Silvana Olivieri (2011) fala de urbanismo e cinema; a passagem aqui trazida refere-se à discussão travada pelo uso da expressão "cinema-verdade" que teria causado controvérsias, justo, pelo equívoco no entendimento do termo "verdade".

toda a sua vida, com inserções do que ele leu, do que ele viu, do que ele ouviu; e que é uma verdade, ao mesmo tempo que é o imaginário." (p.70)

A própria história oral reconhece esse contexto fabulatório que perpassa as memórias das pessoas. Alessandro Portelli (1997), neste sentido afirma que:

> [...] o realmente interessante é não ser **a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações**. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, 1997, p.33, grifos nossos)

Nas cidades de Sobradinho, o passado inundado era quase sempre melhor e farto que o momento presente. Há uma espécie de saudosismo e criação de memória neste tipo de afirmação. Entretanto, o que importa considerar é que o que se diz está sempre carregado de verdades (individuais e coletivas) atravessadas por subjetividades e claro, pelo tempo.

Assim, fabular é dar sentido, é ficcionar, é criar memórias; é dizer da vida atual sempre transpassada pelo tempo, pelas lembranças da vida pregressa; é deixar passar as invencionices; é escrever – esta escrita é também fabulação. Fabular vai além da "invenção de universos imaginários" para "instituir um real" (FERREIRA, 2009, p.9), mas um real possível (ou possíveis) que se estabelece e se modifica a todo instante: desde o momento da partida de Salvador para o campo, seguindo pelas pistas dadas por quem fui encontrando no caminho, passando pelo momento do encontro, se estabelecendo ali – durante as conversas com cada um que me cedeu a palavra –, se fazendo pela troca, retornando comigo, ficando com eles, se recriando no momento da escrita... e continuamente, a partir das inúmeras possibilidades de leituras a serem feitas a *posteriori*.

Por fim, fabular não se desvincula da noção de relato trazida por Certeau (1998). Para ele, os relatos não são da ordem da representação, mas da ação; "[...] os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feituras de espaço." (p.207). Isto significa dizer que eles não descrevem uma ação distante, pelo contrário, estabelecem no momento mesmo da enunciação, uma prática, uma operação sobre o espaço.

> **Os relatos [...] atravessam e organizam lugares;** eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. **São percursos de espaços. [...] Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço"** [...]Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem apenas um "suplemento" aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. **Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem as caminhadas antes ou enquanto os pés as executam."** (CERTEAU, 1998, p.199-200, grifos nossos)

Este capítulo se constrói a partir das práticas narradas pelas pessoas, considerando as inúmeras verdades presentes em cada uma destas narrativas. Ele será dedicado a entender como se dá o atravessamento entre estratégias *macropolíticas* e táticas *micropolíticas,* e o que se desenrola a partir daí. Proponho, para isto, uma *fabulação cartográfica*, feita como exercício para apreender como os sujeitos mobilizam territorialidades (*beiras*) através do agenciamento de suas táticas (*práticas de beira*), e como tudo isso é constantemente atravessado pelas políticas (*macropolíticas*) ali instauradas. É um exercício para pensar ainda, como estes atravessamentos rompem com a polarização assentada no discurso de oposição entre urbano e rural.

Neste processo não há a busca por uma verdade - a verdade - e sim versões que se podem contar.

MÉTODOS CARTOGRÁFICOS

Para a análise da experiência urbana realizada nas "cidades de Sobradinho" propus a construção desta *fabulação cartográfica*. Tal fabulação não teria, como dito no início do capítulo, preocupação com grandes verdades e sim, com o sentido das relações apreendidas durante a construção do percurso. Assim, se no princípio me utilizei de fragmentos da história oral e da antropologia para estar com o outro, agora trago fragmentos de cartografias para analisar o que se desprende dos relatos trazidos. Neste processo, alguns métodos cartográficos vão sendo acionados.

O primeiro deles é a Cartografia da Ação, proposto por Ana Clara Ribeiro (2002), que traz como condição primeira o apoio à ação do sujeito ordinário e a percepção que este sujeito tem do lugar em que vive (RIBEIRO, BIASE, 2012). Esta metodologia trabalha com a noção de território desenvolvida por Milton Santos (2005), mais precisamente com a noção de "território usado". Segundo ele, "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social" (p.7), isto porque, o "território usado" se configura pela presença dos sistemas de objetos e ações que se transformam, se atualizam, de acordo com o período histórico vigente. É por isso, que ele não pode ser definido como um conceito, e sim como noção, uma vez que as configurações territoriais não são fixas; elas variam de acordo com o momento em que se vive, necessitando de uma "constante revisão histórica" (p.7).

O método também traz a noção de construção coletiva do espaço a ser "realizada pelo sujeito, pelo ator e pelos gestos dele" (RIBEIRO; BIASE, 2012, p.9), isto significa dizer que a cartografia produzida

deve implicar[107] os sujeitos; deve ser feita coletivamente, de forma a serem eles também, autores do processo que trata do seu cotidiano, das ações e relações constituídas nos lugares que partilham.

> É um pouco uma inclusão do espaço na ação, [...] então eu não começo pelo espaço, eu começo pela ação e vou chegar no espaço. [...] Então, eu queria ver como o espaço de alguma maneira, ensinava, era apropriado, juntava atores, ajudava na configuração de sujeitos coletivos, e de alguma maneira, ver uma face ativa da experiência urbana, onde o espaço fosse incluído de alguma forma. **Então isso eu nomeei de cartografia da ação a cartografia que é construída pela ação e que não antecede a ação, a não ser naquela que ajuda efetivamente essa ação, portanto ela tem que ser conhecida**." (RIBEIRO; BIASE, 2012, p.18, grifos nossos)

Trata-se de uma cartografia que "apoia a ação" (RIBEIRO; BIASE, 2012, p.10) – que extrapola o desenho e retorna para a prática – e, por isso, não se encerra nela mesma. Não pode ser fim. Nunca. Ela é meio. Meio de chegar a algo. É uma cartografia que não pretende se fazer mapa ou *decalque*[108] – como sugere Deleuze e Guattarri *(*1995, vol.1) –*,* pelo contrário, constrói-se e reformula-se continuamente. E embora o método sugerido não faça referência a estes autores, o entendimento de mapa ali trazido, tem muito do *decalque* proposto por eles; e é para fugir da sua dureza – daquilo que congela os movimentos e as ações – que a cartografia ali proposta vai se desenhando como processo, como "uma cartografia incompleta que se faz, fazendo; uma cartografia praticada, que não seja apenas dos usos do espaço mas, também, usável, tentativa e plástica." (RIBEIRO, 2002, p.5**)**

> **A cartografia não antecede e não sucede, tem que estar junto. Essa foi a proximidade mesmo de cartografia que me apareceu. E aí a crítica aos mapas. A cartografia, ela me aparece pelo pensamento crítico, que são os mapas vazios e inúteis pra ação.** Então essa leitura eu já tinha, que os mapas, em geral, as cartas são inúteis pra ação [...] e inclusive podem dificultar muito. **Então é dentro da trajetória do pensamento crítico, que valoriza o sujeito e a ação que finalmente aparece a cartografia [...]**." (RIBEIRO; BIASE, 2012, p.18, grifos nossos)

Entretanto, apesar de não se encerrar na construção do mapa, esta cartografia parte de um. Qualquer que seja a sua escala (isso não importa), o que importa é que tenha o mínimo de elementos possíveis, para que algo novo seja levantado em cima dele. É este ato de construção coletiva sobre um mapa "morto" (RIBEIRO; BIASE 2012, p.11), que dá vida à cartografia; uma cartografia partilhada entre aqueles que se reconhecem nas ações e espaços colocados; nos conflitos e desejos expostos. É assim que ela vai se constituindo. (RIBEIRO; BIASE, 2012)

E neste processo de construção coletiva entram as questões que envolvem o cotidiano do grupo, perpassadas por seus desejos e expectativas – subjetividades agenciadas por eles que, muitas vezes, estão vinculadas aos processos produzidos pelo poder hegemônico. Entretanto, não cabe na

[107] Para Alessia de Biase (2012) é importante considerar a implicação em detrimento da participação. Pontuar esta diferença é necessário porque *participar* pressupõe um "convite à", enquanto *implicar* faz sentir-se parte; subtende "ser ator do processo". (RIBEIRO; BIASE, 2012, p.17)

[108] O *decalque,* segundo Deleuze e Guattari (1995, vol.1), parte de uma tentativa de reprodução do real; ele "volta sempre ao 'mesmo' [...], remete a uma presumida 'competência'" (p.21), organiza e neutraliza "as multiplicidades segundo eixo de significância e de subjetivação que são os seus" (p.22)

metodologia, fazer julgamento sobre os desejos colocados, mas abrir passagem para a elaboração de uma "ferramenta analítica" que possa ajudar na reflexão coletiva sobre o espaço vivido (SILVA, 2012), do lugar.

Por último, para encerrar a articulação com esta metodologia, é importante ter clareza sobre quem deverá fazer uso da cartografia produzida. A quem ela serve, afinal? Se aos sujeitos que ajudaram a construí-la ou ao poder hegemônico – e suas estratégias de repressão e coação cotidianamente experimentadas pelos primeiros. É preciso ter isto muito claro antes de publicar o resultado de um trabalho feito neste sentido, para que as apropriações não sejam feitas de forma indevida (RIBEIRO; BIASE, 2012). Por esta razão, os nomes e as formas de identificação das pessoas com quem estive foram substituídos. Isto foi feito como forma de preservar aqueles que, no desenvolvimento das suas táticas, subvertem a ordem posta, principalmente nas formas de burlar as regras dos programas de governo.

Da Cartografia Social[109] trago, além das questões comuns à Cartografia da Ação (construção coletiva; utilização de mapas oficiais; cuidados com a exposição dos dados cartografados; respeito aos desejos trazidos pelo outro), a ideia trazida por Henri Acselrad (2013) de que toda "experiência cartográfica deve partir de um ponto de vista simples: o de que todo mapa é arbitrário, pelo fato de atender a critérios e classificações que serão sempre conjecturais e arbitrários" (ACSELRAD, 2013, p. 22). Segundo ele, a construção cartográfica produz um entendimento limitado, cuja limitação advém do ponto de vista de quem a produz e que cabe à cartografia social "manifestar e esclarecer essa arbitrariedade, que deve estar sempre ligada aos sujeitos que produzem sua representação cartográfica." (p.22)

A *fabulação cartográfica,* por sua vez, se agarra à arbitrariedade aí trazida e a entende como inerente, não só às cartografias, mas ao processo mesmo de pesquisa. Há arbitrariedade quando da escolha das cidades de pesquisa; quando da seleção dos métodos a serem adotados; quando da opção por seguir pistas para chegar às pessoas; ou quando estas definem o que querem relatar e o que devem deixar de dizer... As arbitrariedades estão aí, se colocam a cada momento, a cada escolha feita, mas de modo algum diminui a qualidade do que é produzido com, e apesar delas. Não há aqui, interesse em fazer qualquer reprodução de uma suposta realidade – um *decalque* – mas de fazer emergir as relações indexais (ACSELRAD, 2013) presentes em cada cartografia, ou seja, evidenciar o

[109] Segundo Henri Acselrad, a ideia de Cartografia Social está relacionada com o interesse das comunidades tradicionais – movimentos sociais, etc. – em mapear seus territórios para reivindicar direitos, utilizando-se dos mesmos elementos técnicos do poder hegemônico: as cartografias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idKsfpLkLcE> . Acesso em 02 dez. 2014.

contexto e as circunstâncias levadas em consideração para que sejam produzidas. (WATSON, 1989, apud ACSELRAD, 2013)

Interessa ainda trazer da cartografia social a noção de "mapa situacional"; um "mapa" que propõe fugir da fixidez estabelecida pelo tempo linear; que muda de acordo com a situação posta – ao se fazer múltiplo em determinado momento –; que pode ser continuamente alterado, pois "o seu conteúdo é situacional e o conhecimento produzido a partir dele diz respeito a reivindicações do presente, mas que pode evocar a todo instante diferentes tempos e momentos" (p.26). A inserção dos "mapas situacionais" pode ser necessária, por exemplo, quando se quiser cartografar a aquisição e manipulação dos auxílios de governos pelas pessoas – uma vez que eles são repassados com uma finalidade específica, mas, no mais das vezes, esta finalidade é desviada para atender aos interesses táticos dos sujeitos.

Da Cartografia Habitante,[110] por sua vez, interessa o entendimento feito sobre a questão da tradução; nela, reconhece-se o pesquisador como tradutor dos relatos das pessoas, como forma de possibilitar a construção cartográfica. Tal entendimento elimina, de antemão, qualquer tentativa de negar a existência da tradução ou, o que seria pior, de colocá-la como ruído que tira do outro o poder de voz.

> A passagem mais importante é a questão da tradução, que é substancialmente antropológica, o pesquisador é o tradutor, ele traduz não só a narração do habitante para outros, os que vão ler, mas ele traduz também o seu desenho numa forma mais legível. Se nós queremos uma ferramenta que possa ser comparada com as cartografias clássicas, temos que achar uma maneira de representar as coisas que não estejam ligadas às biografias das pessoas mas ao que as pessoas estão dizendo, o conteúdo das suas falas, que não está ligado sempre a uma maneira de representar. (BIASE; JACQUES, 2010, p. 6)

Assim, se para a Cartografia Social as arbitrariedades são inerentes ao processo de elaboração cartográfico, para a Cartografia Habitante é a tradução que não pode se fazer ausente do processo; é ela que ajuda a passar das singularidades para a coletividade (tentando desviar das biografias), que ajuda a "sair das visões muito particulares [...] para algo que seja uma narração coletiva." (BIASE; JACQUES, 2010, p. 12)

É inclusive neste ponto que o conflito com a história oral parece mais evidente, pois embora alguns autores (PORTELLI,1997; FERREIRA, 2002) considerem as fabulações presentes na atualização da memória, o que esta linha historiográfica parece não considerar é o processo fabulatório que perpassa a análise feita pelo pesquisador. E é neste ponto que a questão da tradução se mostra

[110] A Cartografia Habitante (BIASSE; JACQUES, 2012), proposta por Alessia de Biase, é uma ferramenta de desvio – desvio das cartografias "objetivas e estatísticas" (p.13) – pensada como instrumento de análise crítica para a prática das experiências de apreensão da cidade. Além desta ferramenta, a autora propõe outras duas: a grelha e o desvio do olhar. (Melhor compreendido na entrevista concedida a Paola Jacques e publicada na Revista Redobra nº10).

fundamental, pois ela reconhece o processo de criação que perpassa todo o processo; há tradução quando da escolha daqueles que fazem parte da pesquisa; quando seus ditos são transcritos e em seguida, recortados; quando ainda, com minhas palavras, conto como aconteceu determinada conversa... há sempre tradução; e não só uma, mas sobreposições delas. Talvez *as fabulações cartográficas* produzidas sejam, elas mesmas, resultado desta sobreposição.

Entretanto, as relações desenhadas pelas cartografias são apenas uma leitura entre a infinidade de possibilidades existentes. Muitas outras podem ainda ser feitas a partir de outros pontos de vistas e novos cruzamentos. As cartografias que serão aqui apresentadas estão separadas por sujeitos; será produzida uma cartografia para cada pessoa com quem estive. Mas o que aconteceria se ao invés de sobrepor somente as cartografias elaboradas para a cidade de Remanso, alguém decidisse cruzar cidades diferentes; e se nelas, fizesse o recorte somente das práticas que se articulam com as ações *macropolíticas*? Ou se excluísse todos aqueles que não tivessem suas práticas vinculadas ao lago? Outras leituras são possíveis e os recortes aqui trazidos configuram-se apenas como uma das possibilidades de fabulação. É como a narração de uma experiência: a experiência é única, mas inúmeras são as possibilidades de narrá-la, por quem quer que seja.

Esta relação ficou evidente durante a realização da, já citada, oficina "Insistências Urbanas", coordenada por Alessia de Biase. Após a experiência de *insistir* num lugar qualquer da cidade de Salvador, foram propostos dois exercícios: o da descrição e o da narração. Primeiramente faríamos a descrição da experiência a partir da narrativa cronológica dos "fatos vividos", em seguida, seria construída uma segunda narrativa que teria a fabulação como princípio. Embora as diferenciações possam estar colocadas de maneira um tanto grosseiras, o que importa considerar aqui é que o primeiro momento (descrição) só poderia ser feito por quem vivenciou a experiência; já a narração poderia ser criada por qualquer um que tivesse participado da escuta daquele primeiro exercício.

A *fabulação cartográfica* resulta, portanto, da junção desses fragmentos metodológicos com a potência inventiva que emerge das narrativas e, claro, não se desvincula dos processos de produção de subjetividade. Penso ser importante ativar novamente a subjetividade por acreditar que é ela "que estabelece parâmetros para as ações. Ela tensiona a cultura vigente nas ações discursivas e práticas que configuram os territórios" (PORTELA; ANDRADE; CAVALCANTI, 2012, p.1), atravessando a todos: a mim e a cada um com quem estive. Neste processo, agenciam-se as práticas: a da pesquisadora – através da sucessão de métodos acadêmicos utilizados para pensar a apropriação dos

espaços, lugares, territórios... – e as dos sujeitos – através da ativação das *práticas de beira* como forma de possibilitar a sobrevivência e a permanência naquelas cidades.[111]

Trata-se, portanto, de uma cartografia que parte das questões colocadas pelas pessoas e não dos números e indicadores apontados por instituições de pesquisa; que mistura cotidiano (práticas atuais) e memória (fabulação). Uma cartografia que relaciona as táticas *micropolíticas* (no plantio, na pesca, no comércio) com as estratégias *macropolíticas* (o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o seguro-safra, as políticas públicas em geral); que parte destas relações para analisar as dinâmicas desenvolvidas naqueles lugares do entre; que tensiona, a todo instante, os sentidos de urbanidade e ruralidade ali presentes.

Uma última colocação precisa ser feita: a despeito de todos os métodos citados pressuporem a construção cartográfica coletiva, aqui, isto não foi possível, uma vez que o curto período de tempo disponível para estar em campo não permitiu abrir uma discussão conjunta que implicasse todos os sujeitos envolvidos. As conversas foram feitas individualmente e as pessoas não intervieram na construção gráfica dos mapas – o que certamente traria outros desdobramentos, outras leituras e que, sem dúvida, estabeleceriam novas articulações. A cartografia da ação foi o método de partida para a elaboração da *fabulação cartográfica*, entretanto, sabe-se que o tempo e o contato com as pessoas, necessário para a construção de um trabalho com aquela metodologia, não é possível nesta dissertação e, por isso, inventamos a *fabulação cartográfica*.

MOVIMENTO: FAZER *BEIRA*

> Escrever, fazer rizoma, aumentar seu território por desterritorialização, estender a linha de fuga até o ponto em que ela cubra todo o plano de consistência em uma máquina abstrata."Primeiro, caminhe até tua primeira planta e lá observe atentamente como escoa a água de torrente a partir deste ponto. A chuva deve ter transportado os grãos para longe. Siga as valas que a água escavou, e assim conhecerá a direção do escoamento. Busque então a planta que, nesta direção, encontra-se o mais afastado da tua. Todas aquelas que crescem entre estas duas são para ti. Mais tarde, quando estas últimas derem por sua vez grãos, tu poderás, seguindo o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território". (CASTANEDA, Apud DELEUZE; GUATTARI, 1995, vol.1, p.19)

Fazer *beira* é abrir-se aos agenciamentos; é permitir a presença dos movimentos de territorialização.[112] Penso ainda, que cada enunciado trazido das cidades percorridas também cria

[111] Embora a partida para outras cidades (principalmente São Paulo e Brasília) seja aventada em algumas conversas, as pessoas com quem estive afirmam o desejo de permanecer ali, seja pela memória da família, por resignação, ou simplesmente por ser (ou remeter ao) lugar onde o "umbigo está enterrado".

[112] Movimentos de territorialização, desterritorizalização e reterritorialização.

beiras. Cada enunciado traz em si uma construção fabulatória carregada de ações, lugares e percursos evidenciados nas práticas desenvolvidas, nas subjetividades acionadas e no constante acesso à memória para situar a sua condição presente... tudo isto junto cria *beira*.

A *fabulação cartográfica* é constituída por muitas *beiras* – configuradas de acordo com a ocasião. Seus movimentos se fazem através das táticas, das *práticas de beira* desenvolvidas pelos sujeitos, pelas pessoas que fui encontrando – às vezes em grupo, na maioria das vezes, individualmente*. As práticas de beira c*riam territorialidades que se fazem pelos movimentos empreendidos, agenciando uma prática com um benefício num momento, desistindo da prática e mudando de ramo em outro, passando um tempo em Brasília, retornando em seguida, usando o dinheiro do benefício para comprar produtos e revendê-los em seguida... cada conjunto de movimento desses cria uma *beira*.

Assim, proponho introduzir a *fabulação cartográfica* por elas; pelas *beiras* constituídas quando da prática discursiva – os relatos, para Certeau (1998) –, entendendo que estas *beiras* podem ter sido desfeitas (desterritorializadas) logo após a conversa, para reterritorializarem-se de um novo jeito, em outras territorialidades – que se não forem cristalizadas em um território, em uma identidade, já não serão as mesmas de quando a pesquisa desse trabalho foi feita. As territorialidades são processuais e estão sempre fazendo linhas de fuga com o território, por isso é possível existir a *fabulação cartográfica* – linha de fuga com a ordem do discurso que institui a verdade do documento, da História, da razão, do plano e do projeto *macropolíticos* frente aos enunciados da fabulação dos praticantes das *beiras.*

AS *BEIRAS* EM REMANSO

***Beira* 1:**[113] Seu Manoel foi a minha pista primeira em Remanso. Ao responder a pergunta sobre onde encontraria os *beradeiros*, reconheceu-se nesta categoria e disse que poderia ir, no dia seguinte, até sua casa para conversarmos.

Ele e a esposa (D. Diva) vieram da cidade velha; lá plantavam em terras de vazante. Após a mudança, compraram uma roça de sequeiro – "que fica depois da Vila Santana"[114] – onde plantam sempre que chove, mas como a chuva tem sido pouca, perderam o que plantaram no último ano. Todos os sábados vão até lá; se é época de chuva, plantam, se não, vão apenas para "olhar as coisas" e passar

[113] Os relatos que compõem as *beiras* foram retirados das anotações em caderno de campo e das gravações feitas durante visitas à cidade.

[114] Bairro resultante dos movimentos de expansão da cidade.

o dia. Ambos são aposentados e, para complementar a renda, Sr. Manoel vende chá e café no mercado, mas naquele dia, depois de três horas de trabalho recebeu R$0,50 pela venda de "um chazinho". Segundo ele, ninguém tem dinheiro na cidade.

> Sr. Manoel: A gente só tem mesmo só... o dinheiro do trabalhozinho da gente e a aposentadoria
>
> D. Diva: que é quando tira esse dinheirinho também pra fazer uma feirinha, pagar água, pagar luz, plantar feijão...
>
> Eu: E aí o senhor trabalha no mercado?
>
> D. Diva: Minha irmã, lá não tá prestando não, minha irmã, tá não...
>
> Sr. Manoel: [...] Cinquenta centavos um chazinho que vendi. As garrafas tão aqui [...] não tem dinheiro não, minha irmã [...] é tudo... sem dinheiro.
>
> Eu: E hoje é dia de feira, né?
>
> Sr. Manoel: Dia de feira, é.[115]

[115] Trecho de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 17 jul. 2013.

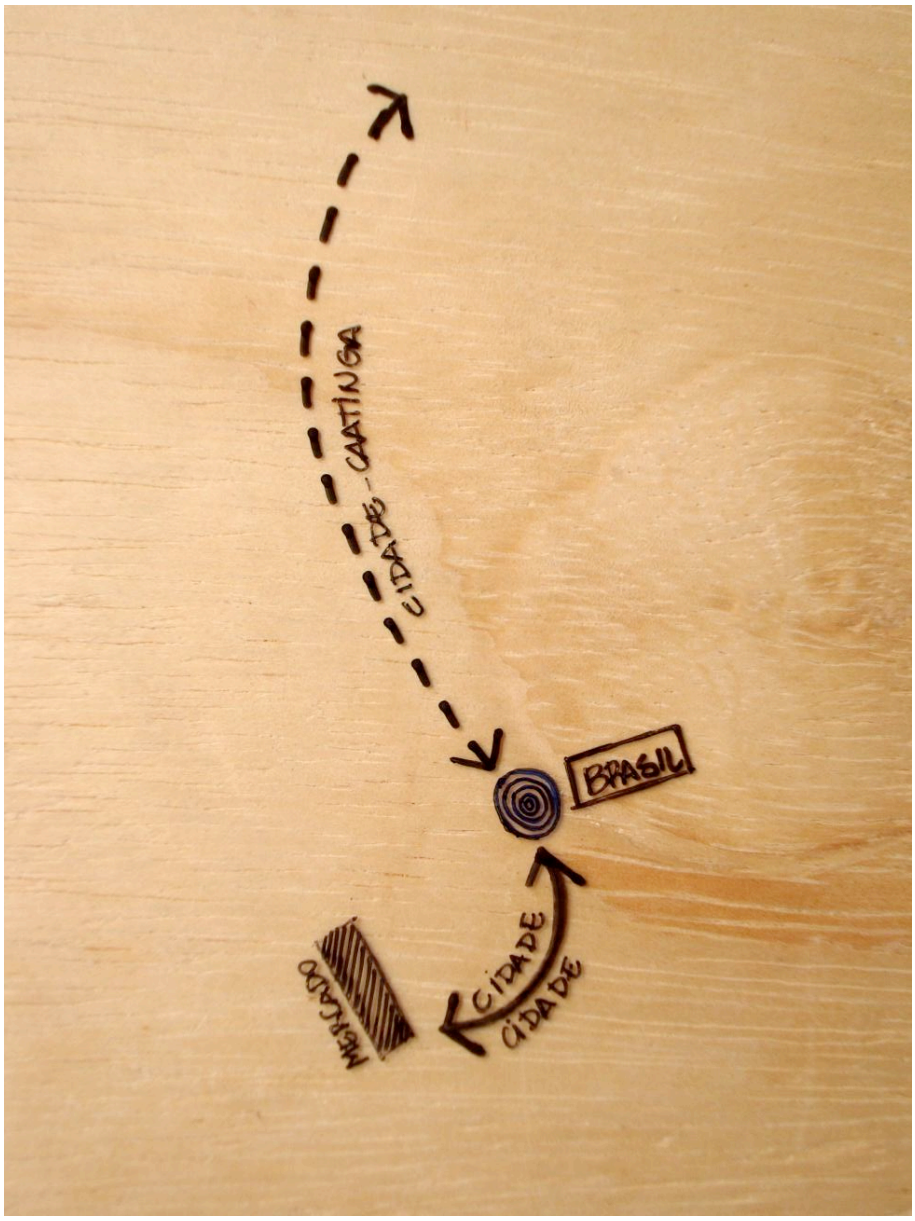


Figura 31. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beir*a, agenciados por Seu Manoel e Dona Diva. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 32. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Manoel e Dona Diva.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

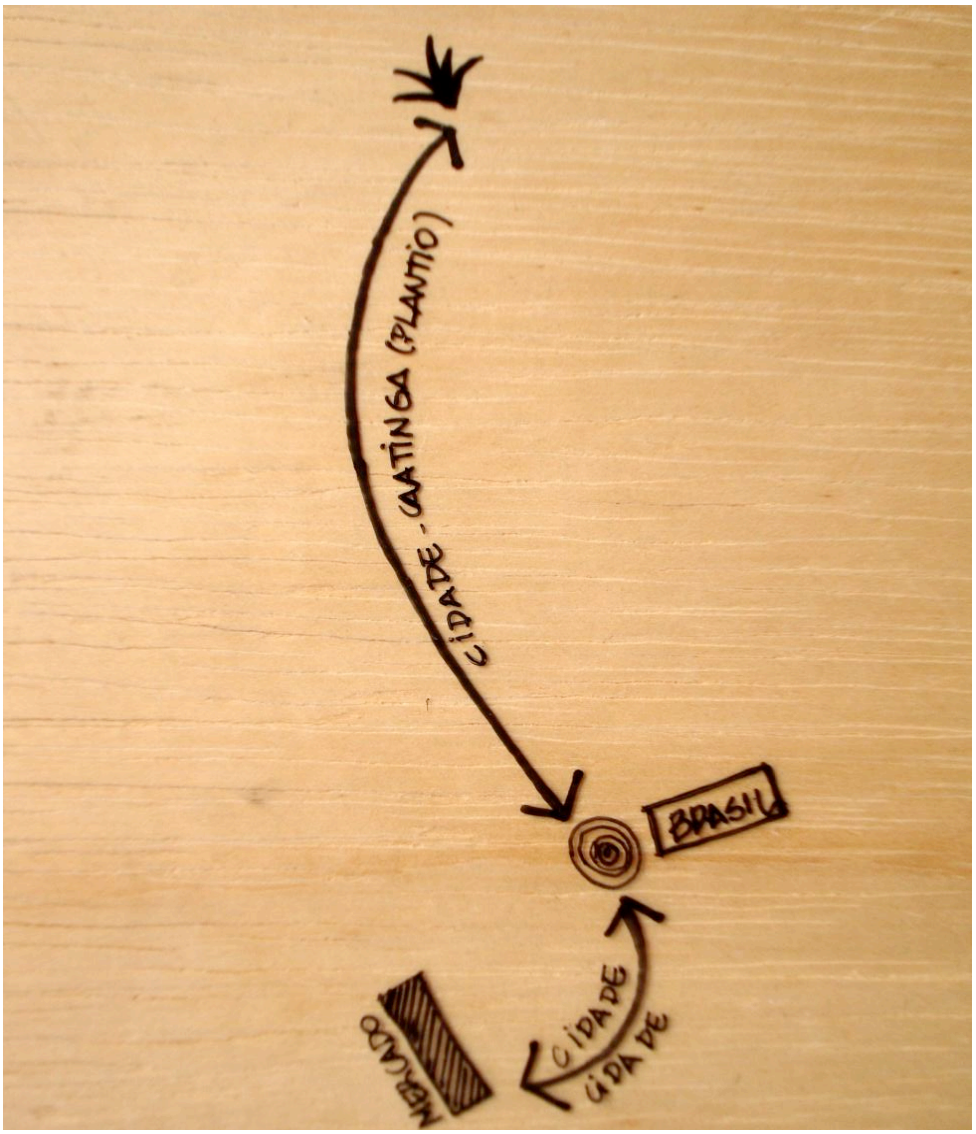


Figura 33. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Manoel e Dona Diva. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

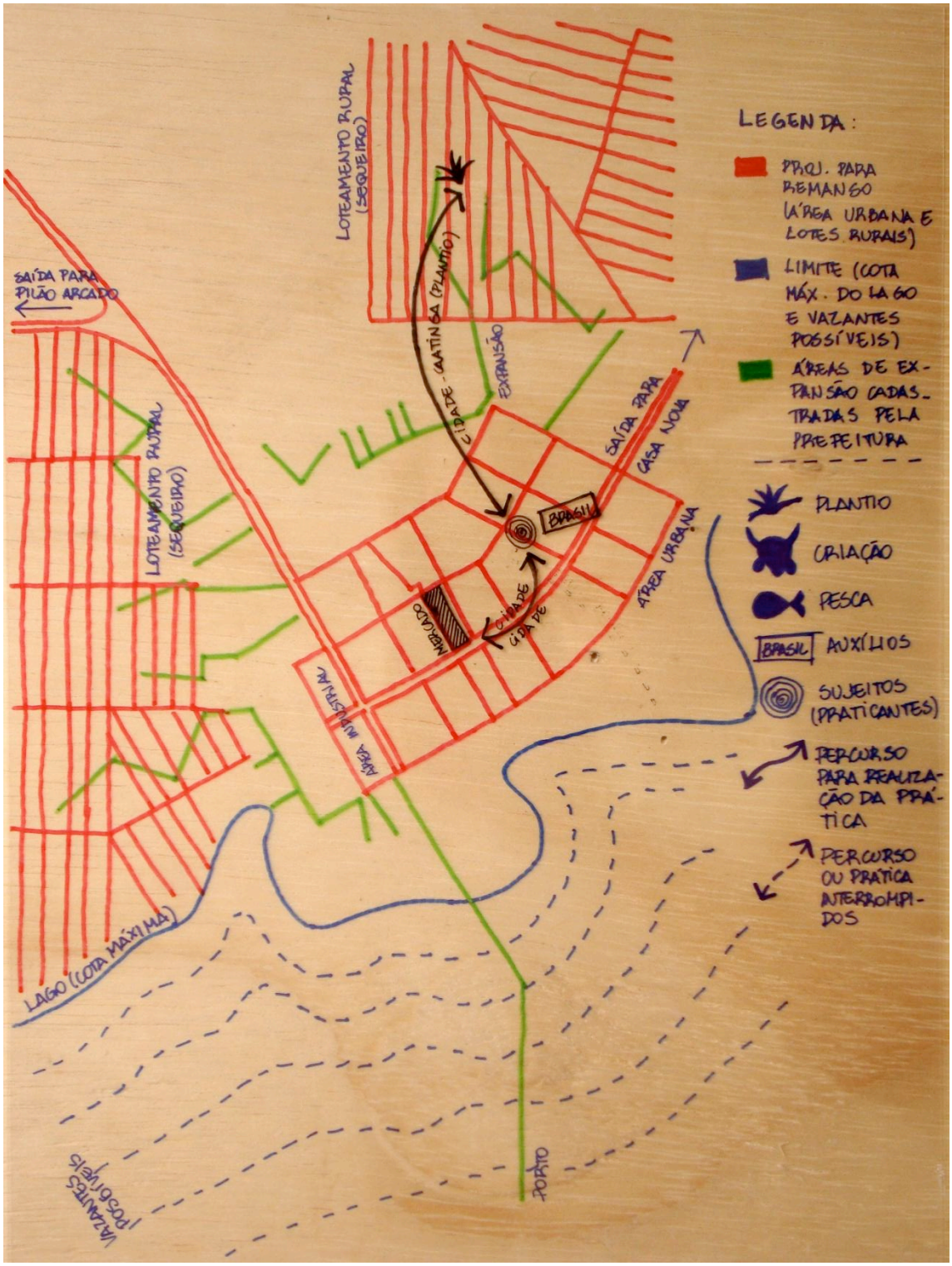


Figura 34. Tempo de *inverno*: *Beira*, agenciada por Seu Manoel e Dona Diva.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015)

Antes de iniciar a fabulação sobre esta *beira* cabe fazer uma breve distinção entre os tempos de *seca* e *inverno*, presentes em alguns relatos, e que acabam por interferir na elaboração das práticas. Martins Costa (2013) apresenta dois contadores temporais narrados pelos antigos moradores de Itapera e que permeavam os outros povoados localizados na beira do rio: o rio e a chuva. Os períodos de chuvas coincidiam com os movimentos do rio – "o *inverno* começava junto com a subida das águas" (p.158) – e as nomenclaturas a eles associadas tinham total relação com o outro. "O tempo do recuo das águas, como o da ausência de chuvas é designado pelo mesmo termo, **seca**. É no momento de abundância de água que os nomes se diferenciam: **cheia** e **inverno**. Enchente e chuvas. Subida das águas e verde." (p.158, grifos nossos)

O início do *inverno* marca o tempo do plantio de sequeiro, pois dele depende o sucesso da colheita nos meses seguintes. Concebido como uma noção de tempo, este período se inicia com as trovoadas[116] de novembro e se encerra no mês de março. Embora as chuvas também ocorram durante o período definido como *seca*, aí elas são mais espaçadas e normalmente insuficientes para a "pega" do plantio e a certeza da colheita.

É interessante perceber que as concepções de *inverno* e *seca* aí trazidas invertem a lógica corrente das estações do ano. O *inverno* das chuvas (novembro a março) corresponde ao nosso verão (dezembro a março), enquanto a *seca* (abril a outubro) engloba os meses de inverno (junho a setembro). Embora a relação com as cheias do rio já não pareça fazer tanto sentido – uma vez que é a barragem que regula suas águas –, ainda assim, a baixa progressiva do reservatório coincide com o período definido por *seca.* Além do mais, a referência ao tempo de *inverno* para início do plantio é ainda muito usual, mesmo que a falta de chuva dos últimos anos tenha dado motivos de sobra para fazê-la esquecida. No entanto, o que parece marcar a diferença entre os tempos de *inverno e seca* atuais, em relação ao período anterior à barragem, é o seu constante atravessamento pelos *tempos dos auxílios*.

De volta à *beira* configurada pelas práticas de Sr. Manoel e D. Diva, percebemos que ambos vivem da aposentadoria que recebem; é com este dinheiro "certo" que podem contar para pagar as contas, comprar o café que será revendido na feira e o feijão para ser plantado. Tendo isso em vista, podemos fazer a seguinte fabulação:

QUADRO I (figuras 27 e 28) – Tempo de *seca*: Ao acionar o recurso recebido como pagamento da aposentadoria, Seu Manoel consegue custear o café e o chá que vende no mercado da cidade, em dias de feira. Embora, em alguns dias, a venda seja muito ruim, nem ele, nem a esposa dependem

[116] As trovoadas caracterizam-se por chuvas associadas a raios e trovões, que anunciam a proximidade desta "estação".

deste recurso para tocar a vida, por isso o território aí criado pode fazer linha de fuga e ser desfeito a qualquer tempo fabulando territorialidades, compondo práticas outras – desde que essa outra prática pareça mais interessante (se o *inverno* pegar e o tempo favorecer o plantio, por exemplo). Por outro lado, a roça de sequeiro eles não abandonam nunca; vão lá todos os sábados, mesmo que não seja período de plantio ou colheita – o percurso é realizado mesmo que as práticas a ele associadas estejam inviabilizadas. E se isso acontece é porque as práticas não são lógicas sempre; elas podem escapar da causa e consequência ditada por uma racionalidade impositiva. Seu Manoel e a esposa podem ir à roça apenas porque já estão acostumados com o percurso que lhes dá ritmo à rotina – ao fechamento da semana; fazem o percurso mais por este ser uma dança entre os dois, ou um costume que acreditam ser preciso manter para não ficarem cansados e perderem a força que a lida da vida pede.

QUADRO II (figuras 29 e 30) – Tempo de *inverno*: Para que a prática do plantio seja possível é necessária toda uma configuração de agenciamentos: que seja tempo de *inverno*, que as chuvas sejam boas e que sobre algum recurso da aposentadoria para comprar as sementes; sem um destes fatores, a prática não acontece, mas não é a sua efetivação – através do plantio e da possibilidade da colheita – o que mais importa; a chegada da chuva, por si só, já favorece a fabulação de novas territorialidades.

Quando da ida às cidades, sempre que chegava após, ou durante, um período de chuvas percebia a mudança de tom nos relatos e expressões das pessoas. “Que bom que você chegou agora que a caatinga tá mais alegrinha!”, me disse o presidente da colônia de pecadores, certa vez. A chegada da chuva muda a cor da caatinga, transforma o espaço seco – território-matéria de investimento de políticas contra a seca – num lugar de práticas, ou pelo menos da possibilidade de empreendê-las. Basta a chuva cair para mudar a configuração da *beira*, e se ela vem, Seu Manoel e Dona Diva já não precisam esperar chegar o sábado para retomar o percurso (cidade-caatinga); ele abandona o café do mercado e os dois partem para roça pra ver se a terra molhou – qualquer que seja o dia da semana – pois a chegada das águas constitui a condição primeira para a elaboração de novos agenciamentos.

***Beira* 2:** Encontrei Seu Renato trabalhando na casa em frente à de D. Diva e Seu Manoel. Apontado pelos primeiros como outro *beradeiro*[117] que veio da cidade velha, entoamos uma conversa.

[117] É importante reforçar que Remanso foi a cidade que abriu os trabalhos de campo e, por isso, naquele momento, a busca pelos *beradeiro*s ainda direcionava a pesquisa.

Eu: O senhor trabalha como pedreiro?

Sr. Renato: Eu trabalho é...no momento... Eu trabalho de pescaria, sabe?

Eu: Ah, é?

Sr. Renato: É, eu sou pescador [...] mas como a pescaria não tá... oferecendo condições da gente sobreviver [...], aí a gente tem a profissão aí... faz um biquinho pra sobreviver!

Eu: Mas não é época ainda do...

Sr. Renato: Da piracema? Não, não.

Eu: E mesmo assim tá ruim?

Sr. Renato: Tá ruim. Ruim, ruim, ruim mesmo! Porque os últimos anos foi muito ruim de chuva[...] o rio não encheu pra sustentar as águas... Porque quando sustenta as águas aí a produção cresce, né? [...] quando o rio não enche pra segurar as águas [...] aí a gente fica sofrendo as consequência...

Ele veio da cidade velha com 14 anos; lá a família tinha uma roça na beira do rio. Após a mudança, o pai recebeu um lote de sequeiro.

Eu: E o senhor ainda tem [o lote]?

Sr. Renato: Tem. Quer dizer, minha mãe ainda tem. Mas no sequeiro não tem água, não tem nada.

Eu: Só quando chove!

Sr. Renato: Só quando chove.

Eu: Mas quando chove o senhor planta, não?

Sr. Renato: [...] Eu plantei [ano] retrasado, mas desse tempo pra cá o inverno como [...] tá fraco demais, não teve condições de sobreviver.

[...]

Hoje em dia pra você criar um gado, uma rês, uma coisa assim... você tem a roça, quando é na época do inverno você bota ele lá – por exemplo no terreno lá de minha mãe que é sequeiro – na época da chuva tem água, pá! mas quando seca, o rio vaza, a gente joga pra beirada do rio[118] pra sobreviver, porque cá não tem. Agora nesse período mesmo, quem aguenta sustentar gado no sequeiro? [...] a despesa é grande! Você compra um saco de ração na faixa de cinquenta, sessenta reais. O bicho come o saco duma vez. Você tem dez, vinte, trinta cabeça de gado... você aguenta? É triste...

[...]

Eu: E o senhor acha que se não fosse por essa ajuda da piracema, por exemplo, da Bolsa Família... o senhor acha que hoje conseguiria viver só do seu trabalho?

Sr. Renato: Olha... eu tenho certeza... que num vivia. Num vivia. Ó, eu vou... dizer a realidade: aqui a cidade, praticamente, só movimenta um dinheirinho ainda quando é o dia desses velho aposentado... recebe. Até o comércio... chega naqueles dias... quem quer comprar, vem, compra uma besteirinha, quando passa disso aí, pode mandar fechar as porta porque não vende nada!

[...]

Com a seca também, né?! você não consegue nem de um lado nem de outro! Você fica preso na cidade... nem rio, nem sequeiro.[119]

[118] É comum o uso do termo "rio" em detrimento de "lago" para se referir às águas de Sobradinho. Percebi que o segundo só era utilizado quando, durante a conversa havia a necessidade de marcar a diferença entre eles; ademais, foi somente nos órgãos institucionais que percebi a apropriação deste termo, feito corriqueiramente, pelos técnicos com quem conversei.

[119] Trecho de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 17 jul. 2013.

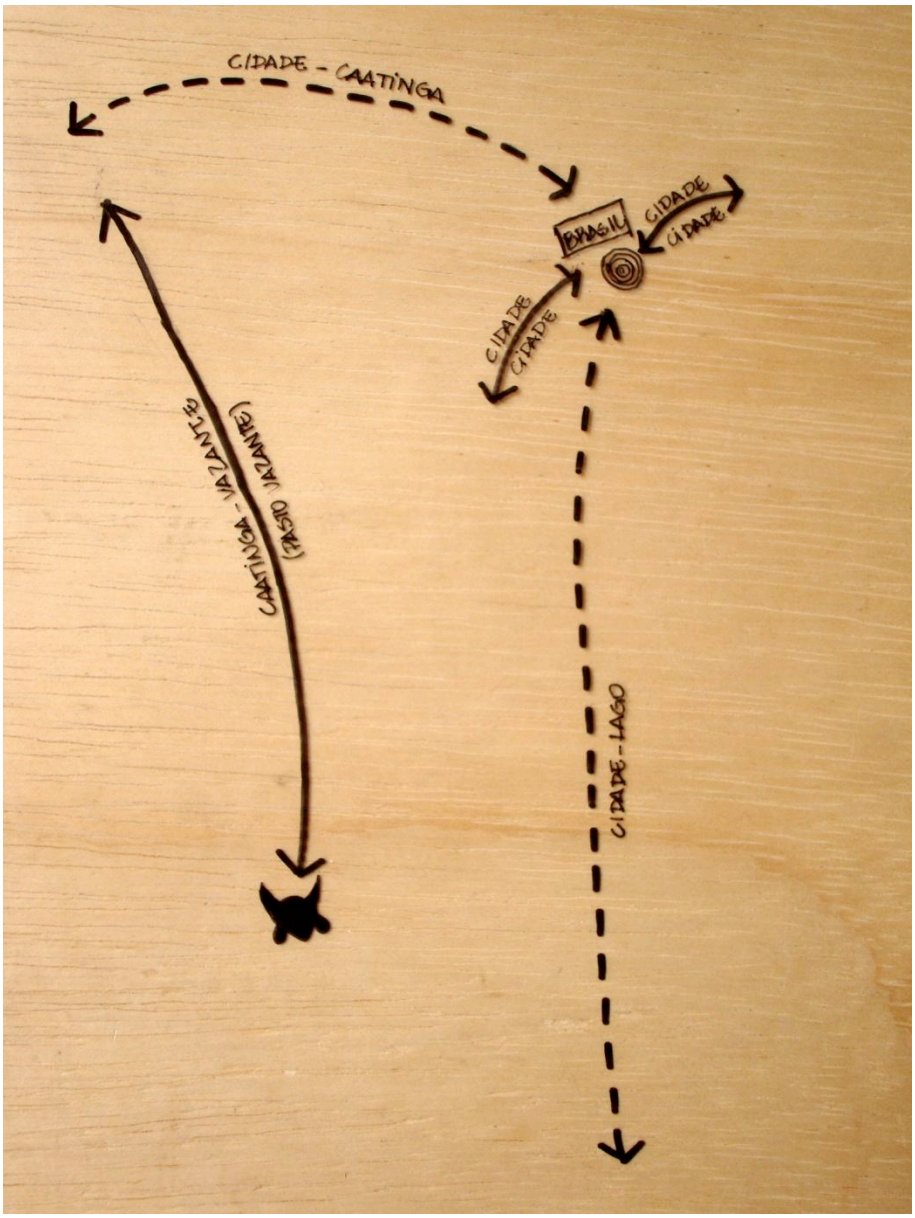


Figura 35. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Renato. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

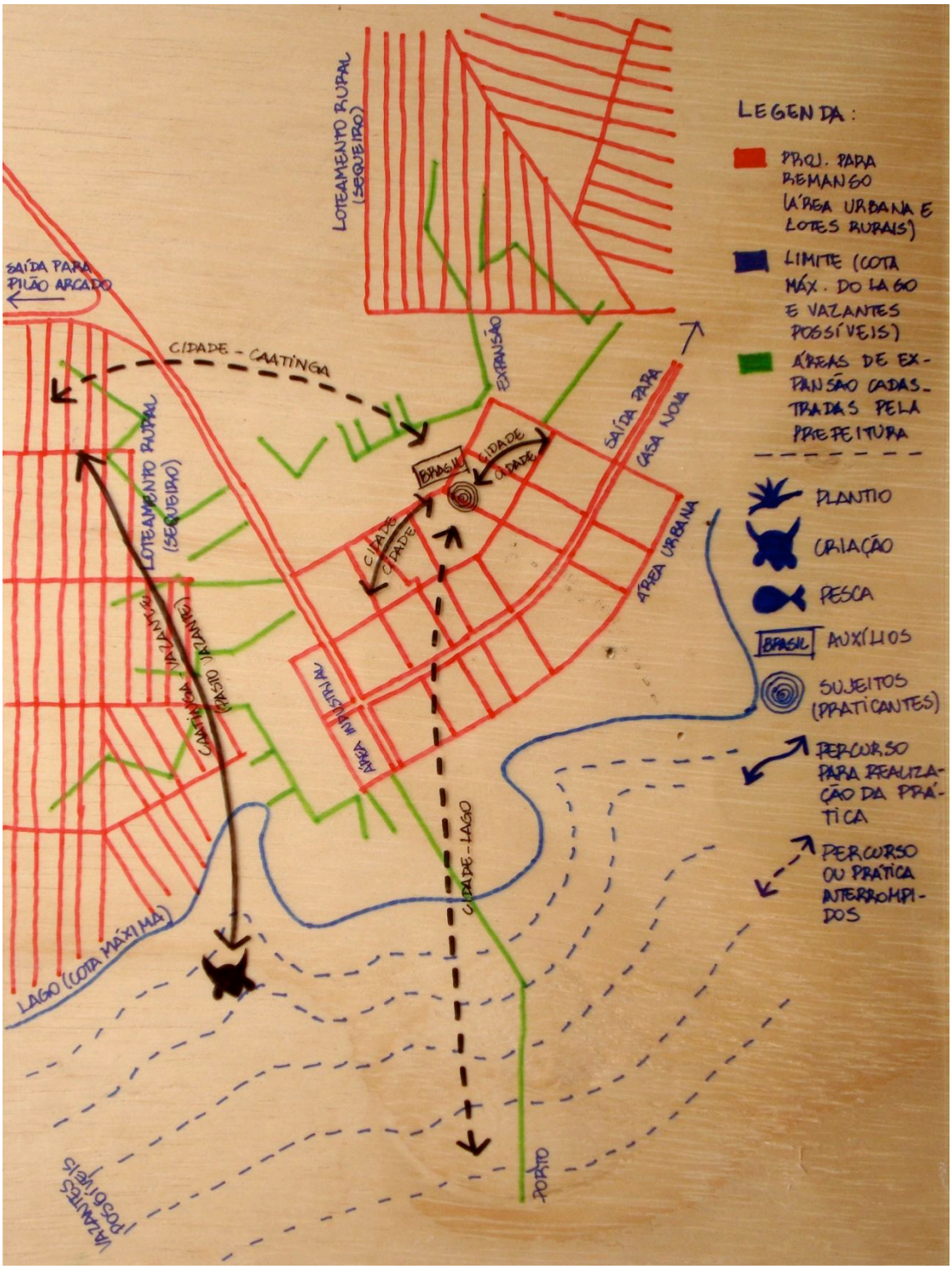


Figura 36. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Renato.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

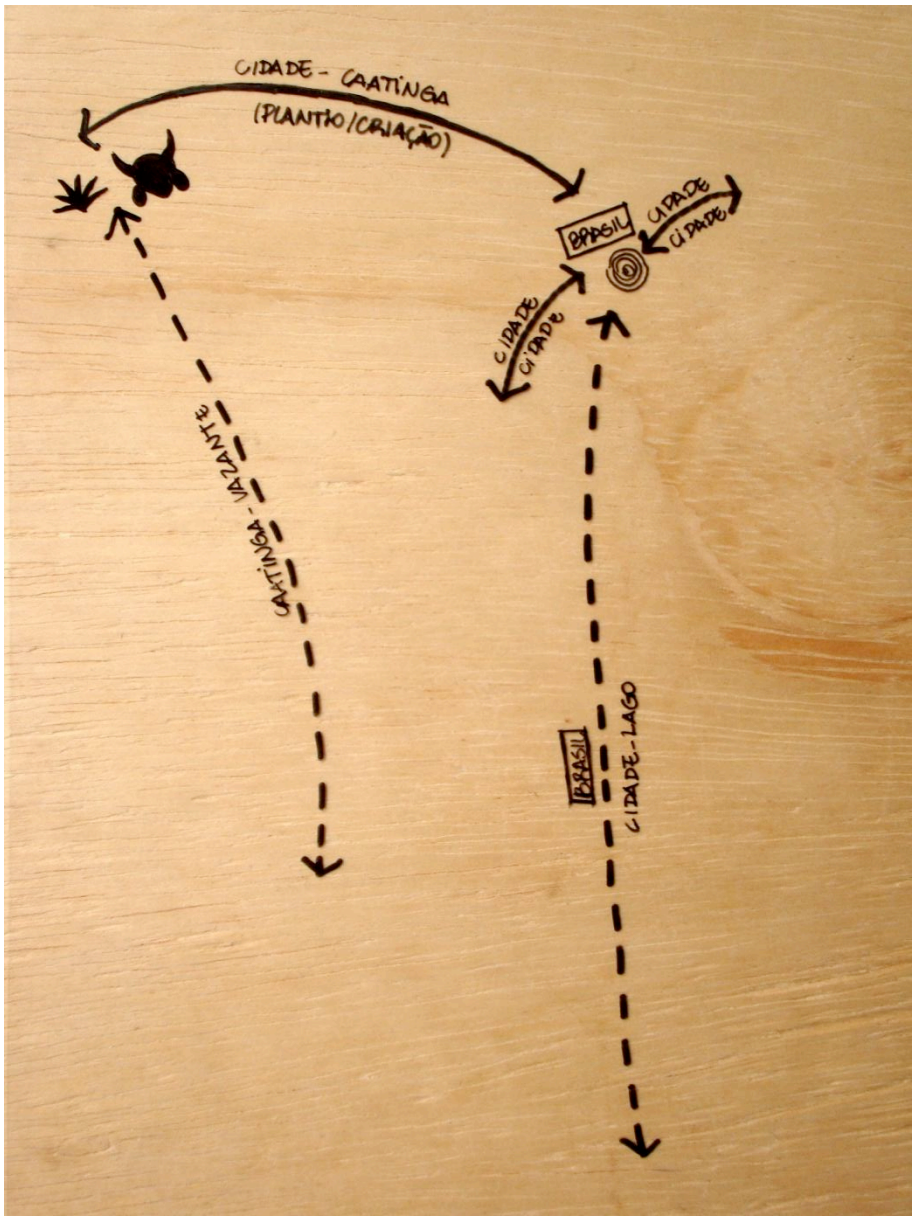


Figura 37. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Renato. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

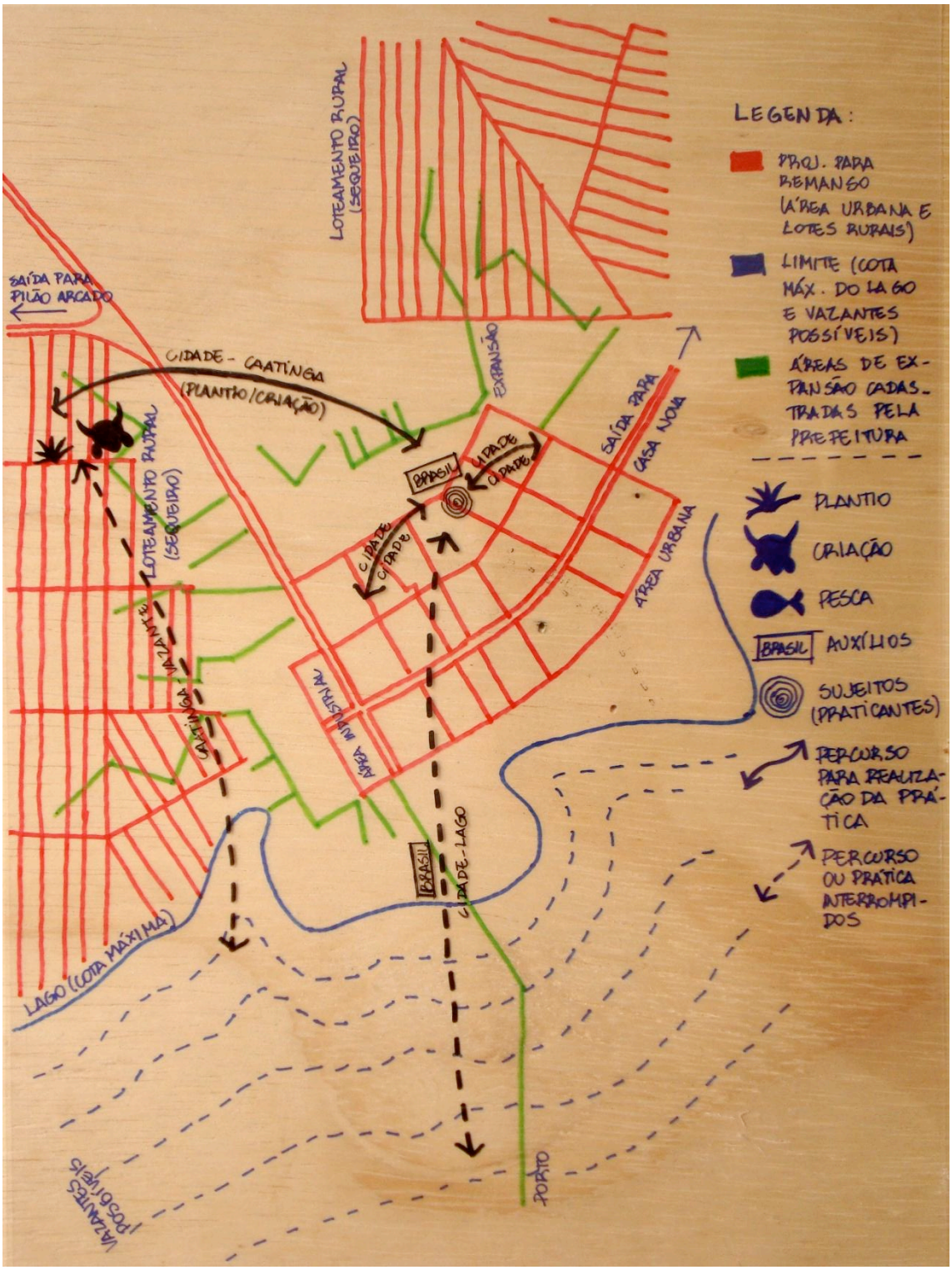


Figura 38. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por Seu Renato.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Seu Renato trabalha como pedreiro, mas aciona a identidade de pescador para justificar que a atividade desempenhada é provisória; cria neste processo uma territorialidade agenciada pela apropriação da identidade *macropolítica* – que garante o recebimento do auxílio quando chegado o tempo da piracema – e pelos serviços prestados como pedreiro.

QUADRO I (Figuras 31 e 32) – Tempo de *seca:* O tempo de *seca* coincide com o da pesca (março a outubro) – instituído após a construção da barragem para garantir a reprodução das espécies –, entretanto, com o passar dos anos, a realização da atividade tem sido cada vez mais difícil. Muitos são os pescadores que não pescam e que estabelecem suas *beiras* a partir de outras práticas (seu Renato é apenas um deles); dizem que o peixe está acabando e que já não dá pra sobreviver da atividade... É por isso que para ele, já não compensa deixar o serviço na cidade para tentar a pesca no lago; o percurso cidade-lago é desfeito e a *beira* que agencia a prática da pesca com a identidade do pescador não se estabelece. É preciso desterritorializá-la, agenciar novas ações; apropriar-se da identidade do pescador, sim, mas mudar a prática – agora configurada pelos serviços de pedreiro. Em seu relato deixa claro que a falta de chuvas limita suas práticas ao lugar da cidade: "nem rio, nem sequeiro". É somente, a certeza de que a pesca está boa que o fará empreender nova territorialidade.

QUADRO II (Figuras 33 e 34) – Tempo de *inverno*: Neste período, se a chuva for boa, é possível plantar nas terras de sua mãe, tal como fez dois anos antes, ou arriscar a criação de animais. Com um *inverno* bom as práticas de sequeiro tornam-se possíveis e o *espaço* da caatinga retoma o sentido de *lugar* para ele – o *lugar* do cotidiano praticado na cidade durante o restante do ano. Além do mais, os salários recebidos pelos próximos quatro meses – devido à proibição da pesca (novembro a fevereiro) – podem apoiar as atividades ali desenvolvidas.

Entretanto, em anos de *invernos* fracos perde-se a plantação, vende-se a criação ou, para tentar sustentá-la, recorre-se à prática realizada no percurso cidade-vazante – necessária para o pasto animal. Aliás, em seu relato, ele reforça que a seca dos últimos anos, tem-no obrigado a limitar sua *beira* apenas à cidade; com a pesca fraca já não compensa deixar os pequenos serviços para aventurar-se no lago; e se a vazante ainda permite alimentar a criação nos tempos de *seca*, esta prática só se torna possível se o *inverno* tiver sido bom o suficiente para manter os animais no sequeiro durante este período. Mas independente da potência do *inverno*, o que ele conta como certo é o recebimento dos auxílios: o seguro-defeso, neste período, e o Bolsa Família, durante todo o ano.

***Beira* 3:** D. Marieta é vizinha de Seu Manoel e foi sua esposa que me indicou conversar com ela. Nascida na cidade velha de Sento Sé, mudou-se para Juazeiro após a construção da barragem. Anos depois, foi morar na nova Remanso. Hoje é aposentada e complementa a renda vendendo mudas de plantas. Seu relato é permeado por um saudosismo que remonta ao tempo anterior à mudança e, embora a sua relação com o rio/lago tenha sido rompida, gosta de ir até a vazante pra ver "quando o rio tá cheio".

> D. Marieta: Porque esse negócio dessa barragem foi um descontratempo, só foi pra desmantelar tudo, acabou muita coisa. Eu não acho que foi vantagem. Pra mim aquele tempo era melhor do que agora.
>
> [...]
>
> Eu: E o quê, que era melhor?
>
> [...]
>
> D. Marieta: Uma, que antigamente a gente morava pra lá, era calmo, né? E aqui... é uma violência terrível... e outra que lá a gente plantava no que era da gente e aqui num tem roça, nem planta, tem nada. Só conta aquele dinheirinho que ganha. Se tiver aquele dinheirinho compra, se num tiver... passa fome. Lá não, lá não, a gente se virava... [de] todo jeito!
>
> Eu: Se a senhora tivesse uma roça, a senhora queria tá plantando hoje?
>
> D. Marieta: Ah! Se tivesse uma roça eu plantava... é... eu queria, porque quando chove assim... dá uma vontade de plantar... aquela saudade de ir pra roça...
>
> [...]
>
> mas também num aguento mais... já tô velha...[120]

Quando perguntada se pensa em ir embora pra outro lugar, ela afirma: "Às vezes, quando eu... desgosto, assim, de algumas coisas... eu tenho vontade de ir embora daqui... é que tenho uma filha que mora em São Paulo aí eu penso de ir pra lá, mas também eu penso que lá é tão violento... aí não, vou ficar por aqui mesmo."

[120] Trecho de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 17 jul. 2013.

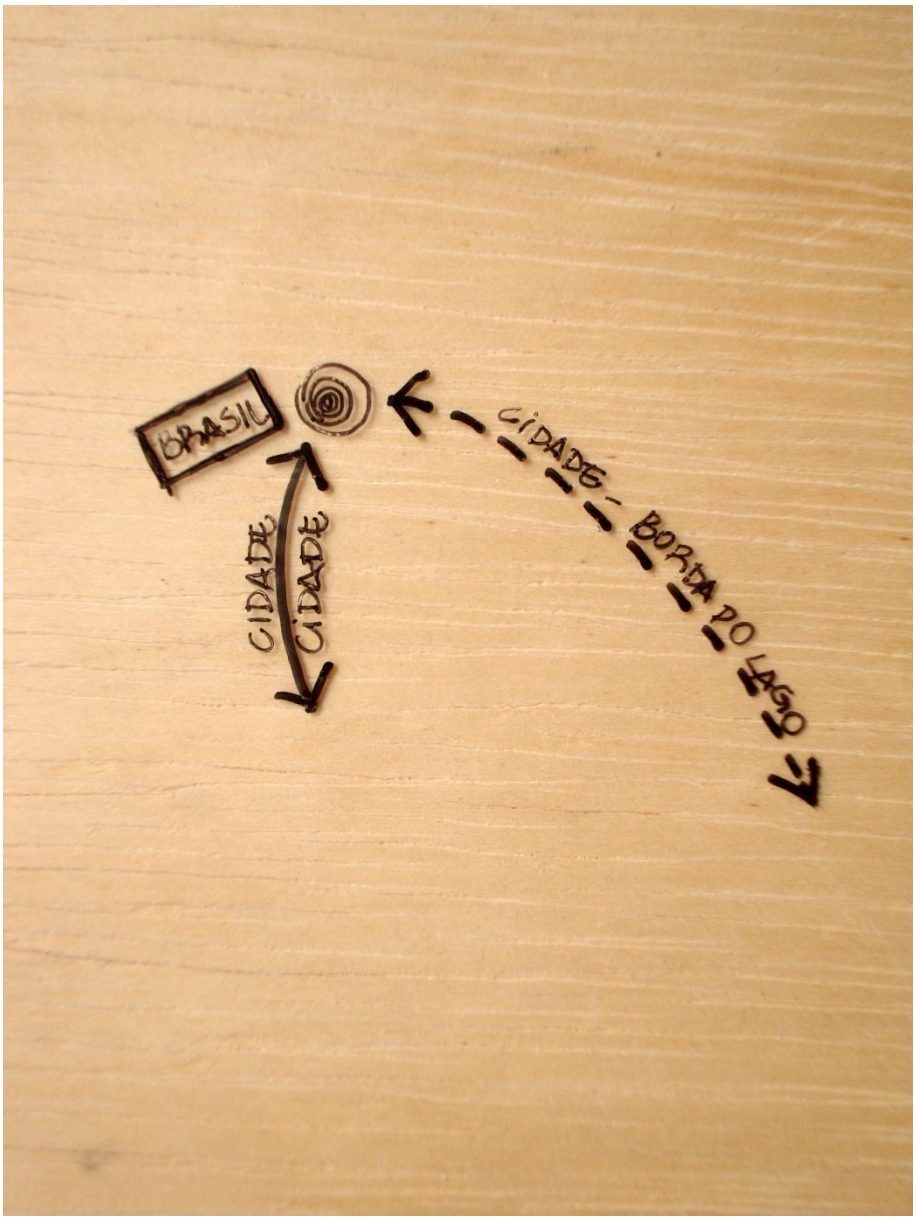


Figura 39. Tempo de *seca*: Percursos e práticas de beira, agenciados por Dona Marieta. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 40. Tempo de *seca: Beira*, agenciada por Dona Marieta.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

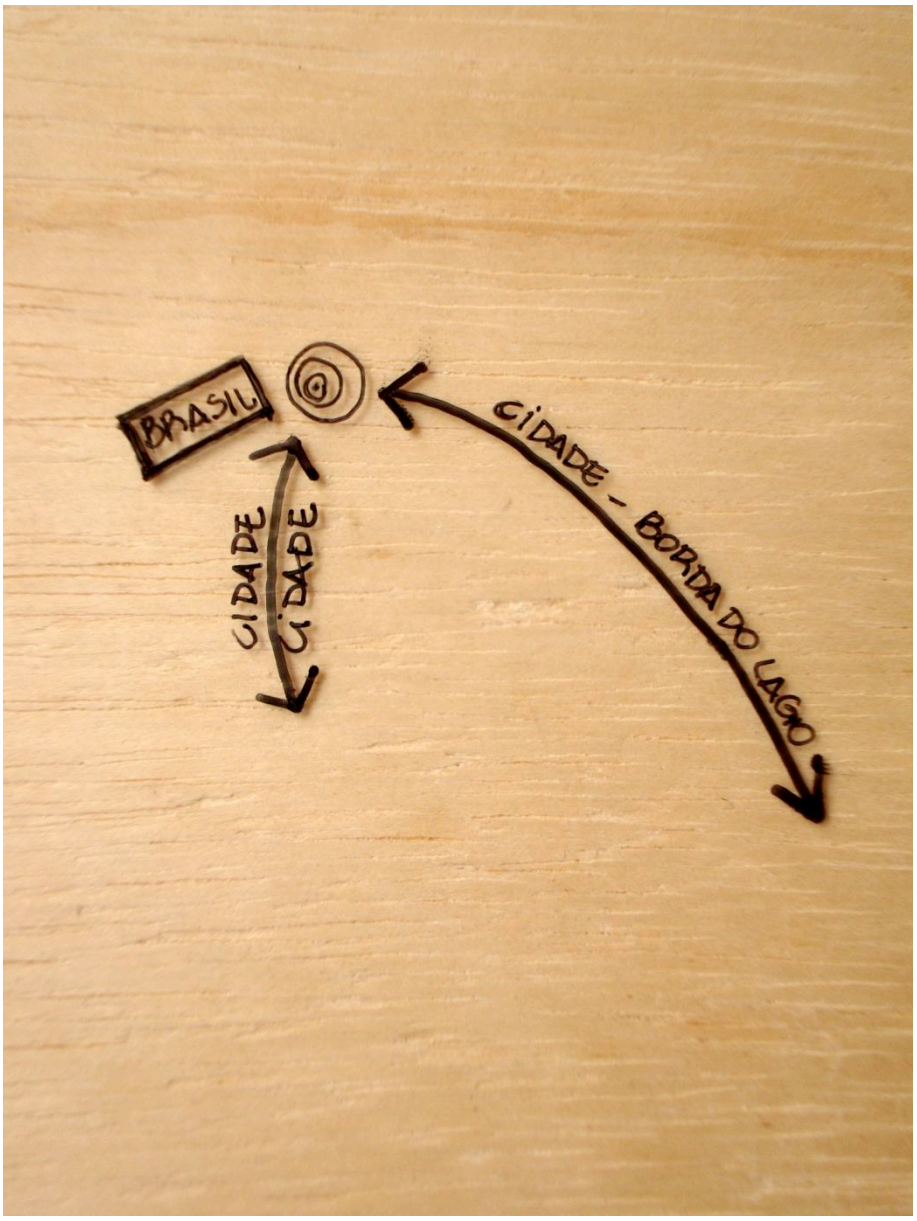


Figura 41. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Dona Marieta. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 42. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por Dona Marieta.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

QUADRO I e II (Figuras 35 a 38)– Tempos de *seca e inverno*: Dona Marieta territorializa sua *beira* na prática cotidiana de fazer mudas e vendê-las aos que batem à sua porta, mas empreende suas linhas de fuga a cada ida à margem do lago para vê-lo cheio. Reinventa neste movimento a vida deixada na cidade velha. Seu relato transparece uma supervalorização da vida pregressa como para dizer que a atual não se iguala à que deixou debaixo d'água; evidencia nesta comparação a entrada no "tempo da compra" – quando já não era possível produzir o necessário para o consumo da família. Assim como os outros, reforça que a vida ali só é possível com a certeza do recebimento do auxílio: a aposentadoria. Mas se viver ali é ruim, esta constitui a única alternativa possível; pior seria estar numa grande cidade, onde a violência é ainda maior. A falta que lhe faz a prática do plantio já não pode ser suprida: não há terras para fazê-la, nem se tem idade para vivê-la. Sua *beira* tornou-se lamúria, atravessada por *invernos* breves.

***Beira* 4:** Conheci Seu Bruno durante uma caminhada feita na tentativa de chegar até a margem do lago. Ele estava na vazante, pastorando a criação, quando perguntei sobre o funcionamento da bomba móvel do SAAE (*desculpa*) para puxar assunto.

Segundo me disse, veio da antiga cidade Remanso, ainda criança; já foi pescador, mas atualmente é criador de ovelhas e gado. A roça onde mora, foi comprada por ele e, durante muito tempo esteve localizada no meio da caatinga, entretanto, nos últimos anos o crescimento da cidade já alcançou a vizinhança e a propriedade agora faz parte da "área industrial".[121] Diariamente, ele leva os animais para pastarem na vazante do lago, e uma vez lá, o rebanho não pode ficar sozinho, é preciso permanecer ali, com ele, para que não se disperse, seja roubado ou fuja para a cidade.

> Eu: Mas o rio chega até aqui?
>
> Sr. Bruno: Chega. Quando... eu comprei aqui... ele veio duas vezes ali naquele poste[...]. Ali na frente daquela casa. Ficava da casa... da frente da casa... uns trinta metros. Dois anos, uns dois anos, quando eu comprei logo aqui, ele enchia que vinha bem por ali ó!
>
> Eu: Ficava na beira do rio, o senhor?
>
> Sr. Bruno: Era. Aqui também só era eu. Aqui tudo era caatinga. Agora que tá... virando uma cidade completa! (grifos nossos)

Além da roça "da cidade", Seu Bruno tem outra na ilha do Jardim – comprada recentemente, onde iria plantar, pela primeira vez, na próxima baixa do lago – e um terreno numa das hortas comunitárias da cidade. Além disso, planta nos espaços de vazante localizados próximo à cidade.

[121] Segundo plano diretor elaborado na época da construção da nova cidade, a "área industrial" seria destinada às atividades que se relacionam com o título que lhe dá nome. Com a necessidade de expansão da área urbana, acabou tornando-se um bairro residencial que começa a avançar sobre as roças de sequeiro, distribuídas aos produtores, quando da mudança para a nova cidade.

Eu: E aí, o senhor fica nessa movimentação o ano todo ou e só em época de seca?
Sr. Bruno: É ni seca, no inverno... É o tempo todo. A gente num pára... é... a gente num para não.
[...]
Eu: E aqui o senhor planta?
Sr. Bruno: Planto
[...]
Eu: E aí o senhor planta o quê?
Sr. Bruno: Só capim. Só capim, eu planto só capim mais... agora lá na [ilha da] vazante eu planto feijão...
Eu: A da vazante é essa lá do Jardim?
Sr. Bruno: Do jardim, é
Eu: E lá o rio chegou esse ano?
Sr. Bruno: Chegou. Uma parte molhou. É, uma parte molhou. A outra não.
Eu: Aí o senhor fica de cá pra lá?
Sr. Bruno: Pra lá, é.
Eu: Mas mora aqui?
Sr. Bruno: Moro aqui. Moro aqui. A gente vai de manhã...a gente sai de manhã, vem de tarde, chega de noite... num tem hora certa, né? A gente nessa vida num tem hora certa.
Eu: Aí naquela hora que eu encontrei com o senhor lá, o senhor tava deixando eles? [falando do encontro na beira do lago, no fim da manhã, quando ele levava a criação]
Sr. Bruno: É, eu deixei, mas o rapaz lá fica olhando.
Eu: Ah! Num deixa só, não.
Sr. Bruno: É, não, o rapaz lá fica olhando, aí quando é... uma hora, doze hora, aí eu vou... aí a hora que eu vou, aí eu já vou ajuntando tudo... pra trazer pra aqui. É o gado e as ovelhas...
[...]
Sr. Bruno: Aqui outra coisa, se a gente deixar elas lá, aí vem uma pessoa pega um burrego,[122] vem o cachorro mata [...]. O gado não, o gado a gente deixa aí, mas a criação mais miúda a gente tem que ter cuidado.
Eu: O senhor cria gado também?
Sr. Bruno: Crio, eu crio.
Eu: Mas o gado pode dormir lá?
Sr. Bruno: Não pode porque vai pra cidade. É! Aí eles prendem e aí cada cabeça é R$ 10,00. [se] todo dia prender...

Sobre políticas de auxílio...

Eu: O senhor tem alguma ajuda de governo ou é aposentado... Bolsa Família...
Sr. Bruno: Tenho não. Eu nunca liguei [...]
Eu: E aí então o senhor... vive do que cria e do que planta.
Sr. Bruno: Do que crio, é. Do que eu crio. Aqui eu crio uma besteira: galinha, ovelha, gado.
Eu: E... e essa seca, o senhor acha que afetou muito a criação ou com essa proximidade do rio vocês conseguem manter...
Sr. Bruno: Não, a gente consegue manter... né?! A gente consegue... né? Agora fica mais difícil o gado. Porque o gado é grande, né? E aí... onde a gente fica aqui é muito criador... né?
Eu: Fica disputando.
Sr. Bruno: É, fica disputando... é aquele maior coisa... né? Até no capim ali que a gente tava botando perto da cidade, tocaram fogo. É onde você passou lá perto. Você passou lá naquela estrada, lá, perto da prainha. Aí tocaram fogo.
Eu: Tocaram fogo e ninguém investigou?
Sr. Bruno: Nada! Os vaqueiros mesmo da prefeitura acha é bom porque eles num vão trabalhar! É... Agora fica ruim pra nós...[123]

[122] Burrego é o nome dado aos filhotes de ovelha.
[123] Trechos de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 23 jul. 2013.

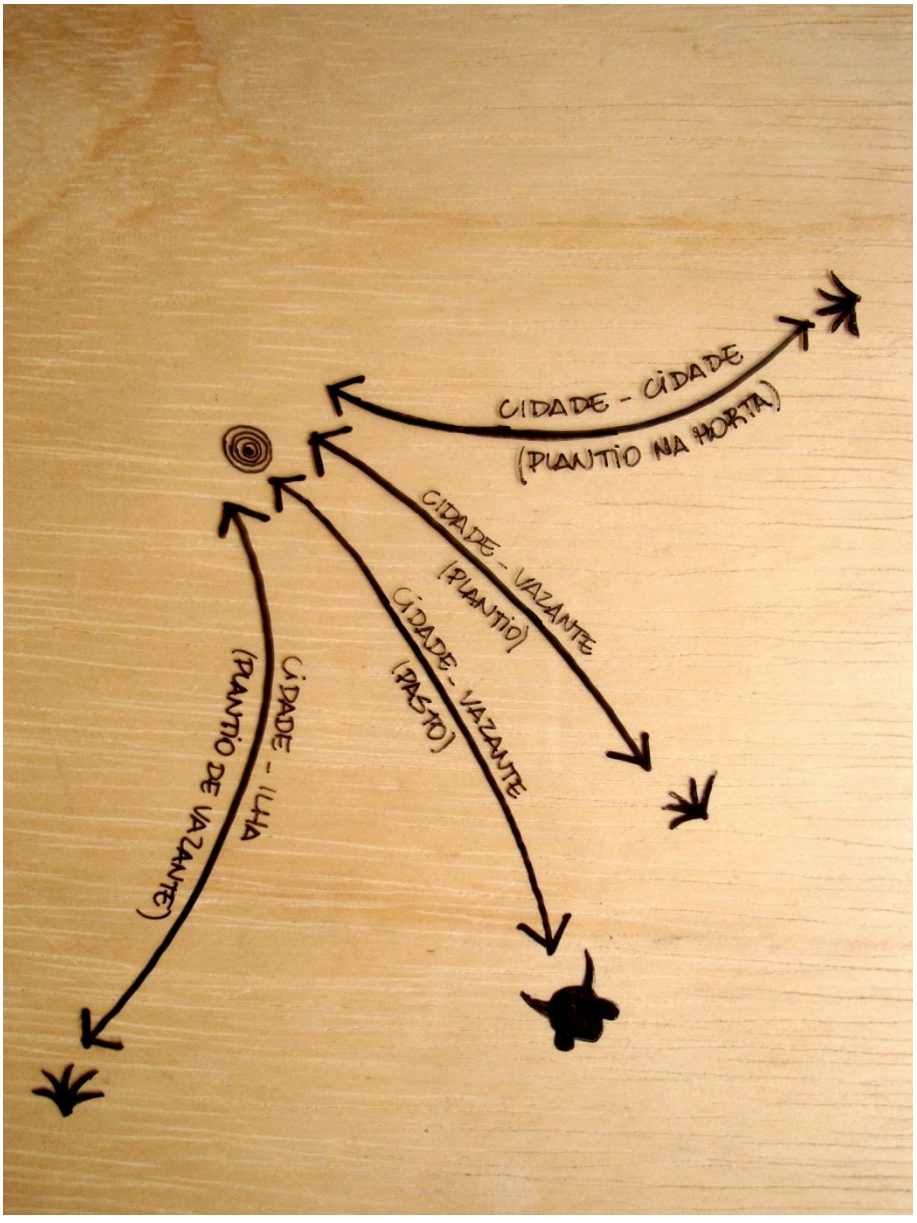


Figura 43. Tempo de *seca:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Bruno. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

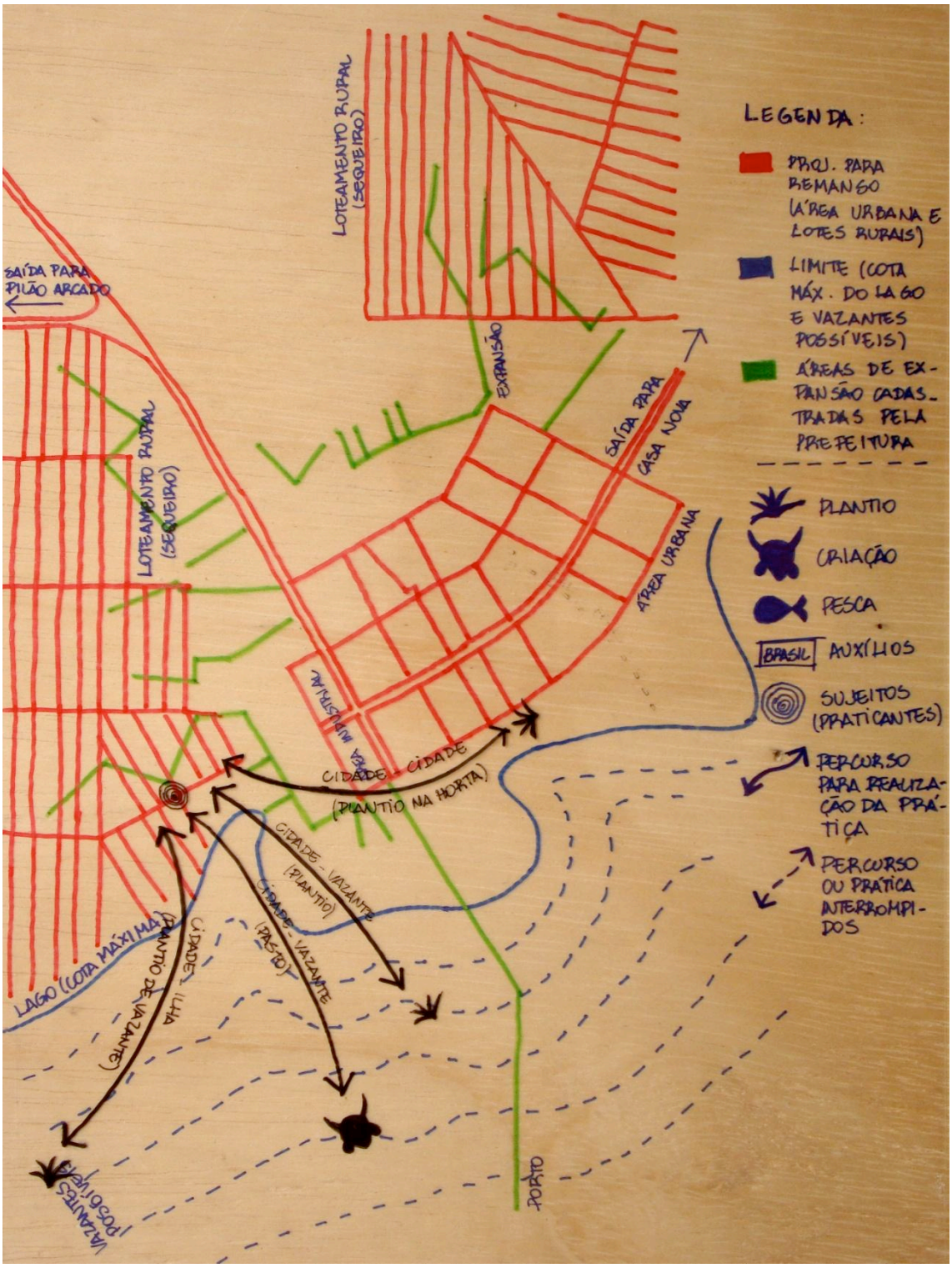


Figura 44. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por Seu Bruno.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

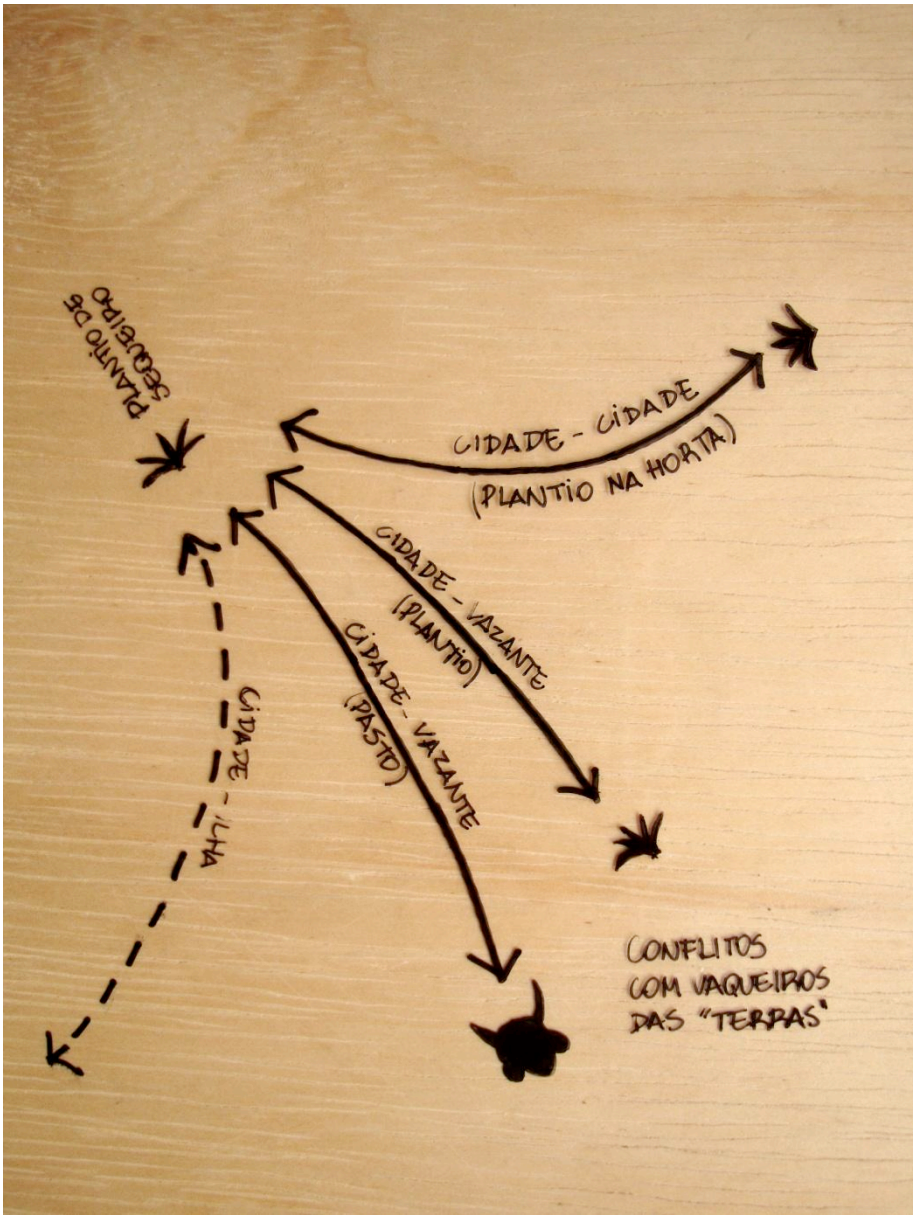


Figura 45. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Seu Bruno. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

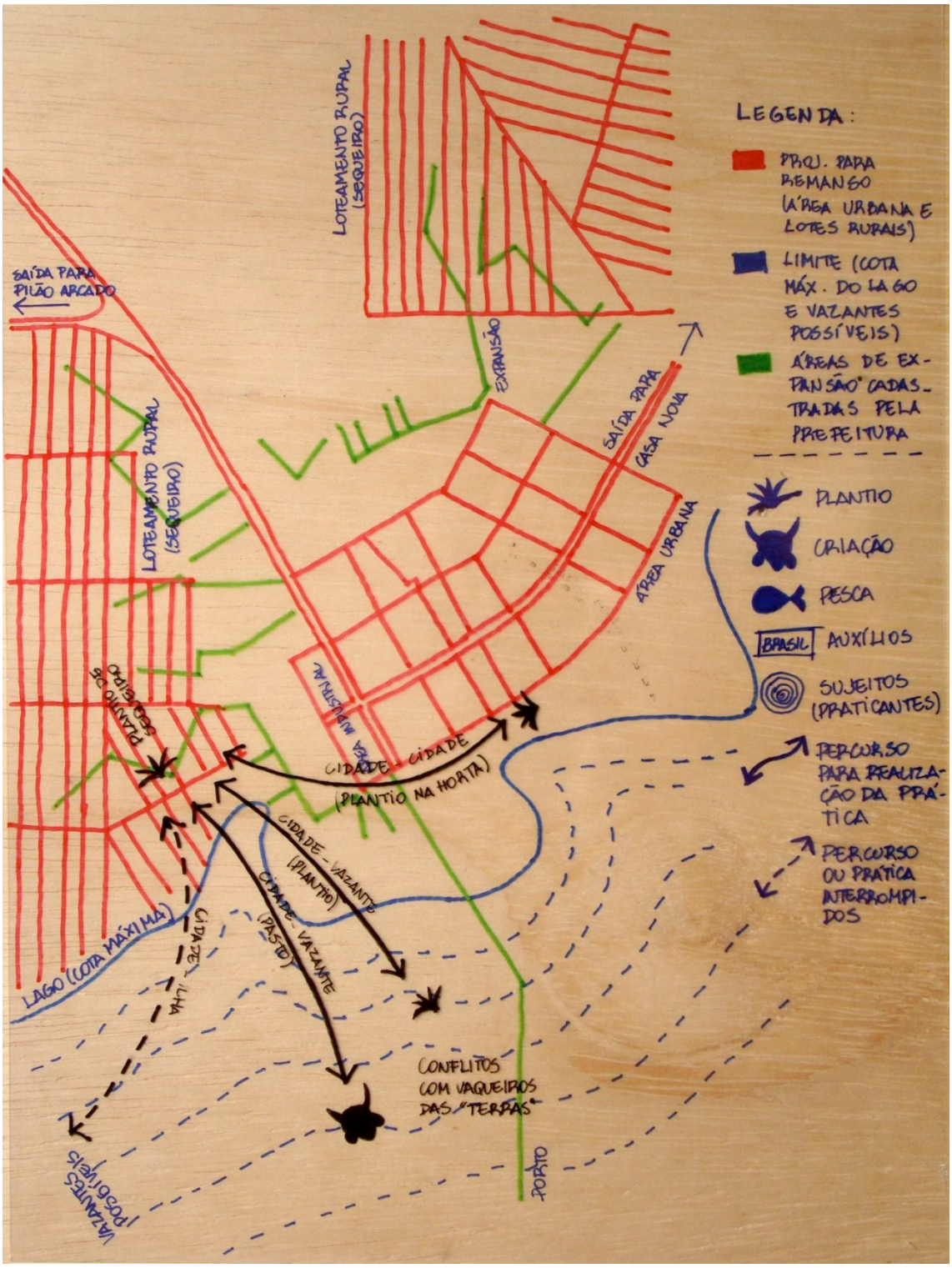


Figura 46. Tempo de *inverno*: *Beira*, agenciada por Seu Bruno.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

QUADRO I e II (Figuras 39 a 42) – Tempos de *seca e inverno*: Seu Bruno introduz a conversa descrevendo a relação que a sua roça (localizada em meio à caatinga) tinha com o lago na época em que a comprou: por dois anos seguidos ela esteve na beira do reservatório, cujo nível deve ter chegado próximo à sua cota máxima. Naqueles anos a água chegou muito perto, mas nunca mais o lago encheu o suficiente para fazê-la voltar. Além do mais, se antes, no lugar em que mora, só havia lotes rurais, hoje, muitos deles já foram incorporados à malha urbana da cidade; alguns foram loteados pela prefeitura, para construção de casas; outros continuam como roças de plantio e criação, só que não mais isoladas da cidade.

Por não agenciar suas práticas às políticas de auxílio, Seu Bruno precisa articular as que desempenha, sobrepondo-as, nos tempos de *inverno* e *seca.* Penso inclusive, que a única diferença entre estes dois momentos é o plantio do capim nas roças de sequeiro durante o *inverno* – de fato, esta atividade só poderá acontecer neste período e se a chuva esperada for suficiente. No mais, devido às cheias do lago não terem sido grandes nos últimos anos, há sempre espaços de vazante para realização de suas práticas – ainda que devam ser consideradas algumas ressalvas: as terras de vazante não são terras livres; elas têm "donos" (mais de um, inclusive).

Seu Bruno acaba de comprar uma roça na ilha do Jardim, assim como ele, muitos são os que compram terras de ilhas e as cercam – para a prática do plantio –, tão logo as águas baixem. Entretanto, todo este território (matéria) é propriedade da Marinha, mas desde sempre, desde as cidades velhas, seus espaços são negociados informalmente e transformados em lugar de práticas pelos sucessivos donos, arrendatários e ocupantes.

A sinuosidade no uso destes lugares começou a se mostrar ainda em momento anterior – no encontro com Russo, pescador que topei no cais da cidade. Naquela ocasião, perguntei se as cercas da vazante demarcavam terras de grandes proprietários, ao que ele respondeu afirmando que eram de grandes e pequenos, onde cada um tinha o seu pedaço cercado. Ao continuarmos a conversa percebi que, naqueles espaços de vazante, há uma regra velada que estabelece o seu uso: independente de quem for o "dono", assim que as águas baixam é preciso começar a trabalhar a terra, pois a despeito da delimitação feita, alguém pode chegar antes e ocupá-la. Sobre isto, Russo finaliza dizendo: "A gente também não tem o documento, né?"[124]

Isto explicita que, apesar das inúmeras cercas – algumas vezes feitas para proteger a plantação do ataque dos animais –, qualquer um pode utilizar estes espaços, atravessá-los e seguir alternando o uso das terras de um e de outro; negociando com os proprietários locais; criando nesta negociação,

[124] Fala de Russo. Retirada de gravação concedida em Remanso, em 20 jul. 2013.

suas *beiras*. Entretanto, não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que qualquer um aceitaria ter "suas propriedades" ocupadas por outro. Por isso, é que os grandes proprietários tem seus vaqueiros próprios: os vaqueiros das terras. Há ainda, os vaqueiros da prefeitura, que predem a criação encontrada solta na cidade.

Assim, os percursos (cidade-vazante) realizados por Seu Bruno precisam ser negociados com os vaqueiros locais (das "terras" e da prefeitura) e com os demais ocupantes que, como ele, desempenham as práticas de vazante. Por isto, ao levar a criação para pastar ali, é preciso deixar alguém para olhá-la, sob o risco de perder algum animal por roubo, por ataque de cachorro ou por fuga – e neste caso, ter que arcar com a taxa cobrada pela prefeitura para soltá-lo.

Além do mais, na tentativa de não depender somente do pasto de vazante, ou como forma de complementá-lo, Seu Bruno articula o plantio de capim onde é possível fazê-lo: na roça em que mora (em tempo de *inverno*), no terreno na horta comunitária (durante *seca* e *inverno*) e na vazante próxima à cidade (também durante *seca* e *inverno*) – aí, o último plantio foi perdido porque tocaram fogo no capim plantado.

Seu Bruno é uma exceção à regra. Ele não recebe nenhum tipo de auxílio do governo. Vive do agenciamento de suas práticas, restritas ao que produz e cria. Entretanto, para que se torne possível sobreviver somente das atividades que desempenha, há que se fazer muitas articulações e sobreposições delas.

Figuras 47.1. e 41.2. Caixa d'água de Remanso velho: Desponta sempre que ocorrem as baixas do lago. Plantio de vazante nas proximidades do porto de Remanso. (Fontes: Marcelino Ribeiro, 2014).

Beira* 5*: Fui até o porto da cidade como me indicara Seu Renato. Lá chegando conheci Russo, pescador que limpava a rede naquela manhã de sábado. Ele veio do Ceará, chegou em Remanso quando a barragem já havia sido construída, desde então pratica a pesca. Após alguns anos, conseguiu comprar uma roça que fica na caixa d'água[125] da cidade velha, lá ele planta durante as baixas do lago.

> Eu: E aí vocês plantam o que na vazante?
>
> Russo: A gente planta Feijão... abóbora, melancia. A gente planta pouco, só pro consumo mesmo!
>
> Eu: Pouco o quê?
>
> Russo: Planta pouco, né muito não... só pro consumo de casa mesmo.
>
> Eu: Mas dá... pra um consumo... de quantos meses? Ou num dá nem...
>
> Russo: Dá. Dá pra se virar. Dá pra seis meses... agora quando o rio vem... duma vez, sobe logo, tem vez que vem ligeiro, não dá pra tirar não! Sobe tudo, né? Agora o ano passado eu... era pra plantar... eu num plantei ano passado não.
>
> Mateus (ajudante de Russo): Agora quando chove muito em Minas...
>
> Russo: Aí enche ligeiro, aí num dá pra tirar não!
>
> Eu: Aí perde a plantação?
>
> Russo: Perde muito. Vai tirando enquanto a água vai subindo. Vai subindo e vai tirando...

Além da pesca e do plantio, Russo conta com o Bolsa Família recebido pela companheira e o seguro-desemprego pago durante o defeso.

> Eu: E o senhor nunca largou a pesca?
>
> Russo: Não... aí mesmo eu pesco direto! Só que como a pescaria eles proíbem, né?
>
> Eu: E além de ajuda da pesca, tem alguma ajuda, assim de governo... de Bolsa Família...
>
> Russo: Tem. A mulher tira o Bolsa Família pra gente...
>
> Eu: Aposentado o senhor né não?
>
> Russo: É não. A gente tira, quando pescaria é... fechada. Dá o que? Quatro mês, né? Da piracema, a gente tira o seguro-desemprego.
>
> Eu: É... de novembro a fevereiro.
>
> Russo: É de out... é quatro mês! Começa em outubro e vai até... é quatro mês!
>
> Eu: E o resto do ano é só pesca?
>
> Russo: É. Só pesca. Aí a gente também pra num ficar parado, a gente pode pescar... pegar cinco quilos de peixe por dia, quando é na piracema...
>
> Eu: Ah é?
>
> Russo: Cinco quilos por dia.
>
> Eu: Que é como se fosse pro consumo.
>
> Russo: Pro consumo, é. Da gente, é.
>
> [...]
>
> Russo: Só que é de anzol.
>
> Eu: Ah! Não pode de rede...
>
> Russo: De rede num pode não. É de anzol.[126]

[125] A caixa d'água e a edificação que abrigava a delegacia da cidade velha ficam à mostra quando as águas do reservatório baixam. Os espaços de seu entorno tornaram-se roças e são apropriados pelas pessoas sempre que despontam – do mesmo modo como acontece com as terras das ilhas.

[126] Trechos de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 20 jul. 2013.

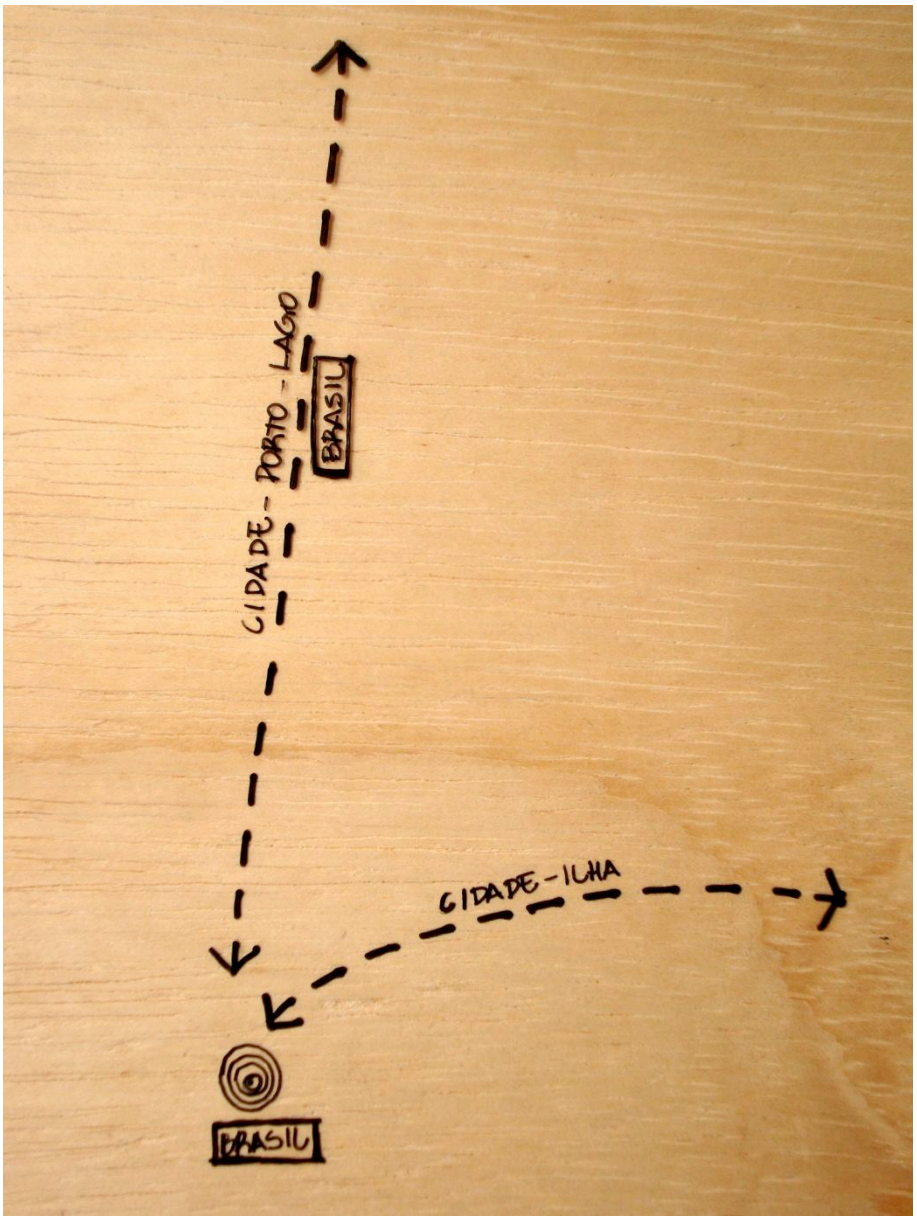


Figura 48. Tempo de *inverno:* Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Russo. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 49. Tempo de *inverno: Beira,* agenciada por Russo.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

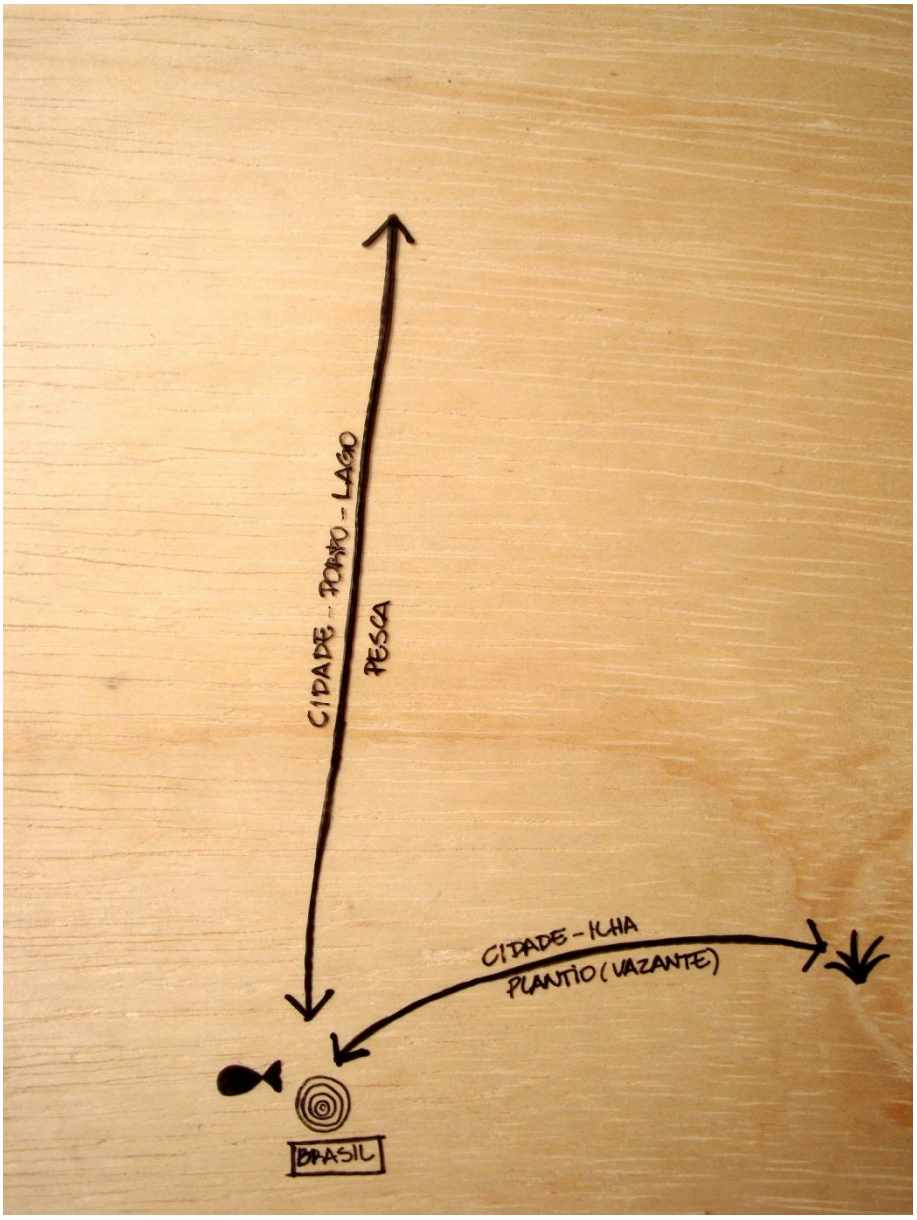


Figura 50. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por Russo. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 51. Tempo de *seca: Beira*, agenciada por Russo.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Respinga aqui, o resultado do cercamento das terras de vazante. Pois, se, por um lado, as cercas resolvem o problema da criação de animais e do plantio, por outro, trazem problemas para os pescadores.

> Eu: Mas eles tiram os arames, mesmo? Ou de vez em quando vocês se batem [nas cercas]?
> Russo: Tem uns que não!
> Mateus: Tão tirando não!
> Eu: Tão tirando não? Deixa dentro d'água?!
> Russo: só [...] os arame eles tira às vezes...
> Mateus: Tem uns que tira, tem outros que num dá tempo tirar. Deixa apodrecer, mas num tira![127]

Em outro momento com Damiana:

> Eu: E já teve acidente?
> Damiana: Já, mas é que pescador não morre fácil.[128]

Por causa delas, os pescadores são prejudicados em dois momentos: primeiro com as águas altas, quando a presença dos arames farpados e das estacas causam acidentes e estragam barcos e redes; depois, quando baixam e a pesca demanda a permanência no lago, por muitos dias, os pescadores precisam montar acampamento nas ilhas ("no seco", como chamam) para dormir, cozinhar, etc., mas segundo Damiana, "o seco" está todo cercado e há lugares onde eles são proibidos de passar.[129]

QUADRO I (Figuras 44 e 45) – Tempo de *inverno:* Neste momento a pesca comercial é interrompida, mas Russo pode seguir com a prática da pesca para consumo próprio e contar com os quatro salários recebidos durante os próximos meses. E se o *inverno* impossibilita a pesca de rede, Russo não pode voltar para a cidade e esquecer de acompanhar o recuo das águas. É preciso estar atento. Caso a cheia do lago atinja sua roça, terá que acompanhar a baixa para saber o momento exato de iniciar o plantio, pois, embora a área seja cercada e todos saibam que ele é o "dono", há sempre a possibilidade de chegar um terceiro fazê-lo antes.

QUADRO II (Figuras 46 e 47) – Tempo de *seca:* Durante este período, Russo pratica a pesca para comercialização do peixe e não faz qualquer menção em deixar a prática – embora relatos de outras pessoas evidenciem que a atividade não esteja em bom momento. Logo que começou a pescar, Russo acampava no lago: equipava o barco com um freezer, levava mantimentos, montava uma

[127] Trecho de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 20 jul. 2013.

[128] Trecho de conversa retirado da gravação concedida em Remanso, em 22 jul. 2013.

[129] Há neste sentido um movimento de reconhecimento e regularização do território pesqueiro feito através da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras que, dentre outras coisas, reivindica a demarcação das áreas de pesca, coleta, moradia, embarque e trajetos dos barcos como forma de se protegerem contra a ação de latifundiários e grandes empresas de pesca. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>. Acesso em 31 out. 2014.

barraca no seco e passava de uma semana a um mês ali, mas isso era quando o barco não tinha motor e era impossível fazer viagens diárias.

Hoje sua rotina se faz pela repetição do percurso cidade-porto: No fim da tarde, vai até o porto para pegar o barco e colocar a rede; feito isso, retorna para casa para, no dia seguinte, pela manhã, recolher os peixes e comercializar com os frigoríficos locais; fim da tarde retorna ao lago para começar tudo outra vez. Em sua jornada diária, Russo, faz pelo menos três viagens até o cais. Considerando que o porto está a 8 km do centro da cidade, dá para imaginar toda a logística que envolve este percurso, quando ponderamos que as viagens podem incluir o transporte da rede, do motor e outros objetos necessários à pesca. E se a baixa do lago tiver molhado suas terras ele acrescenta, em seu trajeto, o percurso cidade-ilha que possibilita intercalar a prática da pesca com o plantio na roça da caixa d'água.

Beira* 6*: Conheci D. Dalva e Patrícia (mãe e filha) enquanto esperava chegar a presidente da Colônia de Pescadores; elas estavam ali para atualizar a documentação necessária para recebimento do seguro-defeso e saber se a colônia estava "dando" linha para confecção de redes de pesca.[130] Nos falamos rapidamente e fiquei de ir até sua casa para conversarmos.

"Em casa, foi Dona Dalva quem me recebeu e entoamos a conversa. Ela veio de Remanso velho com 12 anos. Lá a família plantava na vazante, mas com a mudança para a nova cidade não havia o que fazer e eles passaram a viver dos pequenos bicos que arranjavam. Aos 13 anos, casou-se. O marido era pescador, de família pescadora e ela começou a acompanhá-lo. Tecia rede e pescava. Hoje, ela e as filhas tecem por encomenda e para uso da família – uma vez que os filhos ainda praticam a atividade –, 'mas linha tá difícil', segundo D. Dalva, e tem sido cada vez mais raro aparecer uma encomenda de rede a ser tecida.

Além do mais, ela diz que a pesca está ruim e que o marido precisou abandonar a prática por questões de saúde. Sem ele, ela abandonou a atividade e hoje vivem dos pequenos bicos que fazem, do Bolsa Família e do seguro-defeso [...]. No território da área industrial, onde moram, há muitas tecedeiras – a maioria faz isso desde a cidade velha –, mas quando aparece alguma encomenda de

[130] Segundo depois fui informada, a colônia de pescadores revende material de pesca para forçar a manutenção dos preços no comércio local. Como parte das ações realizadas, adquire dos programas voltados para atendimento aos pescadores, feixes de linha de nylon e os repassa às tecedeiras locais para confecção das redes. Feito o serviço, paga-se por ele e coloca as redes à venda, na sede da colônia.

rede pra tecer elas preferem dividir entre as mulheres da família. Entretanto, a renda é mais frequente das pequenas faxinas que fazem.

'Pescar é difícil, mas é o que a gente sabe fazer' – diz D. Dalva.

Quando pescavam, às vezes passavam um mês no rio, 'ou no seco ou na canoa'. Lá colocavam o peixe na caixa com gelo e uma vez por semana, vinham para a cidade para entregar o pescado e deixar os filhos na escola, em seguida, voltavam para a pesca e só retornavam no fim de semana para pegá-los novamente. Segundo ela, a prática tornou-se difícil após a mudança para a cidade nova, uma vez que o porto fica distante do centro. Para se ter ideia, ao contratar um frete que leve o material de pesca da casa dela (localizada na área industrial) até o 'rio', paga-se em torno de R$50,00; a única alternativa é levar as coisas aos poucos, de bicicleta.

Sr. Laerte (o marido) chega à casa. Se inteira da conversa e diz que o problema da pesca hoje é que para pegar peixe grande é preciso usar rede de malha [número] 14 ou [número] 20, mas que, em geral, os pescadores usam até de 5. Diz ainda, que quando vê um peixe pequeno sendo vendido no mercado não compra e diz para o vendedor: 'esse eu não quero nem dado' e depois pra mim 'porque é como se estivesse matando meus filhos em casa'".[131]

[131] Trecho retirado das anotações do caderno de campo. Remanso, 19 jul. 2013

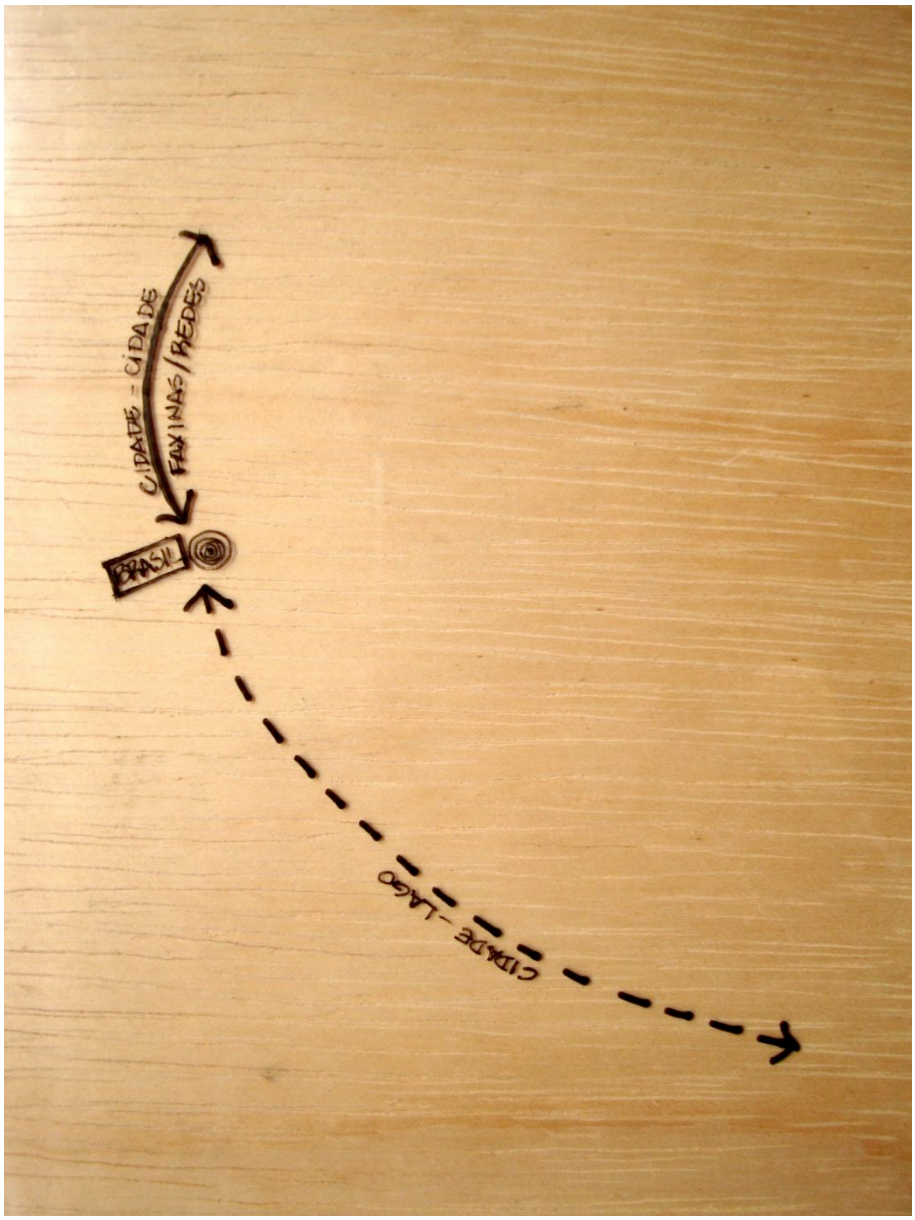


Figura 52. Tempo de *seca*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por D. Dalva. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 53. Tempo de *seca*: *Beira*, agenciada por D. Dalva.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

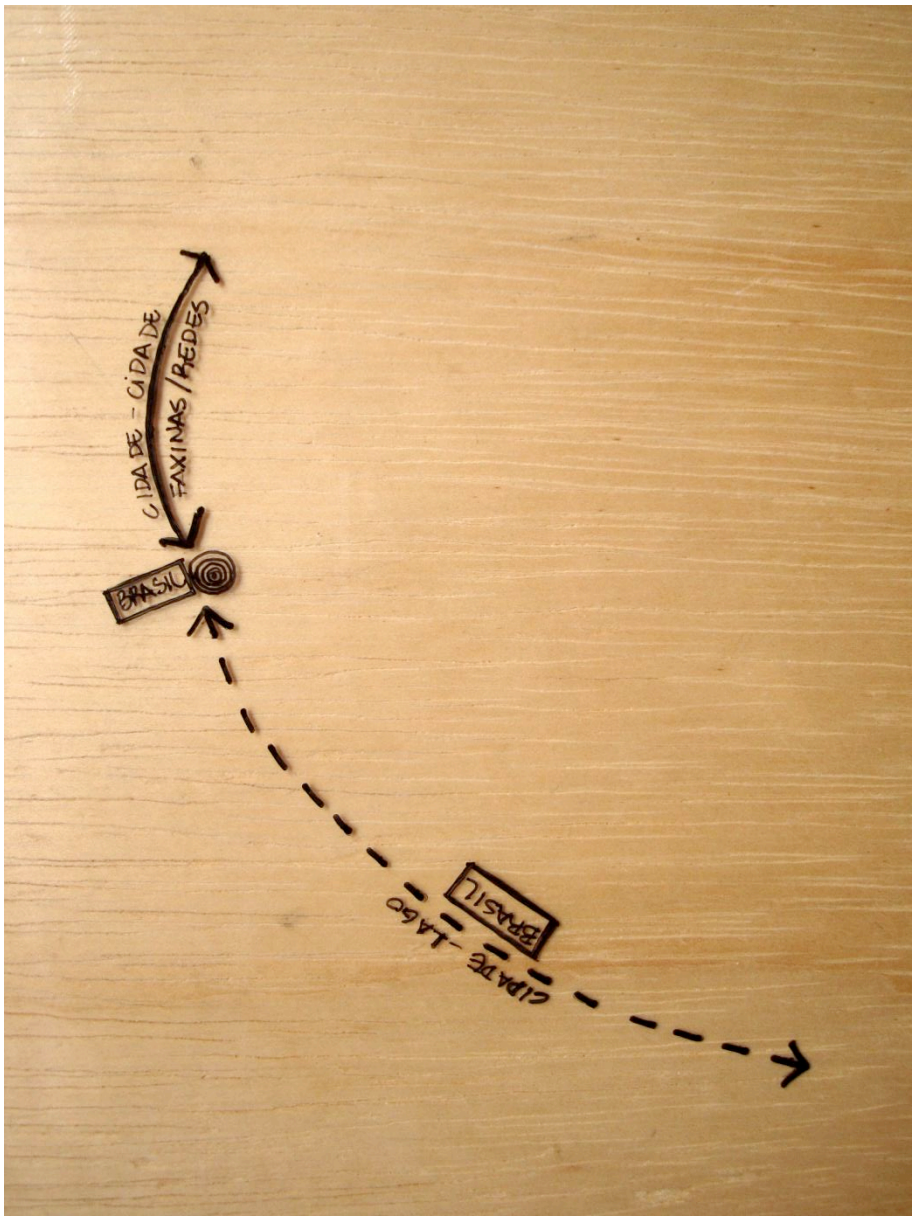


Figura 54. Tempo de *inverno*: Percursos e *práticas de beira*, agenciados por D. Dalva. (Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Figura 55. Tempo de *inverno: Beira*, agenciada por D. Dalva.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Para a construção desta fabulação sobrepõem-se os tempos de *inverno* e *seca* (Figuras 48 a 51):

As *práticas de beira* desta família se fazem pelo agenciamento dos pequenos serviços que arranjam (faxina e confecção de rede de pesca) com o recebimento das políticas de auxílio: Bolsa Família e seguro-defeso. São muitas pessoas morando na mesma casa: 4 adultos e 12 crianças; todos eles cadastrados nos programas de governo. O pai era quem chefiava a prática da pesca, uma vez doente, as mulheres deixaram a atividade e passaram a cuidar das crianças... Assim, durante o tempo de *seca* se organizam com o Bolsa Família recebido e os serviços prestados; durante o *inverno* articulam as práticas realizadas nos percursos cidade-cidade com o recebimento do seguro-defeso, pelos próximos quatro meses (novembro a fevereiro). Aqui, a chegada ao tempo dos auxílios define o ritmo mensal da família e, mais uma vez, é a sua presença que possibilita a permanência destas pessoas no lugar em que vivem.

O QUE FICA DESTA FABULAÇÃO?

Os percursos traçados, os meus e os de quem fui encontrando ao produzir este movimento, não se separam de todo; eles se cruzam na medida em que nos deixamos contaminar. E se havia um objeto a ser procurado quando da partida para as cidades de estudo, ele se desfez tão logo mergulhei no trabalho de campo. O *beradeiro* que procurava, não existia fora da fabulação construída por mim que, na busca por encontrar as singularidades que lhe permeavam, acabava por enquadrar as pessoas num processo de formação identitária, do qual, tentava desviar. Era preciso dar ouvidos ao que contavam; era preciso estar atenta ao que queriam dizer, mas não vocalizavam; era preciso dizer também, errar, pedir desculpas pela gafe cometida, explicar o que queriam saber, esclarecer o porquê de estar ali, para poder contaminar-se pelas suas fabulações, pelos seus percursos e práticas.

A *fabulação cartográfica* tenta dar conta de alguns percursos construídos ao longo desta caminhada, mas ela não se encerra nas análises aqui trazidas – até porque não foram produzidas todas as cartografias que gostaria de trazer – pelo contrário, se faz pela tentativa de abrir-se a outras leituras. Neste recorte feito pelas *práticas de beira* outras relações podem ser articuladas: novos agenciamentos podem surgir; outros sujeitos (e suas organizações) podem entrar; ações não consideradas como *práticas de beira* podem ainda ser inseridas... há infinitas possibilidades para a formação dos movimentos de territorialização, entretanto, aqui me deterei em fazer um breve fechamento das fabulações trazidas.

Pelas *práticas de beira* foi possível observar como se articulam as *beiras*, as políticas de auxílio, as subjetividades produzidas e apropriadas pelos sujeitos; e como os limites entre áreas urbanas e rurais deixam de existir pela qualidade fronteiriça que as práticas conferem a estes territórios. Elas os atravessam, porque diferente das polarizações institucionais – que tentam colocar urbano e rural em territórios (matéria e fluxo) distintos – a necessidade de sobrevivência "obriga" os sujeitos a articularem todas as possibilidades de ações existentes; seja nas cidades ou nas roças de sequeiro; na vazante ou no lago de Sobradinho; com o apoio das políticas de auxílio ou com a ausência delas.

E foi para fabular um pouco mais, que experimentamos sobrepor as *beiras* aqui trazidas, separando-as em tempos de *inverno* e *seca:*

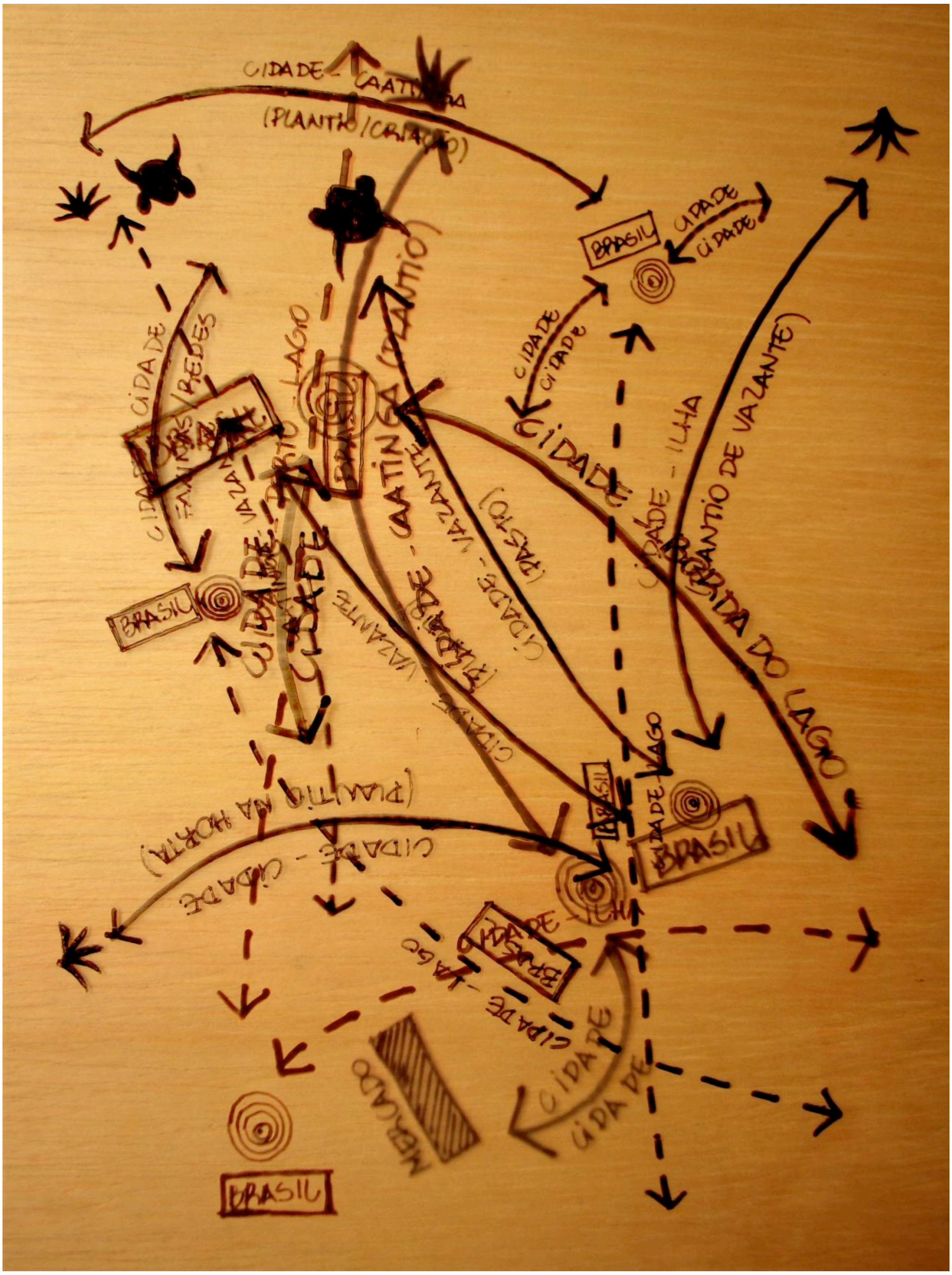


Figura 56: Sobreposição das *práticas de beira* realizadas durante o tempo de *inverno*.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

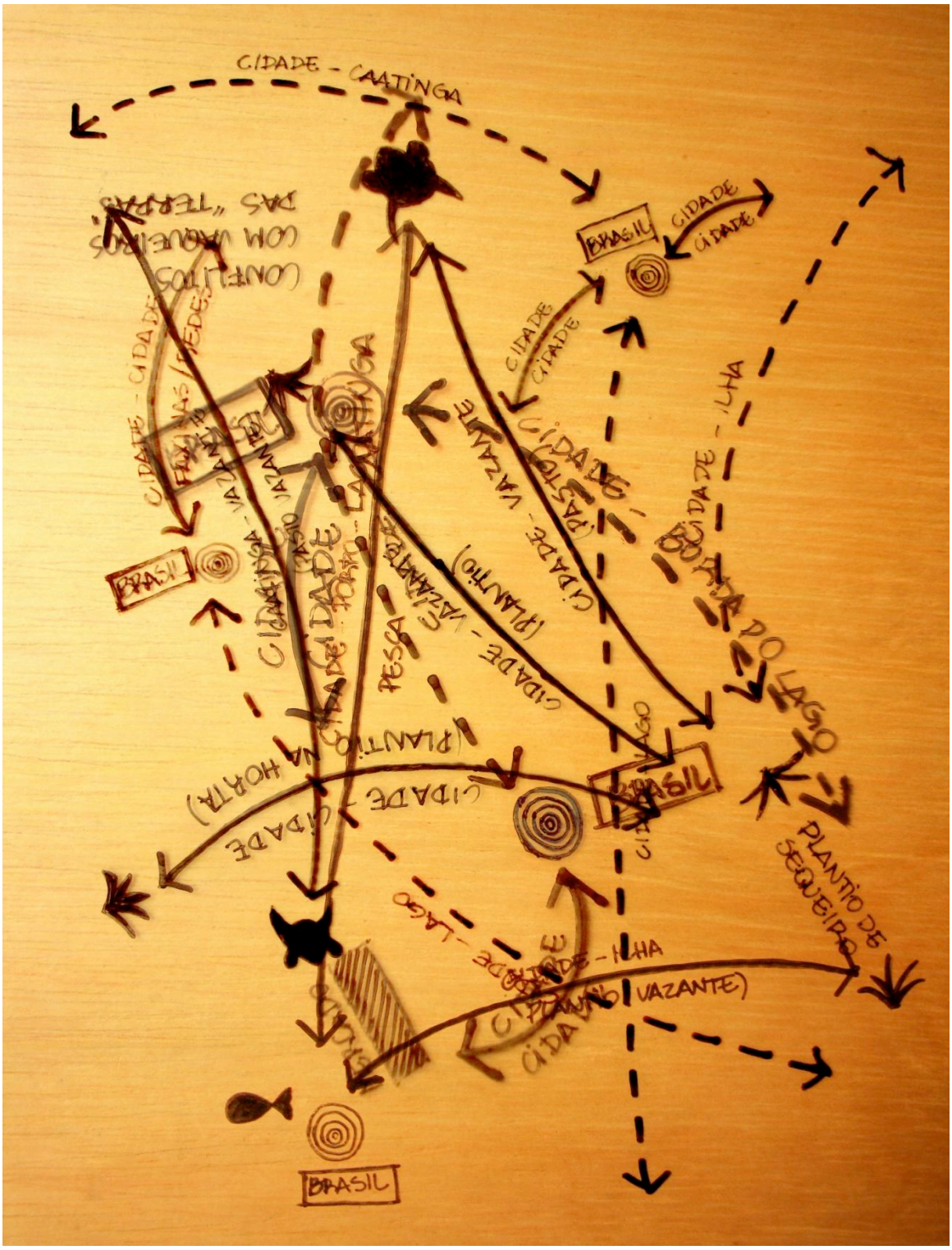


Figura 57. Sobreposição das *práticas de beira* realizadas durante o tempo de *seca*.
(Fontes: Desenho - Jurema Cavalcanti; montagem – Janaína Chavier, 2015).

Olhar de perto; sobrepor os percursos individuais trazidos dos enunciados das pessoas; analisar o que se desprende daí... tudo isto possibilita fazer uma leitura que, se não nega, ao menos questiona o discurso hegemônico construído sobre a improdutividade da seca. A fabulação cartográfica elaborada durante o tempo de *seca* (Figura 53) evidencia que, apesar de algumas práticas serem interrompidas durante esse período – o plantio de sequeiro, por exemplo –, outras tantas despontam como alternativa a esta interrupção: os plantios e pastos de vazante, a realização da pesca, o plantio irrigado, o agenciamento dos auxílios com outras atividades...

Assim, ao sobrepor estas *beiras* é possível evidenciar novos cruzamentos. E o que parece dar potência às pessoas para continuarem naquelas cidades é o atravessamento das políticas de auxílio – contextualizadas ao longo da escrita como ação estratégica *macropolítica* – nas práticas por elas desenvolvidas.

Ora, é o **uso** da aposentadoria que garante a Seu Manoel as condições para a realização do plantio no próximo *inverno*; é **uso** do seguro-defeso que permite a D. Dalva e a família um respiro de quatro meses, por poderem contar com uma renda fixa – ainda que não mais exerçam a atividade da pesca –; e é a ausência de qualquer tipo de auxílio que ativa em Seu Bruno a necessidade de sobrepor uma infinidade de práticas para poder manter a sua criação.

O **uso** torna-se a potência *micropolítica* de que tratava inicialmente. Não importa se o auxílio é recebido por direito ou contravenção, o que importa considerar é que ele, o uso tático, evidencia aquele atravessamento sugerido lá trás: a estratégia *macropolítica* produzida pelo poder hegemônico – que demanda a realização de cadastros e suas atualizações na tentativa de obter o controle das políticas aplicadas – não consegue captar as táticas *micropolíticas* empreendidas pelos sujeitos que, no ato mesmo de fazê-las, criam a potência para desenvolver suas práticas e poderem manter-se ali.

Os sujeitos vão criando suas *beiras* na medida em que agenciam as territorialidades necessárias para tocarem a vida. Enquanto não é chegado o tempo de *inverno* para iniciar o plantio de sequeiro, eles vão desenvolvendo práticas paralelas – venda de café, serviço de pedreiro, faxinas, pesca, etc. –; ao articular estas práticas com os auxílios *macropolíticos* (Bolsa Família, aposentadoria, etc.) e com as identidades que lhe são próprias – aposentado, pescador, mãe-de-família-e-dona-de-casa, etc. – empreendem os seus movimentos de territorialização.

Quando o *inverno* é bom e o plantio pode ser iniciado – e mesmo quando a sua chegada sinaliza o recebimento do seguro-defeso – os territórios criados no tempo da *seca* se desfazem para serem reterritorializados a partir de novos agenciamentos: A mãe-de-família-e-dona-de-casa aciona a identidade de pescadora/ tecedeira para receber o seguro; o aposentado ativa a singularidade do

beradeiro – guardada num canto da memória – para iniciar o plantio; o pedreiro volta a reconhecer-se na identidade do pescador... Assim vão se fazendo e desfazendo as *beiras* criadas, articulando, ora lugares com práticas próprias, ora espaços de caatinga com processos de singularização, ora espaços de lago com as identidades correspondentes, ora tudo isso se sobrepõe, ora se desfaz e vira outra coisa, e outra, e outra... sempre.

O que importa é poder manter-se nos lugares fabulados pela memória daqueles que ali vivem e recriam suas práticas – sempre colocando-as em relação às que foram interrompidas pela construção da barragem. Se há necessidade de permanecer ali, não é porque não lhes resta outra opção, mas porque é lá que, por insistência e repetição, se aproximam da vida pregressa e do lugar onde o umbigo foi enterrado.

E se a fabulação aqui proposta não se encerra no momento final desta escrita é ainda porque há sempre atualizações a serem feitas. Como estarão hoje as pessoas com quem conversei naquelas cidades? As práticas de vazante, rio e sequeiro, desenvolvidas na época em que estive ali ainda se sustentam? Ou as *práticas de beira* tem-se restringido ao recebimento dos auxílios de governo? É certo que a chuva esperada há quase três anos não chegou; a barragem de Sobradinho já não produz energia – devido à sua baixa vazão – e sua função atual é apenas continuar fornecendo água para que a produção energética nas usinas de Paulo Afonso – localizadas rio abaixo – não sejam também interrompidas; o lago em si está em contagem regressiva para entrar na menor reserva d'água de todos os tempos; as empresas de irrigação articulam-se com o governo e instituições correlatas para que o fornecimento de água não se interrompa de todo... Isto tudo faz pensar que se até a barragem de Sobradinho já sente o impacto da falta de chuvas, o que esperar da situação enfrentada pelas pessoas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p. 15-40.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

ANDRADE, Luis; CAVALCANTI, Jurema; CHAVIER, Janaína; CARMELLO, Marina; RISI, Priscila. **Certa narrativa e sua metanarrativa sobre cidades transpostas, um rio e uma errância**. In: Encontro Nacional da ANPUR, 15, 2013, Recife. Apresentação oral. Recife, 2013.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A construção de representações nacionais:** os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-72, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a03v13n2.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BIASE, Alessia; JACQUES, Paola. Paola Berenstein Jacques entrevista Alessia de Biase. In: **Revista ReDobra**. Salvador, ano 3, n. 10, 2012, p. 5-21.

BIASE, Alessia. Insistência Urbana ou como ir ao encontro dos "imponderáveis da vida autêntica". Trad. Paola Jacques. In: **Revista ReDobra**. Salvador, ano 4, n. 12, 2013, p. 5-21.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.031, de 3 de Outubro de 1945**. Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del8031.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 3.347 de 23 de dezembro de 1974**. Aprova as propostas das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Sento-Sé, Casa Nova e Remanso para transferência das respectivas sedes municipais e dá outras providência. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85668/lei-3347-74>. Acesso em: 18 de ago. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jun. 1970. Seção 1, p. 4521. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=119906&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 26 jun. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 1.207, de 07 de Fevereiro de 1972**. Cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1207-7-fevereiro-1972-375304-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 73.418, de 04 de Janeiro de 1974**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas ao reservatório de acumulação do aproveitamento progressivo de energia hidráulica denominado Sobradinho, no Estado da Bahia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73418-4-janeiro-1974-422089-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 1.316, de 12 de Março de 1974a.** Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1316.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-norma-pe.html>. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

_____.**Lei nº 541, de 15 de Dezembro de 1948.** Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0541.htm>. Acesso em: 19 ago. 2014.

_____. **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953**. Dispõe sôbre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____**. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm> . Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

_____. Ministério do planejamento. **Sobre o PAC.** (n.d.). Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac >. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Em 10 anos, Bolsa Família tirou 36 milhões pessoas da extrema pobreza (2014).** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/em-10-anos-bolsa-familia-tirou-36-milhoes-pessoas-da-extrema-pobreza >. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Sistema Cadastro Único**: Manual operacional (n.d.). Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/MANUAL_OPERACIONAL_V7_5.pdf>. Acesso em 20 fev. 2015.

CEEIVASF. **O reservatório de Sobradinho**: Problemas decorrentes do seu deplecionamento. 1987.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 26, p. 77-90, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHESF**. Reservatório de Sobradinho**: Reassentamento de populações - dados e informações. 2 ed. Recife: 2004.

CHESF (Brasil). **Sistema de geração**. (n.d.). Disponível em: <http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/sistema_chesf/sistema_chesf_geracao/conteiner_geracao?p_name=8A2EEABD3BDFD002E0430A803301D002)> Acesso em: 12 ago. 2014.

CPDOC. **Vargas e as bases do desenvolvimento.** Rio de janeiro: FGV. 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento> . Acesso em: 30 jul. 2014.

CUNHA, Marina. **cidade resto**: o espaço (~~da~~) roupa e o que [sobre]vive entre Baixa dos Sapateiros e Parque Novo Mundo. 112 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 3. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. Disponivel em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>. Acesso em: 1 ago. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Trad. Aurélio Neto; Célia Costa. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, v. 3. Trad. Aurélio Neto; Célia Costa.Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DNOCS – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (Brasil). 2010. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2014.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Tempo Social. vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200004&script=sci_arttext>. Acesso 25 fev. 2015.

ERTHAL, Priscila Risi. **Onde o sertão reside**: o sertão na terceira margem de Brasília. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ESTRELA, Ely Souza. **Três Felicidades e um Desengano:** A experiências dos *beraderos* de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ESTRELA, Felipe. Os precários frutos da modernização: relações de assalariamento na fruticultura irrigada. In: Congresso Internacional de Interdisciplinaridade em Sociais e Humanidades, 1, 2012, Niterói. **Anais**... Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF , 2012. Disponível em: <http://www.aninter.com.br>. Acesso em: 11 mai. 2013.

FELDMAN, Sarah. 1950. A década de Crença no Planejamento Regional no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPUR, 13, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUR/UFSC, 2009. v.1. p. 01-23. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3052>. Acesso em: 30 jul. 2014.

FERREIRA. Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, n.5, v.3, 2002, p.314-332.

FERREIRA, Carol do Espírito Santo. Ficção e fabulação em minisséries televisivas: tempo e memória da nação. **Lumina** [Online], v. 3, p. 1-14, 2009.

FERREIRA, Marieta. **As Reformas de Base**. Rio de janeiro: FGV.2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em 02 ago. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2009.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Ed. 4. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GEISEL, Ernesto. **Improviso em Petrolina – PE, por ocasião da inauguração da barragem de Sobradinho**. Petrolina, 28 mai. 1978. Discurso. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/47.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2012.

_____. **Improviso em Juazeiro – BA. No ano de seus centenário de fundação.** Juazeiro, 28 mai. 1978a. Discurso. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1978/48.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2012.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. In: **GEOgraphia**. vol.4, n.7, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/search/authors/view?firstName=Rog%C3%A9rio&middleName=&lastName=Haesbaert%20e%20Glauco%20Bruce&affiliation=UFF&country=BR>. Acesso em: 12 dez. 2015.

IBGE (Brasil). **Divisão Regional**. (n.d.). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 7 out. 2014.

INCRA (Brasil). **Relatórios**. (n.d.). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/outros-relatorios/RelAtividades_85-94.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

IVO, Anete. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, p. 187-210, 2012. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

JACQUES, Paola. Elogio aos errantes. In ; JACQUES, Paola; JEUDY, Henri (Orgs.). **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador : EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

LOPES, Esmeraldo. **Até onde a memória alcança**: um estudo sobre vaqueiros e beiradeiros no submédio São Francisco. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MARCELLO, Fabiana de A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, p. 199-213, 2004.

MARTINS COSTA, Ana Luiza. **Uma retirada insólita**: Rio São Francisco - Barragem de Sobradinho. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR, 2013.

MÉDICE, Emílio G. **Relevância do Nordeste sôbre o Nordeste**. Recife, 11 dez. 1969. Discurso. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1969>. Acesso em: 22 out. 2014.

MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MONTE-MÓR, Roberto. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M.. (Org.). **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v., p. 61-85.

MONTE-MÓR, Roberto. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. In: **etc..., espaço, tempo e crítica**. UFF, 2007, v. 1, p. 71-96.

MOREIRA, José. **O conto da barragem.** 1984. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jose.moreira@embrapa.br> em 2 setembro 2014.

MOURA, Milton. Prefácio. In: VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão Baiano**: O lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. 1. ed. Salvador: Edufba, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia L.. **A invenção do Nordeste.** Rio de janeiro: FGV. 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. **Brasília, a meta-síntese.** Rio de janeiro: FGV. 2012a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Meta-sintese. >. Acesso em: 30 jul. 2014.

OLIVIERI, Silvana. **Quando o cinema vira urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ONU (Brasil). **A história da Organização**. 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>. Acesso em: 31 jul. 2014.

PAULANI. Leda Maria. Brasil Delivery : A Política Econômica do Governo Lula. In: **Revista de Economia Política** [online], vol. 23, n. 4, out./dez., 2003.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, G.C., (org.) **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 241-158. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 1 ago. 2014.

PORTELA, Thais B.; ANDRADE, Luis. A.; CAVALCANTI, Jurema. 'Cidadania cordial', 'urbanidade blefe', 'sociabilidade espetacularizada' e 'política factoide': elementos da produção dos espaços públicos em Salvador. In: Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA), 2012, Salvador. **Anais...** [Online], Salvador, 2012. Disponível em: <http://urbanismonabahia2012.blogspot.com.br/p/anais.html>. Acesso em: 12 set 2014.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Trad. Maria Teresinha Ribeiro. **Projeto História:** Cultura e Representação. PUC-SP, EDUC, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PROJETO Lago de Sobradinho. **Ações**. Disponível em: <http://projetolagodesobradinho.blogspot.com.br/p/acoes.html>. Acesso em: 03 jan. 2015.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil:** auge, declínio e caminhos para a reconstrução. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.69p. Disponível em:<http://pt.scribd.com/doc/93717318/tdcepal-1522PlanejamentoBrasil>. Acesso em: 15 fev. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara T.; BIASE, Alessia de. Alessia de Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro. In: **Revista ReDobra**, Salvador, ano 3, n. 9, Salvador, 2012, p. 9-21.

RIBEIRO, Ana Clara T. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**. v.15, n.2 e ano XVI, 2001-02.

RODRIGUES, Ana. **Subjetividades e Espaços**: Narrativas Incompletas. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SA & GUARABIRA. Sobradinho. Intérpretes: Sá & Guarabira. in: **Pirão de Peixe com Pimenta**. Long Play (LP). São Paulo, Som Livre, 1977. Faixa 1.

SAMPAIO, Sanane. **Esse não tem título não**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sanane_sampaio@yahoo.com.br> em 29 abril 2010.

SANTOS JUNIOR, Orlando; MONTANDON, Daniel (orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatudo da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_plano_diretor.pdf> Acesso em: 13 nov. 2014.

SCALABRIN, Leandro. **A ditadura militar estabeleceu o modelo de violação de direitos humanos nas barragens que perdura até hoje**. In: Movimentos atingidos por barragem. 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ditadura-militar-estabeleceu-modelo-viola-direitos-humanos-nas-barragens-que-perdura-hoje>. Acesso em: 28 jan. 2015.

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: ZHOURY, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília: ABA, 2012. p.122-146.

SECTI (Bahia). **Plano de Desenvolvimento do APL de Fruticultura do Vale do São Francisco**, 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146529.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

SENNETT, Richard. **Juntos**: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2012.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho:** Ganhos e Desenganos. 2010. 322 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Cátia. Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro: compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação Social.In: **Revista ReDobra**, Salvador, ano 3, n. 9, Salvador, 2012, p. 22-29.

SOUZA, João José Veras de. **A história oral e sua dimensão epistemológica**. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça. Rio de Janeiro, 10 a 13 de julho de 2012.

SUDENE (Brasil). **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. 2ª edição, Recife, 1967. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/acervo>. Acesso em: 12 de ago. de 2012.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. 338 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão Baiano**: O lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. 1. ed. Salvador: Edufba, 2012.

WERNER. Deborah. Intervenção regional dos grandes projetos hidrelétricos : os casos de Sobradinho e Itaparica e reflexões sobre o período recente. In: **Leituras de economia política: revista dos estudantes de pós-graduação do Instituto de Economia (LEP)**. São Paulo: Unicamp, 2011. v. 18, p. 45-71.

SITES:

http://www.bcb.gov.br

http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca

http://www.caixa.gov.br

http://www.conab.gov.br

http://www.desenvolvimento.gov.br

http://www.portaldatransparencia.gov.br

http://portal.mda.gov.br

http://projetolagodesobradinho.blogspot.com.br

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia